

PRISCILA HENNING

Memória, preservação e autenticidade:
a colônia alemã-bucovina no Paraná

Dissertação de Mestrado

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL
orientadora

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*A meus pais, Leoni e Ademir Henning
(minhas eternas referências):*

*que me legaram não apenas
a paixão pelo conhecimento,
mas as raízes rionegrenses...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Beatriz Kühn, pela atenção, disponibilidade, e principalmente pelo valioso conhecimento teórico que adquiri por seu intermédio nestes últimos três anos. Não posso deixar de reconhecer as valiosas contribuições dos membros da minha banca de qualificação, Marly Rodrigues e Maria Lúcia Bressan; e dos professores da FAU USP, dos quais fui aluna. Por fim, sou grata ao auxílio técnico e financeiro da agência de apoio à pesquisa FAPESP, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço também a atenção, receptividade e disposição em ajudar dos “rionegrenses”: principalmente Ayrton Celestino, cujas contribuições e respostas a todas as dúvidas foram essenciais para a pesquisa; os membros das famílias Herzer, Seidl, Sprutz, Schaffachek, e Reitmeyer pela tolerância aos incômodos durante os levantamentos fotográficos e métricos, estando sempre dispostos a abrir suas casas, responder perguntas, e posar para fotografias; e todos os descendentes bucovinos que me ajudaram com as informações que dispunham.

Não posso deixar de mencionar Cláudia, Karen, Sílvio, Daniel, Osvalda, Júlio, e todos os membros e ex-membros da Prefeitura Municipal de Rio Negro que me forneceram documentos e informações essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, devo agradecer a meus pais, pelo incentivo e apoio de valor inestimável, sem os quais este trabalho não seria possível.

A meus irmãos, Frederico e Germano, e minhas cunhadas, Fernanda e Lívia, pela companhia, pelas longas discussões que ajudavam a “clarear as idéias”, científicas ou fúteis, e pelo apoio e paciência nos últimos anos.

... E ao Diogo, pelo apoio, ajuda, paciência sem-fim... e, principalmente, por suas belas fotografias!

*“Não amadureci ainda o bastante
para aceitar a morte das coisas
que minhas coisas são, sendo de outrem,
e até aplaudi-la, quando for o caso.
(Amadurecerei um dia?)”*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise e registro das construções históricas e contribuições culturais de uma colônia de imigrantes ainda desconhecida do meio acadêmico, com base no atual contexto de recuperação do patrimônio cultural. Considerando que este contexto constitui parte de um fenômeno contemporâneo de retomada da historicidade nas cidades e na arquitetura, com ênfase no pluralismo e na diversidade cultural, a problemática do patrimônio bucovino reflete conflitos e questões bastante emblemáticas de nosso tempo. A noção de *autenticidade* das construções históricas torna-se essencial na preservação do patrimônio, diante da proliferação de réplicas e reconstruções e a preservação *espetacularizada* das mesmas, em que o restauro é atrelado ao consumo de massa do turismo cultural. A colônia alemã-bucovina no Paraná, cuja arquitetura peculiar contém importantes características para melhor se compreender a história, cultura e etnia da região, encontra-se em iminente extinção e é objeto de estudo representativo desta problemática. As cidades-gêmeas de Rio Negro (PR) e Mafra (SC) constituem-se como a única colônia oficial deste povo no Brasil, e os descendentes bucovinos vêm se organizando e retomando sua cultura e história, registrando suas memórias, adotando símbolos e eventos festivos. Sua arquitetura centenária, bastante representativa desta região, ainda é pouco identificada e valorizada, contando com apenas um exemplar restaurado e protegido legalmente. Através de registros fotográficos e levantamentos técnicos *in loco*, entrevistas e pesquisa documental e bibliográfica, procurou-se fazer um estudo da arquitetura bucovina, fornecendo suporte para uma possível conservação futura que mantenha íntegra sua autenticidade.

PALAVRAS-CHAVE: alemães-bucovinos, patrimônio histórico e cultural, autenticidade, espetacularização.

ABSTRACT

The following research intends to analyze and register the historic buildings and cultural contributions of a settlement of immigrants yet relatively unknown in the academic milieu, based on the present context of recuperation of cultural heritage. Considering that this context is part of a contemporary phenomenon where the historicity of cities and architecture is regaining importance, with emphasis on pluralism and cultural diversity, the problematics of the Bukovinian heritage reflects emblematic conflicts and questions of our time. The notion of authenticity of historic buildings becomes essential in the preservation of our cultural heritage, in face of the multiplication of replicas and reconstructions, and the gradually widespread notion of spectacularized conservation, where restoration is linked to the mass consumption of cultural tourism. The german-bukovinian colony in the State of Paraná, whose peculiar architecture withholds important characteristics to better comprehend this region's history, culture and ethnicity, is in imminent extinction and are an illustrative case study of this problem. The twin cities of Rio Negro (State of Paraná) and Mafra (State of Santa Catarina) constitute the sole settlement of these people in Brazil, where the descendents of bukovinians have been organizing themselves and revitalizing their culture and history, registering their memory, adopting symbols and festive events. Their centenary architecture, very representative of this region, is still insufficiently identified and valued, of which only one specimen has been restored and is legally protected. By means of photographic documentation and technical surveys on site, interviews and documental and bibliographic research, a study of bukovinian architecture in Brazil was achieved, supplying a solid basis for a possible future intervention on these sites, where its authenticity can be kept intact.

KEYWORDS: german-bukovinians, cultural and historic heritage, authenticity, spectacularization.

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1:** CELESTINO, 2002, imagem de contracapa.
- Fig. 2:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING. Julho de 2005, Rio Negro (PR).
- Fig. 3:** Mapa gerado pelo site *MapQuest*, através de link (e dados) fornecidos pelo site da *Bukovina Society of the Americas* [online] <http://www.bukovinasociety.org/map-room.html>. Acesso em 09 de maio de 2006.
- Fig. 4:** Fotografia do acervo pessoal de Ayrton Gonçalves Celestino.
- Fig. 5:** Imagem retirada de folder comemorativo da XV Festa Bucovina, julho 2005.
- Fig. 6:** Mapa desenhado por Diogo FARIAS.
- Fig. 7:** Mapa da Bucovina disponibilizado pela *Bukovina Society of the Americas* [online]. Acesso em 10 de maio de 2006.
- Fig. 8:** CELESTINO, 2002, p.2.
- Fig. 9:** CELESTINO, 2002, p. 26.
- Figs. 10 e 11:** Foto de autoria de Josef Neuburger. CELESTINO, 2002, p. 22.
- Fig. 12:** Figura do acervo pessoal de Ayrton Gonçalves Celestino.
- Fig. 13:** CELESTINO, 2002, p. 23.
- Fig. 14:** Fotografia de autoria de PRISCILA HENNING, julho 2005.
- Figs. 15 e 16:** Acervo da Secretaria de Cultura de Rio Negro.
- Fig. 17 a 20:** Fotografias de autoria de PRISCILA HENNING, julho, 2005.
- Fig. 21:** Mapa desenhado por Priscila HENNING, a partir do site do IBGE.
- Figs.22 a 25:** Croqui extraído do livro “Centenario da Colonização Allemã” (FORJAZ, 1929).
- Fig. 26:** CELESTINO, 2002, p.121.
- Fig. 27:** FRAGA, 2006. [disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/3486> |online|. Acesso em outubro 2006.
- Fig. 28:** MARTINS, 1989, p. 83
- Fig. 29:** CELESTINO, 2002, p. 406.
- Fig. 30:** Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março, 2006
- Fig. 31:** CELESTINO, 2002, p. 451
- Fig. 32:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, julho, 2005.
- Fig.33:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, abril, 2001.
- Fig.33:** CELESTINO, 2002, p.351.
- Fig.34:** Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março, 2006.
- Fig. 35:** Croqui esquemático de autoria de Priscila HENNING.
- Fig. 36:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, julho, 2005.
- Fig. 37:** Desenho de autoria desconhecida, retirado do site <http://www.wunderhaus.gr/fachwerk> [online] . Acesso em 2001.
- Fig. 38:** WEIMER, 1983, p. 46.
- Fig. 39:** WEIMER, 1983.
- Fig.40:** WEIMER, 1983, p. 111.
- Fig. 41:** VALENTINI, 1982, s/p.
- Fig.42:** WEIMER, 1983, p. 64.
- Figs. 43 a 46:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING, entre 2001 e 2002.
- Fig. 47:** Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.
- Figs.48-49:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING, 2001.
- Figs. 50 a 52:** Croquis esquemáticos de autoria de Priscila HENNING.
- Fig. 53:** Fotografia retirada do site <http://www.inf.ufpr.br/sibgrapi2004/city/memorial-ucraniano-curitiba.jpg> [online] Acesso em abril de 2006.
- Figs. 54 a 56:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING, entre 2001 e 2002.
- Figs. 57 a 59:** Croquis esquemáticos de autoria de Priscila HENNING.
- Fig. 60:** Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.
- Fig. 61 e 62:** Desenhos de autoria de Priscila HENNING.
- Fig. 63:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, 2001.
- Figs. 64 e 65:** Croquis de autoria de Priscila HENNING.
- Figs. 66 a 68:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING, entre 2001 e 2002.
- Fig. 69:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, julho 2005.
- Figs. 70-82:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING, julho 2005.
- Fig. 83:** CELESTINO, 2002, p. 452.
- Fig. 84:** Croqui de autoria de Priscila HENNING.
- Figs.85 a 100:** Fotografias de autoria de Priscila HENNING e Diogo FARIAS, março 2006.
- Fig. 101:** CELESTINO, 2002.
- Fig. 102:** VALENTINI, 1982.
- Fig.103:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, 2002.
- Figs. 104 e 105:** Fotografias de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.
- Fig. 105:** VALENTINI, 1982.
- Fig. 106:** Fotografia de autoria de Priscila HENNING, 2001.
- Fig. 107:** VALENTINI, 1982.

Fig. 108: Fotografia de autoria de Priscila HENNING, 2001.
Figs. 109 e 110: Croquis de autoria de Priscila HENNING.
Figs. 111 a 114: Fotografias de autoria de Priscila HENNING, julho 2005.
Figs. 115 a 118: Fotografias de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.
Figs. 119 e 120: Fotografias de autoria de Priscila HENNING, janeiro 2002.
Fig. 121 e 122: Fotografias de autoria de Priscila HENNING, julho 2005.
Fig. 123: Fotografia de autoria de Priscila HENNING, 2001.
Fig. 124: Fotografia de autoria de Priscila HENNING, julho 2005.
Fig. 125: Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.
Figs. 126 a 132: Fotografias de autoria de Priscila HENNING, entre 2001 e 2005.
Fig. 133: Fotografia de autoria de Diogo FARIAS, março 2006.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

Os bucovinos: busca por uma identidade	21
I.1. Bucovina: uma trajetória.....	22
I.1.1. Breve relato sobre a Bucovina.....	25
I.1.2. Os alemães-boêmios (<i>böhmerwaldianos</i>), ou os “colonos livres”.....	30
I.1.3. Os colonos germânicos na Bucovina.....	33
I.1.4. Os alemães-bucovinos em Rio Negro.....	38
I.2. Alguns dados sobre Rio Negro.....	45
I.3. Identidade oficial bucovina na imigração para o Paraná.....	56

CAPÍTULO II

Autenticidade na preservação do patrimônio.....	66
II.1. A Autenticidade em formulações teóricas de restauro.....	71
II.1.1. <i>Dois extremos: Viollet-le-Duc e Ruskin.....</i>	<i>74</i>
II.1.2. <i>O restauro “filológico” de Camillo Boito.....</i>	<i>77</i>
II.1.3. <i>Alois Riegl e os valores do monumento.....</i>	<i>79</i>
II.1.4. <i>Cesare Brandi e a dupla instância do monumento.....</i>	<i>83</i>
II.1.5. <i>Diretrizes contemporâneas: Conferência de Nara sobre Autenticidade...85</i>	
II.2. O problema contemporâneo: das réplicas e reconstruções.....	94
II.3. Autenticidade, memória e invenção.....	100
II.4. Turismo Cultural e o patrimônio espetacular.....	104

CAPÍTULO III

As construções bucovinas em Rio Negro e Mafra.....	114
III.1. Características gerais.....	119
III.1.1. <i>Estrutura.....</i>	<i>119</i>
III.1.2. <i>Cobertura.....</i>	<i>128</i>
III.1.3. <i>Embasamento e apoios.....</i>	<i>131</i>
III.1.4. <i>Esquadrias.....</i>	<i>133</i>

III.2. Cinco casos de estudo.....	138
<i>III.2.1. A Escola Bucovina.....</i>	<i>138</i>
<i>III.2.2. Casa Herzer.....</i>	<i>144</i>
<i>III.2.3. Casa Seidl.....</i>	<i>158</i>
<i>III.2.4. Casa Schaffachek.....</i>	<i>176</i>
<i>III.2.5. Casa Sprotz.....</i>	<i>182</i>
III.3. Proteção legal já existente.....	190
<i>III.3.1. Tombamentos.....</i>	<i>190</i>
III.4. Propostas de preservação.....	192
Conclusão.....	195
Bibliografia.....	200
Anexos.....	205

INTRODUÇÃO

*“As coisas que não conseguem ser olvidadas
continuam acontecendo.
Sentimo-las como da primeira vez,
sentimo-las fora do tempo,
nesse mundo do sempre
onde as datas não datam.
(...)”*

*Há bens inalienáveis, há certos momentos que,
ao contrário do que pensas,
fazem parte de tua vida presente
e não do teu passado...”*
(Mario Quintana)

Bucovinos.

Poucos sabem o que esta palavra representa, sequer o que ela significa. Mesmo ao elucidar que se trata de imigrantes germânicos provenientes de uma terra distante da Europa Oriental (a antiga Bucovina), uma região que hoje possui outro nome e faz parte de outro país, pouco se esclarece. Sua história e etnografia são confusas, tanto em suas origens quanto em terras brasileiras. Dispersos pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, os alemães-bucovinos formaram uma única colônia relativamente organizada nos municípios-gêmeos de Rio Negro (PR) e Mafra (SC) entre 1887 e 1888 – cidades separadas geograficamente apenas por um rio e, historicamente, pela luta política em torno da definição dos limites entre os dois estados sulistas.

Pretende-se, com esta pesquisa, fazer uma análise e registrar as contribuições culturais desta colônia de imigrantes ainda pouco conhecida fora de sua região, com base no atual contexto de preservação do Patrimônio Histórico brasileiro. A difusão da preservação do patrimônio cultural brasileiro em suas mais variadas manifestações constitui parte de um fenômeno contemporâneo de retomada da historicidade intrínseca às cidades e à arquitetura, onde os bens patrimoniais vêm sendo cada vez mais reconhecidos como suporte da memória, capazes de consolidar ou construir a identidade de uma população. Além de seu valor simbólico, os bens culturais reconhecidos como patrimônio também passam a ter valor econômico como produto, cada vez mais consumidos pela indústria do turismo cultural em expansão. Nesta conjuntura, a problemática do patrimônio cultural bucovino mostra a repercussão de conflitos e questões bastante emblemáticas de nosso tempo: o uso do patrimônio como meio de construção de *identidades culturais*; a problemática da *autenticidade* na conservação das construções históricas; e a preservação *espetacularizada* das mesmas, atrelada ao consumo turístico.

Embora o reconhecimento da importância do patrimônio seja de longa data, a conservação e o restauro propriamente ditos dos monumentos históricos só começou a merecer atenção de estudiosos e ter uma metodologia de ação própria a partir do século XVIII. Segundo alguns estudiosos, a iniciativa de conservar os monumentos vem de encontro aos interesses da construção dos Estados modernos, a partir do século XVIII (CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 1985; GONÇALVES, 1988), sendo pensada como ferramenta para consolidar, criar e comunicar identidades nacionais e, a partir da década de 1960, de identidades culturais menores, tais como grupos étnicos, classes sociais, áreas geográficas distantes, dentre outras (CHOAY, 2001, p. 12).

No Brasil, a preservação do patrimônio cultural brasileiro inicia-se com a criação do SPHAN¹, em 1936, visando, também, à construção da identidade nacional. Principalmente durante sua assim chamada “fase heróica”, “eram principalmente o valor artístico do bem, e, secundariamente, seu valor de testemunho, que justificavam os tombamentos” (FONSECA, 2005, p.169). No entanto, novamente seguindo a partir dos anos 70 até os dias de hoje, houve uma mudança na leitura dos valores relativos do patrimônio em um crescente anseio de traçar um panorama de cultura brasileira mais complexo, levando em conta sua diversidade cultural e social, e rejeitando as clássicas fórmulas de *identidade nacional* excludentes e estereotipadas. Neste processo houve valorização das identidades das minorias, procurando externar as diferentes culturas e participações na história brasileira de cada estrato social, e os bens significativos de grupos antes excluídos ou postos à margem foi lentamente sendo

¹ SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que deu origem ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), responsável pela tutela do patrimônio nacional, em vigência até hoje.

levado em conta. A colônia alemã-bucovina no Paraná é representativa desta problemática, pois passa por um processo crescente de retomada da memória e das antigas tradições.

Para fins desta pesquisa, nos ateremos principalmente à representação cultural mediada pela produção arquitetônica deste grupo de imigrantes, a qual ainda resiste em poucas construções íntegras ou legíveis. Entendemos que as construções bucovinas, centenárias, consistem um corpo significativo do patrimônio cultural a ser preservado, devido à sua autenticidade e unicidade como documentos históricos. Através de sua presença material, as construções vernaculares² elucidam e rememoram o processo de ocupação dos imigrantes europeus nos Estados do Paraná e Santa Catarina, demonstrando, pelas suas características físicas e formais, aspectos culturais dos bucovinos. Mais especificamente, também consolidam a existência da única colônia bucovina no Brasil. Por estes motivos, as construções vernaculares dos bucovinos são monumentos históricos, e merecem ser preservadas.

A seguir, serão esboçadas algumas das principais reflexões, idéias e conceitos que norteiam esta pesquisa, os quais serão aprofundados nos capítulos da dissertação.

À primeira vista, poderíamos indagar em quê estes imigrantes diferem de tantos outros grupos germânicos que imprimiram sua cultura e seu modo de viver nas pequenas cidades do interior. Afinal, sua etnografia e história complexas, difíceis de traçar, se aproximam, em maior ou menor grau, das de vários grupos análogos de imigrantes que vieram ao Brasil. Assim como a maior parte dos imigrantes de origem alemã, vindos durante o séc. XIX ao Brasil por iniciativa política do governo imperial brasileiro, os bucovinos eram pessoas simples, de origem pobre, com pouca escolaridade, que abraçaram com entusiasmo a possibilidade (muitas vezes ilusória) de ter uma vida melhor no outro lado do Atlântico. Deste modo, as dificuldades encontradas durante a pesquisa historiográfica se relacionam com a falta de registros precisos e documentos que pudessem explicar suas origens e trajetória.

A diferença entre os alemães-bucovinos e os outros povos alemães que se instalaram na região de Rio Negro e Mafra pode não ser evidente para quem não é da mesma região, visto que os bucovinos têm várias características culturais típicas dos imigrantes alemães: falam um dialeto alemão, o *boarischer* ou *bayerisch*; constroem suas casas utilizando muitas técnicas construtivas tipicamente alemãs (conforme veremos nos capítulos a seguir); possuem nomes tidos como alemães, além de outras manifestações culturais como alimentação, festividades e vestuário semelhantes aos irmãos germânicos. No entanto, nas

² Entendendo *vernacular* segundo definição de Françoise Choay: “termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais” (CHOAY, 2001, p.12).

idades de Rio Negro e Mafra, os bucovinos e seus descendentes sempre foram reconhecidos como tais, através de uma relação de *alteridade* com os alemães vindos anteriormente. Embora mantivessem boas relações com os alemães que lá se estabeleceram muito tempo antes, costumavam se relacionar socialmente com seus patrícios – e fundaram Escolas próprias, além de um sem-número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço que atendiam à demanda da colônia. Pode-se dizer que a *identidade* bucovina era construída através de uma “sociedade de familiaridade mútua”, em que “as relações sociais têm se mantido firmemente concentradas no domínio da proximidade” (BAUMAN, 2005, p. 25).

As pequenas cidades de Rio Negro e Mafra são, de certa forma, sociedades tradicionais. Apesar da passagem do tempo, na paisagem urbana ainda se encontram casas e outras construções centenárias, que conservem seu uso original. São casas, paióis, pequenos estábulos, banheiros externos, poços d’água, olarias, serrarias, matadouros. Em algumas das casas, os descendentes do primeiro construtor (este, um imigrante alemão-bucovino) ainda residem numa sucessão de gerações – o sentido etimológico da palavra *patrimônio*³. Embora sofram com o envelhecimento do seu principal material construtivo – a madeira – muitas das casas que permanecem ainda possuem portas, janelas, trincos, escadas, e outros componentes originais. Os alemães de Trier⁴, que chegaram em 1829, por sua vez, não conservaram as suas construções originais, sendo que a maior parte das suas construções significativas são construções posteriores, já do século XX, em estilo eclético então vigente com referências às tipologias construtivas germânicas. Uma hipótese para isso é que os alemães, por serem mais urbanos e terem ocupado suas terras meio século antes dos bucovinos, teriam ocupado as áreas mais centrais, alvos de renovações urbanas nas décadas de 1920 e 1930. Além disto, os alemães costumavam dedicar-se ao comércio e à incipiente indústria local, enriquecendo e reconstruindo suas casas em conformidade com os estilos em voga. Muitos dos imigrantes alemães eram engenheiros, professores, médicos graduados. A maior parte dos bucovinos, por sua vez, dedicou-se às atividades agropecuárias de pequeno porte, familiares, e ocupavam sítios e chácaras nas periferias das cidades. Eram, em sua grande maioria, pessoas de pouca escolaridade e cultura. Na entrada do século XX, enquanto a comunidade bucovina ainda se estabelecia com dificuldade em sua nova terra, os imigrantes alemães e seus descendentes já ocupavam posições de destaque na sociedade. Ironicamente, talvez tenha sido sua posição tida como “inferior” na sociedade da época que permitiu que a arquitetura de suas primeiras construções tenha sido conservada, pelo uso, até os dias de hoje.

³ Referência à definição tradicional de *patrimônio*: “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (CHOAY, 2001, p.11).

⁴ Os primeiros imigrantes alemães no Estado do Paraná, chegados em 1829 em Rio Negro, eram provenientes de Trier, ou Tréveris. A cidade situa-se no sudoeste, na divisa entre Luxemburgo e o norte da França.

Ao partirem da Europa, oriundos Império Austro-Húngaro, os imigrantes de origem germânica não tinham ainda uma *identidade nacional* (mesmo este sendo, atualmente, um termo ingênuo) que os identificasse – eram todos taxados de “alemães” ao chegarem ao Brasil, embora se reconhecessem diferentes ao colonizarem o mesmo espaço na nova terra. Embora “a Europa Ocidental não [tenha] qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia” (HALL, 1999, p. 62), ou seja, tratam-se de *culturas híbridas*, os bucovinos, em particular, tinham sua identidade especialmente fragmentada, pois migraram longas distâncias na Europa no espaço de poucas gerações – perdendo a proximidade com os ditos “alemães verdadeiros”⁵, e assimilando características culturais das regiões pelas quais passaram (a Floresta Boêmia, na República Tcheca, e as atuais Romênia e Ucrânia). Assim, o sentido de *pertencimento* se dava através do reconhecimento de seus pares, ou seja, as famílias que ao longo dos anos emigraram conjuntamente e estiveram na região da Bucovina por último, antes de emigrarem para o Brasil. É interessante notar que, enquanto na Europa, este grupo considerava-se alemão, devido à sua origem étnica e cultural – e principalmente pela finalidade político-social de sua mobilidade imposta pelo Império Áustro-Húngaro (colonizar regiões habitadas pelos “povos dominados” e assim *germanizar* as regiões culturalmente diversas); porém, já no Brasil, esses passaram a se autodenominar *bucovinos*, provavelmente para contrastar com os alemães “verdadeiros” já presentes na cidade. Ou seja, a identidade desta colônia se efetivava basicamente através de um reconhecimento dos pares, confrontando a idéia então dominante de *identidade cultural* através da origem, etnia, classe social ou identificação com uma cultura, memória ou simbologia únicas (HALL, 1992, pp. 52-57). A própria impossibilidade de se “rotular” os imigrantes advindos da Europa em classificações universalizantes, condizentes com o princípio de Nação moderna, que dominou o cenário político-cultural até recentemente, contribuiu para aplinar e menosprezar as diferenças entre as colônias germânicas que se instalaram no Brasil durante esse período.

Deixamos à parte a questões históricas a dinâmica da aceitação ou rejeição da identidade de *bucovinos* sempre foi controversa, pois o “ser bucovino” passou a agregar significações distintas das origens no senso comum local. Ainda hoje, informalmente entre os moradores de Rio Negro e Mafra, a alcunha *bucovino* possui um estigma pejorativo e foi, ao longo de muitos anos, rejeitado por alguns dos descendentes, que preferiam a denominação mais abrangente (e, na concepção deles, mais “nobre”) de *alemães*. Ser “bucovino”, segundo o entendimento popular da região, significava ser “caipira” ou “ignorante”, pois os imigrantes bucovinos e seus descendentes costumavam habitar as pequenas propriedades agrícolas e levavam uma vida humilde, ao contrário dos alemães urbanos que já se encontravam bem

⁵ Considerando aqui *alemães* os nascidos em terras atualmente alemãs, seguindo a lógica do Estado-Nação de aproximar a idéia de *nascimento* [*nascita*] de *nação*. (BAUMAN, 2005, p.25)

estabelecidos na cidade de Rio Negro por quase 60 anos. Este estigma, no entanto torna-se mais fraco, à medida que os bucovinos se organizam e se firmam como grupo cultural de grande importância na região, esclarecendo preconceitos e divulgando sua história, cultura e patrimônio.

Desde 1991, partindo da iniciativa de alguns membros, os descendentes bucovinos formaram a *Associação Alemã-Bucovina de Cultura*, um organismo que tem como objetivo valorizar a história e unir os descendentes em torno do folclore bucovino, fortalecendo-se e projetando-se como a única colônia bucovina organizada do Brasil. Foram promovidos encontros e seminários com pesquisadores dos bucovinos vindos do exterior, e o fruto desta vasta pesquisa memorial foi publicado em um livro, principal fonte disponível de informações sobre os bucovinos⁶. Imóveis históricos que remontam ao início da colônia começaram a ser valorizados: a Escola Bucovina, de 1892, foi considerada Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 693/92, um século depois de sua construção. Entre 2002 e 2003, a escola foi inteiramente restaurada com recursos do Ministério da Cultura, e convertida em museu, reunindo objetos, fotografias, documentos e outros artefatos bucovinos. Devemos levar em conta que a valorização da memória coletiva por parte de alguns representantes da comunidade mais engajados em preservá-la e perpetuá-la, pode demonstrar, segundo Edgar De Decca, um *sentimento de ruptura* típico do contexto cultural contemporâneo, devido à constatação da impossibilidade da conservação de uma memória espontânea, garantida por suportes sociais e coletivos. Assim, “este sentimento tem gerado novos suportes da memória, onde grupos e minorias organizam sistematicamente os seus arquivos e mantêm sua preservação por meio de uma organização constante de celebrações e outros rituais” (DE DECCA *in* CUNHA, 1992, p. 130). A iniciativa da Associação tem sido fundamental para recuperar a memória bucovina através de registros e conservação de documentos, e começa a gerar frutos cada vez mais rentáveis para Rio Negro, ao se firmar como uma possibilidade de exploração turística, dada sua importância histórica e caráter único. Em suma, a construção da identidade bucovina vem sendo feita através da retomada ou mesmo da *escolha* de símbolos, rituais e tradições (sejam estas inventadas ou não [HOBSBAWM e RANGER, 1997]), confirmando a afirmação de que a identidade “é formada e transformada no interior da representação” (HALL, 1999, p. 48). Estas questões serão desenvolvidas e aprofundadas no Capítulo I desta pesquisa, para compreender suas origens e as condições de emigração e de estabelecimento no Brasil. Devido à escassa bibliografia disponível, específica sobre os bucovinos, a pesquisa foi realizada também com entrevistas com estudiosos e memorialistas (incluindo o autor do único livro publicado no Brasil a este respeito, Ayrton Celestino) e consulta a documentos, porém sem pretensão de uma precisão e

⁶ Referimo-nos ao livro *Os bucovinos do Brasil*, de autoria de Ayrton Gonçalves Celestino, publicado em 2002.

rigor científicos necessários a um estudo propriamente historiográfico, pois se tratam de estudos incipientes, voltados aos objetivos de pesquisa. No entanto, faz-se a ressalva de que este é um tema que quer análises e pesquisas mais rigorosas e aprofundadas.

O Capítulo II se aprofundará sobre conceitos teóricos específicos à problemática da preservação do patrimônio, principalmente na sua complexidade contemporânea. Estes conceitos têm sido amplamente discutidos e desenvolvidos ao longo da trajetória do campo de estudos da preservação patrimonial, porém a prática tem nos mostrado procedimentos diversos, até mesmo à margem das orientações propostas. Assim, para fins de uma análise mais consistente do objeto deste estudo, que orientem para uma preservação responsável de seus atributos, faz-se necessária uma reflexão teórica e um posicionamento sobre a função do patrimônio.

Se no patrimônio “antigo” reside uma parcela importante da memória social e da identidade cultural dos habitantes da cidade, desconsiderar a questão do patrimônio histórico-ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-lo de seu próprio meio” (MAGALDI *in* CUNHA, 1992, p.21). Portanto, no caso dos bucovinos, é necessário incluir a conservação de seu patrimônio construído entre as prerrogativas de preservação cultural – as quais, até o momento, têm se limitado à preservação da antiga Escola Bucovina. É importante ressaltar que embora as tradições, rituais e símbolos sejam instrumentos para a perpetuação ou recriação da identidade cultural de uma população, estes recursos são mutáveis e reinterpretáveis, devido ao seu caráter inexoravelmente atrelado à memória, e, assim, mais passíveis de sofrerem alterações arbitrárias ou mesmo não-intencionais. Já o patrimônio construído, embora também seja transformável por alterações de usos, adaptações formais e desgaste físico em função do tempo, é passível de conservação como documento histórico autêntico em sua materialidade, a qual detém a força memorial de um monumento⁷. Através de sua materialidade, o monumento exhibe a “acumulação de esforços herdados por uma sociedade, que expressa seu desenvolvimento habitacional (...) através do tempo” (GUTIÉRREZ *in* CUNHA, 1992, p. 123). Assim, mesmo não sendo inicialmente construídas com a finalidade de rememorar ou transmitir seu legado às gerações futuras, algumas construções antigas acabam por se tornar representativos monumentos históricos, conforme a conceituação de Alois Riegl, e “solicitam e mobilizam por sua presença física uma memória viva, corporal, orgânica” (CHOAY, 1995, p. 107).

⁷ Monumento: “A etimologia da palavra *monumentum* (derivada do verbo *monere*, advertir, fazer lembrar) o indica, um instrumento de memória (...). O monumento é um artefato, qualquer que seja sua natureza, forma ou dimensão, (...) afim de rememorar ou comemorar os indivíduos ou os eventos, os ritos, as crenças que fundamentam conjuntamente sua genealogia ou sua identidade” (CHOAY, 1995, p. 107).

Ou seja, devido à sua condição de suporte material da memória coletiva, perpetuando uma *continuidade* de uma dada sociedade (DE DECCA *in* CUNHA, 1992, p. 130), o monumento histórico conservado é, sem dúvida, um potente meio de consolidação de uma dada cultura. Afinal, “o patrimônio ambiental urbano pode ser considerado a materialização das relações sociais que interagem no espaço da cidade, funcionando como elemento de identidade” (MAGALDI *in* CUNHA, 1992, p. 21). Portanto, se considerarmos que a identidade de um grupo é construída por uma rede simbólica de representação, o patrimônio cultural se apresenta como suporte para estes símbolos, visando à sua transmissão para as gerações futuras.

É evidente que esta dinâmica de relações tem sido cada vez mais questionada e aprofundada nos últimos anos, visto que esta rede de significados e valores, assim como a sociedade contemporânea que ela reflete, não é tão evidente, previsível e estável quanto já foi entendida. A própria noção de *identidade*, embora frequentemente utilizada nos textos relativos à conservação do patrimônio cultural, tem sofrido sucessivas alterações em sua compreensão ao longo dos últimos anos (HALL, 1999; BAUMAN, 2005). No entanto, por mais difuso que o termo possa ser, é necessário que se eleja alguma interpretação deste conceito, para dar base às propostas práticas de intervenção no patrimônio construído sem causar danos ao seu significado cultural.

Para fins deste trabalho, se o patrimônio une tanto “o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação” (FONSECA, 2005, p. 51), esta função só é possível através da conservação de sua integridade física, ou seja, através da manutenção de sua *autenticidade*. Apesar de atuar no campo da representação simbólica, que está em constante transformação, a mensagem primitiva e o significado cultural de uma obra são mais passíveis de serem compreendidas quando não há perdas ou distorções excessivas. Raymond LEMAIRE reflete que em casos onde a autenticidade de um bem se encontra atrelada indissociavelmente de suas formas plásticas, como é o caso da arquitetura ou das artes plásticas, quando há qualquer tipo de alteração em materialidade, a sua mensagem é modificada. A ausência de modificação pela ação do tempo ou do homem é quase impossível, pois “nenhum monumento é ‘autêntico’ no sentido absoluto e completo do termo” (LEMAIRE, 1994, s/p), mas não dispensa uma reflexão profunda sobre o tema antes de intervir em qualquer processo de recuperação da memória. É justamente neste conceito-chave em preservação – a *autenticidade* – que residem muitas das polêmicas e debates sobre a preservação, principalmente na atualidade, quando a preservação do patrimônio em si tem sido motivo secundário na criação de espetáculos, muitas vezes promovidos em função de objetivos econômicos, e não culturais.

Neste sentido, o Documento de Nara, redigido por 45 participantes oriundos de vários países presentes em uma Conferência Mundial sobre Autenticidade promovido pela UNESCO⁸, afirma, já em seu 4º item:

“Num mundo que se encontra cada dia mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade”.

A Autenticidade é vista, tanto neste Documento quanto na Carta de Veneza⁹, como “o principal fator de atribuição de valores”, os quais justificam a necessidade de se conservar o patrimônio cultural. Porém, é importante ressaltar que a definição de autenticidade no Documento de Nara rejeita a concepção de autenticidade como de *critérios fixos* e rígidos, devido às diferentes interpretações que lhe é dada em diferentes contextos culturais. Esta argumentação será aprofundada no Capítulo II desta pesquisa, e encaminhará a problemática para uma das questões mais discutidas no contexto de valorização do patrimônio atual: a preservação atrelada ao consumo turístico. No caso do patrimônio alemão-bucovino, há um significativo interesse em explorar o potencial econômico gerado pelas festas tradicionais anuais, impulsionado pelo fator de raridade, de unicidade. No entanto, um plano turístico adequado deve considerar as relações entre população e território como fundamentais para a continuidade do processo cultural – justamente a intenção primordial da preservação do patrimônio. A priorização do aspecto econômico sobre o sócio-cultural pode ser desastrosa, na medida em que rompe processos identitários e pode causar prejuízos sociais que ultrapassam, em muito, as questões econômicas.

O Capítulo III traz um dossiê de cinco construções bucovinas significativas. O estudo foi feito *in loco*, através de registros fotográficos e levantamentos métricos das construções, entrevistas com estudiosos da região e com os descendentes bucovinos, e pesquisas de documentação oficial. A caracterização de uma arquitetura bucovina surgiu através da comparação com a produção arquitetônica de outras populações – principalmente a produção dos poloneses e alemães, notadamente o estudo dos alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul (WEIMER, 1983) e dos poloneses da região de Curitiba (VALENTINI, 1982). Mais do que procurar as “origens” de seus elementos ou entrar em uma “obsessão embriogênica” (BLOCH, 2002), o estudo procurou apenas caracterizar as construções bucovinas por semelhança e repetição, através do reconhecimento de elementos e soluções construtivas. Uma das construções, a Escola Bucovina, foi inclusive tombada e restaurada,

⁸ Mais especificamente, a *Nara Conference on Authenticity in Relation to the World Heritage Convention*, realizada em Nara, no Japão, em 1994. Evento promovido pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS.

⁹ A Carta de Veneza, redigida em 1964, é um dos documentos essenciais relativos à conservação dos monumentos.

conforme foi dito anteriormente. Os documentos relativos ao bem e uma descrição breve da intervenção realizada encontram-se no Capítulo III e nos anexos. Procurou-se elaborar também breves orientações diretivas para preservação deste tipo de Arquitetura, procurando manter íntegra sua autenticidade.

Portanto, com base em discussão teórica, e o registro dos exemplares arquitetônicos bucovinos existentes, este trabalho propõe uma reflexão sobre a preservação, seus conflitos e suas abordagens – que podem servir de base para a reflexão sobre outros casos análogos no Brasil.

CAPÍTULO I

Os bucovinos: busca por uma identidade



Fig. 1: Brasão de armas da Bucovina

I.1. BUCOVINA: uma trajetória

“Bucovina vesela grandina!”
Trad: “Bucovina, um belo jardim!”
(verso do poeta romeno Vasile Alecsandri)

Os bucovinos (77 famílias, num total de 377 indivíduos) emigraram para o Brasil em 1887 e 1888 para a cidade então conhecida como Rio Negro, no Paraná¹⁰. Etnicamente, os bucovinos são remotamente originários da Baviera (Bavária ou Bayern), no Sul da Alemanha. A princípio, os aspectos principais de sua cultura são reconhecíveis como alemães, como suas danças, músicas e trajes típicos, técnicas construtivas, assim como o dialeto que falavam, o “*boarisch*” ou “*bayerischer*”.



Fig.2: Descendentes bucovinos em desfile durante a Festa Bucovina, realizada em julho de 2005.

Esta população emigrou da Bavária para a Boêmia (*Böhmerwald*) em virtude do costume da época de manter intacta a propriedade das terras das famílias – deste modo, apenas o primogênito herdava a totalidade das terras, e seus irmãos continuavam a morar ali, trabalhando para ele. Como as famílias eram numerosas, em pouco tempo não havia mais terras para todos, e algumas famílias optaram por emigrar para a Floresta Boêmia e recomeçar. Algumas gerações depois, a história se repete e, por fim, algumas famílias emigraram novamente para uma região cedida pelo Rei Francisco I, localizada no extremo oriente do Império Austro-Húngaro, nas encostas dos Montes Cárpatos, conhecida entre 1775 e 1918 como Bucovina (*Buchenland*). Província multi-étnica, a Bucovina é conhecida

¹⁰ As cidades gêmeas de Rio Negro (PR) e Mafra (SC) são apenas separadas por um rio, o Rio Negro, que, a partir da Questão do Contestado em 1916, divide os Estados do Paraná e Santa Catarina. Antes desta data, constituíam uma única cidade homônima ao rio.

por vários nomes: *Buchowina* ou *Buchenland* em alemão; *Bukowina* em polonês; *Bucovina* em romeno e *Bukovyna* em ucraniano.



Fig. 3: Trajetória dos alemães da Bavária até a Bucovina, passando pela Boêmia (atual República Tcheca).

No mapa, a Bucovina está representada pela estrela vermelha.

Este caminho foi percorrido num período de várias gerações, como se verá a seguir.

A razão pela escolha de uma região tão distante se deve ao fato que, devido à

“(...) grande extensão do Império e a diversidade de nações que o compunham, fizeram com que a política de Governo gerasse um trabalho de ‘germanização’, através da ocupação de territórios distantes (...) Muitas colônias foram implantadas com camponeses de origem germânica. Oficializou-se a língua alemã em todo o Império e calcaram-se, cada vez mais, as tradições germânicas (CELESTINO, 2002, p. 4).



Fig. 4: Fotografia da Boêmia, região do *Böhmerwald*.

Normalmente, ao se referir às famílias de ascendência bucovina que se encontram nas regiões do Sul do Paraná, ressalta-se a origem da família bucovina em questão: bucovinos eslavos ou alemães-bucovinos, que são a grande maioria dos colonos que vieram ao Brasil. As famílias que emigraram para Rio Negro que têm origem germânica já demonstram um processo de miscigenação cultural que difere os bucovinos dos alemães que também se encontram em Rio Negro, em vasta maioria. Na região da Bucovina havia também algumas famílias eslovacas e polonesas, algumas das quais emigraram ao Brasil juntamente com os colonos de descendência alemã. Por isso, os bucovinos muitas vezes foram confundidos ou classificados, aqui no Brasil, como sendo alemães, eslovacos ou poloneses. Estes erros de classificação causaram, grosso modo, problemas no estudo desta população em particular, pois não consideram as especificidades destes em relação aos alemães e poloneses já estabelecidos na região anteriormente, e advindos de regiões distintas na Europa. Por esta razão, apresentaremos a seguir uma breve narrativa sobre quem são os bucovinos, e quais foram as condições de seu estabelecimento na colônia de Rio Negro.



Fig. 5: Fotografia da região da Bucovina (*Büchenland*).

I.1.1. BREVE RELATO SOBRE A BUCOVINA

As dificuldades em se compreender este povo remontam à própria história conturbada de suas origens. Afinal, como poderemos classificar os bucovinos? Alemães, visto que suas origens étnicas e costumes (como, por exemplo, o idioma que falam) remontam da Baviera? Poloneses, por considerarmos suas características sociais (o fato de serem predominantemente agricultores sem instrução) e algumas características de suas construções, que se assemelham aos poloneses que se instalaram em regiões próximas? Ucrânios ou romenos, se formos considerar o local de origem nos mapas contemporâneos? Entender a dinâmica que cerca a própria identidade dos bucovinos de Rio Negro e Mafra requer, necessariamente, que se leve em conta a História do Leste-Europeu.

“Bukovina is a Carpathian region situated along the southern border of Ukraine and the northern border of Romania, with its capital in Chernovtsy (Ukr. Chernivtsi). Historically this region was long a part of Moldavia, which came under Turkish rule in the 16th century. In 1774 Bukovina was incorporated into the Hapsburg monarchy, Austria-Hungary (...) The name “Bukovina” was first registered as denoting this portion of Galicia in 1775; in the mid-19th century the area became an autonomous administrative unit within the Hapsburg monarchy” (RZETELSKA-FELESZKO, 2006, pp. 4-5).

No mapa abaixo procuramos localizar a antiga província da Bucovina dentro do Império Austro-Húngaro (em sua configuração no ano de 1910), relacionando-a com os atuais Estados modernos:



Fig. 6: Mapa da região onde antigamente se encontrava a Bucovina: a região marcada com uma estrela, atual Moldávia.

Bucovina, ou *Buchenland* em alemão, significa “bosque de faias”, por ser um local densamente coberto por florestas, onde predominava esta árvore em específico. Esta região sempre foi uma região de trânsito, instável, retalhada e repartida pelos mais diversos povos ao longo de toda sua história.

Os dados a seguir foram retirados do estudo da pesquisadora Dra. Sophie Welisch, em artigo chamado “The History of Bukovina”¹¹. Segundo seu relato, em 107 d.C., quando os romanos sob Trajano venceram os dacianos¹², dominando a região da Moldávia, estes recuaram e estenderam seu domínio pela região da Bucovina. Mais tarde, em meados do 3º século d.C., a região foi dominada por bárbaros como ostrogodos, gépidos, hunos, mongóis, tártaros, rutenianos, válacos, e turcos otomanos. A província esteve sob o poder dos tártaros em 1241, e assim se manteve até a fundação do Principado da Moldávia, em 1350, que incluía as regiões da Bucovina e Bessarábia.

A presença de povos germânicos na Bucovina é verificável muito antes da emigração dos alemães-boêmios que, séculos depois, ocuparam esta região e são objetos deste estudo. Já no século XIII, povos germânicos introduziram na região a construção com pedras, construindo templos e fortalezas, e iniciaram as primeiras guildas mercantis. Junto com gregos, judeus e armênios, os germânicos promoveram o comércio inicial da região, e tinham sua imigração estimulada pelos príncipes da Moldávia. Os povos eslavos que viriam a ser os poloneses também faziam parte da população da região, embora tenham sido expulsos da Moldávia na guerra de 1359, quando as tropas sob o líder polonês Casimiro, o Grande foram derrotados.

A denominação “Bukovina” aparece pela primeira vez nos anais em 1392. O símbolo do brasão Bucovino, cuja reprodução encontra-se na abertura deste trabalho, data do reino de Bogdan I (1349-1365), a partir do molde da primeira moeda da Moldávia. A figura representa o *auroc* (ancestral pré-histórico do touro), que representava força, trabalho e coragem do povo.

No início do século XVI, a Moldávia caiu novamente sob o domínio dos Turcos Otomanos, e nos próximos séculos, serviu de objeto de disputa e cenário para inúmeras guerras: entre os Turcos e os Poloneses, entre os Suecos e os Russos, e assim sucessivamente. Naquele período, sofreu o eterno estado de guerra (ou ameaça de guerra), perseguições religiosas, e desmandos políticos. A maior parte da população era analfabeta, mesmo os monges dos mosteiros, situação pouco comum na Europa Ocidental – onde os mosteiros

¹¹ Artigo disponível no site da Bukovina Society of Americas: WELISCH, Sophie. *The History of Bukovina*. 2002. <http://www.bukovinasociety.org/Welisch-2002-1.html>. [online]

¹² Dacianos: povos bárbaros que povoavam a região conhecida hoje como a Romênia.

tinham papel importante na educação. Por fim, no ano de 1775, com o Tratado de Constantinopla, a região da Bucovina foi anexada pela Áustria (WELISCH, 2002, [online]).

No primeiro senso da Bucovina, em 1778, os números demonstraram que havia na região de aproximadamente 10.422 hectares uma população de 100.000 pessoas, sendo que 1.390 estavam concentrados no maior núcleo urbano da região, Czernowitz. O senso demonstrou o quão multi-étnica aquela região havia se tornado, após tantas invasões e migrações: a população era composta por romenos, judeus, húngaros, ciganos, ucranianos, armênios, germânicos, poloneses, dentre outros, passando a ser apelidada por “Europa em Miniatura”¹³. A região era muito pobre em infra-estrutura, não contava com médicos, farmacêuticos, ou segurança. Para aumentar a densidade populacional, que mal contava com uma pessoa por quilômetro quadrado, o Império Austríaco passou a estimular a ocupação destas áreas, principalmente por povos germânicos, para assegurar a supremacia cultural necessária à conservação de seu domínio¹⁴.

A vinda da população alemã-boêmia, que iremos apresentar na sessão a seguir, iniciou-se em 1793, quando o Barão von Kriegshaber disponibilizou lotes para ocupação de alemães provenientes da Boêmia, região ainda hoje notável pela produção de vidros e cristais, para iniciar a produção de vidros na região.

“Coming in two waves, 1793-1817 and 1835-50, German Bohemians eventually became the most numerous of Bukovina’s German settlers, founding some dozen villages: Althütte (1793), Karlsberg (1797), Fürstenthal (1803), Neuhütte (1815), Bori and Lichtenberg (1835), Schwarztal and Buchenhain (later also called Pojana Mikuli--both in 1838), Glitt (1843) and Augustendorf (1840)” (WELISCH, 2002. s/p).

Os alemães-boêmios que posteriormente emigraram para as Américas, incluindo Rio

¹³ Menção a este apelido da Bucovina também pode ser encontrado no artigo *Europe in Miniature*, escrito por Ewa Rzetelska-Feleszko, de 2006, que consta da bibliografia consultada ao fim deste trabalho.

¹⁴ É interessante notar, a respeito desta “germanização” da Europa Oriental, um artigo de 1918, escrito por Jean Brunhes e Camille Vallaux, do *Collège de France*, publicado no periódico *Geographical Review*, vol. 06 de dezembro de 1918. Neste artigo, os autores alertam para os perigos da dominação germânica não apenas da Europa, mas do mundo (emigração germânica em massa para as Américas, por exemplo), através de seu extenso colonialismo. Os autores, em tom conspiracionista e alarmante, informa as intenções maquiavélicas dos alemães de “dominar o mundo”, citando Tannenber: “*We Germans of today; we do not enter a country to plunder it, we enter it to take possession of it forever*”. Os autores afirmam se tratar do domínio germânico da Ucrânia e dos Bálcãs. Adiante: “*The history of German colonization in the Baltic Provinces for eight centuries proves that Teutonic activity has never been seriously impeded here (...) The Germans have had their own way in the Baltic Provinces. They have there put into effect in all its severity and rapaciousness hegemonic colonization, or colonization through social control, as they understand it; although numerically inferior they have become the herrenvolk, an expression which we sometimes inadequately translate by ‘the master people’. It really means ‘the race of masters’, a different concept, having a significance of its own*”. Por mais maquiavélica e exagerada que possa parecer, a análise dos autores não foi muito diferente do que de fato ocorreu, alguns anos mais tarde, com o Nazismo.

Negro, vieram predominantemente das vilas de *Buchenhain* (“Bosque de Faias”), também chamada de Pojana Mikuli (Poiana Miculi, em português), e Bori.

Dentre os alemães na Romênia, o grupo que se fixou na Bucovina era numericamente maior que os que colonizaram a Moldávia ou a Transilvânia. Segundo Georges Castellan, a dominação cultural dos alemães era significativa:

“After the annexation by Austria in 1775, the Emperor invited miners from Slovakia, glass workers of Bohemia, and then, after 1830, Württembergers and Rhinelanders to work his extensive estates in these ‘crown lands’. They were followed by imperial functionaries, merchants, and an intelligentsia which grew up around the German university of Czernowitz – Cernauti – founded in 1874. About three quarters were Catholic; in 1930 they numbered 75.533, 8,9 percent of the population.(...) At Cernauti, where 47,5 per cent of the inhabitants were German-speaking in 1910” (CASTELLAN, 1971, p. 54).

Já no século XX, com o crescimento do *Terceiro Reich* na Alemanha, os alemães da Bucovina (que, segundo Castellan, haviam aceitado sem muita resistência a anexação da província à Romênia) se viram numa situação bastante delicada, que se repetiu com a maior parte das colônias alemãs pelo mundo:

“Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, a Romênia aderiu às Forças Aliadas, juntamente com a Rússia, sua vizinha. Assim sendo, as pessoas e mesmo cidades de origem germânica da Bucovina passaram a ser vistas como inimigos, pois que eram simpatizantes da Alemanha, país que compunha, juntamente com Itália e Japão, as forças conhecidas como Eixo” (CELESTINO, 2002, p. 8).

Os alemães-bucovinos de Poiana Miculi, Bori, e outras cidades de colonização alemã, foram evacuados em 1940. Com o Tratado de Paris, de 1947, a Bucovina foi dividida em duas. Sua parte ao norte, juntamente com a Bessarábia, foram entregues à Rússia e à Ucrânia (que, posteriormente, também foi invadida pela URSS, durante a Guerra Fria). A parte ao sul da Bucovina, juntamente com a Transilvânia, passou a pertencer à Romênia.

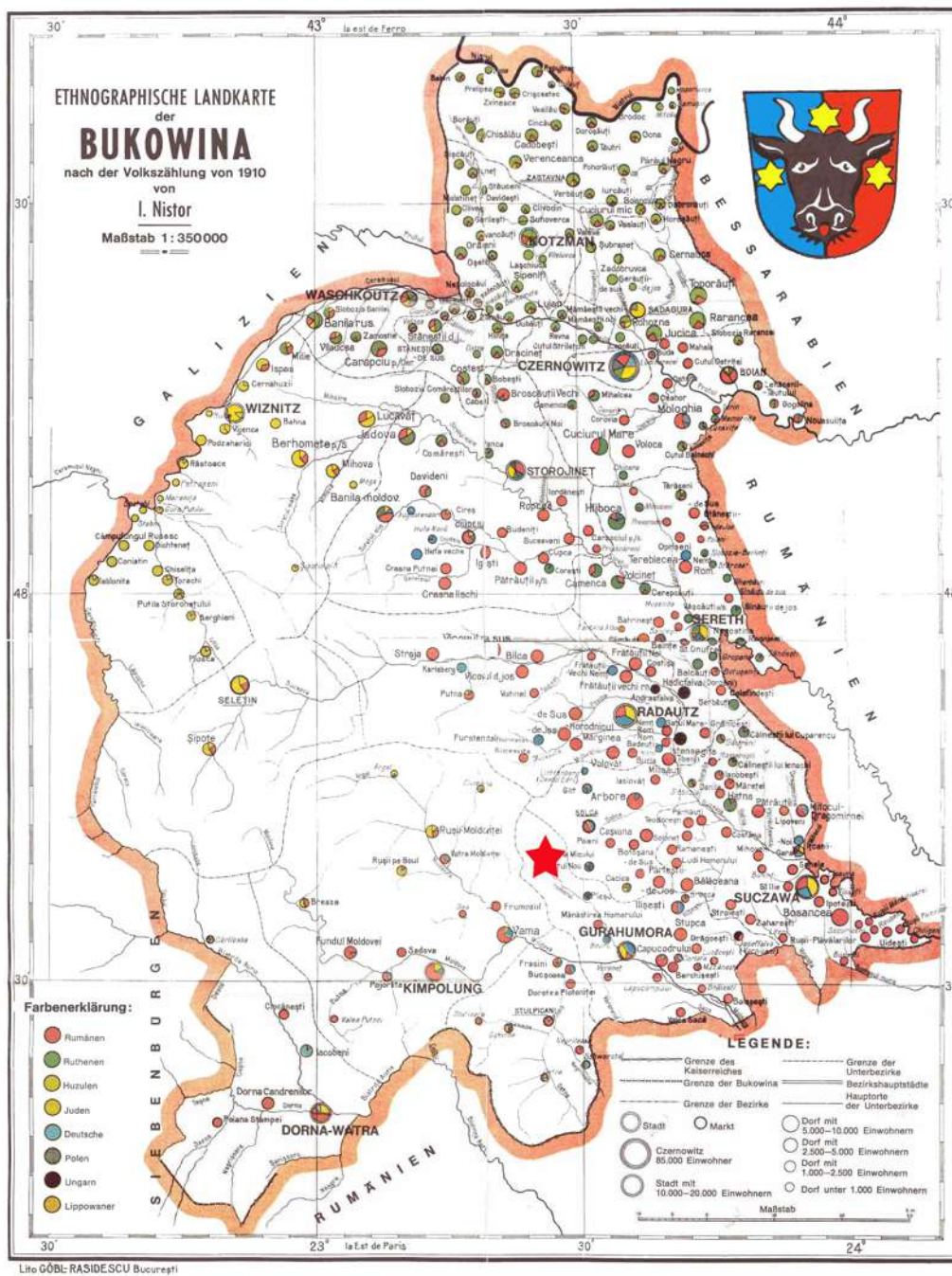


Fig. 7: Mapa etnográfico da Bucovina, datado de 1910. A estrela vermelha sinaliza a cidade de Poiana Miculi, de onde vieram os colonos que emigraram para o Brasil.

I.1.2. OS ALEMÃES-BOÊMIOS (*BÖHMERWALDIANOS*), OU OS “*COLONOS LIVRES*”

“Niemand's Herr, niemand's Knecht – das is künisch Bauernrecht!”
Trad: “Ninguém é Senhor, ninguém é servo – este é o Direito do Colono Real”
(CELESTINO, 2002, p. 2)

Dentro de todo este processo de fragmentação e colonização da Europa Oriental, torna-se mais fácil entender, agora, a trajetória dos alemães-boêmios da Bavária até a Boêmia, e da Boêmia até a Bucovina. Deve-se ressaltar que este percurso todo se deu ao longo de alguns séculos – no entanto, esta informação se torna crucial para entender porque, mesmo havia séculos longe da Alemanha, os descendentes conservavam seus nomes alemães, além de outras características culturais, tal como o idioma falado.

“Os bucovinos, como estes imigrantes e seus descendentes são chamados em Rio Negro, são remotamente originários da Baviera (Bavária ou Bayern), no Sul da Alemanha. Ainda hoje conservam o dialeto típico “boarisch” ou “bayerischer”, no seio de famílias tradicionais. Têm, portanto, sangue germânico, com tradições, espírito inventivo, gerador de tantos benefícios na nova terra” (CELESTINO, 2002, p. 1).

Sendo assim, portanto, pode parecer pouco importante a distinção dos alemães-bucovinos dos alemães propriamente ditos, que se estabeleceram em Rio Negro a partir de 1829, constituindo a primeira colônia de imigrantes alemães do Paraná. No entanto, por mais que tivessem culturas semelhantes, os alemães-bucovinos já haviam, naturalmente, se diferenciado dos alemães – suas “origens” bávaras eram remotas, não-obstante a manutenção de manifestações culturais, tal como o idioma. Dentro da própria dinâmica social em Rio Negro, é interessante notar que para os descendentes de alemães, os bucovinos não são como eles – há inúmeras piadas e deboches sobre os “caipiras” bucovinos, que se mantêm até os dias de hoje. Esta aparente rejeição demonstra que, por mais alemães que possam parecer à primeira vista, os bucovinos são reconhecíveis como um grupo com uma cultura e uma história à parte.

Não há, no entanto, quaisquer registros sobre as famílias bávaras (mais especificamente da “Floresta Bávara” ou “*Bayerischer Wald*”) que emigraram, inicialmente, para a Boêmia (“Floresta Boêmia” ou “*Böhmerwald*”). A princípio, o que se sabe é que as famílias dos colonos alemães-boêmios saíram originariamente de localidades como *Furth*, das aldeias de *Flecken*, *Zwiesel*, vilas como *Regen*, *Cham*, *Freyung* e da cidade de *Passau*. Nota-se, aqui, que as famílias sempre ocupavam regiões de florestas: da Floresta Bávara para a Floresta Boêmia, e, por fim, ao “Bosque de Faias” (*Buchenland*), na Bucovina. Isto fez com que estes colonos se tornassem extremamente hábeis com o uso da madeira em geral, tanto

no seu emprego como material de construção de edificações, quanto na sua utilização na fabricação de ferramentas. Isto será melhor exposto no Capítulo III, sobre as construções bucovinas.

O motivo pelo qual estas famílias se viram forçadas a emigrar está no antigo costume romano de conservar íntegra a propriedade da família, cuja posse e administração cabia ao herdeiro primogênito.

“(…) existia o *Anerbenrecht* (...) consistia na passagem da terra ao filho mais velho (onde imperava o catolicismo) ou ao filho mais moço (nas regiões protestantes). Aí, o filho herdeiro podia dispor, livremente, dos bens imóveis sem nenhuma obrigação para com os demais irmãos. Estes participavam apenas da herança dos bens móveis e podiam permanecer na propriedade, trabalhando como assalariados. Quando a terra não comportava este tipo de trabalho, aos demais irmãos não restava outra alternativa senão tornarem-se trabalhadores nômades ou migrarem para as cidades onde iam engrossar os contingentes proletários. Com isso ia aumentando constantemente o número de camponeses sem terras nos campos e os maltrapilhos nas cidades. Mas a terra não era dividida e os ‘sítios’ ficavam íntegros” (WEIMER, 1983, p. 27).

Esta situação era litigiosa visto que a maior parte das famílias era numerosa, e não havia terra nem provisões suficientes para a subsistência de tantos núcleos familiares. Assim, numerosas famílias destas regiões passaram a emigrar para outras regiões da Europa, onde pudessem adquirir terra própria para cultivar e criar gado.

Assim, algumas famílias emigraram para a Floresta Boêmia, a qual, hoje, pertence à República Tcheca, ao sul de Praga. No entanto, a vida na Boêmia não foi fácil. Após derrubar a mata e colonizar a região, trabalhando como pequenos agropecuaristas ou exercendo outros ofícios, como a fabricação de cristais¹⁵. O que Ayrton Celestino ressalta, porém, é o caráter independente dos colonos: “...eram livres e independentes. Não tinham qualquer dependência de ricos e nobres. Por isto, diziam-se e eram conhecidos como ‘colonos livres’. Ao contrário dos ‘colonos servos’, não tinham patrões e possuíam sua própria terra, tinham o direito de trabalhar como bem entendessem e ir para onde bem lhes aprouvessem” (CELESTINO, 2002, p. 2). Os dizeres “*Ninguém é Senhor, ninguém é servo – este é direito do Colono Real!*” está, inclusive, escrito nas faixas do Brasão de Armas do *Böhmerwald*, que traz a figura de um leão em postura de luta, coroado e trazendo um cetro, simbolizando a força, coragem e soberania do povo boêmio (fig.8). A denominação de “colono real” vinha, segundo Celestino¹⁶, do fato de que suas terras lhes foram garantidas pelo Rei em troca da colonização das áreas mais

¹⁵ É digno de nota que os cristais da Boêmia, valorizados até nossos dias, têm suas tradições arraigadas há alguns séculos e tiveram a participação de alguns destes colonos na sua fabricação. A família Schelbauer, de Rio Negro, inclusive, tem entre seus antepassados Schödlbauer, vários “cristaleiros”.

¹⁶ Estas informações foram fornecidas em entrevista a esta pesquisadora.

esparsas e difíceis do Reino. Fazia parte do trato, inclusive, a manutenção de uma relativa soberania e independência destes colonos.



Fig.8: Brasão de armas do *Böhmerwald*

Os colonos que se estabeleceram na Boêmia eram, em sua grande maioria, extremamente pobres e com pouca (ou nenhuma) instrução. Sendo assim, levaram consigo a própria tradição, também vigente no *Böhmerwald*, que os fizera emigrar anteriormente: mantinham o costume de não partilhar as terras. Em breve, novamente se repetiu o cenário onde havia muitos agricultores para poucas terras. Como tomavam para si a condição de “colonos livres”, muitos não aceitavam a situação de trabalhar para outras pessoas e queriam emigrar em busca de novas terras. Deste modo, 42 famílias, atendendo à proposta do Imperador Francisco José I, da Áustria, resolveram então partir para a Bucovina, no extremo oriental do Grande Império, nas encostas dos Montes Cárpatos Orientais, em 1840. Como já dissemos na seção anterior, este incentivo à migração de grupos germânicos para colonizar as regiões no limite oriental do Império, onde vigorava outra cultura, tinha como objetivo “germanizar” a extensão do Império, visando à integridade e soberania nacional, além de conter possíveis invasões de turcos, russos, e outros povos. Logo a Bucovina encontrou-se “coalhada de inúmeras colônias formadas por agricultores do *Böhmerwald* e de outras regiões

de cultura germânica” (CELESTINO, 2002, p. 4). Além disto, segundo Celestino, a própria condição de “*colonos livres*”, completamente independentes de qualquer governo ou poder superior, de que tanto se gabavam os *böhmerwaldianos*, também era motivo de preocupação para Francisco I, que procurava contê-los sempre com promessas de novas terras, e acenava com a possibilidade de uma melhoria considerável de vida.

É interessante ressaltar que, apesar de parecer, aos nossos olhos, um percurso no mínimo incomum (Bavária para Boêmia, Boêmia para Bucovina), os *böhmerwaldianos* estavam na época transitando dentro de um mesmo império, segundo nos relata o pesquisador bucovino Karl Flachs: “Nossos antepassados procedem na maioria do *Böhmerwald*, que fica a Oeste da Boêmia, divisa direta com a Alemanha. Até 1918 a Boêmia, tanto quanto a Bucovina, pertenciam à monarquia austro-húngara, de tal forma que nossos antepassados migravam no próprio interior do Reino Austríaco. Em 1918 a Boêmia foi anexada à recém-criada Tcheco-Eslováquia” (FLACHS *apud* CELESTINO, 2002, p. 14).

Não há datas precisas que registram a migração da Bavária para a Boêmia, mas entre a primeira migração para a Boêmia, e a segunda, para a Bucovina, houve um lapso de algumas gerações. Vale dizer que alguns dos *böhmerwaldianos* da Boêmia, ao invés de seguir para a Bucovina, preferiram enfrentar o temor do mar e procurar terras em outros continentes. Alguns destes vieram, inclusive, para Santa Catarina e fundaram a cidade de São Bento do Sul em 1873, situada a apenas 65 km de Rio Negro/Mafra. Ou seja, o chamado *povo-irmão* veio ao Brasil 14 anos antes da chegada dos primeiros alemães-bucovinos em Rio Negro. Outros *böhmerwaldianos* emigraram para os Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela, Cuba e Paraguai (CELESTINO, 2002. pp. 2-3), atendendo aos apelos da crescente propaganda que se fazia na época para estimular germânicos formar colônias em outros continentes.

I.1.3. OS COLONOS GERMÂNICOS NA BUCOVINA

Muito já foi falado sobre os germânicos na Bucovina nas seções anteriores. No entanto, ainda cabem algumas informações.

Além dos alemães-boêmios (os quais nos interessam por serem os colonos que, alguns anos mais tarde, viriam ao Brasil), outros alemães ocuparam a Bucovina durante o Império Austríaco, conforme nos informa o pesquisador Dr. Claus Stephani:

“The Bukovina Germans, therefore, immigrated to Bukovina only after the occupation of the province by Austria. Initially, under Empress Maria Theresa, there came primarily civilian and military personnel in an official capacity, who, in most cases, remained in the province. Soon thereafter craftsmen and merchants were called to the region and were guaranteed considerable incentives, as for example, exemption from tax and military service. After these German-speaking professional groups, who were for the most part settled in the cities, the Austrian military administration suggested to the central bureaus in Vienna that German workers and farmers also be brought to the province. These German immigrants came to Bukovina in stages: Zipser ‘Saxons’ from what was then called Zips and from the Gründler Land (Slovakia), so-called Swabians from Baden-Württemberg and the Rhine-Main region, and German-Bohemians from the Bohemian Forest” (STEPHANI, 1978, s/p).

Os grupos germânicos tinham diversas funções na Bucovina, segundo as intenções do governo do Império. Os assentamentos eram promovidos tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas, com fins pré-determinados. Como poderemos ver na lista fornecida por Josef Talsky, foram estabelecidos assentamentos destinados à agricultura, e outros destinados à indústria madeireira, à produção de vidro e à mineração:

- Comunidades agrárias dos “Swabianos” (promovidas pelo Estado): *Deutsch-Badeutz, Deutsch-Satulmare, Deutsch-Tereblesti, Illischestie, Neu-Itzkany* e as vilas menos populosas de *Arbora, Dragomirna, Mitoka, Molodia, St. Onufry, e Zuczka*.
- Assentamentos agrários dos Alemães-Boêmios (promovidos pelo Estado): *Bori, Buchenhain* (Poiana Miculi), *Lichtenberg, Schwarzthal* e uma pequena colônia em *Glitt*.
- Assentamentos agrários privados: *Alexanderdorf, Augustendorf, Katharinendorf, Neuzadowa, e Nikolausdorf*.
- Assentamentos madeireiros e de produção de vidro: *Althütte, Fürstenthal, Karlsberg, Neuhütte* e as vilas menos populosas *Frassin e Paltinossa*.
- Assentamentos de mineração: *Eisenau, Freudental, Jakobeny, Luisental* e nas vilas de *Bukschoja Kirlibaba, Pozoritta, e Stulpikany*, que não continham minorias alemãs muito numerosas. (TALSKY, 1956, s/p).

Os *böhmerwaldianos*, portanto, eram destinados essencialmente à vida agrária. Celestino, a partir de relatos dos imigrantes bucovinos, nos conta que a distância de mais de 1000 km entre a Floresta Boêmia e a Bucovina havia sido percorrida a pé, durante oito semanas de viagem, com as famílias levando seus pertences em carrinhos de mão ou em pequenas carroças puxadas por cães, bastante comuns na Boêmia (CELESTINO, 2002, p. 12).

Foram liderados por um colono, Johann Fuchs, que conhecia o caminho anteriormente. As terras da colônia de *Buchenhain* (Poiana Miculi) já haviam sido preparadas, com as matas derrubadas e algumas casas construídas a partir de 1838. Karl Flachs relata:

“Chegando ao destino ainda não estava concretizado o assentamento. Passavam-se anos antes que isto ocorresse. Muito se prometeu a esta gente, mas cumpriu-se muito pouco (...) Em 1838, por pressão dos colonizadores, finalmente, deu-se início ao desmatamento. Com inimaginável afinco atiraram-se os colonos ao trabalho. Árvores com troncos acima de 2 metros de diâmetro tiveram que ceder ao denodo dos desbravadores, que agiam de forma organizada, em vários grupos (...) Assim, grandes áreas eram desmatadas rapidamente. Os naturais da região observavam o procedimento dos boêmios-alemães. Não conseguiam conceber como duas pessoas podiam derrubar árvores com 70 a 80 metros de altura. Consideravam os boêmios como super-homens e fugiam sempre que os viam” (FLACHS *apud* CELESTINO, 2002, p. 15).



Fig. 9: as carroças puxadas por cães, utilizadas na Boêmia e na Bucovina.

Apesar de no início serem menos de 50 famílias que se dispuseram a fazer a viagem, nos anos seguintes muitas outras famílias boêmias chegaram à Bucovina, buscando terras que nem todos conseguiam. Após o desmatamento, o assentamento se deu ao longo das margens do Rio Humor, em 42 lotes estreitos subindo a encosta dos morros, um ao lado do outro, em ambos os lados do rio.



Figs. 10 e 11: Imagens de *Buchenhain* (Poiana Miculi), datadas de 1940.

Os alemães-boêmios ocuparam os lotes numerados de 1 a 42, segundo relato de Karl Flachs (*apud* CELESTINO, 2002, pp. 15-19), que resumiremos a seguir. Nos lotes seguintes, de número 43 a 80, que se localizava um pouco abaixo ao longo do Rio Humor, 38 famílias oriundas da Eslováquia também se assentaram. Estas famílias falavam o idioma eslovaco e também eram de religião católica, tais como os alemães-boêmios. Algumas destas famílias, além de alguns poloneses, também emigraram mais tarde para o Brasil.

Os alemães-boêmios cultivavam aveia, cevada, alfafa, batata, milho e linho, e também sobreviviam à custa da caça de veados, cervos, coelhos, e da pesca de truta. Eles também criavam gado, de raça suíça, que abrigavam em estrebaria construída com troncos roliços encaixados. Com a madeira fabricavam a maior parte de suas ferramentas, de rocas a teares, bancos de marceneiros, e etc. Algumas famílias, com mais recursos financeiros, extraíam a madeira e fabricavam móveis e utensílios, além de beneficiar a madeira para exportação.

Os alemães tiveram algumas trocas culturais com os valáquios, que já habitavam a região havia milênios. Estes bucovinos tinham uma cultura bastante rudimentar, pois sobreviviam praticamente às custas da criação de ovelhas, produzindo queijo, coalhada, requeijão, além de aproveitar a lã. Ao contrário dos alemães, não costumam construir estábulos para sua criação: mesmo no inverno, as ovelhas dormiam na neve. No entanto, os alemães passaram a assimilar algumas técnicas dos valáquios, como o hábito de empilhar os cereais no campo, formando pequenos montes cônicos, que não estragavam nas intempéries. Outro hábito assimilado foi o uso de pequenas tábuas lascadas de pinheiro ao invés de telhas. Esta cobertura ainda é amplamente utilizada na região que antes era a Bucovina, na Romênia e na Ucrânia.

A religião dos colonos era Católica Romana, herdadas dos antepassados, assim como seus vizinhos eslavos. As missas eram rezadas em três idiomas pelo padre da região: alemão,

eslovaco e valáquio. A primeira igreja era construída de madeira, vindo a ser substituída por uma de alvenaria em 1890, considerada uma das mais belas da Bucovina. Esta igreja foi totalmente destruída na II Grande Guerra pelos alemães e russos, e foi restaurada pelos poloneses nos anos que se seguiram à guerra.

O grau de instrução dos colonos alemães-boêmios era muito fraco. As crianças não freqüentavam a escola na maior parte do ano, pois ajudavam suas famílias na roça. Celestino conta que muitos colonos sequer sabiam que a Terra era redonda, e por isso temiam a emigração para as Américas, pois poderiam “*cair do outro lado do mundo*” (CELESTINO, 2002, P.4)!

Ao contrário do que ocorreu na Bavária e na Boêmia, não havia mais a tradição, na Bucovina, de se manter intacta a propriedade da família. No entanto, outro problema veio à tona: como as famílias eram sempre muito numerosas, logo as terras foram sendo repartidas, até se tornarem ínfimas. Sendo assim, novamente, alguns colonos se viram obrigados a emigrar. A partir da década de 1880, muitas levas de alemães-bucovinos emigraram para o Brasil, Estados Unidos e Canadá. Mais tarde, mais famílias vieram se juntar aos que já haviam se estabelecido aqui, e em outras localidades pelo mundo.

Em 1886, um primeiro grupo emigrou para os Estados Unidos. Isto entusiasmou um segundo grupo, que analisou a possibilidade de vir ao Brasil. É interessante a observação de Celestino que os alemães bucovinos temiam os governos republicanos, preferindo os Impérios, como a Áustria. No entanto, não foi apenas este o motivo que os levou a vir ao Brasil (que ainda vivia os últimos anos de Império). Coincidiu que um dos colonos, Franz Wolf, descobriu que um parente seu, de nome Adolf Wolf, havia emigrado em 1877 da Boêmia, para a colônia de São Bento do Sul (SC), conforme citamos na seção anterior. Não contente com a situação ainda bastante precária da colônia, Adolf Wolf comprou terras em Rio Negro, que já era um centro maior na época¹⁷. Escreveu diversas cartas aos colonos da Bucovina, incitando-os a vir porque “*tinha muitas terras, umas doadas pelo governo, outras compradas. Contava como desenvolvia suas culturas, falava de suas colheitas, da erva-mate nativa que crescia naturalmente. Adolf lhes assegurava que no Brasil praticamente não havia inverno. Havia geadas, mas não neve*” (CELESTINO, 2002, p. 50).

Assim, algumas famílias aprontaram-se para fazer a viagem ao Brasil. Porém, a emigração dos alemães não interessava ao governo austríaco, para quem a permanência dos

¹⁷ Rio Negro surgiu como parte do trajeto das tropas que levavam gado do Rio Grande Sul para Sorocaba (SP). Era um ponto perigoso, pois havia a travessia do rio que deu nome à cidade. Assim, o governo iniciou a colonização, em 1816, com 50 casais açorianos. Mais tarde, em 1829, Rio Negro recebeu 238 alemães, que deram início à cidade propriamente dita. Assim, quando os bucovinos chegaram à cidade, ela já se encontrava bastante desenvolvida na época.

colonos garantia a soberania germânica na região. Assim, os colonos rebeldes contestaram, venderam todos seus pertences e resolveram viajar mesmo sem passaportes, apenas com os documentos pessoais, traduzidos pelo padre local para três línguas: latim, alemão e romeno. Os bucovinos, então, seguiram até Bremen, na Alemanha, onde embarcaram no navio *SS Ohio*, destinado ao Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1887. No Rio de Janeiro, receberam transporte gratuito até o porto de Paranaguá (PR), e de lá seguiram de trem até Curitiba, pela estrada de ferro que havia sido inaugurada apenas dois anos antes pelo Imperador D. Pedro II. De Curitiba, seguiram para Rio Negro à pé, acompanhados por dois carroções que levavam seus pertences. Finalmente chegaram em Rio Negro, no dia 07 de julho de 1887.

I.1.4. OS ALEMÃES-BUCOVINOS EM RIO NEGRO

“Para o Brasil!” soava a Sorte, “Para o paraíso no oeste, onde animais preguiçosos engordam com laranjas douradas!”
(Mathias Joseph Gansweidt, citado por WEIMER, 1983, p.22)

Em Rio Negro, os colonos se estabeleceram em pequenas propriedades agrárias e construíam edificações onde predominava o uso da madeira, com o sistema de encaixes que dispensava a utilização de qualquer tipo de prego. As construções são bastante semelhantes às alemãs, como as construídas em sistema enxaimel e alvenaria de pedra ou tijolos; enquanto outras soluções em *blocousse* (trancos maciços encaixados) ou estuque são bastante típicas dos imigrantes poloneses na região de Curitiba¹⁸. Os bucovinos, a princípio, utilizavam coberturas de madeira lascada ao invés de telhas, como os ucranianos costumam fazer. Estes pequenos detalhes construtivos demonstram a inevitável repercussão que os nativos das regiões por onde os bucovinos passaram exerceram sobre eles.

¹⁸ Conforme levantamento feito por Jussara Valentini junto aos poloneses da região de Curitiba. VALENTINI, Jussara. *A Arquitetura do Imigrante Polonês na Região de Curitiba*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.



Fig. 12: Casa de madeira típica da região da Bucovina.



Fig. 13 (à esq.): Casa Seidl, em Mafra (SC), que data aproximadamente de 1890. Esta casa segue o modo construtivo típico das casas bucovinas. Foto sem data.

Fig. 14: A mesma casa, em 2005.

Em Rio Negro, as sete famílias recém-chegadas (Rankl, Baumgartner, Schödlbauer, Schuster, Neuburger, Wenkelbauer) requereram à Câmara Municipal de Rio Negro terrenos de 2 a 3 alqueires, destinados a culturas de maior parte. Assim, os colonos começaram a se assentar, principalmente nos Bairros do Passa Três, do Bom Jesus (centros da cultura bucovina até hoje), e no Imbuial (atual Mafra [SC]). Logo se adequaram à nova terra, freqüentando as missas da Igreja, misturando-se aos alemães que já habitavam a cidade (vindos de Trier, Alemanha, em 1829), matriculando seus filhos na Escola Pública. Passaram a cultivar a terra e criar gado, e os filhos mais velhos facilmente encontraram trabalho, seja na construção de estradas, na extração de madeira, ou em plantações alheias.

Exultantes com os avanços na nova Pátria, os alemães-bucovinos que se instalaram escreveram aos seus parentes e amigos na Bucovina, incitando-os a virem ao Brasil. Da parte

do governo brasileiro, as autoridades municipais e estaduais, satisfeitos com as contribuições destes colonos, acenaram com a promessa de casas e terrenos à disposição de novos colonos que quisessem emigrar para o Brasil. Assim, organizou-se a segunda leva de colonos bucovinos, desta vez com 70 famílias.

O governo cumpriu suas promessas. Ao saber da vinda de novos colonos, foram loteados terrenos em Volta Grande e Campo do Gado, em Rio Negro, e em São Lourenço, do outro lado do rio (atual Mafra). Os lotes mediam de 5 a 6 alqueires, para cada família, e já foi preparada a madeira necessária para a construção das novas casas. A segunda leva de imigrantes partiu de Poiana Miculi, na Bucovina, em abril de 1888 e chegou ao Brasil em junho. Partiram de Bremen no navio *SS Berlin*. Destes, alguns se desiludiram e voltaram à Bucovina. De acordo com as pesquisas de Celestino, que analisou as listas das famílias que embarcaram nos navios, contrapondo-as com informações deixadas por um pioneiro, Ignatz Schödlbauer, percebeu-se a existência de vários sobrenomes eslavos e poloneses. Isto se explica: algumas famílias destas origens, também habitantes de Poiana Miculi, emigraram ao Brasil junto com seus vizinhos alemães-boêmios.

Os bucovinos que se instalaram em Rio Negro eram, além de agricultores, profissionais diversos. A primeira serraria foi fundada por uma família tradicionalmente ligada aos bucovinos, a família Hirt. Alguns colonos eram especializados em construções, marceneiros, músicos, fabricação de gamelas de madeira, engenhos de erva-mate, carroceiros, e Martin Hones especializou-se na construção de carroções de toldos, que são consideradas típicas deste povo. “Cada colono bucovino era um carroceiro. Não havia família bucovina que não tivesse sua carroça de passeio” (CELESTINO, 2002, p.122).



Fig. 15 (à esq.): os carroções de toldo.

Fig. 16: Foto da primeira serraria de Rio Negro. Serraria dos Hirt, circa 1889.

Além destas contribuições, vale lembrar a construção da primeira escola bucovina, a Escola do Passa Três, construída em 1892. Esta construção, feita com enxaimel (estrutura em madeira preenchida com alvenaria de tijolos), foi construída em regime de mutirão (“pichirum”) entre os colonos bucovinos, que forneciam não apenas a mão de obra gratuita, mas também o material de construção.



Fig. 17: A Escola do Passa Três, já restaurada, em 2005.

É interessante ressaltar que o currículo desta escola, assim como no Externato Teuto-Brasileiro de Rio Negro, incluía estudos em alemão, principalmente o ensino da língua. O professor Friedrich Föllinger, que lecionou na escola de 1901 a 1924, era alemão e veio especialmente ao Brasil para dar aulas aos bucovinos e seus descendentes. Recebia, além do seu salário pequeno e de uma ajuda de custos da Sociedade Escolar dos bucovinos, uma pequena subvenção da Alemanha. Os bucovinos procuravam manter uma boa relação com o cônsul da Alemanha, e inclusive receberam uma visita do próprio cônsul, Ludwig Aeldert, em 1932. A escola encerrou suas atividades em 1956.

A Escola do Passa Três foi tombada pelo município de Rio Negro através da Lei nº 693/92, e considerada de Utilidade Pública, doada à Associação Alemã-Bucovina de Cultura, em maio de 1993, através da Lei nº 754/93. Em 2002-2003, a Escola foi restaurada com auxílio do Ministério da Cultura federal, e dos programas de Proteção à Cultura do Estado do Paraná. O levantamento técnico e seus documentos relativos à lei de tombamento e à restauração encontram-se no Capítulo III e nos anexos ao fim do volume, respectivamente.

Além desta escola, foram fundadas também outras duas: uma no que se convencionou chamar “Sítio dos Hirt”, e outra no bairro do Imbuial, que atualmente se

chama Vila Nova, em Mafra (SC), outro núcleo de colonização bucovina na antiga Rio Negro. Além das escolas, os bucovinos construíram diversas igrejas, Sociedades de Agricultura, Clubes, armazéns, serrarias, engenhos, entre outros.

Com este breve estudo, podemos verificar que a cultura bucovina, até em função de sua história peculiar, não pode ser meramente embutida e generalizada como “alemã”. Para começar, não são necessariamente alemães, visto que vieram de uma região bastante distante do que chamamos de Alemanha, atualmente, e suas raízes na Bavária são remotas. Ao mesmo tempo, têm diversos costumes e características que os diferem dos alemães que já estavam em Rio Negro na época da chegada das famílias bucovinas. Ao mesmo tempo, seu patrimônio ainda existente é significativo: além da Escola Bucovina, devidamente tombada e transformada em museu, existem ainda diversas casas que datam da década de 1890, construídas pelos próprios colonos, e mantidas de forma rudimentar pelos seus descendentes.

Também não podemos deixar de mencionar o extenso trabalho realizado pelo pesquisador Ayrton Gonçalves Celestino, cujo livro forneceu a maior parte dos dados para este estudo. O pesquisador dedicou-se, durante muitos anos, à pesquisa e registro da memória bucovina, partindo do relato do seu avô Ignatz Schödlbauer (posteriormente “Schelbauer”, cuja grafia foi modificada no Brasil por não existir, aqui, o fonema “ö”). Inácio Schelbauer tinha um anseio muito grande de escrever um livro onde pudesse relatar suas memórias de imigrante, sonho que foi realizado muitos anos depois pelo seu neto. O volume *Os Bucovinos no Brasil* é obra valiosa, e traz um montante de informações impossíveis de transmitir, todo, aqui.

Ayrton Celestino foi, também, o idealizador da Associação Alemã-Bucovina de Cultura, o “ABC”, fundada em fevereiro de 1992, a partir do sucesso da 1ª Semana Bucovina de Rio Negro e Mafra, realizada em julho de 1991. “Além de coordenar as Semanas Bucovinas e demais festividades dos Bucovinos de Rio Negro e Mafra, como o ‘Natal Bucovino’, e outros eventos, a Associação também procura resgatar a memória e as tradições dos antepassados bucovinos, incentivando usos e costumes, a culinária, as músicas e danças, procurando incentivar a união e o conhecimento entre as famílias, através dos encontros e da genealogia” (CELESTINO, 2002, p. 547).



Fig. 18: Apresentação do grupo folclórico *Boarischer Wind*, que apresenta danças e canções bucovinas, com incentivo da Associação Alemã-Bucovina de Cultura. A fotografia foi tirada no Baile Bucovino, durante as festividades da 13ª Semana Bucovina de Rio Negro e Mafra, realizada em julho de 2005.



Fig. 19: Candidatas à Rainha Bucovina, da 13ª Semana Bucovina. A vencedora foi a terceira moça a partir da esquerda, representando a família Fuchs.

Por fim, uma imagem do monumento erigido em homenagem aos imigrantes bucovinos na entrada da cidade: a Cruz Bucovina. A Praça Bucovina, onde está a réplica da Cruz do Mosteiro de Humor, localizado entre as vilas de Poiana Miculi e Bori, foi inaugurada em 1994. “Em 1995, por ocasião da abertura da 5ª Semana Bucovina, presentes os Cônsules da Romênia e da Alemanha, foi solenemente inaugurada e benta a Praça Bucovina” (CELESTINO, 2002, p. 549).



Fig. 20: Réplica da Cruz do Mosteiro de Humor, erigida na Praça Bucovina, em homenagem aos imigrantes bucovinos de Rio Negro. Apesar de a cruz ser de um mosteiro Cristão Ortodoxo e os imigrantes serem Católicos Romanos, a escolha se deu pelo fato destas cruzes existirem há centenas de anos na Bucovina. O Mosteiro de Humor, inclusive, encontra-se há alguns séculos entre as vilas de Poiana Miculi e Bori, de onde vieram os imigrantes bucovinos que se instalaram em Rio Negro.

I.2. Alguns dados sobre Rio Negro (PR) e Mafra (SC)



Fig. 21: Localização dos municípios de Rio Negro e Mafra, localizados, respectivamente, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

A História de Rio Negro imbrica-se com a História do Brasil em um ponto crucial: o desenvolvimento do Sul do Brasil – com exceção das áreas litorâneas – se deu a partir da passagem dos tropeiros paulistas em direção ao Rio Grande do Sul, para buscar o gado criado em grandes rebanhos para consumo no restante do Império. Nasce a cidade de Rio Negro no contexto dos tropeiros, situada na região dos chamados *Campos Gerais*, ao Sul do Estado do Paraná, às margens do rio homônimo. A partir de 1916, o rio passa a dividir os Estados de Paraná e Santa Catarina (limite discutido amplamente durante os conflitos do Contestado), sendo que ao sul, na margem catarinense, encontra-se o município de Mafra, que anteriormente fazia parte do município de Rio Negro.

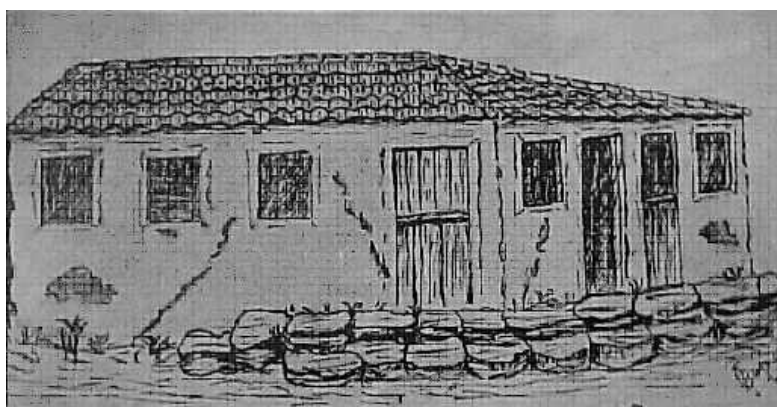


Fig. 22: Croqui da antiga morada do Barão de Antonina na cidade de Rio Negro, demolida.

Desse modo, a colonização dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, se deu no chamado “Ciclo das Tropas”. Durante os séculos XVIII e XIX, a economia brasileira consistia

principalmente da mineração de ouro em Minas Gerais e agricultura nos então emergentes São Paulo e Paraná. Com o crescimento da população e surgimento de novas vilas e cidades, cresceu a demanda por alimentos. O Rio Grande do Sul era o principal produtor de rebanhos bovinos e passou a fornecer carne para a população brasileira de outras regiões.

No entanto, ainda não havia um sistema de vias adequado para o transporte da produção. A única ligação do Sul do Brasil à capital do Império ao norte era feita através de caminhos na mata, geralmente meras picadas indígenas. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (hoje o Estado do Rio Grande do Sul), os tropeiros requereram a D. João VI a abertura de uma estrada, ligando a Vila do Príncipe (atual Lapa, no Paraná) à Vila de Lages, em Santa Catarina. A única trilha que ligava os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul ao resto do país passou a ser, então, a chamada “Estrada da Mata”, onde atualmente é a rodovia BR-116. Por este caminho passavam as tropas, levando o rebanho bovino gaúcho para comércio em Sorocaba (SP) e subsequente consumo no restante do país.

Com esta constante movimentação pela trilha, foram surgindo no interior do Paraná diversos vilarejos, enfileirados ao longo do caminho e separados entre si a uma distância equivalente a aproximadamente um dia da viagem do tropeiro. “Esta pequena, porém ativa, população proporcionava toda a assistência ao tropeiro e à sua tropa, fornecendo palha picada, milho, sal, feno, etc. Hoje, esses antigos pousos são cidades. Tal é a origem de Rio Negro.” (WACHOWICZ, 1988, p. 103). Outros municípios que surgiram no caminho dos tropeiros são os municípios de Lapa (palco do importante “Cercos da Lapa”, onde ocorreu uma importante batalha na Revolução Federalista), localizado a cerca de 50 km de Rio Negro; Palmeira, Castro, e Ponta Grossa. Curitiba, capital do Paraná, que se localiza a aproximadamente 100 km de Rio Negro, também teve um desenvolvimento significativo durante este momento, especialmente devido à expansão do comércio com as tropas.

A região onde hoje se localiza Rio Negro anteriormente era ocupada pelos indígenas, os *botocudos*, que constantemente atacavam os tropeiros que passavam pela trilha. O trecho entre Rio Negro e Curitiba (SC) era considerado o trecho mais perigoso. Procurando afastar os tropeiros dos perigos e assaltos, o Barão de Antonina, considerado fundador e “bandeirante” de Rio Negro (CELESTINO, 2002, p. 301), pediu a D. João VI em 1807 que enviasse alguns casais para formar povoações no local onde os tropeiros atravessavam o rio Negro, em que já havia um antigo posto e registro fiscal. Em 1816, 50 casais portugueses vindo da Ilha de Açores deram início à colonização da área. No ano de 1828 foi erguida, no pequeno núcleo populacional uma capela denominada Capela da Mata do Caminho do Sul, quando o povoado contava com meros 180 moradores. Em 1829, seguindo novos pedidos do Barão de Antonina, e de acordo com a política de imigração na época, instala-se uma colônia

de 238 imigrantes alemães no povoado, e em 1833 uma nova leva de 100 alemães acrescenta-se à população do local. Rio Negro é, portanto, a primeira colônia alemã no Estado do Paraná.



Figs. 23 e 24: Imagens de Rio Negro no início de sua ocupação. As fotos datam de cerca de 1870.



Fig. 25: Casa de um dos primeiros imigrantes alemães da cidade, o Sr. Mathias Pixius, que chegou à cidade na primeira leva de imigrantes alemães, em 1829. Foto datada, supostamente, de cerca de 1930. Esta casa não existe mais.

A Capela Provisória foi instalada em 1827, e em 1838, Rio Negro tornou-se Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna, jurisdição da Comarca da Lapa. No período entre 1853 e 1860, mais colonos alemães transferiram-se espontaneamente para o novo município que prosperava, vindos dos municípios catarinenses de Joinville, São Bento do Sul e Blumenau, além de vários pontos do Rio Grande do Sul. Nos anos de 1887 e 1888, aumentou a população da cidade com a chegada de 77 famílias da região então chamada de *Bukovina*. Os imigrantes alemães, bucovinos, poloneses e eslavos construíram os primeiros moinhos e serrarias da região, rasgaram estradas, construíram igrejas e escolas, dando um caráter germânico e eslavo à cidade com suas construções.

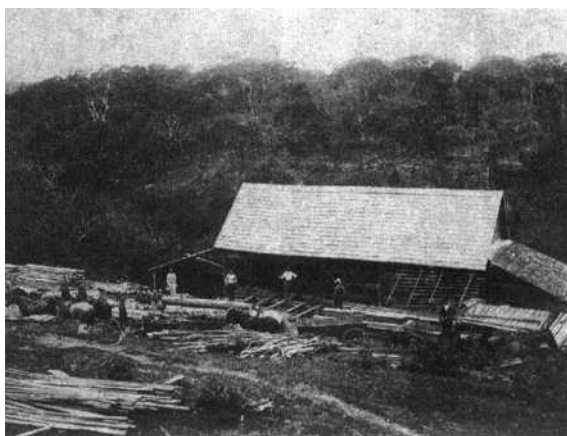


Fig. 26: Serraria da família Hirt, de origem bucovina. Esta serraria foi a primeira a ser montada na cidade, em 1889.

“Rio Negro foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 219, de 02 de abril de 1870, e teve como primeiro prefeito o Sr. Joaquim Teixeira Sabóia, eleito pelo voto popular em 24 de setembro de 1892” (MEDEIROS, 1999, pp. 15-17).

I.2.1. AS GUERRAS E SUAS RELAÇÕES COM A COLÔNIA BUCOVINA

A região foi palco de muitos conflitos. Entre 1892 e 1894, Rio Negro viu a crueldade da guerra, durante a Revolução Federalista, inclusive participando do conflito com inúmeros soldados (nenhum dos quais bucovinos), que se escondiam ao longo do Rio Negro, bloqueando o principal acesso à parte meridional da República, e participando do conhecido “Cercos da Lapa”, cidade vizinha.

No período de 1912 a 1916, mais um conflito histórico ocorreu, com os fanáticos do Contestado¹⁹. O efeito deste episódio na cidade de Rio Negro foi marcante: a cidade de Rio Negro teve seu território reduzido de 5 mil quilômetros quadrados para 629

¹⁹ Referência ao local de origem dos chamados “fanáticos”, a região “contestada” entre o Paraná e Santa Catarina, porém sem relação direta à questão de limites. Estas diferenças serão aprofundadas a seguir.

quilômetros quadrados, correspondendo à parte ao norte do rio homônimo. Com o acordo de limites, a maior parte de seu território, ao sul do rio, foi passado ao Estado de Santa Catarina, constituindo hoje o município de Mafra.

Um dos episódios mais violentos da História do Brasil, a *Revolução Federalista*, deixou sua marca na cidade de Rio Negro, palco de batalhas entre os legalistas (os governistas, também chamados de *pica-paus*) e os federalistas (os revolucionários, também conhecidos como *maragatos*). Vários rionegrenses participaram das batalhas como soldados, tanto do lado dos maragatos quanto dos governistas.

Quanto à colônia bucovina, seu envolvimento foi mínimo, conforme registro de Ayrton Celestino. Baseando-se nos registros deixados por um imigrante bucovino, Ignácio Schelbauer, Celestino conta que, embora houvesse batalhas sangrentas justamente na cidade, os bucovinos não se envolviam diretamente nos embates, preferindo recuar-se ou manter-se à parte.

Em novembro de 1893, houve um sangrento confronto entre as tropas governistas, lideradas pelo General Francisco de Paula Argollo, e as tropas revolucionárias, sob o comando do General Piragibe. Enquanto as tropas governistas entricheiraram-se no Alto do Rio Negro, na margem direita do rio, os soldados revolucionários ocuparam a margem esquerda, onde hoje é Mafra. Os bombardeios com granadas e canhões duraram dois dias, segundo o relato de Ignácio Schelbauer. Alguns estilhaços atingiram o bairro onde moravam muitos imigrantes bucovinos, em Rio Negro. Celestino afirma, “assustados, muitos bucovinos, vendo as granadas caírem em seus quintais, fugiram para lugares distantes. Alguns se retiraram até o Sítio dos Rauem, no alto do morro, onde tinham parentes e estavam a salvo. Outros, prevenidos e cautelosos, fizeram porões em suas casas e se sentiam protegidos” (CELESTINO, 2002, p. 163).

Juntaram-se às tropas federalistas cerca de 300 homens voluntários, simpatizantes à causa revolucionária. Ressalta-se a adesão de Mathias e José Becker, de Rio Negro. Embora não fossem bucovinos, e sim descendentes dos imigrantes alemães, os irmãos Becker eram muito próximos dos bucovinos, segundo relato de Ignácio Schelbauer (*apud* CELESTINO, 2002, p. 165). Pela “amizade” que mantinham, foi possível que a passagem das tropas pela cidade poupasse o gado e os pertences dos imigrantes bucovinos, embora tivessem “seqüestrado” os carros-de-boi bucovinos e seus condutores, e mais sete parselhas de boi, para o transporte dos canhões pesados até a Estiva. Estes bucovinos conseguiram fugir, deixando os carros-de-boi para trás. Ao todo, os efeitos sentidos pela cidade foram graves: além dos constantes ataques e rajadas de tiroteios, várias casas de comércio e casas foram pilhadas e saqueadas.

A situação tornou-se pior após o fim da Revolução, quando a cidade foi ocupada por guardas do 14º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Cel. Santos Dias. A partir deste momento, iniciou-se uma desforra cruel onde os chefes federalistas, seus aliados e simpatizantes eram brutalmente fuzilados. Ignácio Schelbauer relata que os guardas do 14º BI estavam em todos os caminhos e as pessoas deveriam apresentar um salvo-conduto para transitar livremente. Os revolucionários Mathias e José Becker foram mortos em 1894, juntamente com vários federalistas rionegrenses.

Embora os bucovinos não participassem diretamente dos combates, foram alvo de agressões que Celestino conta abreviadamente: “Em fins de 1894, o 14º BI finalmente deixou a cidade. Foram terminantemente proibidas as execuções de pessoas. Assim mesmo, apareceram jacobinos que massacraram o pobre povo tão sofrido, principalmente os estrangeiros, ou seja, os ‘*alemães velhos*’, vindos em 1829, os bucovinos e até os poloneses” (CELESTINO, 2002, p. 167). Infelizmente, há poucas informações que possam levar ao motivo deste massacre, e também sobre a identidade dos “jacobinos”.

Outro conflito a marcar a região foi a Questão do Contestado – um capítulo da história brasileira comparável com Canudos –, a qual se deu na área onde hoje se localizam os municípios de Rio Negro e Mafra. A região do Contestado foi alvo de uma longa e litigiosa disputa entre Brasil e Argentina e, posteriormente, entre as Províncias de São Paulo (que mais tarde desmembrou-se, criando o Estado do Paraná) e de Santa Catarina.

“Numa região há séculos marcada por disputas territoriais, ao ser criada a Província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, o governo provincial herdou da província de São Paulo um antigo litígio fronteiriço com a província de Santa Catarina, sobre o domínio dos Campos de Palmas. No período imperial a questão sempre foi discutida, no entanto, nunca resolvida. Santa Catarina reivindicava as áreas compreendidas entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai, indo até a fronteira da Argentina [que inclusive também disputou a região contestada com o Brasil, cujo fim se deu com o arbitramento na pessoa do então Presidente Americano, Grover Cleveland. A questão foi resolvida em 1895 em favor do Brasil]. Por sua vez, o Paraná herdou de São Paulo as mesmas fronteiras meridionais, fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul através do Rio Uruguai. (...)”

Apesar de todos os argumentos serem favoráveis ao Paraná, o veredicto final foi a favor de Santa Catarina, por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 1904. O Estado do Paraná ainda tentaria embargar essa decisão através de ações, nos anos de 1909 e 1910, todas infrutíferas. (...) Em 20 de outubro de 1916, o presidente da República Wenceslau Brás estabeleceu um acordo entre as partes, partilhando a região contestada. Da área contestada inicial de 48 mil quilômetros quadrados, o Paraná ficou com 20 mil e Santa Catarina com 28 mil. Nesta época Affonso Alves de Camargo era governante do Paraná; ao assinar o acordo ele pôs fim ao litígio” (ARANTES, 2000).

A enorme região contestada abrangia grande parte de Santa Catarina e a região Sul do Paraná, inclusive Rio Negro, até seu limite com São José dos Pinhais, conforme visto no mapa abaixo:

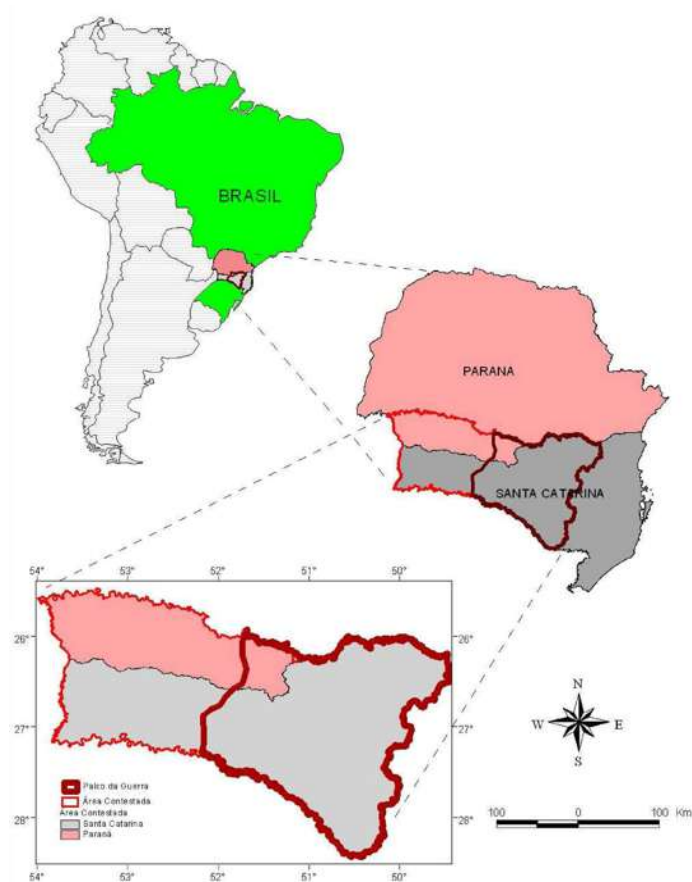


Fig. 27: Mapa esquemático situando a região contestada (marcada em vermelho claro) em relação aos Estados do Paraná e Santa Catarina. A marcação em vermelho escuro consiste no palco da Guerra do Contestado.

É importante se observar que, segundo o professor Sandro Moreira²⁰, da Universidade do Contestado, em Mafra, a idéia de que “os argumentos estavam em favor do Paraná” é tendenciosa, vista pelo lado do Paraná. Os limites estipulados já faziam parte de acordos anteriores entre São Paulo e Santa Catarina que, com o litígio, foram resolvidos somente em 1916: os rios Negro e Iguazu passaram a estabelecer definitivamente as fronteiras dos Estados.

A Questão do Contestado afetou profundamente o município de Rio Negro. A colonização da vila vinha sendo efetuada nas duas margens do rio, e a partir do estabelecimento do Rio Negro como limite natural entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, o município viu-se dividido em dois. A maior parte da cidade e de sua colonização inicial ficou ao lado sul do rio, conforme acalorado desabafo do historiador Raul d’Almeida:

“O Município de Rio Negro, como se fora um filho bastardo do Paraná, tem sofrido imensamente pelo tempo afora o desprezo dos poderes maiores pela sua situação. Os talvez cinco mil quilômetros quadrados do seu território de antes do ‘Acordo de Limites’ entre Paraná e Santa Catarina em 1916, ficaram, por esse ato, reduzidos a 1.419km²! (...) Aquele ‘acordo’, ademais de lhe tirar as melhores colônias, de lhe reduzir a área à quarta parte do que era, teve o atrevimento de lhe cortar a sede municipal ao meio!” (D’ALMEIDA, 1976, P.112).

A situação da divisão de uma cidade em duas repetiu-se mais a leste, também, com a separação de União da Vitória com Porto União. As dificuldades e o dissabor da população foram generalizados em ambos os lados, segundo relato de Ignácio Schelbauer, pois as complicações burocráticas provenientes de duas administrações municipais e estaduais diferentes contribuíram para o aumento dos gastos, pois haviam novos impostos a pagar. A colônia bucovina sofreu consideravelmente. Enquanto muitas famílias se estabeleceram onde hoje é Rio Negro, principalmente nos Bairros do Passa Três e Campo do Gado, várias outras colonizaram regiões que passaram a pertencer a Mafra, como Imbuial e Vila Nova. Mais tarde, com a construção de uma igreja católica em Mafra, as famílias de cada cidade passaram a lentamente perder contato, contribuindo com a fragmentação da colônia bucovina.

No entanto, apesar de pequenos empecilhos na antiga praticidade do dia-a-dia, a maior parte dos moradores rionegrenses e mafrenses até hoje se consideram, na prática, moradores da mesma cidade. As cidades-irmãs mantêm um espírito de cordialidade, conforme já descrito por Forjaz em 1929: “Continuam, porém, tão íntimas as relações entre

²⁰ Em entrevista a esta pesquisadora.

as duas cidades, que dir-se-ia continuarem sob a mesma jurisdição, numa fraternal comunhão de idéias, interesses e amizades.” (FORJAZ, 1929, p. 74).

O nome *Mafra* foi uma homenagem ao Coronel Manoel da Silva Mafra, que atuou no acordo sobre o limite dos dois Estados.

É interessante, porém, enfatizar que o acordo de limites não se restringiu apenas a embates jurídicos e políticos, pouco compreensível pela população da região. A “Guerra do Contestado” costuma ser comparada à Guerra de Canudos, que acontecera 15 anos antes, devido a vários fatores em comum. Além da violência do conflito, que resultou em muitas mortes, os revolucionários rebelados eram liderados por uma figura mítica e lendária, o “monge” José Maria – assim como o messiânico Antônio Conselheiro, de Canudos.

Os conflitos decorrentes desta aliança com o “monge” acabaram por ter pouca relação, de fato, com a questão dos limites. Vale lembrar que a maior parte dos moradores da região eram muito simples e tinham pouco entendimento das implicações políticas envolvidas. A revolta se deu por motivos econômicos e sociais que apareciam gradativamente, ao passo que a região passou a ser mais fortemente explorada e ocupada. Com o desenvolvimento da cafeicultura, surgiu a necessidade de construir uma ferrovia que ligasse os grandes núcleos urbanos com a região sulina, agrária, para que esta os abastecesse com seus produtos. Após muito deliberar,

“A concessão da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande iniciou-se com o engenheiro João Teixeira Soares em 1890. Soares abandonou o projeto em 1908, transferindo a concessão para uma empresa norte-americana, a Brazil Railway Company, pertencente ao multimilionário Percival Farquhar, que, além do direito de terminar a obra, obteve a garantia de exploração de 15 Km de cada lado da estrada. Farquhar criou também a Southern Brazil Lumber & Colonisation, que objetivava extrair a madeira da região e comercializá-la no Brasil e no exterior. Além disso, a empresa adquiriu também o direito de revender os terrenos desapropriados às margens da estrada de ferro.

Para a construção do trecho necessário à conclusão da ferrovia, a empresa contratou cerca de 8000 homens nas cidades do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife, prometendo salários compensadores. Ao encerrar a construção da ferrovia, esses funcionários foram demitidos, sem qualquer auxílio por parte da empresa, a qual ignorou o acordo para retorná-los as suas cidades ao término do trabalho. Dessa forma, engrossaram a população carente que vivia na área do Contestado” (SANTOS, 2001).

Assim, a rebelião dos camponeses, a maioria analfabeta e bastante pobre. Celestino conta, através dos relatos de Ignácio Schelbauer que “a pobre gente do sertão não recebia das autoridades constituídas, seja do Paraná ou de Santa Catarina, qualquer apoio em matéria de

educação, saúde, higiene e segurança. Nem Paraná, nem Santa Catarina investiam na região, com medo de perder, uma vez que a questão girava incerta na ‘roleta’ da Justiça” (CELESTINO, 2002, p. 238). Em 1912, surge o “monge” José Maria, na verdade chamado Miguel Lucena de Boaventura, que era tido pelos camponeses como santo e abençoado, um “salvador”. Segundo Celestino, o monge José Maria conseguiu parte de sua credibilidade junto aos camponeses por se dizer irmão de outro “monge”, um eremita que se abrigava em uma gruta na cidade Lapa e que possuía muitos fiéis e devotos, o “monge” João Maria.

O “monge” José Maria perambulava pela região do Contestado, partindo do município catarinense de Taquaraçu, arrebanhando seguidores (os chamados “fanáticos”) e distribuindo bênçãos e remédios para os camponeses desamparados pelo Poder Público. Com seu fervor religioso, o “monge” e os “fanáticos” percorreram toda a região do Contestado, transitando livremente pela fronteira entre os dois Estados em litígio.

O Monge e seus seguidores instalaram-se no Distrito de Irani, no município de Palmas, no Paraná. Porém, o Governo do Paraná acreditou tratar-se de um movimento de ocupação planejado por Santa Catarina, e enviou para Palmas “O Coronel João Gualberto à testa de uma força policial, para desalojar José Maria e seus seguidores” (CAVALCANTI *apud* CELESTINO, 2002, p. 239).

“Tropas lideradas pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá, enviadas pelas autoridades paranaenses, atacaram os camponeses seguidores do ‘monge’. Como resultado, as mortes do coronel e do ‘monge’, bem como a derrota do exército pelos combatentes camponeses. A morte do ‘monge’ o transformou em santo, ganhando novos adeptos localizados em diversas áreas adjacentes. Os rebeldes, contrários à República devido às mazelas sociais relacionadas ao novo regime, ostentavam uma postura favorável à Monarquia e declararam guerra aos poderes então constituídos. Os conflitos estenderam-se até 1916, tendo fim mediante uma ampla intervenção das forças militares federais, que aniquilaram a resistência dos militantes” (SANTOS, 2001).

Os colonos bucovinos, assim como a maior parte da população de Rio Negro e Mafra, não estiveram no centro dos conflitos armados da Guerra do Contestado, embora estivessem geometricamente próximos. Segundo Celestino, o povo bucovino sofreu indiretamente por perdas e danos, visto que alguns de seus descendentes (como a família Johann Reichardt, colono bucovino, e o irmão de Ignácio Schelbauer, também imigrante) perderam propriedades e posses em outras cidades. A família Reichardt havia se mudado de Rio Negro para a região do Contestado, próximo de Canoinhas, e lá fundaram um pequeno povoado com seu nome. Já Francisco Schelbauer morava, na época de suas perdas, em União da Vitória.

Os bucovinos eram, em sua grande maioria, colonos pacíficos e pouco politizados. Interessavam-se mais em garantir sua sobrevivência na nova terra e pouco se envolviam nas questões políticas, bélicas, ideológicas ou administrativas. No entanto, é comum encontrar os descendentes dos alemães participando dos conflitos, segundo os relatos de Ignácio Schelbauer.

I.3. Identidade oficial e bucovina no processo migratório para o Paraná

“As jovens cidades eram inteiramente nórdicas, a nova imigração encontra-se nelas com a antiga (alemã, polaca, russa e, ainda em menor grau, italiana), que se tinha agrupado, uns escassos 100 anos antes, ao sul do Estado em torno de Curitiba. Casas feitas com tábuas ou com troncos de árvores, dispostos em esquadrias, evocavam a Europa central e oriental.”

(LÉVI-STRAUSS)

As condições da imigração para o Brasil, no século XIX, de imigrantes da região central e oriental de Europa foram particularmente compensatórias para ambas as partes envolvidas. O Império aproveitou a vinda dos imigrantes para colonizar extensos vazios demográficos, como os atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, e evitar que estas regiões fossem invadidas pela Argentina, que, na época, chegou a disputar litigiosamente alguns trechos do território brasileiro. Questão esta finalmente encerrada com intervenção dos Estados Unidos. Da parte dos imigrantes, a proposta de colonização no Brasil era uma nova oportunidade para recomeçar a vida. “Tanto camponeses quanto artífices foram compelidos à emigração motivados pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras no Novo Mundo e, ao mesmo tempo, fugir da proletarização” (SEYFERTH, 1974, p. 24). Além disto, a região Central e Oriental da Europa sempre fora uma região de muitos conflitos, pontilhadas por muitas guerras, um sistema de divisão de terras ainda bastante feudal, e com graves problemas de conflitos por intolerância religiosa e étnica. As nações conhecidas atualmente como Alemanha, Polônia, Áustria, Hungria, Ucrânia, Itália, dentre outras que deram origem a grandes correntes migratórias no Brasil, não existiam de fato enquanto nações até o fim do século XIX.

No início do séc. XIX, o Paraná ainda se encontrava em completo ostracismo. O Estado, que então fazia parte da 3ª Comarca de São Paulo, embora tivesse passado pelo *Ciclo do Ouro* – período em que foi fundada a capital do estado, Curitiba – não era povoado de forma regular, tendo em seu interior enormes áreas de vazios demográficos. Estes locais eram geralmente habitados por indígenas (como os *botocudos* na região de Rio Negro, objeto deste estudo), que consistiam em perigo para os tropeiros, os quais levavam o gado proveniente dos municípios de Vacaria e Viamão, no Rio Grande do Sul, para serem comercializados em Sorocaba (SP). Os atuais Estados que se encontram entre estes dois extremos do *Caminho das Tropas* – Paraná e Santa Catarina – eram povoados apenas ao longo do litoral, sendo o interior ainda uma área não-colonizada.

“O povoamento dos planaltos é de ínfima densidade até o século XIX e só adquiriu um ritmo efetivo depois que as primeiras levas de colonos estrangeiros começaram a se localizar

primeiramente em Rio Negro, e em Curitiba mais tarde” (MARTINS, 1989, p. 40). No início do século, a chegada de imigrantes alemães, em Ilhéus, na Bahia, em 1818, e dos suíços alemães em Nova Friburgo, em 1819,

“(…) assinalaram a política inaugurada por D. João VI, e reafirmada por lei de 1820 que concedia terras a imigrantes católicos com o objetivo de atrair os benefícios da colonização alemã. Surgem nesta década as primeiras colônias alemãs do sul do Brasil: em 1824, São Leopoldo, RS; em 1828, Três Forquilhas e Torres, RS; e em 1829, São Pedro de Alcântara e Itajaí, em SC” (BALHANA, 1969, p. 16).

Neste mesmo ano, as primeiras vinte famílias alemãs que haviam desembarcado no Porto de Antonina (PR), vindos no veleiro alemão *Charlotte Louise* em junho de 1828, alcançaram o destino – Rio Negro – em 06 de fevereiro de 1829, instalados pelo Barão de Antonina, consolidando, por iniciativa particular, a primeira proposta de colonizar com europeus os vazios no Estado do Paraná. Ainda haveria mais duas colônias estrangeiras trazidas por iniciativa privada (colônia Teresa, fundada em 1847; e a colônia Superaguí, em 1852), somando ao todo 460 indivíduos, inaugurando as políticas oficiais do Governo que viriam a seguir.

Wilson Martins comenta que Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da Província do Paraná, encontrou ainda em 1853 um imenso desafio: “Povoar esse território de duzentos mil quilômetros quadrados, no qual se disseminava uma população de 60.626 habitantes, ou seja, praticamente, três pessoas por quilômetro quadrado” (MARTINS, 1989, p.64). Embora esta população estivesse, basicamente, concentrada em dezenove pequenos centros urbanos distantes entre si e sem estradas (o caminho era feito normalmente por picadas no mato, muitas vezes perigosas), o restante do território era “um irremediável deserto”, conforme o autor nos conta:

“Esses dezenove oásis eram representados pelas duas cidades (Curitiba e Paranaguá); pelas seis freguesias (Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro) e pelas quatro capelas curadas (Guaraquessaba, Iguaçú, Votuverava e Palmas). Curitiba tinha, nessa época, 5.819 habitantes, e Paranaguá, 6.533. As vilas, freguesias e capelas possuíam uma população que oscilava, em geral, entre mil e cinco mil habitantes (...) Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto” (MARTINS, 1989, p. 64).

Deste modo, Zacarias de Góes e Vasconcelos logo encontrou como saída para este problema o incentivo oficial à colonização por imigrantes europeus, os quais ele considerava serem “o ‘trabalhador’, o ‘técnico’, o ‘agricultor’, de que a província precisava” (MARTINS, 1989, p.65). Assim, Vasconcelos promulgou a lei nº 29, de 21 de março de 1855, em que

afirma que autorizava a vinda de imigrantes, preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se encontrassem em outras províncias do Brasil; destinando recursos para despendar com os colonos, tais como auxílio para a passagem e a alimentação; e estipulando que os colonos já fossem encaminhados para trabalhar na construção de estradas da província ou então distribuídos entre os lavradores para auxiliar nas culturas de trigo, café e chá. O governo também procurou estabelecer os imigrantes procedentes destas regiões nos Estados de clima temperado, mais parecidos com as regiões nativas deles. “O processo imigratório trazia em sua gênese os propósitos de branquear a população e preencher os espaços vazios, (...) na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os ‘campos gerais’, era a floresta, era a Serra do Mar” (KERSTEN, 2000, p. 200).

Os colonos, ao se estabelecerem no Paraná, foram responsáveis pela construção de ferrovias, rodovias, escolas, casas, hospitais e igrejas; abriram fábricas e escolas; se estabeleceram no comércio, além de toda forma de construção de alta tecnologia. Também se concentraram no cultivo dos mais diversos produtos agrícolas, tendo papel fundamental no desenvolvimento do Estado, que, se formos analisar comparativamente com Estados como São Paulo, na época já devidamente ocupado e cuja economia já incluía uma industrialização incipiente, encontrava-se bastante atrasado.

Em parte devido à fragmentação da região que hoje abrange a Alemanha, Áustria, os Países Baixos, Suíça, Suécia, Romênia, Ucrânia, Polônia, Eslováquia e República Tcheca, dentre outros; denominavam-se “alemão”, “polonês” ou “austríaco” praticamente todos os colonos provenientes destas regiões. Ao chegarem, muitos tinham seus registros alterados, e seus nomes traduzidos. Muitos destes documentos se perderam, tornando difícil a distinção dos povos que se mesclaram e formam a cultura germânica, eslava e nórdica dos Estados do Sul do Brasil. Martins, ainda no seu importante estudo sobre a imigração no Paraná, afirma que

“(…) é absolutamente impossível saber com segurança o número de estrangeiros entrados no Paraná desde 1829, não só porque as pesquisas estatísticas sempre foram, a esse respeito, as mais contraditórias e falhas (...) Acrescentem-se a isto certas confusões de nacionalidades, como as que fizeram contarem-se duas vezes os russos-alemães (como russos e como alemães), ou a que jamais distinguiu os austríacos e suíços dos alemães e os poloneses dos ucranianos” (MARTINS, 1989, p. 69).

As pesquisas estatísticas das etnias e nacionalidades dos imigrantes que vieram ao Paraná, mesmo consciente destas falhas, costumam dividir os imigrantes em quatro grandes grupos: Poloneses (o mais numeroso), Ucranianos, Alemães e Italianos. Esta divisão, utilizada pelo pesquisador Romário Martins até 1934 (conforme nos informa Wilson

Martins), contava também com os chamados *pequenos grupos* (franceses, austríacos, russos, suíços, ingleses, holandeses, islandeses, búlgaros, romenos, suecos, noruegueses, tcheco-eslovacos, gregos, húngaros, dinamarqueses, lituanos, egípcios, portugueses, espanhóis, japoneses, argentinos, paraguaios, etc.). Além desses, os que ele denominou *Grupos Urbanistas*²¹ (sírios, libaneses, e judeus); e os *Grupos Avulsos*, provenientes dos Estados vizinhos (MARTINS, 1989, p. 70).

A dificuldade hoje em caracterizar as colônias vem da própria situação política de seus Estados de origem na época. Regiões do antigo Império Austro-Húngaro – de onde vieram os principais grupos de colonos que se estabeleceram na região de Rio Negro e Mafra – eram sujeitas a inúmeras invasões e disputas por território: recém-libertos da dominação francesa após a Revolução Francesa, passaram a ser disputados pela Prússia, Rússia e Áustria, as regiões vizinhas. O território estava todo fragmentado em pequenos ducados, reinados, principados, entre outros; numa ocupação de espaço secular. Cada grupo possuía suas raízes, cultura e idioma. Nesta região encontramos a Boêmia, a Bavária, Bucovina, Polônia e Alemanha. “O número de pequenos Estados deixa perceber o caos político que era a Alemanha antes da unificação” (SEYFERTH, *ibid.*). Ainda mais tarde, ao se dar a unificação da Prússia nos fins do século XIX, os colonos alemães passaram a ser proibidos de emigrarem ao Brasil, fazendo com que muitos viessem ilicitamente sob o disfarce de “poloneses”. Os próprios poloneses também sofreram com a definição de sua nacionalidade: “Essas potências [Rússia, Prússia e Áustria] dividiram o território polonês, submetendo seus habitantes a uma assimilação de identidade. Assim é que eles adotaram a cidadania conforme o Império ao qual estavam submetidos. Alemães, russos ou austríacos – eis como eram denominados os poloneses, de acordo com a região na qual residiam” (GOULART, 1984). No entanto, embora fosse para nós de difícil distinção a nacionalidade dos colonos que desembarcavam no Brasil, os próprios já se organizavam e se definiam, e hoje podemos notar as diferenças culturais que cada grupo trouxe ao país. Por exemplo, se observarmos o caso dos alemães-bucovinos: ao emigrarem para o Brasil, no registro das famílias nos navios nos quais embarcaram e nos documentos oficiais do governo, constava a nacionalidade das famílias como “alemã”, conforme levantamento de Celestino (2002, pp. 63-72). Por exemplo, o ofício datado de 18 de julho de 1887, assinado por Joaquim D’Almeida Faria Sobrinho, da Câmara Municipal da Villa de Rio Negro, dispunha sobre “a localização das 7 famílias de imigrantes alemães, que ultimamente foram para se estabelecer nesse Município” (CELESTINO, 2002, p. 66). Portanto, para todos os efeitos, as 77 famílias que se estabeleceram em Rio Negro estão registradas como imigrantes alemães, talvez devido ao fato de terem embarcado num porto alemão

²¹ Não há registro na bibliografia sobre o motivo desta denominação, “*urbanista*”. O que pode se deduzir, com esta afirmação, é que os povos referidos preferiam aglomerar-se em centros urbanos, ao contrário dos outros imigrantes, que em geral ocupavam zonas rurais.

(Bremen), possuem nomes germânicos e falam o idioma alemão. No entanto, na própria municipalidade onde se instalaram, estes colonos logo se diferenciaram dos alemães que já se encontravam lá presentes, e até hoje se reconhecem sob a denominação de “bucovinos”.

É importante ressaltar que a abertura à colonização de D. João VI atendia aos interesses dos imigrantes católicos, que, à época, era a religião oficial do Império Brasileiro. Os católicos eram perseguidos pelos luteranos em seus países de origem, que, após a Reforma Protestante, se tornaram dominantes em algumas regiões. Parte dos alemães que emigraram para países novos como o Brasil e os Estados Unidos, o fizeram também por estes motivos. Os poucos luteranos que se instalaram no Brasil, inclusive em Rio Negro, eram imigrantes chegados ao país após a Proclamação da República, quando se impôs a tolerância religiosa. Enquanto isto, em países como os Estados Unidos, a quantidade de católicos, chegados antes de 1889, é igual ou inferior ao número de protestantes. Como podemos notar nos dados a seguir, do levantamento feito pelo IBGE em 1959, os católicos eram maioria esmagadora entre os alemães e bucovinos e seus descendentes em Rio Negro:

Dados etnográficos da população de Rio Negro em 1959²²:

- **Rio Negro:** total populacional de 28.479 habitantes.
 - 25.920 “brancos”²³, para 1.606 “pretos e pardos” e apenas 3 “amarelos”.
 - 2.164 pessoas eram estrangeiros, e 207 eram brasileiros naturalizados.
 - 27.049 Católicos e 1.430 de outras religiões, incluindo ateus.

Segundo os dados relatados por Wilson Martins, o imigrante alemão foi o primeiro a chegar ao Paraná, se instalando no município de Rio Negro, 1829. Os poloneses e bucovinos, a partir da já citada lei de Zacarias de Góes e Vasconcelos, chegaram ao município a partir de 1887. As etnias alemãs e bucovinas compõem os principais grupos do município, que também conta com grande quantidade de colonos de outras origens (porém em menor quantidade e expressão dentro da identidade do município), tais como italianos, franceses, espanhóis, sírios, libaneses, japoneses e judeus, que chegaram ao município a partir do início do séc. XX.

O ritmo da imigração, embora oscilante, jamais chegou a interromper-se de todo no Estado do Paraná. Os dados do censo de 1950 no Paraná revelam que, à época, no Paraná, havia os seguintes grupos de imigrantes:

²² Fonte: FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. IBGE, Rio de Janeiro: 1959.

²³ Utilizamos a terminologia “politicamente incorreta” tal qual era adotada pelo IBGE em 1959.

- Alemães: (embora fossem a maior colônia estrangeira no séc. XIX, passaram a ser a 3ª maior colônia em 1950): 6.427 hab.
- Poloneses: (segundo maior grupo no Paraná em 1950): 10.558 hab.
- Japoneses: (maior grupo de imigrantes no Paraná em 1950): 14.860 hab.
- Espanhóis: 5.494 hab.
- Austríacos: 2.441 hab.
- Italianos: 7.850 hab.
- Portugueses: 3.899 hab.
- Paraguaiois: 1.145 hab.
- Sirio-libaneses: 1.586 hab.
- Soviéticos: 6.152 hab.

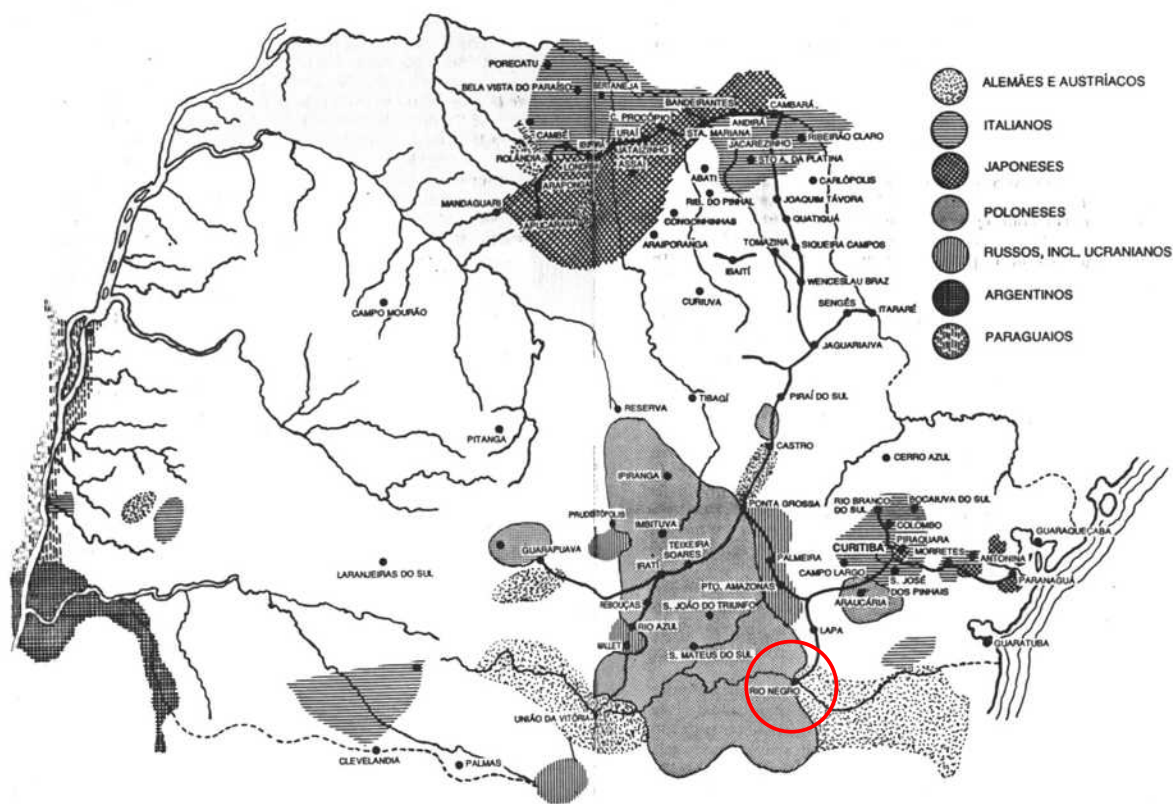


Fig.28: Mapa etnográfico das principais colônias do Estado do Paraná, datado de 1950. Os dados podem conter erros pois o levantamento que deu origem a este mapeamento foi feito sem levar em consideração os imigrantes que já haviam se instalado no Paraná antes do século XX, como é o caso dos alemães e bucovinos. É possível perceber que, na região de Rio Negro (assinalada em vermelho), o mapa aponta a existência de poloneses, alemães e austríacos.

Além de outros grupos de imigrantes, que em 1950 contavam com menos de 1000 indivíduos, provenientes de: Argentina, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Egito, Equador, Estados Unidos e Porto Rico, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Haiti, Holanda, Honduras, Hungria, Iugoslávia, México, Noruega, Panamá, Peru, República Dominicana, Romênia, Salvador, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Turquia, Uruguai, Venezuela, dentre outros países

da América, África, Ásia, Europa, Oceania, ou sem declaração de país procedente (MARTINS, 1989, pp. 70-75).

No entanto, conforme verificamos no mapa acima, se houver registro dos imigrantes bucovinos e seus descendentes, estes estão classificados provavelmente como alemães, austríacos ou poloneses, visto que são as três etnias que, no mapa, encontram-se na região de Rio Negro. É possível que, com base na documentação oficial, os bucovinos tenham sido considerados alemães.

Podemos perceber, portanto, que nos dados oficiais da imigração no Brasil, há pouca clareza e distinção quanto à origem e nacionalidade dos colonos que aqui vieram se instalar. A princípio, a dificuldade é explicável: atualmente, pouco se esclareceria ao afirmar que os imigrantes que são objeto deste estudo são “bucovinos”, e não alemães. Afinal, o que seria a Bucovina? É uma região que sequer existe atualmente nos mapas. No entanto, não podemos, também, afirmar que, devido à localização da região anteriormente conhecida como Bucovina nos mapas contemporâneos, se trata de romenos ou ucranianos. Por fim, apesar do idiomas que falam, dos seus nomes e origem étnica alemã, tampouco podemos simplesmente rotulá-los de “alemães”, pois que se diferem dos outros – tanto culturalmente, como pelo simples fato de que não habitavam, há algumas gerações, em regiões da Alemanha.

Mesmo no caso dos alemães, por exemplo, do Estado de Santa Catarina, há diferenças. O estereótipo comumente relacionado aos alemães é o do bávaro alegre e festivo, principalmente devido à divulgação das *Oktoberfest* catarinenses, típicas da região da Baviera, de onde vieram alguns grupos de imigrantes que se instalaram em Blumenau, por exemplo. No entanto, são bastante diferentes dos pomerâneos (que colonizaram Pomerode, por exemplo) ou wesfalianos. Assim, perpetuar a generalização de “alemães” para designar todos os grupos de origem germânica é insistir na caricatura, dificultar os processos de preservação da memória autêntica (ao contrário dos estereótipos), e terminar por desgastar ou minimizar as significativas diferenças culturais entre os grupos.

É significativo o fato que, ao se perceberem diferentes dos alemães e terem como estímulo a história oral de seus avós e bisavós, alguns descendentes bucovinos tenham tido o desejo de procurar descobrir sua própria identidade. Onde ficava a cidade de Poiana Miculi, ou Bori, onde seus antepassados nasceram? Por que as mulheres sempre usavam aqueles lenços escuros, de roupas sóbrias, e os outros alemães não? Por que falavam outro dialeto, preferiam a agricultura e a pecuária, enquanto os distintos alemães da cidade de Rio Negro tendiam a ser mais urbanos, mais propensos ao desenvolvimento da tecnologia da cidade (empresas de construção, energia elétrica, etc.)? Por que os bucovinos eram motivos de

piadinhas e gozações por parte dos outros alemães? O que significa, afinal, a alcunha “*bucovino*”?

Debruçados sobre fotografias, cartas e documentos de seus antepassados, não é de se surpreender que este povo se descobrisse diferente, e quisesse se organizar para, há 15 anos, promover festas, eventos, tradições e pesquisas em torno de suas particularidades. O movimento é incipiente; entretanto, as pesquisas romperam fronteiras e foram buscar dados e contatos com sociedades bucovinas internacionais, como a *Bukovina Society of the Americas*, sediada em Kansas, nos Estados Unidos, e outros pesquisadores europeus. Estes estudiosos estrangeiros participaram de uma das edições da Festa Bucovina em Rio Negro, em 2001, prestando esclarecimentos sobre a história e genealogia dos imigrantes e seus descendentes rionegrenses.

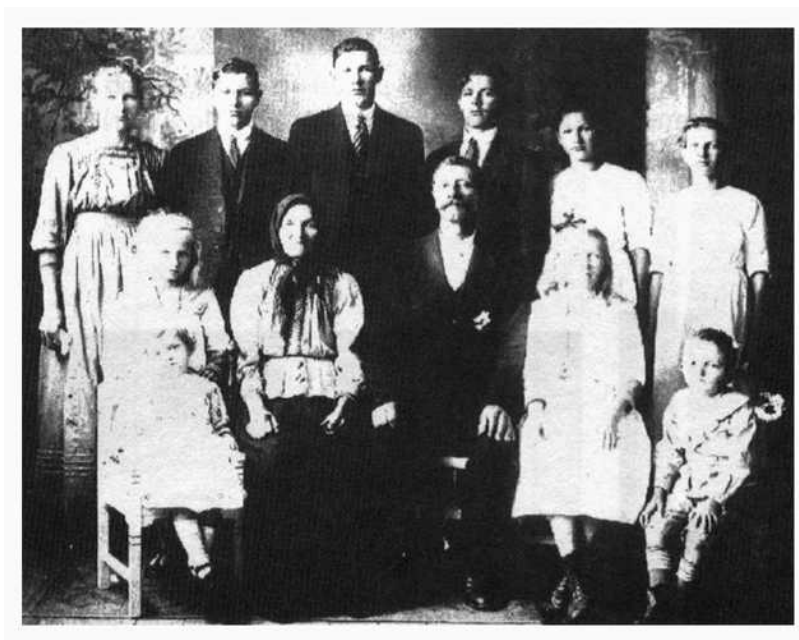


Fig. 29: Fotografia da família de Josef Seidl e Guilhermina Hellinger, datada de 1919.



Fig. 30: A descendente Helena Herzer Camargo, em sua casa (construída pelo imigrante Johann Herzer, ferreiro, nascido em Poiana Miculi, Bucovina, aproximadamente em 1890), mostrando fotos de seus pais diante da Escola Bucovina. Foto de março 2006.



Fig. 31: Fotografia antiga, sem data, retratando o imigrante bucovino Johann Herzer, nascido em Poiana Miculi em 1854, e sua esposa Martha Weber, com quem casou em 1877. Os seis retratados na fotografia chegaram ao Brasil na 2ª leva de imigrantes bucovinos, em 1888.

Não se trata de exigir de todos um conhecimento pormenorizado da história da Europa, para que melhor se possa compreender os grupos de imigrantes diversos que vieram ao Brasil. Esse é um trabalho complexo, que esbarra em dados difíceis de obter, ou mesmo em informações errôneas; a falta de registros e documentos oficiais; a própria ignorância dos descendentes, que muitas vezes pouco sabem informar sobre suas origens; distorções que já tenham se consolidado como verdades; entre outros. No entanto, quando há a possibilidade e o interesse de determinada população de preservar sua cultura, é extremamente positivo que os estudos sejam pautados por um rigor metodológico, de vários ramos das humanidades. No caso, a preocupação com a preservação e valorização das manifestações culturais dos imigrantes bucovinos não chegou ainda à arquitetura das casas centenárias, ou de casas posteriores onde determinadas referências arquitetônicas ainda tenham se mantido. Como poderemos ver no dossiê das construções bucovinas, há alguns exemplares cuja preservação ainda é possível – ou, ao menos, urge o estudo e registro de suas características mais singulares. Mesmo se forem considerados exemplos banais de arquitetura, o simples fato de serem testemunhos significativos da imigração germânica no Brasil – e, o que é mais importante, da imigração de um povo que só se encontra organizado neste local – já é motivo mais que suficiente para seu estudo e preservação. Trata-se de uma contribuição inegável para a história do Paraná e de Santa Catarina.



Fig. 32: Crianças de descendência bucovina apresentando danças típicas na 13ª Semana Bucovina.

CAPÍTULO II

Autenticidade na preservação do patrimônio

*“Clarisse, cidade gloriosa, tem uma história atribulada.
Diversas vezes decaiu e refloresceu, mantendo sempre a primeira
Clarisse como inigualável modelo de todos os esplendores, a qual,
comparada com o atual estado da cidade, não deixa de suscitar suspiros
a cada giro de estrelas. (...)*

*Eis então os fragmentos do primeiro esplendor, que haviam se salvado
adaptando-se a necessidades mais obscuras, sendo novamente deslocados,
e-los protegidos sob recipientes de vidro, trancados em vitrinas, apoiados
sobre travesseiros de veludo, e não mais porque ainda podiam servir
para alguma coisa, mas porque por meio deles seria possível reconstruir
uma cidade sobre a qual ninguém sabia mais nada...”*

(ITALO CALVINO, *As Cidades Invisíveis*)

Atualmente, a questão da preservação do patrimônio cultural está despertando um maior interesse na sociedade em geral. Pode-se dizer que a conscientização da necessidade de se preservar os monumentos tornou-se mais difundida a partir do século XX – mais especificamente após as duas Guerras Mundiais, devido à destruição dos edifícios históricos e monumentos. No entanto, a importância de se preservar o legado de nossos antepassados para as gerações posteriores já havia sido percebida há muito tempo, até em civilizações muito antigas. Por exemplo, o relato do viajante Pausânias, durante sua visita a Olympia no primeiro século d.C, onde cita a seguinte mensagem que viu numa placa de bronze fixada a um pilar:

*“Stranger, I am a remnant of a famous house.
I, who once was a pillar in the house of Oenomaüs;
Now by Cronus’ son I lie with these bands upon me,
A precious thing and the baleful flame of fire consumed me not.”*
(PAUSANIAS apud JOKILEHTO, 1985, p.5).

Apesar de este trecho demonstrar a consciência existente já nas civilizações antigas de que o fragmento “remanescente de uma casa famosa” era algo “precioso” – portanto, requer cuidado –, a idéia de que a preservação do patrimônio deveria se sistematizar como um campo disciplinar autônomo, com uma metodologia própria, começou a surgir nos fins do século XVIII e consolidou-se, de forma gradativa, somente no século XX (KÜHL, 2005, p. 18; CHOAY, 2001). Antes disto, segundo Alois Riegl, os estudiosos do Renascimento chamaram a atenção para os monumentos (então chamados de “antigüidades”) romanos pelo seu “valor de rememoração”, que seria para eles sua importância artística e histórica: “Pela primeira vez, vemos homens reconhecendo como estágio anterior de sua própria atividade artística, cultural e política, as obras e os acontecimentos distantes de mais de mil anos” (RIEGL, 1984, p. 50). Nesta mesma época, os italianos editaram as primeiras medidas em favor da proteção dos monumentos de seus antepassados, em especial a breve do Papa Paulo III em 1534 (RIEGL, *op. cit.*, p. 51). No entanto, por mais que houvesse o reconhecimento da importância e a intenção de conservar os monumentos²⁴ – intenção evidenciada pela própria significação da palavra –, a prática de restaurar ou conservar era de cunho prático, sem reflexão ou diretrizes, seguindo o gosto da época ou a intenção “artística” do próprio restaurador, que muitas vezes dependia apenas da imaginação para deduzir o estado original da obra. Os questionamentos e críticas a isto já haviam surgido, na voz de Bellori ou Winckelman, dentre outros, que alertavam para as perdas decorrentes desta abordagem. No entanto, foi apenas com o surgimento da idéia da Nação iluminista que as atenções se voltaram para “os monumentos nacionais como evidências materiais da história da nação” (JOKILEHTO, 1985, p.6), cuja significação na construção das identidades nacionais dependia da conservação de sua integridade física e simbólica. Assim sendo, foram criados os primeiros organismos oficiais que se encarregariam formalmente da proteção ao patrimônio cultural. Por exemplo, na França pós-revolução, foi nomeado o primeiro Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, Ludovic Vitet, em 1830, e a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, estabelecida em 1837 (CHOAY, *op.cit.*, p.12).

Desde o início de sua formalização, a preservação do patrimônio construído tornou-se um cabo de guerra entre duas formas contraditórias de pensar: de um lado, os adeptos da conservação pura e simples do objeto, inclusive com as marcas do tempo, suas

²⁴ A palavra “monumento” deriva do verbo *monere* em latim, que significa *advertir, lembrar*, já demonstrando que, para os romanos, o monumento era algo que transmitia uma memória (de feitos de uma civilização grandiosa) ou um alerta do passado (CHOAY, 2001, p. 28).

transformações e sua deterioração inevitável; e, de outro, os que defendem intervenções modernas que buscam reconstruir partes faltantes, “repristinar” a aparência estética (como na tendência atual da *hipermanutenção*); ou que defendem o “retorno” a uma dada configuração formal, de algum ponto de sua história. Já no campo simbólico das tradições e do patrimônio cultural imaterial, as questões são mais profundas e abstratas: tratam-se da problemática da invenção, encenação ou mesmo incorporação arbitrária de ritos ou símbolos ditos tradicionais – intencionalmente ou não; o desaparecimento dos mesmos devido às crescentes mudanças do modo de vida moderno, contraposto à tendência de “resgatar” estes costumes atrelados ao consumo turístico.

No cerne desta disputa, há um conceito que resume grande parte destas dificuldades e divergências: a autenticidade. Aparentemente de simples definição e de ampla utilização pelo senso comum, a questão da *autenticidade* torna-se crítica e complexa quando se procura aplicá-la à prática da conservação do patrimônio, um campo vasto e multidisciplinar. O próprio termo *autenticidade* é, segundo Françoise Choay, um “conceito nômade”²⁵, proveniente do duplo campo da ciência e da religião, onde se referia à autoridade dos textos normativos (CHOAY, 1995, p. 101-102). No entanto, ao longo do tempo, a concepção de autenticidade e sua própria importância em relação ao patrimônio cultural foram transformando-se, em alguns momentos se aproximando ou se afastando das idéias correntes em cada época.

No entanto, a complexidade da autenticidade do patrimônio reside em certa contradição: se os monumentos (inclusive os monumentos históricos) são, por definição, “suportes da memória” que, devidamente preservados, transmitem seu legado às gerações futuras, como isso deve ser feito? E no caso dos ritos culturais, como conservar (ou mesmo “resgatar”, como propõem algumas iniciativas) costumes que a vida contemporânea tornou anacrônicos ou mesmo caricatos? Como manter e garantir sua autenticidade, se a memória não é imutável, “autenticável”? Onde reside, de fato, a autenticidade?

Neste ponto, é importante ressaltar que a autenticidade não é aplicável da mesma maneira em todas as manifestações culturais reconhecidas como patrimônio. Nas discussões sobre preservação, faz-se necessário distinguir a autenticidade relativa à conservação de monumentos históricos propriamente ditos, ou seja, construções físicas; daquelas que pretendem manter vivas tradições e rituais festivos. Nestes últimos, a *autenticidade* é complexa e questionável, pois se trata de fatos sociais sujeitos à transformação da sociedade a que se referem. Ulpiano Menezes, a respeito disto, afirma: “A tradição (memória

²⁵ Entende-se, aqui, “conceito nômade” como um termo de significação complexa, que é utilizado e re-qualificado em diversas áreas do conhecimento (CHOAY, 2001, p.11).

exteriorizada como modelo) nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidas na sua origem passada, mas está sujeita permanentemente à dinâmica social”. Justamente por este motivo, o autor afirma que a memória coletiva “não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito, e não busca coerência, unificação” (MENESES, 1992). De certa forma, pode-se analisar a diferença na própria natureza do patrimônio material e imaterial a partir da metáfora vida/morte. Por um lado, a memória viva: “Diferentemente dos monumentos e demais equipamentos urbanos, dotados de valor histórico, os eventos representam a memória viva da cidade” (MELO *in*: FUNARI e PINSKY, 2005, p. 53). Por oposição, pode-se dizer que os monumentos históricos são uma memória embalsamada, de algo que não existe mais, ou seja, nos levam de encontro à morte inevitável (CHOAY, pp. 20-22; 170-171; RIEGL, 1984) . É “o papel inverso do monumento, encarregado, por sua presença como objeto metafórico, de ressuscitar um passado privilegiado, mergulhando nele aqueles que o olham” (CHOAY, *op. cit.*, p. 21). Esta leitura do monumento é discutível, na medida em que os monumentos devem ser reapropriados pela dinâmica viva da sociedade contemporânea. Para Riegl, o *valor de antiguidade* das construções antigas produziria sobre os espectadores em geral “esta impressão difusa, suscitada no homem moderno pela representação do ciclo necessário do futuro e da morte” (RIEGL, 1984, p. 46). Ou seja, enquanto na “memória viva” do patrimônio imaterial a autenticidade é um conceito difuso, aplicável na ordem da interpretação simbólica, social, ideológica e comunicativa (em sua transmissão e recepção); no patrimônio construído a autenticidade reside, precisamente, na permanência de sua materialidade.

É interessante notar que os eventos festivos ditos tradicionais têm um apelo popular imediato, tanto para a comunidade local quanto para os turistas. Muitas vezes um dado sítio histórico passa a ser valorizado a partir do reconhecimento de suas festas populares, as quais, em função de seu apelo turístico, acabam por chamar a atenção ao “cenário” onde se inserem. Francisco Paulo de Melo Neto, citando as ações culturais da *Caixa Econômica Federal* em diversos centros históricos brasileiros, justifica que o evento é como um “elemento de dinamização do entorno, é uma forma de revitalização do patrimônio histórico-cultural, que se baseia no aumento da atratividade do local e na sua dinamização por meio de eventos” (MELO *in*: FUNARI e PINSKY, 2005, pp. 59-61). Trata-se de uma distorção do ponto de vista patrimonial, pois são monumentos históricos que passam a ter seu valor cultural apreciado somente após o reconhecimento de seu valor de produto, de mercadoria. Esta distorção, muito freqüente na atualidade, demonstra que os bens conservados e protegidos ainda são percebidos pela grande maioria da população como objeto anacrônico na cidade contemporânea, objetos mortos que são preservados e mantidos vivos sem que se saiba exatamente o porquê, como bem demonstra a pergunta do mesmo autor: “De que valeria

preservar prédios antigos, praças e sítios históricos, se nada fosse ali promovido em benefício da comunidade?” (MELO, *op.cit.*, p. 59). Para elucidar esta questão, é inevitável retomar as idéias de Alois Riegl, citado por Françoise Choay:

“O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular –; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (*kunstwollen*): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história” (CHOAY, 2001, p. 26).

Como bem declara Françoise Choay, o reconhecimento da importância do monumento histórico não-intencional ainda é incipiente. O monumento histórico é um objeto multifacetado – por um lado, um objeto de importância para a história da arte, que causa um efeito estético pelas suas características diferenciadas; por outro, um documento histórico – que não foi construído intencionalmente como monumento, mas sim constituído como tal *posteriormente*, sendo *selecionado* dentro de uma massa de edifícios existentes. A conservação deste tipo de monumento não tem sentido “sem dispor de um referencial histórico, sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, sem ter colocado a arte na história” (CHOAY, *op. cit.*, p. 25). Em suma, sem que o monumento histórico seja realmente apreciado e seu valor histórico e cultural *inerente* seja compreendido pela sociedade, a sua fruição só poderá se dar através de sua espetacularização, sendo transformado em cenário para eventos externos a ele; ou então sendo maquiado, embalado para consumo, e banalizado como mera mercadoria. Trata-se de um fenômeno cultural contemporâneo: “a cultura perde seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria” (CHOAY, *op.cit.*, p.211).

Estas questões serão mais aprofundadas neste capítulo, visto que o caso dos bucovinos é um exemplo claro desta problemática. Por um lado, o fortalecimento da identidade de um grupo através do reavivamento de seu folclore e de sua memória, da adoção de mitos, das festividades e comemorações; por outro, o legado concreto, ainda pouco reconhecido, das casas bucovinas. Enquanto as festas populares e a simbologia dos colonos bucovinos são de fácil acesso da comunidade local, que abraçou o evento como uma divertida celebração de sua identidade, as casas de seus antepassados, de inegável valor histórico, seguem abandonadas, sequer registradas. Os poucos que reconhecem seu valor não sabem, afinal, que destino dar a algumas destas construções: são objetos anacrônicos, ultrapassados, e em alguns casos, irrecuperáveis.

No entanto, como estas construções se configuram como autênticos documentos históricos da imigração bucovina, que são o objeto de estudo principal desta pesquisa, o presente capítulo dará primazia à discussão teórica do campo do restauro. No entanto, nos itens relativos ao turismo cultural e à memória e invenção, serão aprofundadas algumas das questões apresentadas anteriormente a respeito das festas populares e simbologia bucovina, de inegável valor no processo de recuperação cultural dos descendentes bucovinos.

II.1. A Autenticidade em formulações teóricas de restauro

A autenticidade é base da doutrina moderna da conservação e da restauração dos monumentos históricos, sendo palavra-chave dos documentos (convenções e cartas internacionais) relativos à salvaguarda do patrimônio cultural²⁶ – inclusive como condição indispensável para a inscrição de um monumento na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Porém, não se encontra em nenhum destes documentos uma definição precisa do conteúdo e sentido que é conveniente dar a ela, em parte porque o conceito, bastante complexo, apresenta diferenças consideráveis segundo as culturas, épocas e grupos sociais. Atualmente, pode-se considerar que a definição normalmente aceita e difundida de autenticidade em restauro, fundamentada em cinco séculos de experiências práticas e formulações teóricas, é o respeito aos aspectos materiais da obra, inclusive as estratificações e transformações sofridas ao longo do tempo. No entanto, esta definição é mais complexa do que parece, tanto na teoria quanto na prática. As dificuldades em se aplicar o *teste de autenticidade*²⁷ levaram à necessidade de se discutir amplamente o termo em uma conferência específica, realizada no Japão em 1994²⁸. Assim, ainda hoje, o conceito encontra-se pouco delimitado, tanto na sua concepção teórica, quanto na sua aplicação prática, apesar de sua importância essencial para a preservação do patrimônio histórico. Afinal, a questão do

²⁶ O conceito surge oficialmente, pela primeira vez, na Carta de Veneza, de 1964, promovida pelo ICOMOS (Comitê Internacional de Monumentos e Sítios) e UNESCO. Esta carta é ainda hoje referência para a salvaguarda do patrimônio mundial.

²⁷ A Conferência Geral da UNESCO, em seu encontro em 1972, estabeleceu um comitê que seria responsável por definir os critérios que definiriam a inclusão dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial (*World Heritage List*). Em 1977, esta comitê definiu que as propriedades a serem incluídas nesta lista deveriam “*meet the test of authenticity in design, material, workmanship, or setting*” (texto incluído nas *Operational Guidelines*, artigo 24b.i.) “Desde então, o comitê e os estados participantes da Convenção têm encontrado problemas em aplicar o teste devido, por um lado, ao caráter vago do conceito, e, por outro lado, às diferentes interpretações culturais deste conceito” (Prefácio, NARA CONFERENCE ON AUTHENTICITY – proceedings; 1995, p. xi).

²⁸ A Conferência de Nara sobre Autenticidade, realizada em Nara, Japão, em 1994, foi promovida pela UNESCO (World Heritage Centre), com apoio do ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) e do ICOMOS.

“falso” e do “verdadeiro” é recorrente em todas as teorias de preservação e restauro, desde Viollet-le-Duc até os teóricos contemporâneos. A grande dificuldade em se estipular uma fórmula fixa aplicável para um conceito tão mutável e inapreensível talvez se dê, em grande parte, por sua proximidade com outro conceito filosófico complexo: o conceito de *verdade*.

No entanto, diferentemente da Filosofia, o campo disciplinar da Restauração necessita também de diretrizes claras de aplicação prática. É com este objetivo que organismos como a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS vêm procurando, num processo que tem seus antecedentes em 1931, estabelecer critérios e definições de princípios basilares da salvaguarda de monumentos históricos, a partir de debates e conferências que reúnem estudiosos, que trazem as contribuições teóricas necessárias, e representantes de diversas comunidades internacionais. O resultado destas discussões são cartas, recomendações e documentos que procuram nortear a prática preservativa atual.

O conceito de autenticidade aparece nos documentos pela primeira vez, com clareza, na Carta de Veneza de 1964, conforme já foi citado anteriormente. Já na sua apresentação, a Carta versa que:

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”.

Jukka Jokilehto considera que a Carta de Veneza, de 1964, tinha como “mensagem principal (...) o desenvolvimento de uma abordagem crítica da restauração conservativa de propriedades históricas. Uma distinção rigorosa foi feita entre o que era historicamente verdadeiro e genuíno, e o que era uma adição moderna ou réplica; daí o apelo por autenticidade” (JOKILEHTO, 1998, p. 17). Neste sentido, a Carta recomenda que a restauração seja feita somente em caráter excepcional, sem falsificar o documento de arte e de história, tendo “por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese no plano das reconstituições conjecturais” (CARTA DE VENEZA, artigos 9º e 12º).

O valor essencial atribuído à *autenticidade* levou à exigência, por parte do Comitê do Patrimônio Mundial (World Heritage Committee), da UNESCO, de que os monumentos só poderiam ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial se fossem aprovados no *teste de autenticidade*. Segundo Bernd von Droste e Ulf Bertilsson, em artigo apresentado à

Conferência de Nara, esta requisição passou a ser exigida a partir da primeira sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1977 (DROSTE e BERTILSSON, 1995, p.3), onde se procurou formular os critérios para a inclusão dos monumentos na Lista. Conforme a ata da reunião, o conceito de autenticidade foi problemático, porém sua importância foi reiterada pela terceira sessão do Comitê em 1979: “A autenticidade de uma propriedade cultural permanece um critério *essencial*” (*op. cit.*, p. 4). Esta consideração sobre o conceito de autenticidade, no caso, “aparentemente foi feita para excluir cópias, ou monumentos integralmente reconstruídos – ‘falsos modernos’ – de figurar na Lista do Patrimônio Mundial” (*op.cit.*, p. 4). Mesmo assim, há contradições: o centro de Varsóvia, inteiramente reconstruído no pós-guerra, figura na Lista do Patrimônio Mundial.

O conceito de autenticidade, dentro do atual contexto cultural, tem merecido atenção não apenas no campo da preservação²⁹. Porém, faz-se necessário, para entender este conceito em sua complexidade, procurar entender como a questão da autenticidade foi abordada, mesmo tangencialmente, pelas principais teorias de restauração ao longo da história da preservação, que é um campo recente. Françoise Choay considera que o patrimônio cultural e seus desdobramentos “esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade” (CHOAY, 2001, p. 205). O patrimônio, desta forma, funcionaria como um “espelho” onde a sociedade se definiria: é o início da construção de uma civilização da imagem, onde o patrimônio seria “instrumento de análise do mundo e suporte da memória” (*op.cit.*, p. 206). A transição da sociedade histórica, tal como compreendida por Riegl, até a sociedade da reificação da imagem foi lenta, influenciada por uma série de novos fatores – como o advento da indústria cultural, fenômeno mais recente, que repercute diretamente na forma como a sociedade se relaciona com o patrimônio cultural.

Embora o conceito de *autenticidade*, com o peso que lhe é conferido atualmente, só tenha sido alvo de estudos mais direcionados a partir de meados do século XX, os principais pressupostos surgidos desde as primeiras teorias de restauro como princípios estruturais para a intervenção no patrimônio construído se relacionam diretamente com ele. O respeito pela matéria original, incluindo as estratificações pelo tempo, é atualmente a definição atribuída à autenticidade, que se relaciona também com as idéias de reversibilidade e distinguibilidade de qualquer intervenção posterior; a importância da documentação e da

²⁹ Neste quesito, vale lembrar que a dualidade entre o verdadeiro/falso consiste no principal problema filosófico que remonta desde os gregos antigos, sendo amplamente discutido ao longo da história da filosofia. A partir da década de 1960, este problema vem sendo retomado como parte de um fenômeno cultural contemporâneo, pelas mais diversas áreas do conhecimento (principalmente as ciências sociais, história, artes, arquitetura e urbanismo, filosofia, etc.). Questões como as cópias, as reproduções, os simulacros e a simulação, o virtual e o real foram amplamente discutidos por filósofos como Walter Benjamin, e também por pensadores ditos pós-modernos, tais como Jean Baudrillard e Gilles Deleuze, dentre outros.

adoção de uma metodologia científica na prática do restauro; o estímulo do uso como um meio de preservar os edifícios e não como objetivo de uma restauração; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção.

II.1.1. DOIS EXTREMOS: VIOLLET-LE-DUC E RUSKIN

Como já foi dito, desde o início de sua formalização, a preservação do patrimônio construído tornou-se um cabo de guerra entre duas formas contraditórias de pensar: de um lado, os adeptos da conservação pura e simples do objeto, inclusive com as marcas do tempo, suas transformações e sua deterioração inevitável; e, de outro, os que defendem intervenções que buscam reconstruir partes faltantes, “repristinar” a aparência estética (como na tendência atual da *hipermanutenção*); ou que defendem o “retorno” a uma dada configuração formal, de algum ponto de sua história.

Esta dualidade inicial, que de certa forma ainda permanece, pode ser mais bem retratada no século XIX pelo inglês John Ruskin (1819-1900), representando a pura conservação, e o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) como o maior expoente da vertente oposta. As opiniões veementes de Ruskin fazem parte do início do debate conceitual, que perdura até os dias de hoje, a respeito dos limites da atuação do restaurador numa obra de valor histórico, defendendo a mínima intervenção e a pura conservação da construção. Com relação à restauração, Ruskin é categoricamente cético com respeito às suas contribuições: “O verdadeiro sentido da palavra restauração (...) significa a destruição mais completa que pode sofrer um edifício” (RUSKIN, 1956, p. 256). Ao final de seu texto *A Lâmpada da Memória*³⁰, Ruskin concede que a restauração pode ser necessária, mas implora que a mesma seja feita *honradamente*, sem trocar o edifício pré-existente por uma “mentira”. Porém, prefere que sejam feitas no edifício conservações periódicas e freqüentes de modo a evitar a intervenção drástica. “O princípio dos tempos modernos (...) consiste em descuidar dos edifícios e logo em restaurá-lo. Pois tenham cuidado de vossos monumentos e não tereis logo a necessidade de repará-los”, ironiza (*op.cit.*, p. 259).

Muitas das críticas de Ruskin eram orientadas diretamente à prática de Viollet-le-Duc e seus simpatizantes, cujas restaurações de catedrais góticas na França, e também na Inglaterra, vinham ganhando notoriedade. Ambos os teóricos defendiam a preservação das grandes obras góticas, que, na época, eram menosprezadas pela arquitetura neo-clássica vigente. Entre as restaurações feitas por Viollet-le-Duc, figuram obras importantes como Notre Dame e a Basílica de Saint Denis, em Paris, e o Castelo de Pierrefonds, dentre outros. A

³⁰ Uma das *Sete Lâmpadas da Arquitetura*, publicada pela primeira vez em 1849, na Inglaterra.

frase mais emblemática de Viollet-le-Duc já deixa explícita sua abordagem de restauração: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 29). No verbete “Restauração”, publicado no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XV^e au XVI^e siècle*³¹, Viollet-le-Duc expõe suas idéias radicalmente contrárias às de John Ruskin, pois admite que o restaurador aja sobre o edifício interpretando-o, reconstituindo-o e utilizando também as técnicas e materiais que se estavam sendo desenvolvendo em sua época, tais como o ferro e a fotografia.

Moderno, Viollet-le-Duc difere muito do conservador Ruskin por sua atitude permissiva diante de algumas modificações: admite que sejam utilizados materiais novos, desde que comprovadamente melhores que as originais, e aceita que alguns edifícios históricos tenham sua função alterada, para não perpetuar sua estagnação, embora sempre pedindo que tais modificações sejam feitas em último caso. Afinal, apesar de parecer bastante drástico em comparação com Ruskin, Viollet-le-Duc urgia, ao menos em teoria, que a prática da restauração fosse extremamente cautelosa.

Deve-se ressaltar, de todo modo, a preocupação de Viollet-le-Duc quanto à pesquisa e documentação de obras que poderiam vir a ser destruídos³². Ele defende que o restaurador não se atenha apenas ao edifício e se dedique, também, ao estudo da história, pois “todos esses trabalhos se encaixam e se auxiliam mutuamente” (*op.cit.*, p. 33). A importância de se trabalhar nesta recuperação da história com responsabilidade é, para ele, extremamente benéfica para o progresso da sociedade, pois considera que a “síntese segue a análise”: olhar para o passado e compreendê-lo auxilia na solução dos problemas apresentados no futuro. “A doutrina de Viollet-le-Duc visava a restituir ao monumento seu valor de documento íntegro, objeto de conhecimento, em detrimento de seu valor enquanto monumento, sujeito às marcas do tempo” (FONSECA, 2005, p. 24). Por fim, Viollet-le-Duc exalta um princípio dominante de evitar, a todo custo, a adoção de hipóteses ao invés de se chegar a uma “verdade” fundamentada, postura esta que foi pouco eficaz em sua prática:

“Se tivermos a infelicidade de adotar em certo ponto uma disposição que se afasta da verdadeira, daquela seguida primitivamente, somos levados por uma seqüência de deduções lógicas a uma via falsa da qual não será mais possível sair, e quanto melhor raciocinarmos nesse caso, mais nos afastaremos da verdade” (*op.cit.*, p. 69).

³¹ A referida obra foi editada em 10 volumes, entre 1854 e 1868 na França. O verbete em questão é publicado no Brasil em separado, conforme consta na bibliografia ao fim deste texto.

³² É interessante assinalar que Viollet-le-Duc tinha muito interesse pelo estudo e preservação da arquitetura gótica, que era pouco valorizada na época, quando vigorava o estilo Neoclássico.

Ruskin rejeita, porém, a possibilidade de efetuar qualquer intervenção sem lançar mão da dedução, pois, em sua opinião, todo o acabado do edifício estava justamente na “meia polegada” que se desgastou com o passar dos séculos. Deste modo, a restauração vem acompanhada de uma falsa descrição do monumento destruído e não seria possível restaurar o que não está mais em um edifício sem fazê-lo por suposição (*op.cit.*, p. 256). Quanto às cópias ditas fiéis do que antes havia nos edifícios, Ruskin pergunta qual seria a vantagem de se refazer o que já se perdeu, pois considera que “no antigo havia vida, havia a misteriosa sugestão do que havia sido e do que havia perdido”. Conclui, enfaticamente, que “o primeiro resultado de uma restauração (...) é o de reduzir a nada o trabalho antigo. O segundo, apresentar a cópia mais vil e depreciável (...), uma imitação fria (...) com adições hipotéticas. (...) A coisa em si [restauração] não é mais que um engano” (*op.cit.*, p. 257). Com esta questão, Ruskin aborda o problema da autenticidade, defendendo a pura conservação dos edifícios como forma de evitar conclusões hipotéticas e uma atuação que, para ele, pode ser presunçosa sobre a produção arquitetônica de uma época precedente.

No entanto, um edifício histórico, como bem descreveu Anatole France, é como um livro “onde as contribuições de diferentes gerações formam os capítulos” (*apud* JOKILEHTO, 1985, p.7). Ou seja, impressa em suas formas, na pátina do tempo, nas ruínas, ou nas adições e reformas ao longo do tempo, está seu caráter de documento histórico. John Ruskin considerava que a ação do tempo conferia à obra, além de importância histórica, um indiscutível valor estético: tornava-a *pitoresco*. Ruskin afirma que, para ele, *pitoresco* é algo que é “susceptível de poder converter-se em assunto para um quadro” (RUSKIN, 1956, p.249). A idéia de “pitoresco” seria, embora dotada de um caráter apazível, de paisagens bucólicas e tranqüilas, relacionadas com o conceito de *sublime*: “Todo o caráter de linhas ou de sombras ou de expressão que engendra o sublime, gera o pitoresco” (*op.cit.*, p. 250). Assim, o tempo não deveria ser considerado negativo, pois “a maior glória de um edifício não depende, efetivamente, nem de sua pedra, nem de seu ouro. Sua glória toda está em sua idade” (*op.cit.*, p. 247).

Ruskin antecipa, de certa forma, algumas idéias que foram retomadas por Alois Riegl, no início do séc. XX. Por exemplo, seu respeito pela “idade” de um edifício, que lhe conferiria uma aura quase mítica. De forma um pouco menos poética, este reconhecimento solene feito por Ruskin em relação à ação do tempo seria muitos anos mais tarde base do “valor de antiguidade” descrito por Riegl. Outro exemplo de uma possível repercussão de Ruskin no pensamento riegliano, é o apreço pela *arquitetura menor* que, de certa forma, adquire uma função quase memorial, uma espécie de respeito sagrado pela presença da memória de quem construiu a edificação e nela viveu (*op.cit.*, pp. 237-239). Em contraste com a preferência generalizada, em sua época, de conservar e restaurar os edifícios grandiosos, Ruskin atribui

uma função memorial à pequena arquitetura familiar, vernacular, despreziosa. Pode-se dizer que algumas destas construções, representantes da *arquitetura menor*, são, hoje em dia, preservadas em função de seu valor como *monumentos históricos*, dentro da definição atribuída por Riegl muitos anos mais tarde e amplamente utilizada até hoje.

II.1.2. O RESTAURO “FILOLÓGICO” DE CAMILLO BOITO

Camillo Boito (1836-1914) foi um dos teóricos mais destacados do séc. XIX, além de ser também arquiteto, historiador, professor e literato. Na obra *Os Restauradores*, apresentada como conferência em Turim em 1884, Boito sintetiza alguns conceitos e experiências dentro do campo de estudo do restauro e da conservação, adotando uma postura crítica e intermediária entre os pólos de Viollet-le-Duc, de um lado, e Ruskin, de outro.

“Uma [das vertentes] foi encabeçada por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, que almejava atingir um estado completo idealizado do edifício, com o objetivo, geralmente, de alcançar a unidade de estilo, não importante se, para tanto, tivessem que ser sacrificadas várias fases da passagem da obra no decorrer do tempo e feitas substituições maciças. Outra vertente tinha entre seus principais formuladores John Ruskin e William Morris, e preconizava um grande respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo na obra, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade de ‘morte’ de uma dada edificação” (KÜHL *in* BOITO, 2003, p. 17).

Boito foi um dos responsáveis pela construção da restauração como disciplina. As idéias e experiências de Ruskin e Viollet-le-Duc foram analisadas e reformuladas por Boito, sendo que alguns de seus princípios foram sintetizados em outra vertente, conhecida como “restauro filológico”, que conferia grande ênfase ao valor documental da obra de arte. Em resumo, pode-se afirmar que o posicionamento adotado por Boito, por um lado, criticava a postura de Viollet-le-Duc de negar a historicidade do monumento; e por outro lado, considerava que a postura de Ruskin implicava no fim da história da obra, através de sua não-intervenção diante da iminente perda. Diante das experiências desastrosas e mesmo “antiéticas”, que vinham sendo realizadas nas mais diversas partes do mundo, o posicionamento crítico de Boito, como historiador, “se contrapôs à prática difusa de tentativas de voltar a um suposto estado original, unidade de estilo, ou estado anterior qualquer – que acarretou a destruição ou deturpação de muitos documentos históricos” (KÜHL, 2005, p.19).

Em sua teoria, a conservação e a restauração são ações opostas: “uma coisa é *conservar*, outra é *restaurar*, ou melhor, com muita freqüência uma é o contrário da outra

(...) meu discurso é dirigido não aos conservadores (...), mas sim aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos”. Neste sentido, seu pensamento se aproxima ao de Ruskin quando afirma que a conservação é um dever civil de toda a sociedade e seus governos, para que os edifícios sejam “longamente conservadas para a admiração do mundo” (BOITO, 2003, p.37). Já a respeito da ação dos restauradores e a manutenção da autenticidade das obras restauradas, Boito adverte para os perigos das pretensões dos seguidores de Viollet-le-Duc de procurar colocar-se no lugar do arquiteto original quando de sua atuação sobre um monumento histórico:

“Com ela [a teoria de Viollet-le-Duc] não existe doutrina, não existe engenho que sejam capazes de nos salvar dos arbítrios: e o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros. Quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, triunfante” (op.cit., p.58).

Boito aprofunda para a ciência do restauro alguns conceitos epistemológicos para o restauro que são seguidos ainda hoje e repercutiram em toda uma época, tais como: o respeito pela matéria original; a idéia de reversibilidade ou distinguibilidade das intervenções; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o interesse pela conservação freqüente, que poderá evitar intervenções mais drásticas; e o respeito pelas diversas fases do monumento. Estas questões evidenciam o cuidado com a manutenção da autenticidade dos aspectos materiais da obra na medida do possível, através da conservação, e apontam caminhos para que a restauração seja extremamente cautelosa.

É importante ressaltar que, em relação a este aspecto, Boito considerava que a restauração era distinta em três formas diferentes de arte: escultura, pintura e obras arquitetônicas. As diferenças residem, basicamente, nos limites permissíveis da intervenção. Com relação às esculturas, Boito é *categóricamente* contra qualquer restauração: “Teoria geral para a escultura: restaurações, de modo algum; e jogar fora imediatamente, sem remissão, todas aquelas que foram feitas até agora, recentes ou antigas” (BOITO, 2003, p. 44). Suas razões para isto são amplamente discutidas através de diversos exemplos que demonstram erros historiográficos provocados pelo estudo de obras da Antigüidade clássica que haviam sido objetos da febre de “completamento” das partes faltantes, praticada pelos estudiosos do Renascimento. Por exemplo, atribuir identidades equivocadas às figuras míticas, ou deduzir que os gregos costumavam ferrar seus cavalos: um estudo mais profundo demonstrou que as ferraduras existentes em diversas esculturas eqüestres haviam sido adicionadas posteriormente. Boito é um pouco mais tolerante com o restauro nas pinturas, aceitando os procedimentos “cirúrgicos” de recuperação de afrescos ou transferências de obras feitas sobre telas ou bases de madeira comprometidas a outras inteiramente novas.

Porém, alerta para o restaurador saiba “parar a tempo” e “contente-se com o menos possível” (*op.cit.*, p.53).

Já com relação à conservação e restauração de obras arquitetônicas, Boito considera o monumento primordialmente como documento histórico. Deste modo, conclui que a salvaguarda do monumento arquitetônico deve respeitar dois princípios. Quanto ao caráter estético do monumento, “é necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco” (*op.cit.*, p. 60). Para isso, porém, Boito considera que “é necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje” (*op.cit.*, p.61).

É interessante notar que uma das sugestões feitas por Boito remete, de certa forma, à idéia de construir réplicas, em casos onde a insistência em manter o objeto original implicará em sua perda. Neste ponto, Boito se opõe à postura de Ruskin de tolerar a perda mas jamais lançar mão de uma “mentira”. O restaurador italiano sugere que em casos de iminente perda de um dado elemento (no exemplo dado por ele, um capitel de um edifício), o que comprometeria a aparência estética final da obra, seja efetuada a substituição do objeto em perigo por uma cópia – porém tomando o cuidado de guardar e catalogar a parte original numa “sala ao lado”, para que seja estudada por pesquisadores atuais e futuros. Esta preocupação é bastante interessante do ponto de vista da autenticidade formal, visto que Boito admite que cópias sejam adicionadas ao objeto original pelo restaurador – embora, de modo algum, sejam réplicas fiéis. As cópias devem deixar evidente seu *status* de “falsas”, na medida em que ele recomenda que sejam feitas com formas simplificadas e material ligeiramente diverso, onde “o trabalho refeito deve ser ostensivamente marcado, e não deve, de maneira alguma, passar por original” (CHOAY, 2001, p. 127). Mesmo assim, para Boito isto só é justificável em último caso, diante da iminente perda de um documento histórico.

II.1.3. ALOIS RIEGL E OS VALORES DO MONUMENTO

Alois Riegl (1858-1905), jurista, filósofo, historiador da arte e conservador de museu, foi responsável por um minucioso e importante trabalho a respeito das construções históricas e sua reflexão na sociedade no começo do século XX. Diante da inexistência de medidas jurídicas de salvaguarda do patrimônio de seu país, o jurista foi nomeado presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos com a função de esboçar uma legislação específica. Um dos produtos de suas reflexões sobre este problema foi o livro *Der Moderne Denkmalkultus* (“O culto moderno dos monumentos”), publicado em 1903, uma obra que

procurou analisar criticamente o monumento histórico, estabelecer definições, e compreender o fenômeno, ainda incipiente em sua época, de um culto às antiguidades que se assemelhava, em seu ponto de vista, a um fervor religioso. A publicação do livro foi seguido de um projeto de lei para a salvaguarda dos monumentos, acompanhados de disposições para a aplicação da lei. A postura de Riegl diante deste quadro é de uma certa distância, observando o fenômeno por uma perspectiva isenta, diversa da de determinadas profissões, como a dos arquitetos, e nem se entregava a uma defesa passional como a dos “homens de letras”. Esta posição de observador distante possibilitou “realizar o inventário dos valores não ditos e das significações não explicitadas, subjacentes ao conceito de monumento histórico” (CHOAY in RIEGL, 1984, pp. 16-17).

Riegl não abordou, diretamente, a autenticidade; porém este conceito está intimamente ligado aos *valores* do monumento, cujo reconhecimento orientará o processo conservativo. Para tanto, ele elaborou uma nomenclatura pertinente que enumerou e definiu, pela primeira vez, as diversas funções simbólicas de uma construção antiga. Através de suas análises, é possível pensar o monumento considerando suas mais diversas funções e sentidos, todas autênticas – assim, o dilema entre destruição e conservação não pode ser tratado dentro de uma noção absoluta, onde há apenas uma solução verdadeira, mas soluções alternativas, com pertinência relativa (CHOAY, *op.cit.*, p. 17). Embora no *Culto* Riegl analisa as várias formas de percepção do monumento, como observador isento, na sua proposta de lei e nas disposições para sua aplicação, todas a sua orientação é baseada no *valor de antigüidade*³³. Ou seja, para a prática da preservação, o único valor levado em conta é o valor de antigüidade (KÜHL, 2005, p. 46).

O raciocínio de Riegl parte do pressuposto que todo monumento tem uma dimensão histórica e uma dimensão estética – pois “todo monumento da arte é, simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estágio determinado na evolução das artes plásticas” (FONSECA, 2005, p. 65). Por outro lado, todo monumento histórico também possui valor artístico, devido ao fato que sua configuração formal traz informações estéticas sobre estilos, materiais, configurações formais, e outros elementos que podem datar o documento. Desta forma, Riegl considera que todos os monumentos artísticos e históricos são monumentos históricos, visto que um aspecto está embutido no outro. A partir desta lógica, o autor chega a uma de suas considerações mais importantes, que, segundo Françoise Choay, até hoje é de primordial importância para se compreender a autenticidade: a diferença entre *monumento* e *monumento histórico* (CHOAY, 1995, pp.106-109).

³³ Também chamado de “valor de ancianidade” em algumas traduções.

“Monumento” é um termo que, conforme foi dito anteriormente, provém dos romanos e implica uma ação sobre a memória (etimologicamente, a palavra provém de “*advertir, lembrar*”). Portanto, Riegl associa ambos os monumentos supra-citados ao *valor de rememoração*, ou seja, são ligados ao passado. No entanto, o monumento é uma construção intencional, que, desde sua concepção, tem função memorial, a referir-se a dado momento ou acontecimento. Já o monumento histórico não é construído intencionalmente como objeto de rememoração, mas foi selecionado posteriormente como emblemático de dado período ou estilo arquitetônico pela sua importância para a história e para a história da arte. Já uma terceira classe, a dos *monumentos antigos*, se refere a “todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou destinação original, contanto que testemunhem à evidência de terem suportado a provação do tempo” (RIEGL, *op.cit.*, p.47).

Riegl, porém, ressalta que estes valores atribuídos posteriormente aos monumentos não-intencionais são *subjetivos*, na medida em que são atribuídos por nós, sujeitos contemporâneos. Este relativismo provém da concepção moderna de história, onde a idéia de “desenvolvimento” e “evolução” admite que o valor atribuído a dado objeto seja alterado a cada período histórico (FONSECA, 2005, p. 66). Pelo mesmo motivo, Riegl considera a atribuição de valor artístico demasiado mutável, pois o “desejo de arte” (*kunstwollen*) era satisfeito de diferentes formas a cada período histórico. Sendo assim, a atribuição de valor artístico não é um valor eterno e sim relativo, pois trata-se de um *valor de contemporaneidade*, e não de rememoração (KÜHL, 2005, p. 21). Riegl divide o valor artístico em duas categorias: por um lado, o “valor artístico relativo”, que diz respeito às obras de arte antigas que continuam sendo apreciadas pelo homem contemporâneo; e por outro, “o valor de novidade”, que diz respeito ao aspecto novo, íntegro, das construções mais recentes, que para o autor, agrada mais imediatamente à população em geral.

O valor de rememoração, que está presente tanto nos monumentos quanto nos monumentos históricos, “não está ligado à obra em seu estado original, mas à representação do tempo decorrido desde sua criação, que se trai aos nossos olhos através das marcas de sua idade” (RIEGL, 1984, p. 45). É aí que o *valor de antigüidade*, ao qual Riegl dedica maior atenção, surge interpretado como aquele que terá maior reconhecimento no século XX (RIEGL, *op.cit.*, p. 56). Neste ponto, o posicionamento de Riegl é contrário a qualquer tipo de intervenção. “Se, para o valor histórico, o monumento importa enquanto documento de referências externas a ele, sendo fundamental para sua leitura que seja mantido íntegro – o que justifica a restauração e mesmo eventuais recriações –, para o valor de ancianidade, qualquer intervenção estranha ao desgaste natural é inaceitável” (FONSECA, *op.cit.*, p. 67). Afinal, na sua concepção, a interferência arbitrária do homem no edifício seria uma interrupção do ciclo natural das coisas, ao fim do qual tudo parece inevitavelmente. “Este

organismo deve se desenvolver livremente, o homem se contentando em preservá-lo de um fim prematuro” (RIEGL, *op.cit.*, p. 67).

O valor de antigüidade tem o poder de agir sobre as massas, sendo imediatamente reconhecível e evocando um sentimento “vagamente estético” em todos através de sua aparência envelhecida. Por outro lado, o valor histórico é reconhecido por um grupo restrito de estudiosos, pois “representa para nós um estado particular, de alguma forma única, dentro do desenvolvimento de um domínio da criação humana” (RIEGL, *op. cit.*, p. 73). Estas categorias fazem parte, como já foi dito, dos valores de rememoração (*Erinnerungswerte*), em contraposição aos valores “de contemporaneidade” (*Gegenwartswerte*). Estes últimos são relativos ao juízo de valor do homem contemporâneo diante de uma obra histórica, e incluem o valor artístico, já mencionado, e o valor de uso, relativos às condições físicas utilizáveis do monumento. “O valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos” (CHOAY, 2001, p. 169). A presença do uso difere o monumento histórico das ruínas arqueológicas, de interesse histórico, da ruína em si – o edifício desgastado pelo tempo, cujo valor reside unicamente em sua antigüidade. Neste sentido, Riegl introduz a idéia da conservação dos edifícios através do uso, preferencialmente original (na medida que não necessita, a princípio, de intervenções físicas no monumento), que persiste como o modelo ideal de conservação até os dias de hoje.

As contribuições de Riegl para a autenticidade residem nas contribuições que ofereceu para as várias formas de apreensão dos monumentos na sociedade e o ato de fundamentar a preservação no valor de antigüidade:

“Toda conservação dos monumentos deverá portanto hoje em dia contar com o valor de antigüidade, sem que esta dispense o exame da validade simultânea de outros valores, valores de rememoração e valores de contemporaneidade (...) É necessário comparar estes valores com o valor de antigüidade, e preservar os primeiros se o valor de antigüidade se averiguar menos importante” (RIEGL, *op. cit.*, p. 73).

Assim, Riegl retoma o respeito essencial pela matéria original da edificação histórica, inclusive comentando que “dentro da obra frescamente realizada, os traços de degradação (desagregação precoce) nos incomoda tanto quanto os sinais de uma criação recente (restaurações perceptíveis) dentro de uma obra antiga” (RIEGL, *op.cit.*, p. 67). Riegl traz à tona os conflitos de valor e de significação inerentes ao monumento histórico ao longo dos séculos, considerando-o um problema da sociedade. No entanto, conforme afirma Choay: “Riegl mostra que eles [os conflitos] não são, contudo, insolúveis e em verdade dependem de compromissos, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e

do contexto social e cultural em que ele se insere” (CHOAY, 2001, p. 170). Assim, Reigl traz para a disciplina do restauro não uma lei universalizante, mas instrumentaliza o conservador para atuar individualmente em cada caso, compreendendo os valores relativos do monumento.

II.1.4. CESARE BRANDI E A DUPLA INSTÂNCIA DO MONUMENTO

Cesare Brandi (1906-1988) pode ser considerado um dos mais importantes teóricos da restauração deste último século. Suas contribuições para a reflexão acerca da ação crítica do restaurador são referências que perduram até a atualidade, e trazem em si uma retomada de alguns princípios de pensadores como Alois Riegl, além das contribuições da formação interdisciplinar do próprio Brandi, que procurou buscar fora do âmbito teórico do campo disciplinar da conservação propriamente dita, as idéias de origem filosófica e estética. À frente do Instituto Central de Restauração (ICR), em Roma, durante duas décadas (desde sua fundação, em 1939), Brandi empreendeu uma ampla reflexão teórica a respeito do tema *restauração*, sugerindo, inclusive, princípios operativos para a prática da restauração – princípios estes que são, ainda hoje, base da análise e da abordagem do profissional em relação à obra que se pretende restaurar. O livro *Teoria da Restauração*, publicado pela primeira vez em 1963, procura trazer para o campo da restauração alguns preceitos teóricos necessários para orientar a prática, aliados com sua extensa experiência de restauro de obras destruídas no pós-guerra. Longe de propor uma teoria dogmática, as idéias de Brandi propõem-se à reflexão sobre o método, buscando inclusive na multidisciplinariedade o conhecimento necessário para se respeitar as estratificações históricas e a configuração formal da obra de arte. Para Brandi, “é necessário resolver o problema de modo que a idéia subjetiva se torne acessível a um juízo mais objetivo e controlável. Essa objetividade só pode ser alcançada através da reflexão teórica” (KÜHL, 2005, p. 25). Suas preocupações dirigiam-se aos perigos do mero empirismo em restauro, que muitas vezes revelava-se mais danoso para o monumento que a própria ação do tempo, e também alertavam para o equívoco de pensar uma obra de arte apenas como um documento histórico, relegando ao segundo plano a sua imagem figurativa.

Esta idéia é de certa forma, uma das suas principais contribuições para o restauro: o reconhecimento da dupla instância histórica e estética dos monumentos. Brandi entendia que “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30), portanto a intervenção nestas obras requeria uma ampla reflexão anterior a qualquer processo de intervenção. Neste sentido,

Brandi retoma algumas das idéias de Riegl, divergindo deste principalmente em suas considerações a respeito do valor artístico dos monumentos.

Brandi entendia a obra a ser restaurada como, principalmente, uma *obra de arte*. Esta obra se destaca de todas as outras formas de produção humana justamente pelo seu reconhecimento como *obra de arte* – este juízo de valor (ou “juízo de *artisticidade*”, segundo definição do próprio Brandi [*op. cit.*, p. 28]) que faz com que a consciência do indivíduo que frui este objeto o distinga de todos os outros objetos comuns. Esta relação entre o observador e a obra é singular, pois ocorre em todos os momentos em que a obra é fruída, por todos os indivíduos, de forma dinâmica e perene (isto é, este fenômeno não ocorre apenas no momento de sua criação, mas sim ao longo de toda sua existência). Brandi estabelece que toda obra de arte possui uma dialética: uma *instância estética*, que seria o próprio caráter de *artisticidade* da obra; e a *instância histórica*, que se manifestaria na sua condição de produto realizado em dado tempo e lugar, e que se encontra em outro dado tempo e lugar. Quanto às formas de arte mais pragmáticas, nas quais há um objetivo funcional, tal como a Arquitetura, Brandi insiste que “o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte” (*op. cit.*, p. 26). Assim, as orientações de Brandi sempre se dão dentro do princípio de que o objetivo principal da restauração é a restituição da unidade potencial da obra de arte (*op.cit.*, p. 33).

As idéias de Brandi, em conjunto com a de outros pensadores de sua época³⁴, foram base da Carta de Veneza, de 1964, já citada como um dos documentos internacionais mais relevantes para o Restauro, cujos princípios persistem atuais até hoje. Foi neste documento, como já foi dito anteriormente, que a idéia de *autenticidade* surgiu explicitamente pela primeira vez, demonstrando que este problema já estava presente nas teorias de Brandi, embora seja abordada por ele pelo seu antônimo, o “falso”.

As suas preocupações com a autenticidade são evidentes em uma de suas frases mais emblemáticas, que ele chama de “segundo princípio do restauro”: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, *op.cit.*, p. 33).

Sua preocupação refere-se à materialidade da obra, visto que “representa o próprio local da manifestação da imagem, assegura a transmissão da imagem ao futuro (...) Por isso, do ponto de vista do reconhecimento da obra de arte como tal (...) a consistência física

³⁴ Alguns contemporâneos de Brandi que trouxeram importantes contribuições para o restauro são Roberto Pane, Paul Phillipot e Renato Bonelli.

adquire primária importância” (BRANDI, *op.cit.*, p. 30). Brandi considera que muito mais grave do que a presença de lacunas, são as adições “fantasiosas”, porém a remoção de adições constitui num falso dado histórico que devem ser feitos apenas em casos excepcionais, e de modo a deixar uma marca de sua passagem pela obra.

Assim, Brandi tem como premissa básica a reflexão crítica de cada uma das instâncias (artística e histórica) da obra de arte, de modo que a intervenção da materialidade seja responsável, de modo a não perder a autenticidade histórica ou artística. Para tanto, Brandi insiste que toda remoção ou adição seja extensamente documentada e absolutamente reconhecível como uma intervenção posterior. Outra consideração importante reside no fato de que, dentro de sua concepção fenomenológica do “reconhecimento” da obra de arte – onde o fruidor, examinando a obra em sua plenitude formal, penetra na própria essência ontológica da obra de arte –, a intervenção é um processo individual e não atende a premissas dogmáticas e universais, embora não deva ser arbitrário e meramente empírico. Brandi entendia que a objetividade necessária para intervir na obra deve partir da reflexão sobre o método e de juízo crítico fundamentado na história da arte, daí sua idéia de que a restauração é um “momento metodológico”. Sendo assim, também é importante que toda intervenção na materialidade da obra de arte seja reversível. Deste modo, o restaurador não age de forma definitiva sobre o monumento, um bem comum: mas atua sobre ele como mais um elemento histórico em sua passagem pelo tempo.

II.1.5. DIRETRIZES CONTEMPORÂNEAS: A CONFERÊNCIA DE NARA SOBRE AUTENTICIDADE

O quadro contemporâneo da preservação do patrimônio vem demonstrando que a definição de autenticidade continua sem delineamento, sujeito a uma relatividade cada vez mais complexa. Esta complexidade reside em interpretações diferenciadas não apenas por parte de cada área do saber atuante no patrimônio, incluindo aí o ponto de vista turístico, mas também devido a diferenças culturais e regionais. Novos elementos típicos de nosso tempo vêm adicionando novas questões a serem exploradas e discutidas, de forma necessária e urgente, tais como a mercantilização da cultura pela indústria cultural, o fortalecimento do turismo enquanto indústria e objetivo mesmo da preservação (inclusive com suas teorizações próprias, que defendem esta relação), e sua relação com o *culto* ao patrimônio.

Conforme foi relatado anteriormente, a autenticidade tornou-se foco central de uma discussão específica quando, em 1977, passou a ser exigido que os bens culturais que pretendiam ingressar na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO fossem sujeitos ao *teste de autenticidade*. Ou seja, procurou-se elaborar um meio de “atestar” a autenticidade de

modo universal, e não relativo, o que imediatamente levantou dúvidas na interpretação do conceito. Diante da pouca elucidação do que, de fato, se entendia como autenticidade, tal como era descrita na Carta de Veneza, o Comitê do Patrimônio Mundial retomou as discussões em torno do conceito em uma conferência mundial realizada em Nara, no Japão, em 1994.

As dificuldades percebidas pelo Comitê se relacionavam, principalmente, com as nuances do termo – não especificamente com relação à prevenção das réplicas ou mesmo falsificações deliberadas, que vêm ganhando espaço nos últimos anos, mas sim com interpretações culturais sobre o que vinha a ser *autêntico*. Com relação a isto, alguns especialistas, ao analisar os procedimentos e concepções normalmente aceitas pelo Comitê quando da inclusão de propriedades na Lista de Patrimônio Mundial, chegaram à conclusão que a definição de *autenticidade* aceita pelo Comitê acabava por discriminar algumas culturas, e priorizava a cultura monumental européia em detrimento das manifestações de outras partes do mundo, ou mesmo de manifestações vernaculares européias. “A partir do exame da distribuição das propriedades, fica óbvio que há um desequilíbrio na Lista do Patrimônio Mundial a respeito das representações das diferentes regiões culturais do mundo, tipos de propriedades e períodos representados” (DROSTE e BERTILSSON, 1995. p. 3). Incitou-se que o Comitê buscasse adotar uma postura mais antropológica e global quando da análise das propriedades inscritas, aceitando, inclusive, que a significação de *autenticidade* adotada não fosse tão rígida e excludente.

Os debates em torno do conceito demonstram a impossibilidade de se chegar a uma interpretação final e verdadeira da palavra. Droste e Bertilsson chegam a afirmar que esta “definição final”, além de impossível, pode mesmo não ser desejável: “de fato, cada propriedade tem sua própria autenticidade. Talvez seja melhor e mais realista assumir que não existe e provavelmente jamais existirá um conceito não-ambíguo de autenticidade” (*op.cit.*, p. 14). Assim, os autores propõem que seja abandonada a tentativa de encontrar um sentido estreito para o termo, em favor de uma ampliação que possa favorecer diversas formas culturais.

As discussões promovidas em 1994 em torno do conceito não foram conclusivas – no sentido pragmático do termo. Ao contrário, concluiu-se que o conceito de *autenticidade*, aplicado à salvaguarda do patrimônio, não pode ainda ser irrefutável. No entanto, os debates e seminário da Conferência culminaram com a redação do Documento de Nara, que não tem função deliberativa, mas procura orientar o caminho das discussões e definições acerca do conceito de autenticidade pelos principais organismos voltados à salvaguarda do patrimônio mundial. No seu artigo de nº 9, o Documento versa que:

“A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a este patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de sua transformação ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade” (DOCUMENTO DE NARA³⁵, artigo 9).

Adiante, o Documento reafirma o valor de autenticidade da Carta de Veneza, afirmando que a autenticidade é “o principal fator de atribuição de valores. O entendimento da autenticidade é papel fundamental dos estudos científicos do patrimônio cultural, dos planos de conservação e restauração” (DOCUMENTO DE NARA, artigo 10). No entanto, ao considerar que a autenticidade confere a uma obra um dado *juízo de valor*, o Documento destaca que os valores atribuídos ao patrimônio, além da credibilidade de suas fontes de informação, podem ser diferentes em culturas distintas, portanto, é impossível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos e rígidos.

Estas questões, bastante relativistas, têm uma nítida relação com a lógica cultural que vivemos atualmente. Por um lado, as civilizações Ocidentais, que até recentemente lideravam a produção e a elaboração de textos diretivos sobre a preservação, tiveram seus valores (até então tidos como “universais”) questionados e acrescidos de contribuições decorrentes da crescente valorização de culturas do Oriente Médio e Extremo Oriente, que têm outra relação com seu patrimônio. Mesmo entre as culturas ocidentais, novas questões sobre o quê e como preservar começaram a surgir com o fortalecimento de culturas minoritárias ou periféricas. Por fim, a indústria cultural investindo e difundido o patrimônio através de sua divulgação midiática e promoção de facilidades cada vez maiores de acesso turístico aos bens culturais, tem tido efeitos cada vez mais drásticos sobre a preservação dos mesmos. À primeira vista o acesso à informação por meio da divulgação do patrimônio às massas traz benefícios: principalmente a promoção da cultura e o fortalecimento de identidades, conforme o ideal do “grande projeto de democratização do saber”. Choay acredita que este desejo do homem moderno de “erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao *desenvolvimento da sociedade de lazer* e de seu correlato, o *turismo cultural* dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos” (CHOAY, 2001, p. 210). Infelizmente, estes benefícios são pífios diante dos muitos efeitos perversos, na medida em que se tem optado, muitas vezes, por uma abordagem banalizada e estandardizada do patrimônio, esvaziado de sentido e exaurido pelo

³⁵ A tradução do Documento de Nara utilizada na citação foi fornecida pelo IPHAN, através de seu site [online]: <http://www.iphan.gov.br>, na seção das *Cartas Patrimoniais*.

consumo – e, contraditoriamente à intenção inicial, mais degradado pelo uso e pelas deformações causadas por intervenções pouco consistentes. Mais que nunca, neste momento, é necessário voltar a refletir sobre o objetivo da conservação do patrimônio e da metodologia a ser adotada em seu manejo, buscando nas fontes teóricas a profundidade de questões que, muitas vezes, vêm se perdendo nas restaurações atuais. Como alerta Françoise Choay,

“O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”. (CHOAY, *op.cit.*, p. 12).

A concepção de autenticidade tal como descrita na Carta de Veneza provém, entre outras fontes, da noção de Walter Benjamin sobre autenticidade, sobretudo na distinção rigorosa entre o “historicamente verdadeiro e genuíno, e o que era uma adição moderna ou réplica” (JOKILEHTO, 1987, p. 17). Para Benjamin, a autenticidade reside na *unicidade* da obra, na sua materialidade única, no seu “aqui e agora”. A autenticidade não compreende apenas o objeto em si, mas também “a quintessência de tudo que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até seu testemunho histórico” (BENJAMIN, 1994, p. 168). Estas características inerentes ao objeto, impalpáveis e simbólicas (pois diz respeito a uma tradição) e, portanto, irreprodutíveis, compõem o conceito de “aura”.

Ou seja, entende-se que “o autêntico é identificado com o original, e o inautêntico com a cópia ou reprodução” (GONÇALVES, 1988, p. 265). A cópia, réplica ou reprodução, na concepção de Benjamin, seriam desprovidas da “autoridade da coisa, do seu peso tradicional”. Pois,

“Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra (...) Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou (...) são o objeto de uma tradição, cuja reconstituição precisa partir do lugar em que se achava o original” (BENJAMIN, *op. cit.*, p. 167-168).

Jukka Jokilehto, partindo da noção de que a palavra “autêntico” deriva do Grego *authentikòs* (*autòs*: eu próprio, o mesmo); e, em Latim, deriva de *auctor* (quem origina, ancestral, autor de uma informação, iniciante, autoridade), “autêntico’ pode ter a implicação de exigir respeito, um forte aspecto legal, ou estar de acordo com os fatos, i.e., confiável; pode referir ao original em oposição à cópia, o real em oposição ao fingido; pode referir a uma fonte fidedigna ou autoral, ou em ser genuína em oposição ao forjado” (JOKILEHTO, 1995, p. 18). Para Jokilehto, o conceito moderno de autenticidade passou a ser utilizado com

frequência a partir do séc. XVIII, como consequência do pensamento Romântico. Em 1849, a autenticidade foi definida como: “That is called authentic, which is sufficient to itself, which commends, sustains, proves itself, and hath credit and authority from itself”. Ou seja, não é algo que possa ser adicionado ao objeto, mas somente ser revelado à medida que o objeto existe (JOKILEHTO, *op.cit.*, p. 19).

Françoise Choay, em seminário proferido na Conferência de Nara, também procurou traçar a evolução do conceito. A dificuldade de se estabelecer um critério definido de autenticidade, pelo menos para fins práticos, requer, em sua opinião, uma reflexão epistemológica do termo. A princípio utilizada para conferir autoridade em textos normativos tanto em Direito como na Religião, o conceito se expandiu à época do Renascimento, porém sua utilidade prática se restringiu à sua antítese: distinguir os falsos. No século XIX, quando a disciplina teórica e prática do restauro passou a se organizar, a noção de autenticidade foi transposta, sem a necessária precaução, de campos mais exatos como a arqueologia para o campo do restauro, a despeito de três condições negativas atreladas ao conceito de autenticidade:

“A primeira é que a autenticidade não provém de uma apreciação subjetiva, mas emana de uma autoridade institucional, o direito, a religião ou a razão científica. A segunda é que não se pode aplicar a noção de autenticidade a um significado como o faz uma derivação surgida mais recentemente. Desde mais de meio século todo o trabalho lingüístico, semântico e a psicolingüística, confirma a intuição dos filósofos e dos poetas: o sentido não pode ser fixado ou congelado. Ele existe somente após uma apropriação ativa que é a cada vez uma recriação (...) A terceira condição, finalmente, liga-se ao fato de não se poder fixar o estado de um objeto que, diferentemente do texto e por sua materialidade, não cessa de se alterar a partir do momento em que começa a ser modificado pelo tempo” (CHOAY, 1994, p. 3).

Com todas estas limitações, a aplicação do termo autenticidade como uma defesa fetichista de um original “fictício” ou de uma “verdade”, se torna arbitrária e permite deturpações de todo tipo, inclusive por seu caráter vago. Aplicado desta maneira, Choay acredita que o termo não é operacional para a disciplina de patrimônio histórico, a não ser quando pela interpretação das antíteses do “original”, tais como o reconhecimento das cópias, réplicas, ou falsos.

Com relação ao original, Raymond Lemaire afirma que, especificamente no caso das artes plásticas, que se situam no espaço (em oposição às artes como a literatura e a música, que se situam no tempo, segundo Focillon), a autenticidade requer a presença do suporte original da mensagem. Em texto enviado para um seminário preparativo à Conferência de Nara, realizado na Noruega, Lemaire definiu autenticidade semiologicamente:

“... [É] essencialmente uma relação de verdade e sinceridade entre o emissor de uma mensagem e o conteúdo desta. É ‘autêntica’ uma mensagem que é transmitida sem sofrer alteração, mesmo em suas nuances, de um ‘emissor’ a um ‘receptor’ (...) É evidente que a transmissão tem mais chance de ser correta quando (...) o emissor não tenha sofrido, em relação à mensagem da qual é suporte, nenhuma alteração que possa modificar ou alterar o conteúdo exato dessa mensagem” (LEMAIRE, 1994, p.1).

Assim, a obra de arte (e podemos incluir neste caso as obras de arquitetura), para transmitir sua mensagem, recorre às formas que se configuram no espaço, ou seja, à sua materialidade intacta. “No âmbito da obra, seu papel essencial e imutável é o de obra de arte e de transmitir (...) a natureza e o conteúdo da mensagem (...) É nesse sentido que essas formas são qualificadas de únicas” (LEMAIRE, *op.cit.*, p. 2). No entanto, Lemaire também discute o peso da tradição da obra, da sua existência ao longo do tempo: “A alteração ou a modificação da mensagem é (...) quase inevitável; raras são as obras de arte de uma certa idade que disso escaparam. O tempo ou o homem apagam formas iniciais, sobrepõem ou inserem inovações na composição primitiva e, por conseqüência, interferem na natureza ou no sentido da obra inicial” (LEMAIRE, *op. cit.*, p. 3). Segundo Lemaire, estas alterações são “autênticos testemunhos da história da obra”, e possuem, todas elas, um valor de autenticidade, ligadas à materialidade da obra. Assim, Lemaire retoma a dualidade de Brandi: por um lado, a autenticidade ligada ao valor enquanto obra de arte; por outro, o valor de documento histórico – ambas inscritas em sua materialidade, muitas vezes de forma contraditória. Estabelecer uma hierarquia entre estes valores se torna, então, a grande dificuldade. Neste ponto, Lemaire declara: “De tanto ver no monumento apenas um ‘documento de pedra’, chegou-se a considerar que esta é sua função essencial. Esquece-se que a razão fundamental e geralmente única de sua criação, e portanto seu papel primeiro, é ‘servir’ e ser uma ‘obra de arte’” (LEMAIRE, *op. cit.*, p. 8). Neste sentido, Lemaire retoma o pensamento de Brandi, que tinha como um de seus axiomas principais a idéia de que: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p.33).

Outra questão importante que Françoise Choay levanta é relativa à noção de “patrimônio mundial”. Ela afirma, evocando Alois Riegl, “o patrimônio histórico não é um valor cultural universalmente válido. Esse estatuto lhe é falsamente atribuído, prosseguindo a confusão, mantida por falta de uma terminologia específica, entre monumento e patrimônio por um lado, monumento e patrimônio históricos por outro lado” (CHOAY, 1995, p. 107). O monumento, por si só, tem a função de símbolo, de evocar a memória, de traduzir em uma materialidade física uma memória viva, de representar ritos, crenças ou eventos significativos

em dada cultura. O monumento, artefato construído deliberadamente com a função de memorial, existe em todas as culturas: em templos, arcos, castelos, formas e esculturas. “Referência viva a uma origem, a um fundamento, ele é da competência da autenticidade: faz parte dos dispositivos que ligam os humanos à sua condição de seres vivos dotados de palavra, ele institui e constitui. É parte integrante de uma antropologia fundamental” (CHOAY, *op.cit.*, p. 107).

Já o monumento histórico difere do monumento por si só em uma instância fundamental: não foi construído com uma finalidade simbólica e memorial. É escolhido entre construções usuais devido à sua importância para a história ou para a arte, e sua salvaguarda passa a ser parte de uma tradição européia que recrudescer no séc. XIX em forma de um “culto” aos objetos artísticos de épocas anteriores, e sua permanência física os torna reais e dignos de admiração. Segundo Choay, esta concepção de monumento histórico provém do Renascimento, quando surgem as chamadas *Antigüidades*: eram “essencialmente objetos de estudo dos quais os eruditos se contentavam em preservar a imagem e a descrição em livros, sem se preocupar com sua destruição que se seguia conforme as demandas, necessidades ou projetos individuais ou coletivos” (CHOAY, *op.cit.*, pp.108-109).

José Gonçalves pondera que o culto à conservação dos monumentos históricos tem relação com um *coleccionismo* que acometeu a sociedade ocidental, e se relaciona com o surgimento das Nações modernas e a necessidade de se construir suas identidades particulares:

“Nos últimos anos, antropólogos e historiadores têm realizado estudos sobre ‘objetos’ e ‘coleções’, e seu uso simbólico para construir identidades pessoais e coletivas na moderna história cultural do Ocidente (...) Objetos de vários tipos são apropriados e visualmente dispostos em museus e em instituições culturais com a função de representar determinadas categorias culturais: os primitivos, o passado da humanidade, o passado nacional, etc. Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (GONÇALVES, 1988, pp. 266-267).

A idéia de autenticidade, justamente por seu caráter simbólico (a “aura” descrita por Benjamin), possui diferenças significativas em outras culturas, principalmente as orientais. Enquanto no Ocidente, principalmente na tradição européia, perdura a relação com a idéia do “original” único, devido à noção de tempo como não-reversível nas sociedades Ocidentais; no Japão, a cultura xintó traz outra concepção de autenticidade. Os templos xintó são exemplos de uma tradição que preserva através da destruição sistemática: os templos são desmantelados periodicamente e depois novamente reconstruídos de forma idêntica, assim

preservando sua integridade. Enquanto que no Ocidente tal prática se mostra inconcebível em termos de conservação, deve-se levar em conta que, no Japão, a relação tradicional com o monumento continua a mesma. “O templo de Ise é um monumento, bem vivo: na visão de mundo Xintó sua destruição periódica é necessária ao seu funcionamento; ela é exigida como um ato de purificação não somente do local sobre o qual foi edificado, mas da matéria corruptível (a madeira) de sua estrutura” (CHOAY, *op.cit.*, pp. 8-9). Ou seja, retomando a classificação de Riegl, o templo é um monumento, e não um monumento histórico. Com relação ao templo xintó, Nabuo Ito explica:

“No Templo de Ise todos os edifícios, iniciando pelo principal edifício do templo, são reconstruídos a cada vinte anos. Vinte anos significa o ciclo de vida das divindades, exatamente como as de uma geração humana, e também indicam o limite de tempo pelo qual a parte inferior das colunas, cujo diâmetro pode chegar a trinta centímetros, irá começar a apodrecer. No trabalho de reconstrução, todos os estilos e formas prévias são seguidas rigidamente, e, assim, a vida eterna da arquitetura é renovada” (ITO, 1995, p. 40).

Neste caso, se formos levar em consideração a “aura” de Benjamin, veremos que o peso da tradição milenar está presente apesar da inexistência da materialidade original – trata-se de uma visão diversa da adotada no Ocidente³⁶. E se trata, essencialmente, de uma relação tradicional com um *monumento*, em contraponto ao *monumento histórico*. Esta forma de “conservar” nos parece incompatível com a noção normalmente aceita de preservação dos monumentos, pois ainda não se faz a distinção entre os dois tipos de monumentos. “O que Riegl denominava valor de integridade do monumento (*Geschlossenheit*) é, no caso, indispensável para que seu poder sobre a memória possa operar e permitir a realização dos ritos que esta recorda. Mais do que a conservação de um mesmo suporte material, é, pois, a das condições simbólicas que importa” (CHOAY, *op.cit.*, p. 111). No caso dos monumentos, a questão não está no fato de ser ou não ser um objeto “aurático”: o fato de ser original ou não é desnecessária diante de sua carga e função simbólica.

Nobuo Ito, na mesma conferência, levou ao conhecimento de que a problemática relativa à adoção de um conceito universalizante de autenticidade se dá, em parte, pelo fato de que não há em muitos idiomas asiáticos uma palavra que corresponde ao conceito. Ele admite que esta dificuldade talvez possa existir em qualquer idioma que não tenha uma raiz latina:

³⁶ É importante ressaltar que este método conservativo não é generalizado e nem dominante no Japão. A manutenção dos templos budistas, por exemplo, diferentemente dos xintós, é feita de maneira semelhante à dos templos cristãos, ou seja, à moda ocidental.

“Autenticidade’ é uma palavra que origina do Grego e Latim antigo. Ela persiste até as línguas européias atuais, como inglês, francês e alemão. Portanto, a maioria dos europeus e americanos podem facilmente entender o significado essencial de ‘autenticidade’, apesar das nuances de cada idioma (...) Infelizmente, o idioma japonês, e talvez muitas outros idiomas asiáticos, não possui uma palavra adequada para ‘autenticidade’ (...) Conseqüentemente, nós não podemos compreender o verdadeiro significado de ‘autenticidade’ sem o auxílio de um dicionário” (ITO, 1995, p. 35).

Ito relatou que os japoneses passaram a compreender o conceito de autenticidade como expresso nos documentos internacionais a partir do conhecimento de três outras palavras que, combinadas, dariam uma idéia do que a *autenticidade* procura representar em uma só: genuinidade, confiabilidade e autoridade. A “autoridade”, segundo Lowenthal, exigia a crença, e assim o respeito e a obediência (LOWENTHAL, 1995, p. 125). Nos antigos documentos e relíquias cristãs da Idade Média, consideradas partes da Cruz de Jesus Cristo ou fragmentos do Santo Sudário, pouco interessava se o objeto em questão realmente fosse parte do original – a autoridade da fé lhe conferia o *status* de “sagrado”, atribuindo-lhes milagres e dando-lhes o indiscutível carimbo da autenticidade. Esses parâmetros dogmáticos podem parecer estranhos aos nossos olhos. No entanto, a insistência em se fixar uma idéia de *autenticidade*, em detrimento de sua qualidade mutável ao longo do tempo e das culturas, pode ter suas raízes na relação entre autenticidade e autoridade.

II.2. O problema contemporâneo: das réplicas e reconstruções

Uma questão que, no último século, vem se apresentando e se consolidando progressivamente no cenário cultural é referente à validação das réplicas. É interessante notar que esse fenômeno surge, primordialmente, nos Estados Unidos (e, devido a sua influência cultural, também no restante do mundo) e foi registrado em datas tão longínquas quanto 1900. Na ocasião, conforme relatado por Françoise Choay,

“(…) um arquiteto americano submeteu ao Congresso um projeto de Museu Nacional de Arte e História para Washington, que reproduzia em tamanho natural um conjunto de monumentos pertencentes às principais civilizações da Antigüidade. O interesse dessa ‘Acrópole moderna’ prendia-se ao fato de q ‘a ciência moderna pode reconstruir os monumentos e os edifícios antigo com uma exatidão de detalhes muito mais impressionante e instrutiva que os museus europeus, que expõem nas vitrines objetos heteróclitos e muitas vezes até fragmentos” (CHOAY, 2001, pp. 234-235).

A proposta, embora absurda, já preconiza um novo modelo de “preservação”: as réplicas. As reconstruções não são novidades, tendo ocorrido ao longo de toda a história humana. No entanto, mesmo em face de toda a discussão atual acerca da autenticidade em patrimônio histórico, surge a construção de cenários espetaculares que procuram reproduzir em pormenores não apenas as construções que supostamente existiam antes – mas inclusive um modo de vida distante, com seus costumes, hábitos, vestimentas, etc. O patrimônio passa a ser um simulacro de tempos passados, como se o tempo, naquele lugar, tivesse parado. Não se trata de conservar algo que permaneceu, mas de reconstruí-lo identicamente, com fidelidade em documentos e fotografias. É a simulação de uma realidade que não mais existe, nem no tempo, nem no espaço – e que talvez jamais tenha existido desta forma.

Para Jokilehto, é necessário avaliar este processo cultural criticamente, procurando compreender a ética de nosso tempo – que se relaciona com uma nova “ética de autenticidade”.

“A relação de nossa época com o patrimônio produzido em outras culturas e épocas está ‘sofrendo’ a complexidade cultural e a pluralidade de valores do cenário internacional (...) esta situação social e cultural também se reflete nos tratamentos propostos para os monumentos antigos, que tendem a fazer com que sejam parte de um espetáculo para a cultura de massa, ao invés realmente preservar a sua autenticidade nas variadas dimensões [do conceito]” (JOKILEHTO, 1995, pp. 30- 31).

A noção de espetáculo, que vem sendo amplamente empregada recentemente, segundo Guy Débord, “é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (DÉBORD, 1997, p.16). Ou seja, é a imagem destacada do objeto, que adquire primazia sobre o objeto real – as relações com as pessoas (e entre elas) passam a se dar através destas imagens, em detrimento do objeto real.

“O obstáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato deste setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência” (DÉBORD, *op.cit.*, p.14).

Este cenário da *separação consumada* é fruto, segundo Débord, do modo de produção atual. Em termos do patrimônio histórico, a própria história virou artigo de consumo. Os cenários impecáveis, ascéticos exibem a paródia da história, devidamente explicados, exibidos, e palatáveis para o consumo. Considerando que o simulacro é “cópia idêntica de um original que nunca existiu” (PLATÃO *apud* JAMESON, 1997, p. 45), muitos acreditam que a encenação dos simulacros ou a exploração espetacular dos monumentos se tornou economicamente mais rentável turisticamente, devido ao interesse que suscitam, em comparação com a simples realidade das construções simplesmente conservadas ao longo do tempo, usufruídas através do dia-a-dia de muitas gerações, muitas vezes sequer percebida no tecido urbano sem que haja uma indicação de que ali se trata de um monumento histórico autêntico. Segundo Jameson, “a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Débord, em uma frase memorável, ‘a imagem se tornou a forma final da reificação’” (JAMESON, *op.cit.*, p. 45). A reificação desta imagem justifica as alterações e distorções feitas no objeto real, pois o simulacro, segundo Baudrillard, sucessivamente reflete uma realidade profunda, “mascara e deforma esta realidade profunda”, e, por fim, “não tem relação com qualquer realidade: ela é o seu próprio simulacro puro” (BAUDRILLARD, 1991, p.13).

José Reginaldo Gonçalves nos conta que a categoria chamada de *historic preservation*, nos Estados Unidos³⁷, “designa aquele conjunto de atividades associadas à

³⁷ Um dos exemplos mais emblemáticos da *historic preservation*, nos Estados Unidos, é a cidade de Colonial Williamsburg, a primeira capital do domínio inglês na América do Norte. Na segunda década do século XX, Colonial Williamsburg teve sua reconstrução patrocinada por John Rockefeller, com o objetivo de retomar o aspecto e funcionamento da cidade tal qual supostamente era em 1775, um ano antes da independência americana. O projeto, com fins didáticos e patrióticos, visava à afirmação de uma identidade genuinamente americana e teve dimensões colossais, onde todas as construções que datavam de períodos posteriores à data eleita foram destruídos e substituídos por réplicas tidas como exatas, a partir de documentos e fotografias. Do total, “82 edifícios coloniais, que ainda sobreviveram total ou parcialmente do século XVIII, foram restaurados à sua forma original; 341 edifícios dos quais, muito freqüentemente, nada além de parte de sua fundação sobreviveu

preservação, restauração e recriação de objetos, prédios, conjuntos arquitetônicos, cidades antigas (...) A categoria recriação (...) pode se estender e incluir também a reencenação dramática de eventos históricos ou mesmo do dia-a-dia de determinados períodos históricos” (GONÇALVES, 1988, p. 269). Para proceder atendendo à intenção de ser mais objetiva e precisa possível, a recriação é feita por equipes de profissionais multidisciplinares e com base em um extenso volume de documentos históricos, procurando manter ao máximo a veracidade técnica e estilística dos objetos antigos reais. Segundo Gonçalves, muitos destes locais são intensa e cuidadosamente estudados por arquitetos, historiadores e arqueólogos, procurando construir uma réplica exata.

Gonçalves sugere que, neste caso, poderia se tratar de uma “*autenticidade não-aurática*”, em referência ao conceito de Benjamin. “Parafrazeando Benjamin, eu diria que elas constituem um exemplo de patrimônio cultural ‘na época de sua reprodutibilidade técnica’. Elas tornam explícito o caráter artificial, construído e tecnicamente reproduzido, dos chamados patrimônios culturais” (GONÇALVES, 1988, p. 273). Os defensores americanos destes projetos costumam argumentar que, apesar de réplicas, as recriações não deixam de preservar um *savoir-faire* e perpetuar uma forma estética que não existe mais, contribuindo, de certa forma, para que as gerações futuras conheçam seu passado – que seria a própria essência da preservação do patrimônio. Será, talvez, uma proposta “pós-moderna” de monumentos – e não monumentos propriamente históricos (dentro da crítica feita por Françoise Choay)?

No entanto, Jokilehto é categórico: citando o caso de uma cidade na Noruega, ele afirma que “as reconstruções não se qualificam como parte do tecido urbano (...) A área está listada como Patrimônio Mundial, mas a parte ocidental que foi reconstruída como réplica depois do incêndio de 1955 não foi incluída” (JOKILEHTO, 1985, pp. 9-10). Mesmo casos de restaurações excessivas num sítio antigo são criticados: “Fazer isto por motivos didáticos também pode ser questionado. Modelos didáticos podem ser úteis em museus para explicar formas anteriores de uma estrutura, mas restaurações excessivas no sítio original podem, ao contrário, resultar em confundir o que é original com o que é novo; podem, de fato, causar perda de fé no autêntico” (JOKILEHTO, 1985, p. 8).

para mostrar sua localização, foram reconstruídos; 616 edifícios modernos foram demolidos ou removidos da área restaurada para gerar espaço para jardins, áreas verdes e edifícios reconstruídos” (in GONÇALVES, 1988, p.270). A recriação espetacular da cidade não se ateu às réplicas e reconstruções das edificações, ruas e mobiliário, mas inclui também a reencenação da vida cotidiana da época feita por uma grande equipe de atores contratados, que vivem, vestem-se e falam como se estivessem vivendo no século XVIII. A recriação da cidade de Colonial Williamsburg é freqüentemente citada como exemplo de preservação “artificial” e “inautêntica”. (GONÇALVES, *op. cit.*) Ver também a página na internet de Colonial Williamsburg para maiores informações: “*The official website of Colonial Williamsburg: the world’s largest living history museum*”: <http://www.history.org>.

No entanto, existem reconstruções que são aceitas pela Convenção do Patrimônio Mundial, que entendeu se tratar de uma relativa autenticidade. Conforme relato de Droste e Bertilsson, a reconstrução do centro histórico de Varsóvia, na Polônia (onde 85% do tecido urbano destruído em 1944, e teve suas igrejas, palácios e mercado meticulosamente reconstruído), foi aceito.

“Neste caso, a autenticidade dos materiais pode ser questionada, mas não a [autenticidade] relativa à função, forma ou tradição. A inclusão de Varsóvia na Lista do Patrimônio Mundial foi considerada uma exceção à regra que requer autenticidade nas propriedades culturais. A exceção foi feita pelo Comitê do Patrimônio Mundial [*World Heritage Committee*] para reconhecer um esforço exemplar e único de uma restauração bem-sucedida do pós-guerra” (DROSTE e BERTILSSON, 1995, p. 9).

Françoise Choay afirma que a reconstrução de Varsóvia não pode ser considerada uma reconstituição, como é o caso de Colonial Williamsburg, no Estados Unidos: “A reconstrução de Varsóvia após a Segunda guerra mundial (...) não se tratava de uma cópia, mas de um objeto urbano inteiro que se pode excluir de seu estado civil, que tem o estatuto de monumento ou de memorial e que funda uma identidade”. Assim, neste sentido, ela faz coro com Jokilehto, afirmando que “toda reconstrução é por definição condenada à inautenticidade, pois ela não pode se apropriar do estado civil daquilo que ela reproduz: cópia, interpretação ou evocação, ela pode somente dar a conhecer ou autenticar seu estatuto de falso, de réplica ou de lembrete” (CHOAY, 1995, p. 105).

Cada vez mais, esta forma de compreender o patrimônio histórico vem se difundindo. Mesmo no Brasil, já temos exemplos de espetáculos que são divulgados pela mídia como “patrimônio histórico preservado” quando são, em realidade, objetos distorcidos ou desfigurados, e mesmo reconstruídos (tanto física quanto simbolicamente). São muitos os exemplos de construções em ruínas completamente refeitas e com aparência “fresca”; restaurações desfigurantes que visam a uma adequação a um uso arbitrário, de utilidade meramente econômica e diferente da destinação original; transformações de elementos urbanos em meros cenários, entrecortados por adições modernas e mobiliário replicados. É necessário que haja uma reflexão profunda sobre este tema, sob risco de perdermos grande parte de nosso legado histórico em desfigurações imagéticas, processadas em seus “15 minutos de fama” midiáticos. Como bem explica Baudrillard, “a informação devora os seus próprios conteúdos (...) Em vez de fazer comunicar, esgota-se na encenação da comunicação. Em vez de produzir sentido, esgota-se na encenação do sentido. Gigantesco processo de simulação que é bem nosso conhecido” (BAUDRILLARD, 1991, p. 105).

Cesare Brandi, no apêndice “Falsificação”, de sua *Teoria da Restauração*, traz uma abordagem que pode ser bastante válida quanto da compreensão deste fenômeno do simulacro, embora não seja este o cenário que ele analisa. No entanto, Brandi afirma que, ao se tratar de uma cópia fiel, idêntica a um objeto histórico, a falsificação (ou seu oposto, a autenticidade) não pode ser um valor inerente ao objeto – conforme já elucidou Jokilehto. Para Brandi, no entanto, a falsidade encontra-se no juízo, e não no objeto – ou melhor, a falsidade de um dado objeto está na *intencionalidade* de sua existência como duplo.

O que Brandi coloca, de forma bastante interessante, é o fato de que a obra de arte possui sua dimensão histórica – e as cópias, como uma subespécie, também. Frutos de uma *moda*, ou de um quadro cultural de uma época, “a cópia, a imitação e a falsificação espelharão a *facies* cultural do momento em que foram executadas e nesse sentido desfrutarão de uma historicidade que se poderia dizer dúplice pelo fato de terem sido concretizadas em um determinado tempo, e pelo fato de portarem consigo, inadvertidamente, o testemunho das predileções, do gosto e da moda daquele tempo” (BRANDI, 2004, p. 117).

Deste modo, pode-se concluir com as reconstruções e as réplicas é que se tratam, essencialmente, de uma relação de valores típicas de nosso tempo e devem ser consideradas no debate a respeito da autenticidade na preservação contemporâneas. Michael Petzet, na Conferência de Nara em 1994, considera que as réplicas e reconstruções não devem ser eliminadas no “culto aos monumentos” do fim do século XX, dentro do que ele chama de “pluralismo pós-moderno”. Dentro do panorama contemporâneo onde muitos dos monumentos perderam seu uso ou tornaram-se passíveis de preservação dentro de um contexto puramente museológico, Petzet sugere que, para atingir o objetivo de preservação,

“É possível que as únicas estratégias para alcançar este objetivo podem talvez não impedir a ficção da autenticidade – por exemplo, a imagem comemorativa, criada com a habilidade e fantasia necessária, para evocar uma paisagem industrial (...) Tentativas de tornar visível novamente a autenticidade de um monumento, por exemplo, restaurando até chegar a um estado particular, também não devem ser eliminados; assim como [não se deve eliminar] a reconstrução, baseada em fontes autênticas, que completa uma estrutura particular” (PETZET, 1995, p.95).

Artificiais ou inautênticas, a relação das réplicas e reconstruções com o patrimônio contemporâneo vem se tornando, gradativamente, mais presentes, inclusive no Brasil. Por este motivo, não devem ser desprezadas na discussão sobre a autenticidade. No entanto, considerando a premissas das teorias de restauro, que fornecem profundas análises sobre a própria essência do monumento, torna-se evidente que as réplicas e reconstruções não podem ser equiparadas em termos de juízo de valor com as construções históricas autênticas,

originais, no sentido de Benjamin. Não se pode dizer que as réplicas possam ser consideradas de mesmo valor histórico e artístico que um monumento no sentido que Riegl conferia à palavra. O valor histórico é relativo à materialidade do bem, à sua passagem pelo tempo, impossíveis de serem emulados – não existe no objeto replicado o *valor de antigüidade* de Riegl, ou a *reverência* de Ruskin. Trata-se apenas da emulação de estilos, objetos e estruturas “à moda antiga”, as quais, em sua aparência fresca, não convencem e não se equiparam aos objetos originais. Jamais poderiam ser analisados como autênticos documentos históricos – vale ressaltar, neste ponto, que as réplicas são interpretações feitas na contemporaneidade, conforme o “valor de contemporaneidade” descrito por Riegl, onde o homem atual procura compreender um fato histórico *a posteriori*. Também o valor artístico se perde na réplica, pois se aproxima das falsificações que sempre existiram ao longo da história da arte, e que nunca foram validadas como algo além da cópia.

Deste modo, conforme Brandi afirmou em sua teoria, as cópias e réplicas possuem validade histórica à medida que demonstram os valores de cada época – porém trata-se apenas de um valor histórico secundário, um valor didático que, de forma alguma, possa se equiparar à densidade dos valores duplamente históricos e artísticos de um autêntico monumento histórico, atrelados à sua materialidade original.

Deste modo, podemos concluir que o critério mutante da autenticidade, conforme o bem-cunhado termo de Lowenthal (1995), encontra o desafio de compreender, em sua própria definição, aquilo que ele procura avaliar nos monumentos: sua autenticidade em cada período da história do conceito, a autenticidade de cada interpretação cultural, e as suas próprias contradições. E chama a atenção: “Quantas igrejas barrocas (...) têm sido destruídas em nome da autenticidade? Se a autenticidade continuar a prometer uma perfeição impossível, suas virtudes verdadeiras irão sucumbir à infâmia pós-moderna” (LOWENTHAL, 1995, p. 124).

II.3. Autenticidade, memória e invenção

Recentemente, entidades como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) vêm procurando ampliar cada vez mais a noção normalmente difundida do que é, de fato, a cultura popular brasileira. Durante muitos anos, os bens aceitos e considerados representativos do Brasil, e, portanto, preserváveis, eram na realidade apenas representativos de determinados grupos que formam *parcialmente* a nossa cultura tão heterogênea (FONSECA, 2005). A produção destes estereótipos a partir da preservação do patrimônio, no entanto, faz parte de uma questão maior que abrange toda a Historiografia, e demonstra o quanto é complexa a ação do preservador – daí a necessidade de uma reflexão crítica das questões basilares que pautam nossa atuação.

Embora em muitos casos o processo de *seleção* da memória seja utilizado como uma forma intencional de controle da escrita da história, o esquecimento e a escolha do que se deve lembrar é uma questão intrínseca ao próprio mecanismo da memória. Como bem explicou Edgar Morin,

“Como todas as coisas do universo, a memória sofre a degradação e a desintegração, o que para ela se chama esquecimento (...) A perda de memória é ininterrupta. A própria memória tende a tornar-se lacunar, incorreta, enganosa. Além disso, como já vimos, ela sofre intensamente a influência das forças de rejeição, que afugentam a lembrança desagradável, e das forças de transfiguração e mitologização, que transformam a lembrança em lenda”. (MORIN, 1986, p. 152)

Esta qualidade quase diáfana da memória dificulta muito sua compreensão. Normalmente, o entendimento da memória é como algo estático, imutável e que se situa num ponto fixo do tempo. A este respeito, Ulpiano Meneses pondera que “a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências (...) A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente” (MENESES, 1992, p.10). Portanto, a memória nunca é estática e apreensível na sua totalidade; ela é, como afirma Ecléa Bosi, um *trabalho*, um processo permanente de construção, alterações e adições (BOSI, 1971, p.7).

Nos casos de objetos onde ela se materializa, tais como os edifícios históricos ou manifestações culturais tidas como “tradicionais”, esta relação complexa do passado com o presente, sob o viés da memória, gera obstáculos profundos na discussão a respeito da preservação do patrimônio. A relação da sociedade em geral com estes fragmentos históricos

é, tal como afirmou Choay, como um *espelho* onde a própria sociedade confronta as suas questões (CHOAY, 1995, p. 14).

Por um lado, há a relação romântica, quase fetichista, dos que procuram enfrentar o tempo e manter estagnada uma tradição por intermédio de repetições forçadas de referência ao passado (HOBSBAWM, 1997). Segundo Meneses, “sem o esquecimento, a memória humana é impossível (...) O esquecimento (...) faz e pode refazer a sociedade” (MENESES³⁸, 1992, p. 17). A cultura, incluindo aí a cidade, é um processo dinâmico de substituição de velhos usos que se tornam obsoletos por novos costumes – o congelamento de velhos usos e costumes à revelia de uma reflexão crítica, a título de transmissão de valores para o futuro, torna-se um processo de *reificação*, que é uma forma de esquecimento (MENESES, 1992, p. 17). Este processo de prolongamento da “tradição” muitas vezes atende a intenções ideológicas, tais como a construção de identidades (cujo alcance pode variar de pequenos grupos a identidades nacionais), apropriando-se mesmo de *invenções* ou procurando estabelecer uma continuidade com um passado que não existe. Hobsbawm afirma que muitas vezes é “necessária a invenção de uma continuidade histórica (...) através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção” (HOBSBAWM, 1997, p.15). Mesmo quando não é intencional, a reificação dos objetos e costumes através de sua perpetuação forçada esbarra em pequenas invenções ou distorções, frutos do próprio mecanismo mutável da memória (como descrito anteriormente) – inclusive através de um processo de mitificação que, tal como afirmou Morin, também faz parte do trajetória temporal da memória.

Por menores que sejam, estas alterações de significado ou mesmo novas criações de sentido, intencionais ou não, fomentam uma discussão a respeito da *autenticidade* do que se procura preservar. Reitera-se que as tradições e outras manifestações da memória têm sua validade, mesmo se forem apenas simbólicas e até mesmo inautênticas em termos históricos – desde que esta distinção seja feita a princípio, sem que as manifestações da memória tenham a pretensão de assumirem seu conteúdo como autênticos *documentos* históricos. Neste caso, é bastante interessante a colocação de Ulpiano Meneses que estabelece claramente as diferenças entre *memória* e *História*:

“A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza

³⁸ Neste trecho, Ulpiano MENESES cita uma frase de Russel JACOBY, retirada do livro “*Amnésia Social – uma crítica à Psicologia conformista de Adler a Laing*”, publicado no Brasil pela Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1977.

simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz” (MENESES, 1992, p. 22).

Esta distinção, que define campos disciplinares e separa a história da antropologia, torna-se bastante interessante em vista da preservação do patrimônio enquanto *espetáculo*. Retomando a definição de Guy Debord de espetáculo como uma representação da realidade – a imagem (ou simulacro) desta realidade destacada e desconectada do objeto real (DEBORD, 1997). O que se convencionou chamar de *espetacularização* do patrimônio é o tratamento das edificações ou tecidos urbanos históricos como meros cenários que, de forma idealizada, simulam e reconstroem um passado que talvez nem mesmo tenha existido, como o exemplo previamente citado das réplicas americanas.

A intenção de se reconstruir e “voltar” a um estado original, que talvez jamais tenha existido daquela forma, não é novidade, conforme vimos anteriormente: desde o século XIX restauradores como Viollet-le-Duc têm essa proposta como a principal intenção da restauração. O que difere, porém, estes pensadores dos que atuam na atualidade é a *reificação da imagem* sobre o objeto real, geralmente com intenções de atender à indústria cultural e embalar a própria memória para o consumo turístico. O espetáculo deturpa o patrimônio para atender a configurações mais palatáveis ao grande público consumidor, e muitas vezes a reescrita intencional da história (eliminando lembranças desagradáveis, insuflando sentimentos, reiterando glórias, embelezando) acaba por se destacar de tal maneira do objeto real que chega a se confundir com a História real e documentada. Estas transfigurações, embora parte do próprio mecanismo da memória, como já vimos, não podem ser aceitáveis do ponto de vista historiográfico. O patrimônio espetacular, ao menos em sua instância histórica³⁹, pode ser inautêntico por definição.

Já no outro extremo desta reflexão, estão os casos em que não há desejo algum de preservação da memória – por mais mal-compreendida que seja. Quando há uma sensação de indiferença ou mesmo rejeição com relação às tradições preservadas, o que demonstra a não-relação entre partes da sociedade com monumentos que exibem uma história gloriosa que não é a sua – um processo que não se vincula com a experiência espontânea que é característica da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Este não-comprometimento da sociedade que seria, a princípio, *beneficiada* com a conservação desta memória demonstra um processo de escolha pela preservação de determinados bens que está alheia à própria sociedade. Os bens selecionados para a permanência muitas vezes são frutos de um olhar que

³⁹ Relação com a já citada teoria de Cesare Brandi, onde ele considera o patrimônio histórico como portador de uma dupla instância de valores: histórica e estética.

prefere determinadas manifestações históricas em detrimento de outras, num jogo de poder que é bastante intrínseco à sociedade. Como afirma Marilena Chauí:

“Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. (...) Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, (...) mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (...) Dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por uma outra ‘história’, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (CHAUÍ, in: BOSI, 1998, p. 19).

Neste processo, há também uma deturpação da escrita da história, desta vez intencional. Devemos lembrar que, assim como afirmou Edgar Morin, a memória também é um mecanismo de seleção e descarte, de um “esquecimento programável” (MENESES, 1992, p. 16). No processo de instauração oficial de determinadas *modos de pensar*, a história *real* acaba sendo substituída por uma história *oficial*. Neste processo, se o patrimônio serve como instrumento para rememoração de determinada cultura ou momento histórico, a sua ausência deliberada contribui também para a amnésia coletiva, num procedimento praticamente orwelliano⁴⁰ de proscrição do que não se quer perpetuar. Neste processo de *reescrita* da história, ocorrem graves erros históricos e etnográficos, conforme verificado pela pesquisadora paranaense Márcia Scholz Kersten, sobre o caso brasileiro:

“O processo colonizador imprimiu na história do Brasil a idéia de seu povo ser formado por uma mescla de raças inferiores, como o índio ou o negro (...) Em decorrência trouxe à baila uma série de ambigüidades implícitas na compreensão da diversidade do país, influenciando as expressões culturais e as ações políticas, inclusive matizando as discussões sobre patrimônio (...) [o país] seria muito novo para contar com objetos, documentos e edificações significativos (...) a maioria destoando dos padrões estéticos europeus. Além disso, fruto de uma visão etnocêntrica, havia o beneplácito das autoridades quanto à destruição destes bens, o que contribuiu para que diferentes culturas locais se desorganizassem.

Somente (...) com a chegada da família real em 1808 no Rio de Janeiro, tiveram início as preocupações em preservar alguns bens que poderiam ser definidos como patrimoniais. Os bens reconhecidos eram os oriundos da colonização portuguesa ou gerados em seu interior: aqueles pertencentes aos povos indígenas e aos diferentes grupos étnicos que compunham a população escravizada, foram desconsiderados” (KERSTEN, 2000, p.61-62).

⁴⁰ Referência ao processo de “apagamento” de registros descrito na obra de ficção “1984”, de George Orwell.

II.4. Turismo Cultural e o patrimônio espetacular

Por fim, a forma de amnésia, descrita no item anterior, perpetuada pelo patrimônio histórico também pode se manifestar na exclusão de determinados aspectos da história feita pela indústria cultural do turismo espetacular. O turismo dito “cultural” surgiu há muito tempo, como nas viagens de estudos dos filhos das famílias abastadas do século XVIII, que completavam a sua educação aprendendo novos idiomas, costumes e visitando os monumentos da antigüidade clássica. As viagens passaram a ser organizadas, produzindo a atividade econômica turística, já no século XIX – o inglês Thomas Cook é citado como pioneiro no ramo, fundador de uma empresa decidada às excursões de recreação (RODRIGUES *in* FUNARI e PINSKY, 2005, p.15). A indústria turística, da forma como a conhecemos hoje, é produto da sociedade capitalista e do consumo de massa, relacionando-se diretamente com as conquistas dos trabalhadores como o direito às férias, as facilidades do transporte, e mesmo com políticas trabalhistas oficiais, como o *Dopolavoro* de Musselini, em 1925 (BOYER, 2003).

A relação do turismo com o patrimônio cultural é bastante antiga (basta lembrar as viagens dos estudiosos às ruínas da Antigüidade no Renascimento), contribuindo para o alastramento das idéias preservacionistas. Jokilehto cita, por exemplo, o fato de que em Roma, “durante o Iluminismo no século 18, (...) muitos visitantes expressaram preocupação com a má condição de seus monumentos antigos e os afrescos de Rafael, que eram considerados de valor tão universal que sua conservação não era problema apenas dos romanos, mas elevou-se acima de todas as fronteiras entre países e religiões” (JOKILEHTO, 1985, p.6). Esta relação intensificou-se a partir de meados do século XX, quando o patrimônio cultural passou a agregar também um profundo valor econômico, sendo explorado como produto de consumo (FONSECA, 2005, pp. 68-69). Se as intenções da divulgação turística dos monumentos atendiam à ideários modernos nobres, como a democratização da cultura ou a construção das identidades, logo os efeitos negativos da exploração econômica do patrimônio – a qual, devido às forças do mercado, geralmente se sobrepõem aos interesses culturais – passaram a entrar em evidência, trazendo conseqüências bastante sérias e danosas (CHOAY, 2001).

A defesa que normalmente se faz é que o desenvolvimento do turismo contribuiu para o reconhecimento e valorização de diversas manifestações histórico-culturais que, de certa forma, romperam com a ditadura de estereótipos reducionistas gerada, inclusive, pela historiografia “oficial”. Na atual conjuntura pluralista, muitos defendem que o patrimônio das minorias finalmente encontra voz através do investimento da indústria turística, que

auxilia na conservação e na projeção ao público que o desconhecia, configurando-se num “importante instrumento de conscientização social”. “O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica” (FUNARI e PINSKY, 2005, p. 11). No caso brasileiro, na década de 70, surgem às vistas da sociedade em geral o patrimônio oriundos de colonização de imigrantes europeus não portugueses, e de manifestações vernaculares das minorias, em contraponto com a supremacia da arquitetura das elites, geralmente suntuosas e de estilo erudito. “Afirmavam-se os direitos das identidades coletivas particulares, sobrepondo-se à idéia, dominante no século XIX e primeira metade do século XX, de uma identidade nacional (...) propunha-se (...) a construção dos patrimônios das minorias até então excluídas da representação da nação” (FONSECA, 2005, P. 169). Assim, o patrimônio seria uma forma de agregar novos elementos na construção de uma identidade mais pluralista, através da valorização e exposição dos grupos antes periféricos. Este fenômeno, crescente no fim do século XX, é descrito por Stuart Hall como uma resistência à globalização: “ao lado da tendência em direção à homogeneização global há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’. Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’” (HALL, 1999, p. 77). Assim, neste processo, há uma fragmentação das identidades universalizantes, como as *identidades nacionais*: “as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar” (HALL, 1999, p. 69). Neste contexto, a partir do reconhecimento público de sua importância cultural, os grupos minoritários e periféricos, que sempre estiveram às margens do desenvolvimento da sociedade, encontraram um meio de transformar seu recém-descoberto valor em atividade econômica.

Esta via, deve-se ressaltar, foi adotada oficialmente pelo governo brasileiro durante a ditadura militar. Em 1967, o Brasil, juntamente com outros Estados latino-americanos, participaram de um encontro no Equador promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), de onde resultou um documento internacional, a Carta de Quito. Neste documento, recomendava-se que “os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES *in* FUNARI e PINSKY, 2005, p. 18-19). Neste mesmo período, foi instituída a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo. No Estado de São Paulo, em 1968, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, o Condephaat, demonstrando a idéia institucionalizada de que o patrimônio cultural fosse essencialmente atrelado ao turismo.

“A indústria cultural experimentava grande impulso no país e, além disso, o regime militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. O casamento entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeito e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a ‘salvação’ do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico” (RODRIGUES, *op.cit.*, p. 21).

No entanto, apesar das súplicas de teóricos e preservadores que repudiam a superficialidade do que se chama de turismo cultural, aonde o patrimônio nacional “vem se apresentar ao dever” (FROLICH, 1993, p. 67) para arrecadar dinheiro para os governos, outros não deixam de citar possíveis benefícios do turismo: a Carta do Turismo Cultural⁴¹ afirma que o turismo, se devidamente planejado e controlado, pode ser benéfico para o próprio sítio histórico. Jokilehto confirma: “De fato, entre a década de 60 e 80, o turismo tornou-se uma fonte importante de renda para muitos países, particularmente no Mediterrâneo. Em alguns países, incluindo a Malásia e o Sri Lanka, as autoridades de conservação têm sido hábeis em canalizar fundos provenientes do turismo para beneficiar sítios patrimoniais” (JOKILEHTO, 1998, p. 18). Além de despertar o interesse de sítios históricos, a renda gerada pelo turismo muitas vezes é revertida para a própria manutenção e conservação dos monumentos, contribuindo para que construções antes abandonadas passassem a ser valorizadas e mesmo responsáveis pelo desenvolvimento de uma região como um todo (JOKILEHTO, *op.cit.*, p.18). A idéia de que “o turismo [é] um meio de preservação dos monumentos” esteve presente em vários documentos oficiais⁴². Já autores como Bernard Feilden, presidente do ICOMOS do Reino Unido, têm publicado artigos onde listam sugestões que poderiam evitar ou minimizar os efeitos nocivos do turismo, sempre defendendo as vantagens culturais e econômicas que podem resultar de uma gerência adequada do turismo. Afinal, segundo ele, “o lazer e o turismo são atualmente parte da cultura mundial e da economia internacional, perdendo apenas para a indústria do petróleo em termos” (FEILDEN, 1993, pp. 59-65).

Percebe-se que a defesa do turismo como instrumento de “preservação” do patrimônio por parte das autoridades membros dos mais importantes organismos preservacionistas, denota que a associação entre o patrimônio cultural e a indústria turística é um processo irreversível. Porém, é importante ressaltar que a maior parte dos teóricos da conservação do patrimônio permanece cética – quando não completamente contrária – quanto a esta ligação entre a preservação do patrimônio com a indústria do turismo. Estes autores tendem a ressaltar os malefícios da exploração turística excessiva, as quais têm provocado perdas incomensuráveis nos últimos anos, inclusive provocando o fechamento

⁴¹ A Carta do Turismo Cultural, foi assinada em Bruxelas, em 1976, após encontro multinacional promovido pelo ICOMOS (Comitê Internacional de Monumentos e Sítios).

⁴² A citação foi extraída da Resolução de São Domingos, de dezembro de 1974, em evento oficial da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo os signatários deste documento os países filiados a esta organização – o Brasil entre eles.

para visita de diversos sítios históricos importantes, como por exemplo, o Vale dos Reis, no Egito. Choay considera este o principal malefício: a destruição eventual do próprio objeto que justifica o turismo (CHOAY, 2001, p. 15). A Carta do Turismo Cultural, de 1976, declara que “qualquer que seja sua motivação e os benefícios que possui, o turismo cultural não pode estar desligado dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e sítios”, sugerindo então que haja um movimento em prol da educação patrimonial, tanto dos usuários visitantes quanto dos organizadores e planejadores destas visitas. Pode-se afirmar que os danos provocados pelo turismo são causados primordialmente pela noção distorcida que confunde os fins (a preservação em si) e com os meios, como o uso, o turismo, etc.

No entanto, um conflito atual se dá devido à espetacularização do patrimônio, que muitas vezes atende aos interesses econômicos do turismo cultural. Há a necessidade de se chamar atenção para a abordagem que se faz do patrimônio quando estes interesses estão envolvidos. Segundo Carlos Lemos, muitas vezes:

“Preserva-se em atendimento às exigências do turismo, a grande indústria moderna, que maneja quantias incríveis enquanto vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades. O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provocando quadros artificiais, inclusive” (LEMOS, 2000, p. 30).

A questão que se levanta, então, é paradoxal: o que justifica o turismo cultural não é o valor estético e/ou histórico do objeto? Mas se este objeto é distorcido ou desfigurado ao ser “embalado para consumo”, contribuindo para a perda de seus atributos, o próprio turismo cultural não se justifica mais.

Françoise Choay dedica muita atenção às maneiras com que o patrimônio histórico vem sendo distorcido nos últimos anos, no fim de seu livro *A alegoria do patrimônio*, publicado em 1992 na França. Choay comenta que a idéia de “valorização (*mise-en-valeur*)” do patrimônio atualmente vem sendo feita de forma antagônica: por um lado, encontram-se os restauradores que atuam “sob o signo do respeito”, aliando às teorias dos pensadores dos séculos XIX e XX as novas tecnologias; por outro, são ações “sob o signo da rentabilidade”, destinadas a “valorizar o monumento histórico e transformá-lo eventualmente em produto econômico” (CHOAY, 2001, pp. 212-213).

Choay cita as maneiras com que o patrimônio é *valorizado* enquanto produto cultural, colocando-se nitidamente contra as ações meramente econômicas do monumento histórico. A maior parte das ações são empreendidas pela indústria do turismo democraticamente, na maior parte dos países, independentemente de suas diferenças culturais ou econômicas, demonstrando um “processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seu meio” (*op.cit.*, p. 223).

Os procedimentos são diversos. Por um lado, a espetacularização do monumento, que Choay chama de *mise-en-scène*, onde o monumento é apresentado de maneira destacada do seu entorno. São procedimentos vários, que podem incluir a iluminação extensiva, aos “espetáculos de luz e som”, os eventos e a animação cultural, a conversão em dinheiro, e a “modernização” (onde um elemento inteiramente novo, anacrônico, é inserido no monumento para gerar um contraste regenerador), entre outros.

Destes exemplos, vale chamar a atenção para a animação cultural, cujo exemplo nacional foi apresentado no começo deste capítulo, quando da consideração de que os eventos realizados em sítios históricos agregam valor aos próprios monumentos. A animação cultural propõe tirar o edifício

“de sua própria inércia, considerando insuficiente a sua aproximação pessoal. Seu método é a mediação: facilitar o acesso às obras por intermediários (...) Uma hierarquia complexa conduz da mediação com efeitos especiais aos comentários audiovisuais, passando pela reconstituição de cenas históricas imaginárias, recorrendo-se a atores, manequins, marionetes ou imagens digitais” (CHOAY, *op.cit.*, p. 216).

Esta abordagem do edifício cultural reside na própria essência do espetáculo: a imagem é reificada em detrimento do objeto em si. Ou seja, a construção histórica precisa atender a uma expectativa quase mítica – a admiração, o *culto*, dos espectadores não dirige-se necessariamente à construção de tijolos ou pedras: a sua presença física serve apenas para demonstrar a existência real da aparição, da sua imagem reificada. Deste modo, o monumento precisa ter um caráter extraordinário: precisa significar algo além de um edifício ou um memorial antigo, precisa oferecer usos mais “importantes” e menos triviais. Talvez por este motivo, a maior parte destes monumentos é convertida em funções ditas culturais (museus, bibliotecas, fundações, etc.), de prestígio (ministérios, sedes sociais, hotéis), ou atendem ao uso privado (sedes de empresas, etc.) (CHOAY, *op.cit.*, p. 221).

Para Choay, a animação não é direcionada ao monumento, mas ao espectador, que acaba por se distrair do monumento. Por alimentar a passividade, onde o visitante não consegue dialogar com o local por conta própria, em seu próprio tempo, Choay considera que

as animações “são formas demagógicas, paternalistas e condescendentes de comunicação”, que acabam por chamar mais atenção para si mesmas, do que para o monumento que pretendem elucidar.

Os eventos, por outro lado, também são um tipo de *mise-en-scene*. Nestes casos, já citados anteriormente, o monumento, ou o sítio histórico, é convertido em cenário, onde eventos que pretendem agregar valor ao local acabam por sobrepujá-lo: “em decorrência dessa estranha relação antagônica, [o patrimônio pode ser] engrandecido, depreciado ou reduzido a nada” (CHOAY, *op.cit.*, p. 217).

Os eventos têm ganhado cada vez mais espaço em ações conjuntas ao patrimônio por atraírem o público para a arte, estimulando-os a frequentar monumentos ou bairros históricos, através de atrativos como o teatro, apresentações musicais, desfiles de moda, entre outros. No entanto, as distorções se iniciam quando a “visão eventista” dá primazia ao evento cultural sobre o produto cultural, ou seja, quando os eventos são direcionados às multidões de forma simplista e meramente lúdica ao invés de propiciar a reflexão, a contemplação e a educação pela arte. Estes eventos são orientados, muitas vezes, apenas por uma “visão de mercado”, onde o evento é elaborado para atingir determinado segmento desejado. “O mercado é a instância definidora do tema, conteúdo, objetivos e valores do evento. Assim, o evento é planejado com base em critérios alheios à arte e à genuína qualidade do produto cultural” (MELO *in* FUNARI e PINSKY, 2005, p.54). Ou seja, os eventos, do modo com que costumam ser feitos, promovem o entretenimento e não a divulgação da cultura. Francisco Paulo de Melo Neto pondera, no entanto, que os efeitos negativos provocados por essa visão não devem anular por completo seus benefícios, afirmando que os eventos em sítios históricos promovem a circulação e a assimilação de seus valores, e se forem realizados de modo não-instrumental e mercadológico, podem gerar benefícios educacionais, comunitárias e sociais nos projetos culturais (*op.cit.*, pp. 57-59).

A valorização do patrimônio, portanto, costuma ser abordada de duas formas:

“ora a cidade histórica, assim como o monumento individual, é transformada em produto de consumo cultural – reutilização ambígua, no melhor dos casos lúdica, e que dissimula sua natureza museal –, ora pode ser destinada a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ela não se subordinam” (CHOAY, *op. cit.*, p. 224).

Um efeito decorrente da “valorização” dos sítios históricos é o processo de *gentrificação*, que se define por “uma ressemantização desses lugares devido à recuperação do espaço por parte das classes altas ou de empreendimentos comerciais que revalorizam o local e o preço das propriedades, promovendo, assim, sua reapropriação por setores

economicamente privilegiados da sociedade” (BARRETO *in* SERRANO et. al., 2000, p.30). O primeiro efeito social da valorização do patrimônio acaba por desconsiderar a função desempenhada historicamente pelos edifícios que compõem um sítio histórico. Os usos tradicionais (residências, pequenos comércios), as relações entre os moradores, os acontecimentos cotidianos que, de certa forma, vinham sendo “preservados” pelo não-reconhecimento destas áreas, são eliminadas e substituídas por utilizações mais rentáveis, como edifícios de escritórios, museus, centros culturais, entre outros. Estes novos equipamentos visam atender às necessidades do turista que irá frequentar o local, e eliminam por completo as relações tradicionais do lugar. Choay afirma:

“A ‘embalagem’ que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas” (CHOAY, 2001, p. 226).

Este processo se verifica em vários locais e é alvo de insistentes críticas no Brasil. Um exemplo brasileiro clássico é o Pelourinho, cujos edifícios centenários foram convertidos em lojas e pousadas direcionadas a turistas abastados não apenas brasileiros, mas provenientes do mundo inteiro – quase não há mais moradores originários do local. O mesmo modelo se repete em várias outras localidades brasileiras, onde portos antigos passam a receber turistas que chegam em cruzeiros marítimos, onde os pequenos restaurantes são substituídos por versões mais caras, servindo pratos “típicos”. Este processo de gentrificação nada mais é que uma standardização que elimina as identidades culturais locais, onde o contato entre o turista e o morador local é controlado e mesmo inexistente, contrariando um dos princípios mesmo do turismo: o deslocamento a um local diferente, onde se pode interagir com modos de vida e culturas diversas (FUNARI e PINSKY, 2005, p. 11).

Cabe, neste momento, voltar ao conceito de autenticidade propriamente dito, em relação ao turismo. Dean MacCannell considera que o turista seria “a personificação da busca da autenticidade”, sendo que esta seria o princípio do ritual da viagem. O turista viajaria movido pelo desejo de conhecer outras culturas, modos de vida, e locais “autênticos”, numa “busca de si mesmo” através do conhecimento da alteridade. Porém, MacCannell não rejeita que esta busca em si geraria uma “autenticidade encenada”, vulgarizada pela comercialização, ou seja, um folclorismo construído pelos moradores locais para atrair o viajante (SERRANO, 2000, p. 41). “O termo ‘autenticidade encenada’ foi cunhado para descrever eventos criados com a intenção de confundir o turista. Quando a cultura é ‘produzida’ desse modo, trata-se de uma farsa” (GETZ *in* THEOBALD, 2001, p.426).

MacCannell se opõe, no entanto, às opiniões de Daniel Boorstin, que, partindo da análise da sociedade americana, conclui que “a experiência dos turistas de massa [é] ilusória, superficial, e mesmo banal. Estes estariam à procura de pseudo-acontecimentos em suas viagens, consumendi desta forma apenas espetáculos descontextualizados e artesanatos não-autênticos” (SERRANO, 2000, p.40). Esta visão tem se mostrado a mais dominante atualmente, a visão do turista como o “idiota das viagens” (URBAIN *apud* SERRANO, 2000, p.51). Martin Frolich, pertencente ao comitê suíço do ICOMOS, onde já no título ele questiona: “Is there a tourist culture?”, parece ser um destes. Ao longo de todo seu raciocínio, ele ironiza os turistas que não estão interessados no monumento, mas no exotismo:

“ The splendid temple resorts of Angkor Vat are once again overflowing with masses of tourists again – even before the last shots of the civil war have died away. Most of the tourists do not even come because they are dying to see Cambodia and its historical monuments, but because back home in the safe world of western civilization, they will still raise attention for having gone through the adventure of a journey to a country that has not stopped hitting the headlines for its political troubles” (FROLICH, 1993, p. 68).

Outros autores abordam a questão da autenticidade “criada” pelo turismo. Erik Cohen, partindo das críticas que consideram que o turismo como destruidor da autenticidade através da vulgarização, contrariando inclusive os anseios do turista, discorda, afirmando que, ao contrário, “a autenticidade ‘é um conceito construído socialmente’ e que é ‘negociável’ em seu significado” (COHEN *apud* GETZ, 2001, p. 426). Cohen admite a existência de uma “autenticidade emergente”, que é produzida quando os eventos encenados são aceitos como autênticos, afirmando que as culturas não são estáticas e se reinventam o tempo todo. Assim, a autenticidade é compreendida com o sucesso da “farsa” (GETZ, *op. cit.*, p. 426). Pierre van der Berghe admite que embora “turistas sofisticados farejam a falsa autenticidade”, em alguns momentos as invenções ou recriações podem ser assimiladas e tornadas autênticas por seus próprios criadores. Estes autores costumam considerar a *autenticidade* como um valor transitório e questionável, especificamente quando relacionada a eventos e festividades.

No entanto, o turista não pode ser culpado por todo um fenômeno contemporâneo, onde ele se torna consumidor e não fruidor de cultura. A busca pelo conhecimento do viajante pode ser autêntica, porém há pouco o que fazer diante do quadro do espetáculo que se oferece. O próprio Guy Débord aborda turismo em seu livro *A Sociedade do Espetáculo*, onde afirma que a sociedade mundial se homogeneizou e banalizou, em função da extrapolação de todas as fronteiras pelo mercado, que produz todas suas mercadorias em série. Assim,

“Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que já se tornou banal. A ordenação econômica dos freqüentadores de lugares diferentes é por si só a garantia da sua *pasteurização*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço” (DÉBORD, 1997, p.112).

Diante de todo este quadro, a noção de autenticidade em patrimônio continua sem delineamento – mas aparentemente é um problema irrelevante para a indústria do turismo. Diante das possibilidades econômicas da exploração do patrimônio cultural pelo turismo de massa, o patrimônio passa a se configurar como produto de consumo e seu manejo passa a ser direcionado pelo mercado, e não pelas teorias específicas de restauro. Para o mercado, a criação, invenção, distorção ou reconstrução são questões relativas – a questão principal não reside no objeto em si (monumento e/ou sítio histórico), mas sim nas relações econômicas entre agente promotor, o produto e o consumidor. A divulgação da cultura, embora princípio do turismo cultural, passa a ser considerada um valor secundário, uma “consequência” de uma eficaz transação econômica.

É necessário, portanto, que a ação sobre o patrimônio, ainda mais em casos delicados como a colônia bucovina que se propõe registrar nesta dissertação, seja orientada por uma extensa reflexão sobre esta problemática, a fim de evitar de cometer graves erros historiográficos que possam comprometer definitivamente os exemplares singulares. Dentro do atual panorama de recuperação das histórias regionais, há o interesse do poder público, bem como da Associação Bucovina de Cultura, de promover a pesquisa, o registro e a preservação da cultura bucovina como, inclusive, atrativo turístico para a região – cuja economia é bastante frágil. Nestes casos, em vista do que abordamos anteriormente, a reflexão sobre a verdadeira intenção da preservação do patrimônio se faz ainda mais indispensável. Se o patrimônio, conforme afirma Françoise Choay, contribui “para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (...) Constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (...) Ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento” (CHOAY, 2001, p. 18), e se essa construção passa por um processo de rememoração histórica, o patrimônio tem uma função vital na construção da história da sociedade – pois se manifesta de forma universal e democrática no espaço físico das cidades. Não há, portanto, lógica em esvaziar o sentido das construções em favor de uma simulação espetacular que apenas perpetue informações não verdadeiras e que contribua para seu próprio aniquilamento. Deste modo, concluiremos com esta reflexão de Hobsbawm:

“Todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades” (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

O que se pode concluir com esta questão polêmica, que se divide em muitas ramificações, é que o problema da autenticidade é extremamente complexo: assim como outros conceitos em inúmeras áreas do conhecimento na atualidade, encontra-se num paradoxo, onde suas múltiplas interpretações geram definições até mesmo contraditórias. Podemos incluir sob o título de “patrimônio histórico autêntico” tanto uma construção milenar conservada, quanto uma réplica contemporânea exata de uma cidade? Mesmo em suas definições restritas ao objeto original (e não ao simulacro ou ao objeto espetacularizado), o conceito já encontra conflitos em suas variadas instâncias estéticas, históricas, culturais e simbólicas, e teve seu sentido compreendido de formas distintas tanto ao longo da História, por culturas diversas, e mesmo por pontos de vistas individuais opostos.

Apesar de todas as divergências apresentadas anteriormente, o consenso ainda vigente pelos preservadores é o de que o patrimônio histórico, dentro das definições trazidas pela entidades internacionais, deve ser mantido *autêntico* – no sentido benjaminiano do termo. Há toda uma trajetória de discussões, teorias e elaboração de uma metodologia específica para esta área de conhecimento, conforme vimos anteriormente, que não pode ser simplesmente trocada pelo culto ao lucro de uma indústria cultural do turismo. No entanto, a reflexão proposta por Riegl, no começo do século XX, ainda persiste: deve-se, antes de mais nada, diferenciar o monumento do monumento histórico. A preservação age principalmente sobre o monumento histórico que, na cultura ocidental, com visão linear do tempo, engloba os monumentos que *adquiriram* historicidade. Mesmo as construções que cumprem funções memoriais hoje devem ser tratadas como monumentos históricos e, por conseguinte, é o valor de antiguidade que deve prevalecer. Se assim for, podemos considerar as réplicas e reconstruções completas um *monumento* de nosso tempo?

Por todas estas dúvidas inerentes, o conceito de “autenticidade”, tão caro à preservação do patrimônio, deveria ser simplesmente abandonado em face de suas contradições? As discussões continuam, embora não solucione definitivamente este problema epistemológico. No entanto, os conflitos devem ser discutidos profundamente, e a prática deve ser orientada por uma reflexão crítica sobre “o quê, de que forma e para quê” se está preservando, sob o risco de perdermos o pouco que sobrou.



*Fig.33: Casa abandonada em Mafra.
Abril, 2001.*

CAPÍTULO III

As construções bucovinas em Rio Negro e Mafra

*“De todas as obras humanas, as que mais amo
São as que foram usadas.
(...)
São para mim as mais nobres. Assim também as lajes
olta das velhas casas, pisadas e
Polidas por muitos pés, e entre as quais
Crescem tufos de grama: estas
São obras felizes.
(...)
As construções quase em ruína
Têm de novo a aparência de incompletas
Planejadas generosamente: suas belas proporções
Já podem ser adivinhadas; ainda necessitam porém
De nossa compreensão. Por outro lado
Elas já serviram, sim, já foram superadas. Tudo isso
Me contenta.”*

(Bertoldt Brecht)



Fig. 33: Foto da família de imigrantes bucovinos Wolf, diante de sua casa. Segundo CELESTINO (2002, p.351). Esta casa é “bem típica dos bucovinos”: pela varanda ao longo de todo o comprimento da fachada, pela cerca de ripas de madeira, e principalmente pela cobertura com telhas feitas de madeira, as chamadas “tabuinhas”.

A construção dos imigrantes bucovinos não poderia deixar de ser complexa, assim como a própria origem e cultura deste grupo. Identificar quais eram as construções típicas da colônia foi, desde o princípio, difícil e pouco atestável. A partir de bibliografia já existente sobre a imigração europeia no Paraná, a impressão que se tinha era a de que todos os elementos encontrados nas cidades-gêmeas Rio Negro (PR) e Mafra (SC) se encaixavam em tipos tidos como “alemães” ou “poloneses”, estilos já definidos em outros estudos sobre a arquitetura dos imigrantes.

Ao se descobrir as construções tradicionais centenárias⁴³, logo foram atribuídas às contribuições dos alemães, os quais foram responsáveis pelo desenvolvimento da cidade de Rio Negro a partir de 1829. Ou então, ao se deparar com *lambrequins* e casas de troncos encaixados, foi rápida a conclusão de que se tratavam de poloneses. Levantamentos como os de Wilson Martins⁴⁴, que, baseando-se em pesquisa etnográfica de 1950, atestavam a hipótese de que poderiam se tratar de construções alemãs ou polonesas. Porém, ao desenvolver o trabalho, logo se tomou o conhecimento que as referidas casas não pertenciam a alemães ou poloneses, mas a bucovinos. Ademais, a presença de poloneses nas cidades de Rio Negro e Mafra é ínfima. Quanto aos alemães e seus descendentes, indubitável maioria na população local, não havia registro de casas dos primeiros colonos que ainda existissem.

⁴³ O conflito descrito se refere a uma pesquisa anterior, realizada entre 2001 e 2002 por esta autora, como trabalho de graduação em Arquitetura na Universidade Estadual de Londrina, defendida em abril de 2002.

⁴⁴ Wilson MARTINS, autor de *Um Brasil Diferente – Ensaio sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná*. (São Paulo: Ed. T. A. Queiroz, 1989), publicou levantamento etnográfico sobre a imigração paranaense, onde constava que as principais colônias na região de Rio Negro eram alemães, austriacos e poloneses. Esta informação encontra-se no trabalho programado II, *Bucovinos: uma apresentação*.

Alguns alemães vivem em casas antigas, mas normalmente datando do século XX – casas que foram construídas depois da demolição da primeira casa do imigrante em solo brasileiro. Normalmente, estas casas, mesmo que seguindo o padrão germânico, são mais elaboradas e detalhadas do que as primeiras casas dos colonos.

Não há registros anteriores das contribuições arquitetônicas deste grupo de imigrantes. As poucas informações que dispomos provêm do livro de Ayrton Celestino, *Os bucovinos do Brasil* (Curitiba: Torre de Papel, 2002), que procurou registrar todas as contribuições dos imigrantes – incluindo descrições de sua arquitetura, partindo de registros fotográficos de seu acervo, que incluem, além de fotografias antigas de casas de imigrantes já destruídas, fotografias e descrições das habitações na região da Bucovina.

Partindo de uma observação do próprio Celestino,

“com respeito à arquitetura, podemos dizer que as casas dos bucovinos eram grandes, altas, e espaçosas, como tinham no *Böhmerwald* e depois na Bucovina (...) A grande maioria seguia padrões estéticos da Boêmia (*Böhmerwald*), de onde eram originários (...) algumas das casas mais antigas dos bucovinos obedeciam ao padrão germânico, em estilo enxaimel” (CELESTINO, 2002, p. 382).

Esta pesquisa procura registrar os principais “tipos” de arquitetura bucovina registrados em Rio Negro, partindo da análise de cinco exemplos. Três destes são exemplares de indubitável relevância – tratam-se de arquiteturas peculiares, construídas pelos próprios imigrantes que vieram em 1887 e 1888. Uma destas três construções, a Escola Bucovina (ou “Escola do Passa Três”) de 1894, inclusive, é tombada pelo município e foi integralmente restaurada em 2002 (os documentos descrevendo este processo encontram-se em anexo, ao fim deste volume). As outras duas, as Casas Seidl e Herzer são exemplos, empregando técnicas diferentes, datam de alguns anos antes, pouco depois da chegada dos colonos à cidade de Rio Negro.

A quarta casa, a Casa Schaffachek, tem poucos registros. Sabemos que a casa era centenária pelo depoimento dos descendentes que ainda a habitavam em 2001. Provavelmente pertenceu a um dos colonos bucovinos de sobrenome Schaffachek que vieram ao Brasil na segunda leva de imigrantes, em 1888. A casa, toda de madeira, foi demolida em algum momento entre 2001 e 2005. Hoje, só o que resta é o banheiro antigo, e o velho poço d’água. O motivo da demolição foi porque está prevista a construção de uma rua que passaria exatamente sobre o lote onde ela esteve durante mais de cem anos. No entanto, a solução arquitetônica adotada nesta construção é ainda bastante freqüente em outras casas na região,

embora não tenha sido possível obter dados relevantes sobre a conexão destes outros exemplares com os primeiros bucovinos, ou possíveis datas de construção.

Por fim, a quinta casa, a Casa Sprotz, provavelmente não foi construída por um colono, e sequer podemos afirmar que pertenceu, inicialmente, a um imigrante bucovino, apesar de datar do início do século XX. Porém, apresenta detalhes utilizados com frequência pelos bucovinos e poloneses, como lambrequins e pinturas murais, tanto no interior quanto no exterior da construção. Estes detalhes são tidos como *típicos* das construções bucovinas, que foram, inclusive, quem os trouxe para a região⁴⁵ (CELESTINO, 2002). Assim, se a casa não pertenceu a um imigrante bucovino em algum momento, talvez possa ter sido construída por algum bucovino construtor.

A arquitetura do imigrante bucovino em Rio Negro tem semelhanças com alguns aspectos da arquitetura alemã no Rio Grande do Sul, e também se aproxima muito da polonesa encontrada na região de Curitiba (PR), conforme será aprofundado adiante. Algumas soluções encontradas, porém, não remetem nem a uma, nem a outra, sendo particulares aos bucovinos ou fruto de mescla de variadas influências, tais como a arquitetura eclética. Assim, ao procurar identificar estes fatores, foi feita uma análise comparativa em relação à arquitetura alemã e polonesa.

As casas em Rio Negro têm como padrão básico a disposição da planta, quase sempre retangular ou quadrada, com as divisões no pavimento térreo bastante simples, formando quatro quadrados ou retângulos de medidas quase idênticas. A cozinha foi normalmente adaptada posteriormente em um destes quatro ambientes, sendo que na concepção original esta se encontrava à parte do corpo da casa. Apenas umas das casas, a Casa Herzer, ainda possui a construção original onde funcionava a cozinha, embora um dos ambientes da casa principal já tenha sido adaptado para funcionar como sala de estar e cozinha. O banheiro também foi incluído no corpo destas casas: a maior parte dos moradores adaptou um “puxadinho” de alvenaria para comportar as instalações hidráulicas, na construção original. O banheiro era normalmente uma construção à parte, pequena, dispondo de uma fossa, muitas vezes sem nenhum assento. Há ainda registros de duas destas construções nos exemplares analisados, na Casa Seidl e na antiga Casa Schaffachek.

⁴⁵ É comum encontrar entre os descendentes bucovinos da região e defesa de que os colonos foram responsáveis por trazer determinados elementos construtivos para o Brasil, como, por exemplo, o *lambrequim*. Este detalhe construtivo, amplamente utilizado na arquitetura vernacular européia, também tem seu emprego no Brasil atribuído aos poloneses, e outros povos. Esta tendência demonstra a “obsessão embriogênica”, segundo o termo de Marc Bloch, em que determinados povos, ao fortalecerem ou retomarem sua cultura, passam a reclamar a autoria de elementos sem origem definida. (Ver BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris, Ed. Colin, 2002).

A planta da casa geralmente é composta por sala de estar, cozinha (adaptada num dos antigos dormitórios) e dois dormitórios no piso térreo. O sótão, sempre habitável, freqüentemente servia como dormitórios também, geralmente para as crianças. Atualmente, os moradores utilizam estes sótãos para depósitos.

O que se deve ressaltar é que os terrenos originalmente rurais onde estão as casas analisadas, ao serem inseridos dentro do contexto urbano, foram parcelados e perderam muitos de seus agregados originais, tais como poços, paióis, banheiros externos. Nas casas onde ainda encontram-se os paióis, muitas vezes percebe-se que foram reconstruídos ou totalmente modificados, para atender ao seu caráter utilitário. As antigas propriedades rurais, de dimensões maiores, foram gradativamente retalhadas em pequenos lotes urbanos, em geral subdivididos entre os herdeiros, perdendo sua configuração de construções rurais original. Sendo assim, devido às dificuldades de encontrar exemplares em sua plena integridade, somente as casas em si – estas ainda preservadas – foram levantadas neste trabalho.



Fig. 34: Casa Becker, que não será analisada neste capítulo devido às poucas informações obtidas a respeito da casa e de seus construtores.

No entanto, suas cores e características aproximam-se das encontradas nos exemplares estudados.

III.1. Características Gerais

III.1.1. ESTRUTURA:

As casas da região normalmente são construídas em madeira (pinheiro), ou alvenaria de tijolos. Em todas é utilizado o sistema estrutural em madeira, independente, e com as conexões feitas através de encaixes, sem a utilização de pregos na estrutura. Os pregos, porém, são utilizados para a vedação com tábuas de madeira.

A) *Blocausse* (ou *Blockbau*)

As casas de madeira geralmente são de tábua e mata-junta na vertical, com a utilização de pregos. No entanto, o sistema *blocausse*, utilizando troncos encaixados, foi encontrado em um dos exemplares, a casa Seidl, como solução empregada no primeiro pavimento.

O *blocausse* (ou “*blockbau*”, construção com troncos), segundo o pesquisador gaúcho Günter Weimer,

“Consistia na construção das paredes com troncos roliços, de diâmetros semelhantes e levemente falquejados em duas faces opostas. Assim preparados, os troncos eram sobrepostos e encaixados nas extremidades, no encontro das paredes. Esta construção pressupõe abundância de troncos retos e lisos. Por isso, as árvores indicadas são as coníferas e exatamente nos locais onde havia abundância de pinheiros eram encontradas estas construções, ou seja, desde os Cárpatos [região da Bucovina] até o Jura alemão” (WEIMER, 1983, p. 44).

Weimer elucida que esta construção também é bastante comum na Boêmia e na Bavária, ou seja; exatamente os lugares por onde a população que conhecemos como “bucovinos” passou⁴⁶. É interessante notar que os bucovinos sempre habitaram regiões com densas florestas (Floresta Bávara, Floresta Boêmia, e a própria Bucovina, que foi desmatada por eles próprios) e, assim, eram bastante hábeis com o uso da madeira, com a qual fabricavam a maior parte de suas ferramentas (CELESTINO, 2002).

⁴⁶ Conforme já descrito Capítulo I, o povo que no Brasil passou a ser conhecido como “bucovino” tem uma origem remota na Bavária, quando algumas famílias migraram para o *Böhmerwald* (Floresta Boêmia). Algum tempo mais tarde, outra migração se fez necessária, e algumas destas famílias foram para a região da Bucovina, atual Moldávia, nas encostas dos Montes Cárpatos. De lá, em 1887 e 1888, 77 famílias vieram para o Brasil. Assim, embora a maior parte dos imigrantes tenha nascido na Bucovina, que atualmente se localizaria em uma região na fronteira da Romênia com a Ucrânia, etnicamente e culturalmente eles são germânicos, sofrendo poucas influências eslavas.

É interessante a observação de Weimer que a construção em *blocausse* é pouco significativa na imigração germânica no Rio Grande do Sul, mas que há uma “aplicação limitada” no Estado de Santa Catarina (WEIMER, 1983, p. 44). No entanto, no Paraná, principalmente na região de Curitiba, é comum encontrar este tipo de arquitetura nas colônias polonesas, como é possível observar no estudo de Jussara Valentini (VALENTINI, 1982). Uma possível explicação deste fato pode ser ofertada por Weimer:

“Pelo fato de que as construções mais significativas da antiguidade são encontradas nas fronteiras com culturas eslavas, há quem suponha que a origem dessas construções seja precisamente a mesma daquelas culturas. É possível que esta tenha sido a técnica mais antiga e foi também a que primeiro foi abandonada (...) ficando sempre mais restrita à arquitetura rural” (WEIMER, 1983, p. 44).

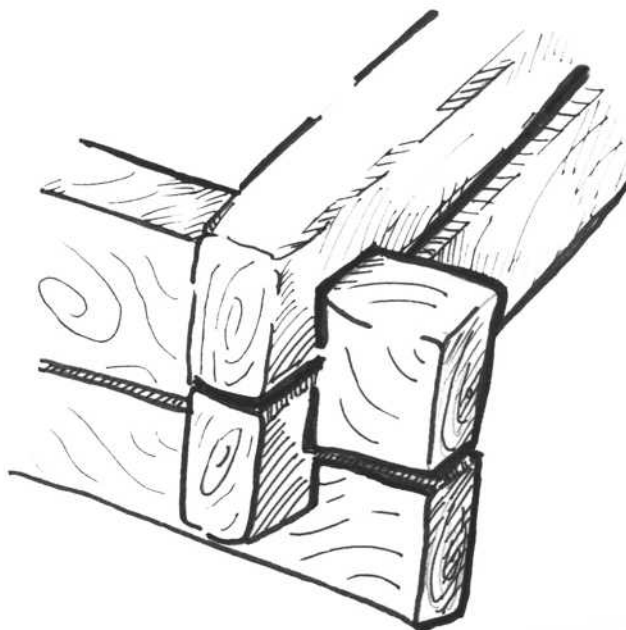


Fig. 35: esquema do encaixe dos troncos falquejados no blocausse

B) Enxaimel (ou *fachwerk*)

A maior parte das construções produzidas historicamente na Europa Central utilizava a estrutura em enxaimel, ou *fachwerk*, no caso das construções em alvenaria de pedras ou tijolos. O mesmo sistema da estrutura autônoma de madeira era utilizado nas casas integralmente de madeira (estrutura e vedação), segundo a mesma disposição estrutural de vergas, esteios, e contraventamentos. No entanto, segundo Weimer, a caracterização de enxaimel é normalmente entendida como “verdadeira” pelos imigrantes alemães se referem à vedação de alvenaria exposta, sem rebocamento. Esta visão também é bastante comum na cidade de Rio Negro, onde o enxaimel é interpretado como uma configuração formal (com os componentes da estruturas aparentes) e não um sistema estrutural.

A construção com estrutura autônoma pode ser de dois tipos:

- Somente de madeira, estrutura e vedação;
- Com estrutura em madeira, e vedação de alvenaria de tijolos ou pedras.

No caso de Rio Negro, as casas dos imigrantes analisadas neste trabalho que foram construídas com alvenaria de tijolos geralmente seguiam este modelo de estrutura autônoma, vedada com alvenaria. Porém são poucos os exemplos em que o enxaimel fosse considerado o “verdadeiro”, isto é, com a vedação em alvenaria de tijolos aparente. Há um exemplo na cidade, a antiga Escola Bucovina.



Fig. 36: Escola Bucovina do Passa Três, Rio Negro.

O enxaimel, segundo Günther Weimer, sofreu grandes alterações na Europa. Aliás, este modelo de construção é utilizado pela maior parte dos povos da Europa Central, com variações na disposição das estruturas e travamentos, e principalmente na decoração e formatos das peças. Existem modelos de *fachwerk*⁴⁷ construídos por ingleses, franceses (de origem franca), dinamarqueses, holandeses, e outros países da região. A diferença dentre os modelos de enxaimel se dá através de soluções diferentes de travamento da estrutura e a utilização ou não de adornos.



Fig. 37: Desenho esquemático de uma viga ornamentada com figuras entalhadas. Este tipo de ornamentação é bastante comum na Europa, porém não foram feitos no Brasil.

O motivo pelo qual o enxaimel normalmente é relacionado com a cultura alemã se deve ao fato de ter sido desenvolvido principalmente na região onde hoje se localiza a Alemanha. Segundo Günther Weimer, isto se deve ao fato de que o enxaimel necessita de madeiras muito resistentes, as chamadas “de lei”. Estas, por sua vez, são abundantes por toda a planície germânica e planalto médio, sendo, portanto, utilizadas principalmente pelos povos que ocupavam estas áreas.

⁴⁷ *Fachwerk* significa, traduzindo para o português, trabalho de estrutura. Pode ser chamado também de *fachwerkbau*, que quer dizer “construção com trabalho de estrutura”. É interessante ressaltar que o que é conhecido como *enxaimel* no Brasil encontra definições diversas. Oficialmente, em dicionários (incluindo os de arquitetura), o termo não é relativo a este sistema construtivo alemão, tal como é denominado no Sul do país (nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Em algumas definições, *enxaimel* aparece relativo a peças (e não ao sistema construtivo) de madeira.

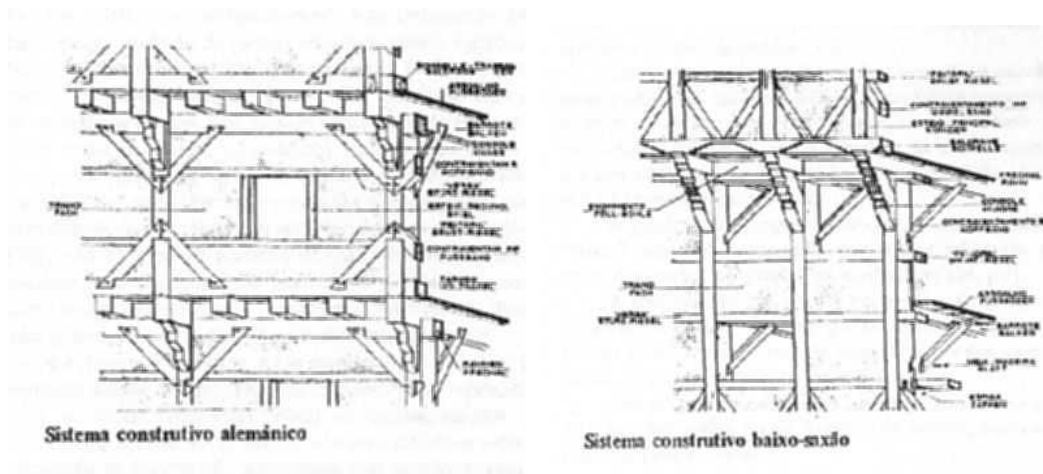


Fig. 38: Sistemas de enxaimel germânico e baixo-saxão.

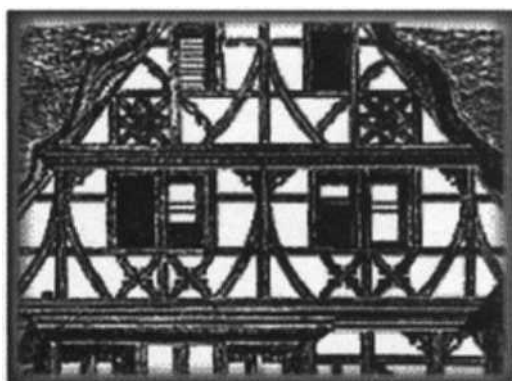


Fig. 39: O Sistema Construtivo enxaimel ao lado é atribuído aos francos.

O sistema construtivo utilizado tanto por alemães quanto por bucovinos é principalmente este tipo de estrutura autônoma, porém mais simples do que a maioria dos sistemas utilizados no Rio Grande do Sul. Não é freqüente a existência, em Rio Negro e Mafra, do enxaimel com tijolos à vista, sendo que este modelo só é encontrado na Escola Bucovina, já citada. Tanto alemães quanto bucovinos utilizavam a estrutura com as mesmas dimensões e disposição espacial. Este modelo estrutural simples foi verificado, também, por Jussara Valentini em seu estudo sobre a arquitetura dos poloneses na região de Curitiba.

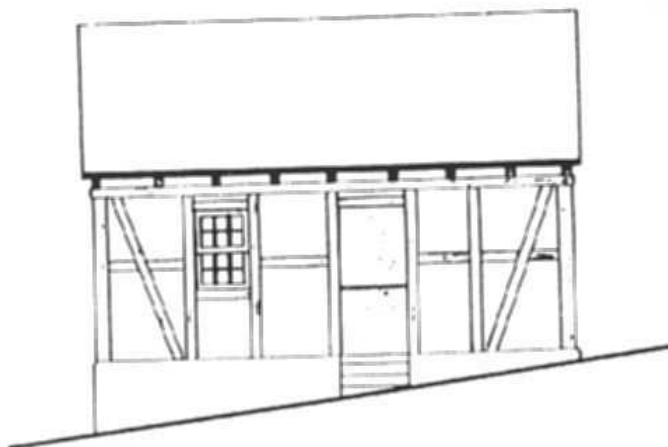


Fig. 40: Esquema de casa alemã de origem teutônica, segundo levantamento de Günther Weimer. As casas em Rio Negro seguem exatamente a mesma solução estrutural e as mesmas tipologias de telhado e da escada de acesso.

Embora os poloneses, no estudo de Jussara Valentini, também usassem a estrutura independente de madeira em suas construções, e, como se pode verificar na figura abaixo, na mesma configuração que os alemães, são poucas as construções polonesas em alvenaria com estrutura autônoma de madeira. Na maior parte dos casos, a estrutura abaixo é utilizada em casas inteiramente de madeiras, porém o *blocausse* continua sendo mais freqüente.

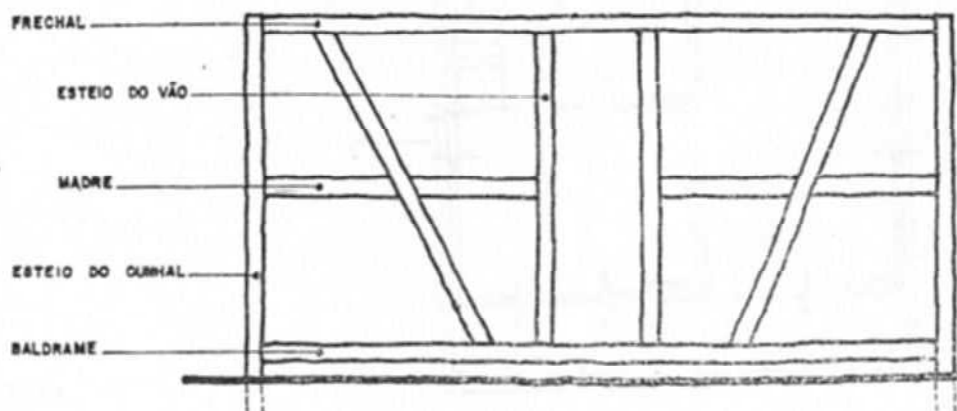
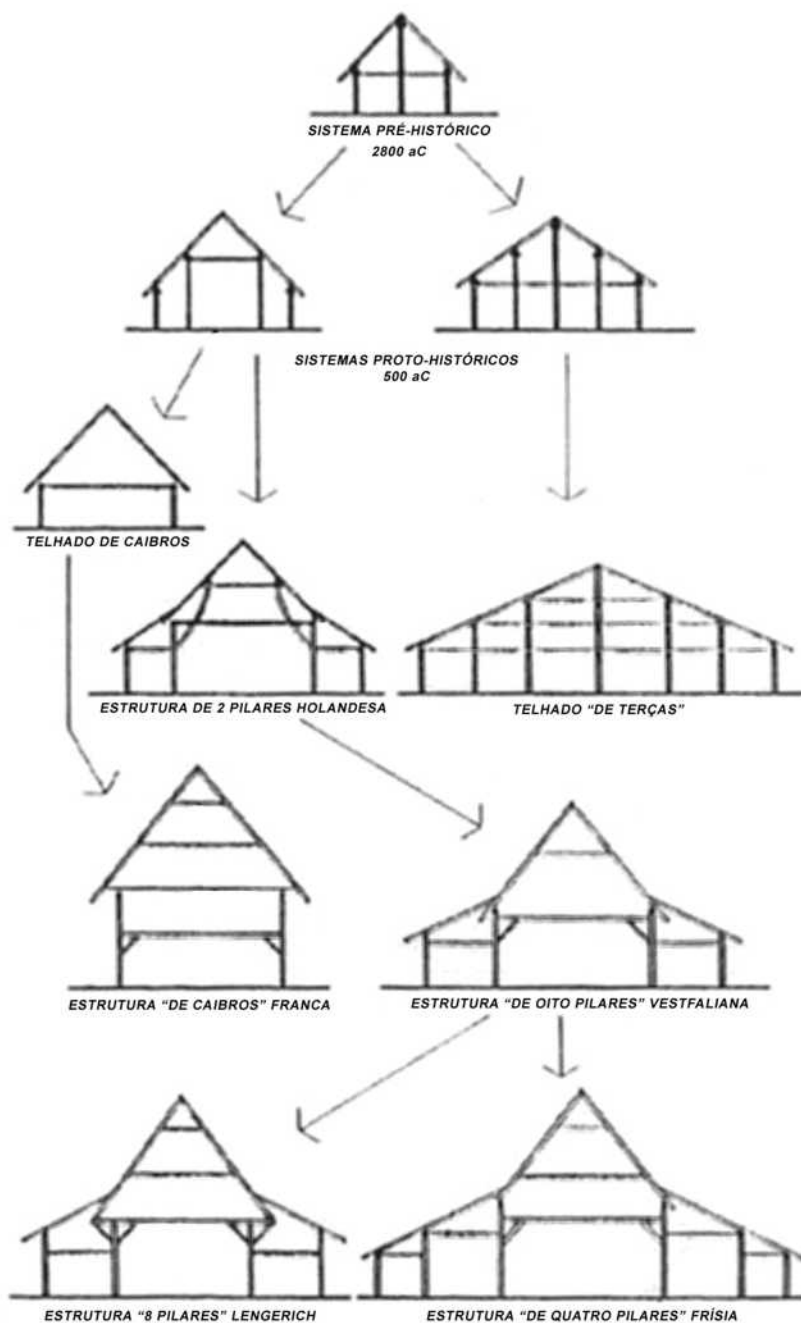


Fig. 41: Jussara Valentini também levantou a mesma solução estrutural nas construções polonesas em Curitiba.



Evolução dos sistemas estruturais

Fig. 42: A evolução dos sistemas estruturais independentes em madeira. Nota-se o quanto as alterações foram afetando a inclinação dos telhados.

A utilização desta solução estrutural, bastante difundida no Império Austro-Húngaro, foi freqüente entre as primeiras casas bucovinas:

“Algumas das casas mais antigas dos bucovinos obedeciam ao padrão germânico, em estilo enxaimel, aquele em que as vigas de madeira da estrutura da casa são bem aparentes, pintadas com tinta escura, e o recheio dos espaços são de tijolos maciços, à vista (...) O revestimento interno e às vezes o externo também era feito no sistema de estuque, utilizando-se a técnica do barro amassado com palha de cereais” (CELESTINO, 2002, p. 382).

Podemos encontrar em Rio Negro e Mafra ainda algumas construções em enxaimel, seguindo os esquemas apresentados anteriormente por Weimer e Valentini. A maior parte é revestida com argamassa de barro⁴⁸ e pintadas com cal, conforme descrição de Celestino. Dentre as casas analisadas para este trabalho, a Casa Herzer é um exemplo. No entanto, outras construções que ainda existem em Rio Negro e Mafra seguem este método construtivo. Na maior parte dos casos, vê-se o desenho da estrutura pelas rachaduras no revestimento.



Fig. 43 (à esquerda): Detalhe da estrutura em enxaimel da Casa Lauer (descendentes de alemães, e não de bucovinos). Localizada no Passa Três, Rio Negro.



Fig. 44 (acima à direita): Vista da Casa Hau, também construída em enxaimel revestido. Esta casa encontra-se abandonada em Mafra.



Fig. 45: A casa do “antigo curtume” do Campo do Gado, em Rio Negro. Segue o mesmo sistema estrutural.

⁴⁸ Regionalmente, é comum chamar de *estuque* a argamassa de barro amassado com gramíneas (capim ou palha de centeio, por exemplo). Não foi encontrada a origem desta expressão.

O encaixe entre os elementos da estrutura é feito sem a utilização alguma de pregos. Todas as peças de madeira são encaixadas, e travadas com cravos de madeira lascada. Os encaixes são precisos, devido aos recortes feitos nas madeiras, como pode ser visto nas imagens abaixo:



*Figs. 46 e 47: Estruturas idênticas de encaixe, com cravos de madeira.
À esquerda, o Antigo Curtume, Rio Negro.
À direita, a Casa Seidl, em Mafra.*

III.1.2. COBERTURA

As coberturas nas construções de Rio Negro seguem basicamente o mesmo modelo. Possuem inclinação elevada, que gera um segundo pavimento (sótão) habitável. No sótão, há sempre janelas nas fachadas perpendiculares à cumeeira, sempre em número par (CELESTINO, 2002, p. 382). Nas construções posteriores, foi freqüente a utilização de mansardas.

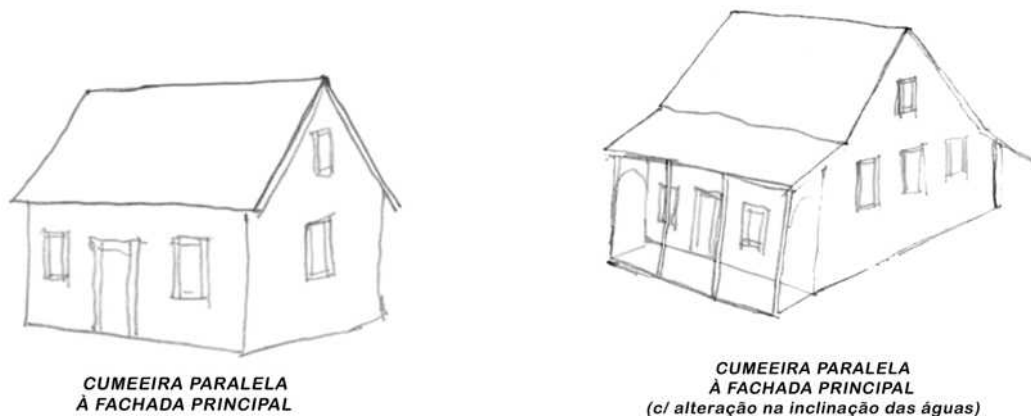


Figs. 48 e 49: Construções posteriores na cidade de Rio Negro, que remetem estilisticamente às construções germânicas. É freqüente a utilização de mansardas, as quais não eram comuns nas construções iniciais.

Os telhados possuem geralmente duas águas, sendo que podem ter as extremidades chanfradas (küppelwamdach), que era muito comum para proteger as habitações de ventos ou nevascas fortes.

A) Telhado com a cumeeira paralela à fachada principal:

Este sistema de cobertura possui duas águas paralelas à fachada principal. Podem ter varandas ou não. As varandas geralmente seguem a largura da casa, ao longo de toda a extensão da fachada e, quando existem, provocam uma mudança de inclinação no telhado. A alteração na inclinação ocorre também nas partes posteriores, no caso de adição de cozinha ou banheiros.



Figs.50 e 51: Croquis esquemáticos dos modelos de telhado com cumeeira paralela à fachada principal.

As casas de bucovinos que ainda existem nas cidades de Rio Negro e Mafra seguem, quase todas, este modelo de telhado.

B) Telhado com cumeeira perpendicular à fachada principal:

No entanto, segundo Celestino, o mais comum na Bucovina era o telhado com cumeeira perpendicular à fachada, com chanfros nas extremidades, como veremos a seguir (CELESTINO. 2002. p. 382). Porém, só foi encontrada um modelo de casa com esta solução, a Casa Schaffachek. Este tipo de telhado não é comum de ser encontrado em casas antigas de alvenaria – só foram encontradas construções posteriores de casas de alvenaria com telhados com chanfros nas extremidades. Não se sabe, portanto, se estas duas técnicas construtivas eram utilizadas simultaneamente pelos imigrantes anteriormente. É comum, porém, encontrar casas inteiramente de madeira, com vedação de tábuas e mata-juntas, que utilizam o telhado com chanfros nas extremidades. Mas uma breve pesquisa logo demonstrou que poucas casas deste modelo eram de descendentes bucovinos, e tampouco foi possível datar os outros exemplos encontrados. É possível que estas casas, por serem todas de madeira e bastante simples, tenham sido amplamente empregadas pelo baixo custo de sua construção. São visivelmente “inferiores” às casas de alvenaria e enxaimel, inclusive pela durabilidade e acabamento.

Este modelo de telhado quase sempre possui um chanfro na extremidade sobre a fachada principal, o *küppeldamwach* alemão. Quando havia varandas, um outro telhado era

construído, de apenas uma água, fora do corpo dos telhados já existentes, com uma altura inferior da cobertura principal.

Fig. 52: Croqui esquemático dos telhados com cumeeira perpendicular à fachada principal, e com o chanfro característico.



**CUMEEIRA PERPENDICULAR
À FACHADA PRINCIPAL**

(“chanfro” da frente: KRÜPPELWAMDACH)

C) Telhas

É interessante analisar as telhas utilizadas. A princípio, segundo Celestino, as telhas empregadas eram feitas de madeira, as quais os bucovinos chamavam de “*tabuinhas*”. Tratam-se de lascas de pinheiro, curtidas em urina de boi, com as quais cobriam as casas, os paióis, estrebarias, e outras construções (CELESTINO, 2002). Infelizmente, não há mais nenhuma casa que ainda seja coberta com estas *tabuinhas*, que foram substituídas primeiramente por telhas planas, e mais tarde, por telhas francesas. A foto que abre este capítulo mostra a varanda da casa Wolf ainda coberta com *tabuinhas*. No entanto, é interessante notar que as telhas de madeira são consideradas típicas dos ucranianos em Curitiba. Evidentemente, os telhados não têm a mesma forma (os ucranianos utilizam muito as formas arredondadas), mas as telhas são, essencialmente, feitas da mesma maneira.



Fig. 53: Memorial Ucraniano, em Curitiba, PR. As construções também são todas em madeira, com destaque para as telhas feitas com lascas de pinheiro.

III.1.3. EMBASAMENTO E APOIOS

Tanto as casas com vedação de madeira quanto as de alvenaria possuem, como já foi dito, estrutura autônoma de madeira. As vigas baldrame – também de madeira – são apoiadas em estruturas de diversos materiais e disposições, distantes cerca de um metro do nível do solo. O sistema de apoio mais comum é utiliza troncos de árvores maciços, de seção transversal, e com robustez variável. Estes embasamentos encontram-se sob todos os esteios da casa e, em muitos casos, no meio de vãos entre os mesmos, para dar suporte adicional.

Outros tipos de embasamentos pontuais (sob os esteios) são os de alvenaria de tijolos. Os tijolos utilizados na época são maciços e de dimensões grandes (22cm x 10,5cm x 6cm), feitos in loco, a princípio, utilizando-se fôrmas caseiras. Mais tarde, com a implantação de olarias, estes tijolos passaram a ser mais regulares.

Há um outro tipo de embasamento, utilizado geralmente sob as casas de alvenaria. O apoio contínuo, ou seja, alicerce de alvenaria de pedras ou tijolos, corre por todo o perímetro da casa sob o baldrame e sob as paredes internas.



Fig. 54 (acima): embasamento pontual com tijolos, consistência enxaimel de alvenaria com vedação, casa Lauer. Rio Negro.



Fig. 55 (acima à direita): Embasamento com toras maciças de madeira. Casa Schaffaschek. Mafra.

Fig. 56: Alicerce contínuo, de alvenaria de tijolos, ao longo de todo o perímetro da casa. Antigo Curtume. Rio Negro.



A seguir, croquis esquemáticos dos principais tipos de embasamento encontrados nas casas bucovinas.

APOIO EM MADEIRA

- mais frequentes



APOIO SOBRE TRONCOS DE MADEIRA MACIÇOS CORTADOS EM SEÇÃO TRANSVERSAL



Fig. 57: croqui esquemático do embasamento sobre troncos de madeira cortados em seção transversal.

Fig. 58: croqui esquemático da fundação em alvenaria de tijolos (em alguns casos foram utilizados pedras), colocados em blocos pontuais como pontos de apoio da estrutura em enxaimel.

EMBASAMENTO COM ALVENARIA DE PEDRAS OU TIJOLOS

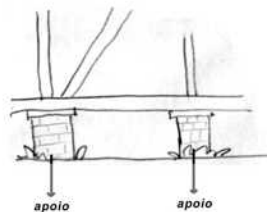
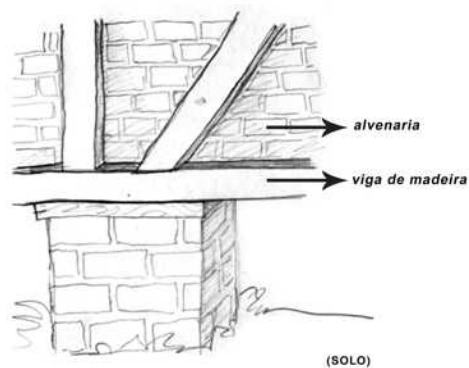
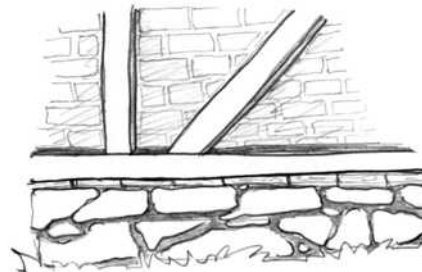
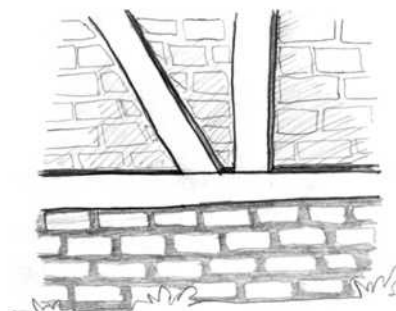


Fig. 59: croqui esquemático de alicerce contínuo em alvenaria de tijolos ou pedras, ao longo de todo o perímetro da casa, sob a viga em madeira da estrutura em enxaimel.

FUNDAÇÕES CONTÍNUAS EM ALVENARIA



fundações em pedra ou tijolos, ao longo de todo o perímetro da casa



III.1.4. Esquadrias

As portas e janelas, curiosamente, seguem unicamente dois modelos. Há as portas e janelas com vidros e detalhes em alto relevo de marcenaria. As portas podem ter uma ou duas folhas. Estas portas e janelas, com dimensões consideráveis, geralmente eram usadas por pessoas com maior poder aquisitivo (que pode ser observada pela complexidade arquitetônica – plantas mais elaboradas, com presença de varandas, etc. –, material construtivo – alvenaria –, ou pela grande quantidade de ornamentos, entre outros indicadores). Já as casas mais simples costumavam ter portas largas, porém de uma única folha. Esta porta mais rudimentar era construída com várias táboas de madeira que se unem num sistema de encaixe macho-fêmea, travados por pequenos pinos de madeira, como as estruturas das casas. Não se sabe se eram feitas sob encomenda, ou se eram montadas pelos próprios colonos quando da construção da casa. Todas as casas ainda têm fechadura de tipo *hamburguesa*, de ferro, conforme veremos nas fotos de algumas das casas registradas.



Fig. 60: A porta na fotografia ao lado é da Casa Sprotz, um exemplo de construção mais elaborada. Chama-se a atenção para o trabalho minucioso de marcenaria, ponto forte dos imigrantes alemães-bucovinos, bastante hábeis com madeira.

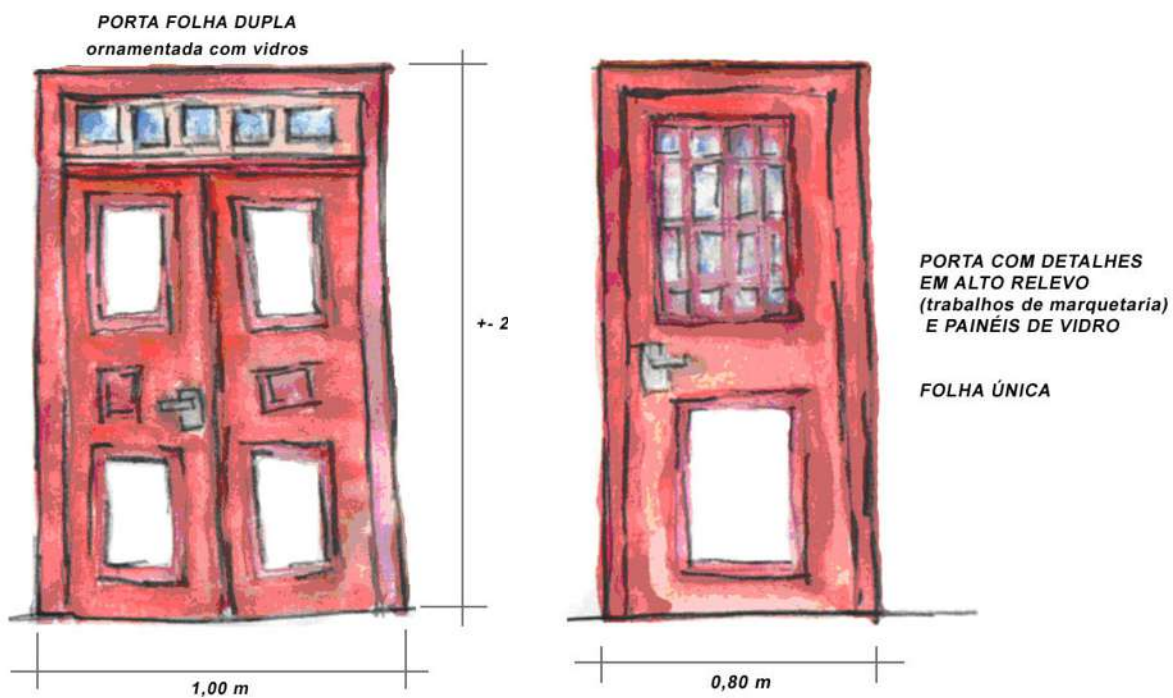


Fig. 61: croquis esquemáticos das portas mais elaboradas, com trabalhos em marcenaria. As portas podem ser de folha única ou dupla.



Figs. 62 e 63: acima, croqui esquemático da porta simples, com tábuas encaixadas em macho-fêmea. À direita, fotografia da porta dos fundos da Casa Seidl, com fechadura original.

A porta ilustrada acima tem largura variável entre 0,90m e 1,00m, comuns nas casas mais simples, como nas casas de troncos falquejados. Estas portas possuem dimensões maiores e mais robustas, com menor precisão de proporção e regularidade, o que demonstra serem, provavelmente, feitas pelo próprio construtor.

As janelas são quase sempre de duas folhas, geralmente com três ou quatro painéis de vidro de mesma dimensão em cada folha, sendo que estas dimensões podem variar de casa para casa. As janelas de sótão são sempre de dimensões menores ou mais simples, com duas folhas de tábuas de madeira, como pode ser visto nos croquis na próxima página.

As janelas maiores, com uma faixa de pequenos vidros no alto, são mais nobres e geralmente são encontradas nas mesmas casas onde há portas mais elaboradas.

Fig. 64: abaixo, croquis de tipos de janela encontradas nas casas analisadas

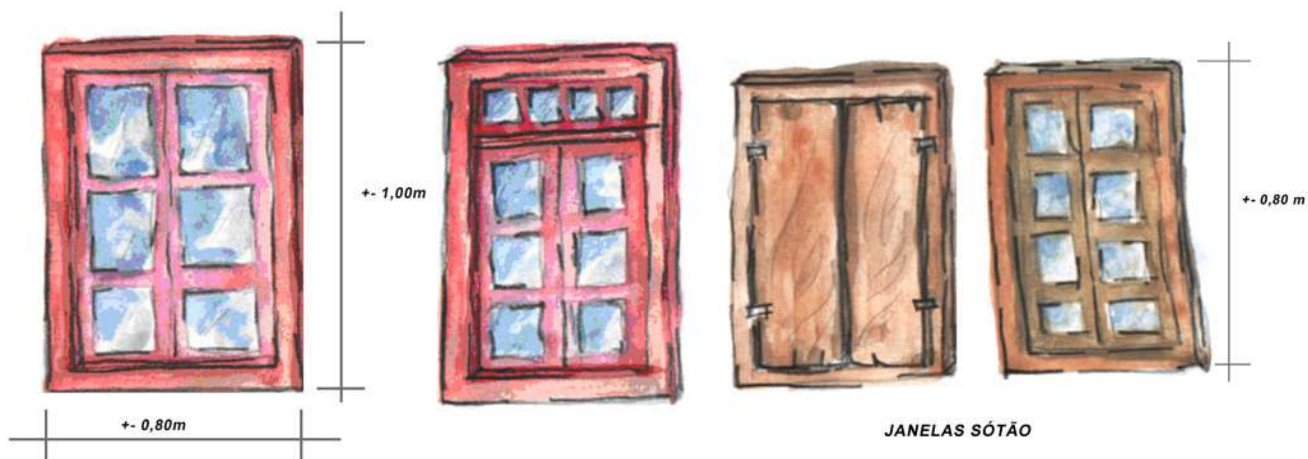


Fig. 65: abaixo, croqui esquemático do funcionamento das janelas de sótão, com as folhas em madeira no lado interno da construção.

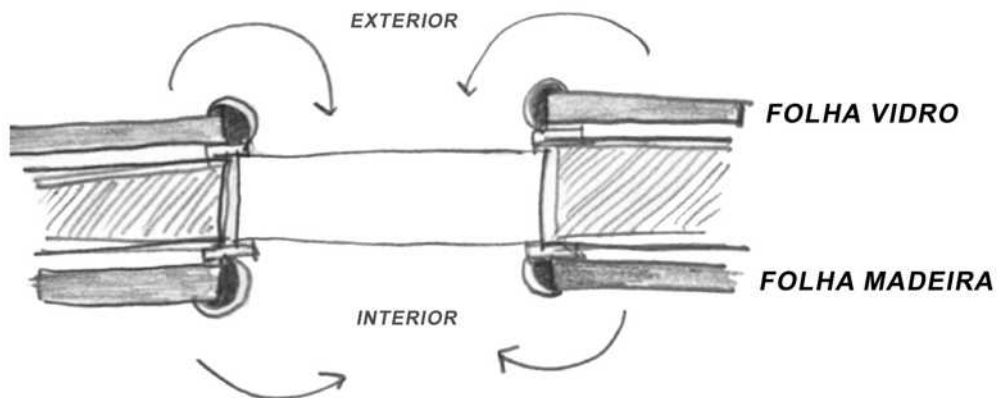




Fig. 66: À esquerda, exemplo de janela (já restaurada) na Escola Bucovina.

Fig. 67: Ao meio, janela simples, sem folhas de vidro, da Casa Schaffachek, que já foi demolida.

Fig. 68: À direita, janela da Casa Sprotz, idêntica em forma à da Escola Bucovina.

As dimensões das portas e janelas variam de casa para casa. Mesmo nas aberturas de uma mesma casa, registrou-se ligeira alteração de dimensões. Deduz-se, portanto, que estas esquadrias eram feitas artesanalmente. Como seguem sempre um mesmo padrão, poderiam ser provavelmente feitas por um mesmo artesão, mas não houve dados que confirmassem esta hipótese.

Quanto à existência de um mesmo construtor que auxiliasse em todas as casas, hipótese plausível, pois era algo que acontecia na maioria das colônias de imigrantes, também não existem registros. Os descendentes afirmam que seus antepassados construíram suas casas, mas isto muitas vezes ocorria em mutirão (“*pichirum*”), liderados por um mesmo mestre-de-obras. No entanto, devido à falta de documentação ou registros, não se pode afirmar com toda a certeza quando e em qual casa isto realmente ocorreu.

III.2. Cinco casos de estudo

III.2.1. A ESCOLA DO PASSA TRÊS – “Escola Bucovina”



Fig.69: Escola Bucovina nos dias atuais, já convertida em museu.

A Escola do Passa Três, transformada em museu a partir de 2003, encontra-se no bairro Passa Três, em Rio Negro (PR), um dos principais *bairros bucovinos*. Localizado num terreno de 866,50m², a construção de 131,76m² foi construída em 1892 pelos imigrantes bucovinos em regime de “*pichirum*”, isto é, em mutirão, com mão de obra gratuita por parte dos interessados, que também ajudavam doando material para a construção.

Celestino, em breve apresentação da história desta construção, relata que devido à precariedade do ensino em Rio Negro à época, os imigrantes bucovinos, seguindo conselho do Pe. Johann Baptista Peters, fundaram sua própria Sociedade Escolar, passando a angariar fundos para a construção da escola. A intenção inicial dos imigrantes era que, além do português, fossem ensinados a seus filhos também a língua alemã, música, e outros conhecimentos da própria cultura bucovina. A escola passou a funcionar precariamente em 1893, parando, porém, durante um ano em função da Revolução Federalista. Em 1896, a escola foi solenemente inaugurada, e seus utensílios e móveis (além de materiais como livros,

mapas, globos, bancos, etc.) conseguidos pelo Prof. Theodoro Henning, que dirigia a Escola Pública da cidade.

As reformas que ocorreram em 1924 e 1927 procuraram adequar, além da escola, moradia para os professores que lá lecionaram. O professor Oscar Henning, por exemplo, que lecionou de 1927 até 1944, tinha família numerosa, a qual foi acomodada prontamente pelos bucovinos na própria escola. Além de moradia, o professor mantinha uma horta no terreno da escola, onde plantou árvores frutíferas, ciprestes, hortaliças e um jardim de flores.

A escola funcionou até 1956, ano de seu fechamento, quando foi substituída pela fundação do Grupo Escolar Ovande do Amaral, mais tarde transformado em Colégio Estadual (CELESTINO, 2002, pp.123-139).

A Escola do Passa Três foi tombada pelo município de Rio Negro através da Lei no 693/92, e considerada de Utilidade Pública, doada à Associação Alemã-Bucovina de Cultura, em maio de 1993, através da Lei no 754/93. Entre 2002-2003, a Escola foi restaurada com auxílio do Ministério da Cultura federal, e dos programas de Proteção à Cultura do Estado do Paraná⁴⁹ (CELESTINO, 2001, p.191).

Atualmente, a Escola abriga um vasto acervo não apenas de seu material escolar, mas também de fotografias e documentos antigos dos imigrantes bucovinos, constituindo um museu da memória bucovina, e ponto de encontro dos bucovinos durante suas festas anuais.

⁴⁹ Em anexo, poderemos encontrar os desenhos técnicos feitos na ocasião de sua reforma. Também se encontram em anexo os pedidos de auxílio ao Ministério da Cultura federal e à Secretaria Estadual de Cultura para a restauração do bem, incluindo um memorial de todas as alterações, tratamentos e trocas efetuadas no imóvel.

Descrição:

A Escola é construída no sistema enxaimel, com vedação alvenaria de tijolos aparente, e o madeiramento da estrutura tratado e pintado com cor escura, para que sobressaísse (prática bastante comum nas construções em enxaimel). A fundação é feita por apoios pontuais de alvenaria de pedra, e a cobertura em telhas planas. Toda a estrutura de madeira é encaixada.

A planta é simples⁵⁰. Inicialmente dispunha de uma sala de aula de 47,19m², com 5 janelas de 1,00 x 1,40m (anteriormente haviam seis, sendo que a sexta foi fechada em reforma posterior). Ao lado, uma sala de 23,10m², cuja utilidade é desconhecida (talvez fosse utilizada como parte da moradia do professor). Nesta sala há o acesso à área nova (fruto de reforma em 1927) aos fundos, e à escada que leva ao mezanino.

O pé direito do pavimento térreo é de 3,00m. O pavimento superior, em verdade, é, na verdade, um sótão ocupável, que servia de moradia ao professor, com duas janelas de 0,80 x 0,80m nas fachadas laterais (perpendiculares à cumeeira do telhado, sem chanfros). O acesso se dá por uma escada extremamente inclinada, toda de madeira, idêntica a todas as escadas registradas nas construções bucovinas, de apenas um lance com 18 degraus.

A reforma feita posteriormente incluiu uma cozinha e um banheiro aos fundos, totalmente independente, e utilizando método de construção bastante diverso. Esta é uma opção interessante do ponto de vista da preservação, pois é facilmente distinguível do restante da edificação.

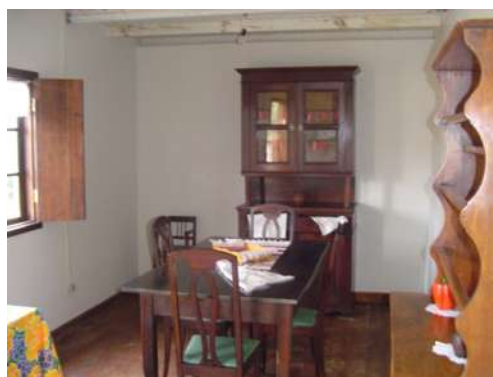
⁵⁰ O levantamento técnico da Escola Bucovina, incluindo a planta, poderá ser encontrada em anexo ao fim deste volume.

Fotografias:

Figs. 70 e 71: Vista da frente e dos fundos da Escola Bucovina, no seu terreno original. Na fotografia à direita, nota-se a reforma feita posteriormente, com técnica diversa da original, o que auxilia na sua distinguibilidade e mesmo na sua reversibilidade.



Figs. 72 e 73: Acima à esquerda, vista da sala de aula, totalmente restaurada, com seus móveis originais. O interior da escola era rebocado com argamassa de barro. O assoalho é todo em tábuas de pinheiro.



*Figs.
74 e
75:*

Nestas fotos, podemos ver a situação atual do museu, que mobiliou novamente o quarto do professor (à esquerda), com fotografias e imagens de santos, dos próprios descendentes e seus ancestrais, e a cozinha aos fundos. Toda a mobília também foi restaurada, e algumas peças foram doadas pelas famílias bucovinas para o museu.



Figs. 76 e 77: acima, à esquerda e ao meio: Detalhe da estrutura em enxaimel, preenchida por alvenaria de tijolos. É possível perceber pela foto que os tijolos são recortados de modo que encaixem nas angulações dos travamentos da estrutura.

Na foto à esquerda, podemos ver as fundações com apoios de alvenaria de pedras, que se dispõem em intervalos irregulares ao longo da construção.

Fig. 78: à direita, foto da escada no interior da construção, que leva ao sótão habitável. Ressalta-se a inclinação extremamente acentuada, pois a escada eleva-se a pouco mais de 3 metros de altura, em cerca de 1,5m de comprimento (vide alçapão).

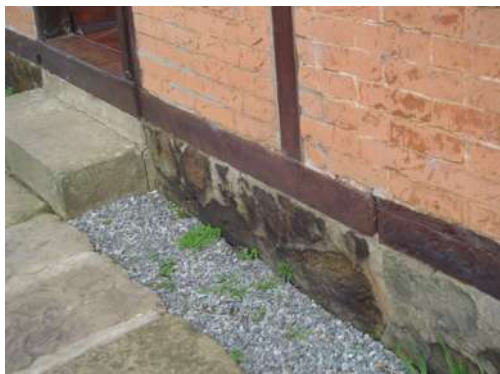


Fig. 79: à esquerda, podemos ver que a fundação na fachada frontal da escola deixa de ser pontual, e passa a ser contínua. Mas isto ocorre apenas à frente e aos fundos.

Fig. 80: À direita, podemos ver o beiral, e todo o acabamento de madeira da escola. Nota-se que, como as outras construções em enxaimel dos bucovinos, a alvenaria se restringe ao primeiro pavimento, e a vedação das laterais do sótão é feita com tábuas de madeira com mata junta.



Fig. 81:

Vista lateral da Escola, onde podemos ver o encontro das duas técnicas construtivas utilizadas: no primeiro pavimento, o enxaimel com vedação de alvenaria de tijolos; nas laterais do sótão, a vedação de madeira. Nota-se também as janelas tipo guilhotina, de tamanhos e formatos diferentes nos pisos superior e inferior.



Fig. 82:

Detalhe da janela do piso inferior. As janelas laterais são de tipo guilhotina, porém as da frente e fundos da escola são de duas folhas, como os modelos que já vimos antes.

III. 2.2. A CASA HERZER

A casa do imigrante Johann Herzer ainda se encontra no Bairro do Passa Três, em Rio Negro, a poucos metros da Escola Bucovina. Johann Herzer imigrou para o Brasil na 2ª leva de imigrantes, em 1888. Nascido em Poiana Miculi em 1854, seu pai e seu avô ainda nasceram no Bohmerwald. Casado com Martha Weber em 1877, na Bucovina, e pai de 4 filhos, Johann Herzer trabalhou como ferreiro durante toda a sua vida. A ferraria ficava no mesmo terreno que sua casa, ao lado da mesma, conforme é possível ver na foto abaixo, sem data.



Fig. 83: Foto da residência de Johann Herzer, à direita, com a cozinha separa ao fundo. À esquerda da foto está a ferraria. A aglomeração se dá devido ao casamento de sua filha Rosalia.

A casa deve ter sido construída em regime de *“pichirum”*, pouco depois da vinda de Herzer ao Brasil. Não temos documentos que possam precisar esta data, mas tudo indica que a construção tenha acontecido entre 1888 e início da década de 1890. A Escola do Passa Três, que fica a menos de uma quadra de distância, teve sua construção organizada pelo próprio Herzer. Com isso, se deduz que a sua casa já deveria estar pronta por esta época, pelo fato dele já se encontrar naquela região da cidade, e também por sua motivação em prol da construção da Escola. Aliás, as construções têm muito em comum.

Descrição:

A casa de Johann Herzer destaca-se por dois motivos: 1) é uma legítima casa de um imigrante bucovino, construído por ele próprio, e encontra-se até hoje em estado de conservação bastante razoável. A casa está sendo atacada por cupins, do tipo insetos xilófagos, porém a resistência da madeira empregada na construção é grande, possibilitando ainda o tratamento. 2) A casa apresenta características bastante interessantes, como a dupla edificação da casa/cozinha. A cozinha externa não está mais em uso, e um dos ambientes internos da casa principal foi convertido em cozinha pelos ocupantes mais recentes. No entanto, ambas apresentam bom estado de conservação, podendo ser facilmente restaurados.

O método construtivo empregado é o enxaimel, com vedação de alvenaria de tijolos. Porém, ao contrário da Escola, a Casa Herzer é toda revestida com argamassa de barro, e posteriormente pintada com cal fina. A planta da casa principal é simples: consiste em um retângulo de aproximadamente 8,20 x 4,60m, dividida em dois ambientes: uma grande sala, quase quadrada, com aproximadamente 4,70m de largura; e um quarto menor, mais comprido que mede aproximadamente 3,70m de largura por 4,30 de comprimento.



Fig. 84: Croqui esquemático da casa principal. A estrutura em enxaimel se dispõe conforme o desenho, porém não é aparente. É possível, porém, adivinhar sua estrutura devido às rachaduras no revestimento.

A casa possui assoalho e forro de tábuas de pinheiro maciças, de aproximadamente 5 cm de espessura e cerca de 30 a 50 cm de largura. O sótão, habitável, é composto por um único ambiente, com duas janelas, que servia como dormitório para as crianças. A vedação também é de tábuas de madeira pregadas, e não encaixadas, como na Escola Bucovina.

Não há registro de que a cobertura tenha sido algum dia de *tabuinhas*, mas as telhas planas cerâmicas, antigas, ainda se encontram na edificação. A escada segue o mesmo modelo da Escola Bucovina. A fundação da casa é toda de alvenaria de pedra, contínua, por

todo o perímetro da casa. Os dois degraus que levam à porta são de pedras regulares empilhadas, sem argamassa.

Nos fundos, sob a alteração da inclinação do telhado, há um banheiro completo, e numa varanda semi-aberta (vedada nas laterais, e aberta nos fundos). O banheiro foi adaptado posteriormente, porém não há registros de quando isto teria sido feito. A rusticidade das portas e acabamentos, semelhantes ao restante da casa, indicam que são adições antigas, que talvez datem de início do século XX.

A casa principal fica na parte frontal do terreno, a aproximadamente 4 metros da edificação destinada à cozinha. A planta da cozinha é composta por um único ambiente, de aproximadamente 4,30 x 6,00m. É construído utilizando a mesma técnica, e conta com quatro janelas: duas na fachada frontal, em cada lado da porta de entrada, e uma em cada elevação lateral. Na parte posterior, há apenas uma porta, que deveria levar aos fundos do terreno, onde havia antigamente um paiol, o poço d'água, e o antigo banheiro. Não há vedação no forro, pois não se utiliza o sótão.

O terreno onde as casas se situam costumava ser bem maior. Segundo depoimento da descendente Helena Herzer Camargo, que mora na casa ao lado, o terreno foi sendo dividido entre os filhos a cada geração. A ferraria onde Johann Herzer trabalhou foi demolida (não foram encontrados registros da data exata), mas o terreno onde ficava foi vendido. Há agora apenas o terreno onde se encontram a casa e a cozinha.

Há muitas coisas conservadas – talvez pelo fato da casa ainda estar em uso. As fechaduras ainda são as *hamburguesas* de antigamente, com uma chave enorme para abri-las.



Figs. 85 e 86: Chave e fechadura original na Casa Herzer. Esta é a fechadura *hamburguesa*.

Fotografias:

Fig. 87: Perspectiva da Casa Herzer. Aos fundos, a cozinha.



Figs. 88 e 89: Vista frontal e lateral da casa principal.

Na vista da parede lateral, pode-se notar a estrutura em enxaimel aparecendo através das rachaduras no reboco em estuque. Houve, aparentemente, uma alteração na janela. É interessante notar na foto à direita, também, os pequenos consoles de madeira que sustentam as tábuas da vedação do piso superior, do sótão. Estes apoios também fazem parte da estrutura, estando encaixados na estrutura enxaimel.



Figs. 90 e 91: Detalhes da fundação: a fundação é parte de alvenaria de pedra (contínua, ao longo do corpo da casa), porém nos fundos, sob a varanda modificada, a fundação é de alvenaria de tijolos. Na foto à esquerda, vemos a entrada principal da casa. A fundação, ali, é de alvenaria de pedras, sob a qual se apóia o baldrame do sistema enxaimel. Pedras soltas fazem as vezes de degraus.



Figs. 92 e 93: Nas duas fotos à esquerda, vemos a parte dos fundos, que foi adicionada. Pela qualidade do assoalho, e pela continuidade da estrutura em enxaimel na lateral, além das mesmas telhas (com o mesmo grau de envelhecimento) podemos deduzir que esta adição não deve ter sido feita muito depois da casa.

Fig. 94: À direita, outro detalhe da estrutura em enxaimel, recoberta com o acabamento em argamassa de barro.



Fig. 95: Novamente, nesta foto, podemos ver um detalhe do apoio de madeira que, embutido na estrutura em enxaimel, sustenta a vedação do sótão.

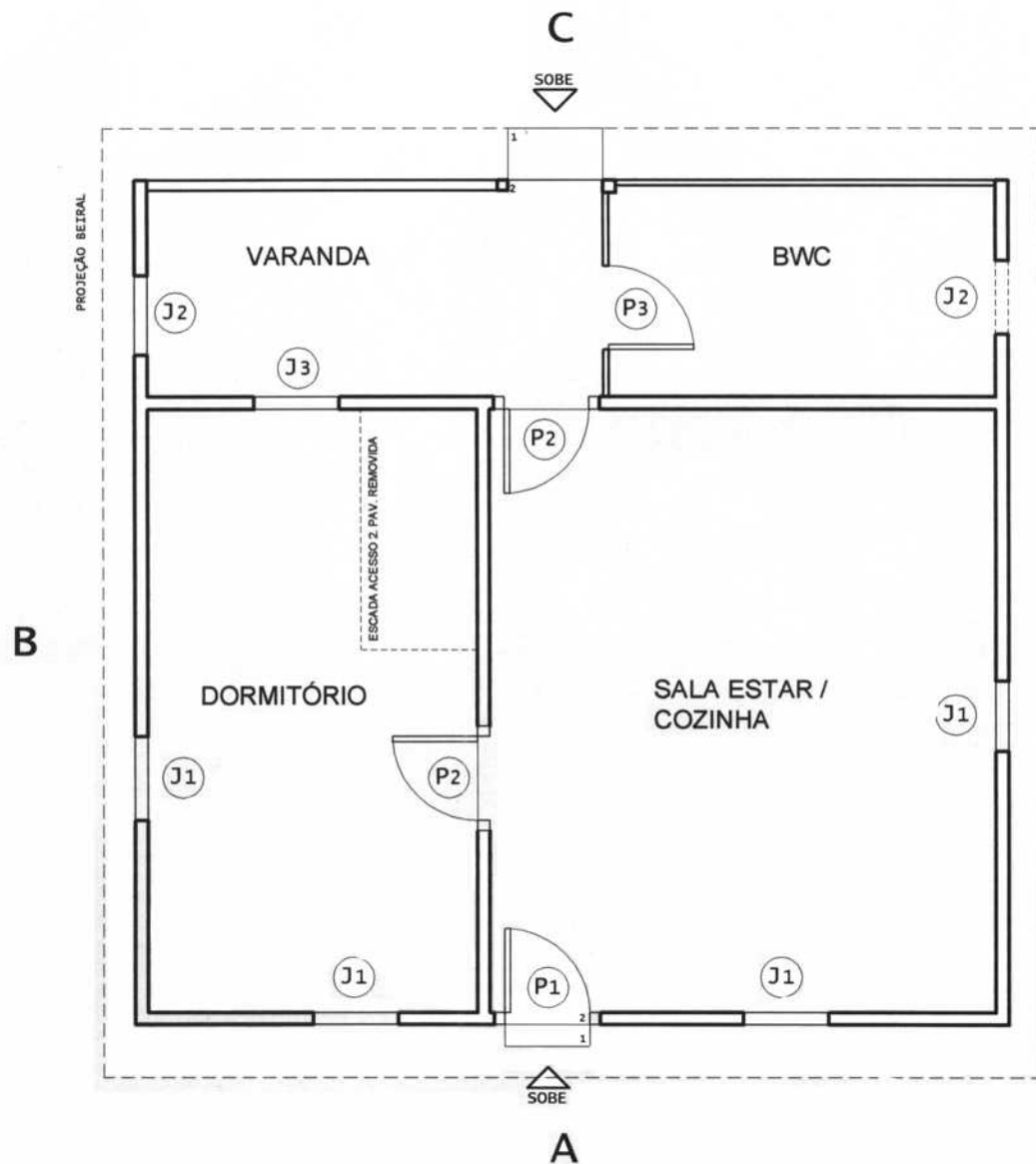


Fig. 96: À direita, detalhe da porta principal, com bandeira de vidro na parte superior.

Figs. 97 e 98: No meio e à direita, imagens da cozinha. Nesta construção, não há sótão utilizável, e no alto da cumeeira há um pequeno respirador em forma de cruz, possivelmente para ajudar na ventilação e escoamento da fumaça do antigo forno a lenha. Na foto à direita, é possível ver os restos da chaminé. Esta cozinha não é mais utilizada.

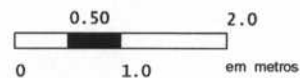


Figs. 99 e 100: Detalhe do beiral e o hábil trabalho com madeira dos imigrantes bucovinos. À direita, as telhas planas usadas em muitas casas. Não se sabe se são originais, mas são muito antigas.



CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

PRIMEIRO PAVIMENTO
PLANTA BAIXA

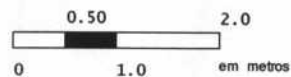


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

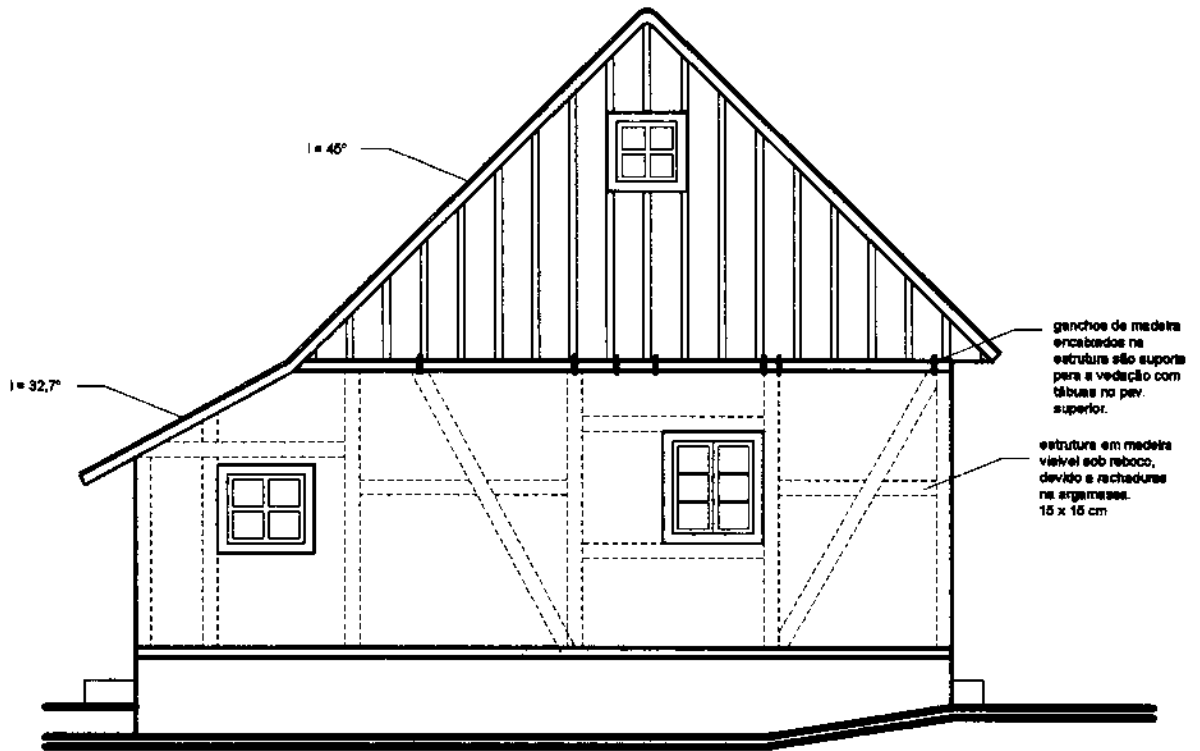


CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

FACHADA FRONTAL "A"
ELEVAÇÃO

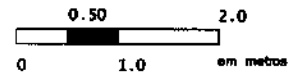


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

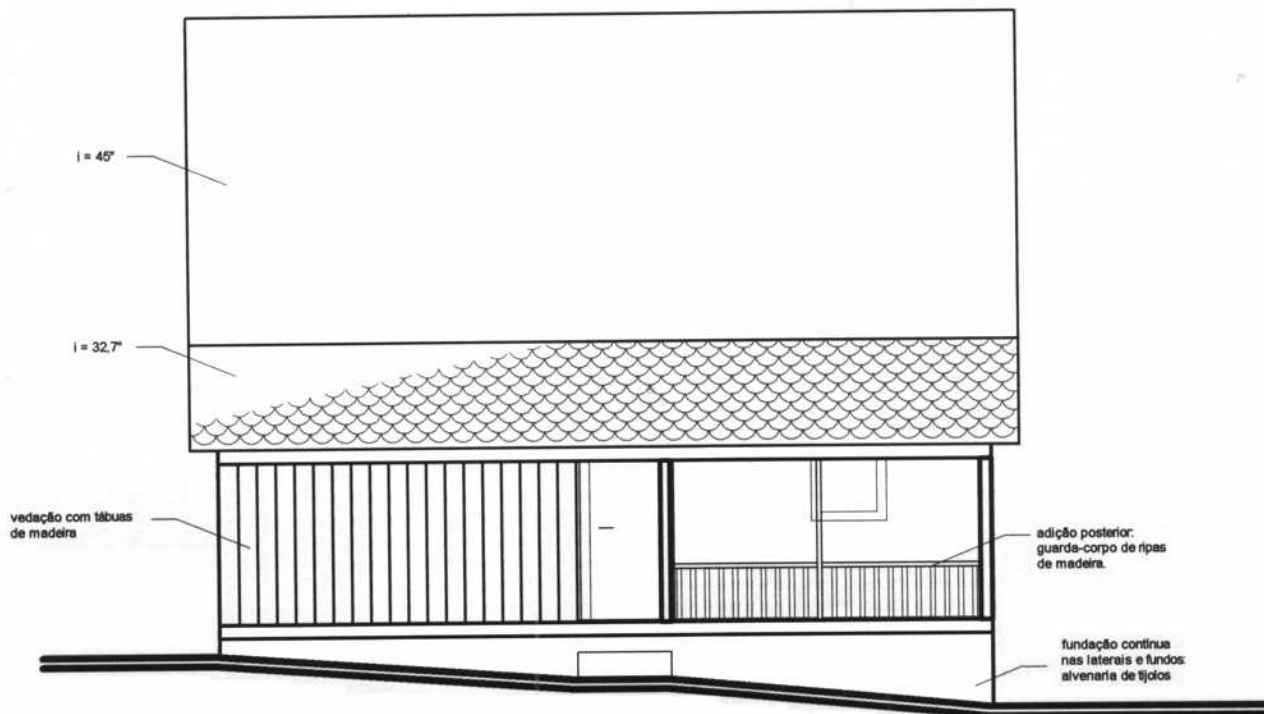


CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

VISTA LATERAL "B"
ELEVAÇÃO



O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006



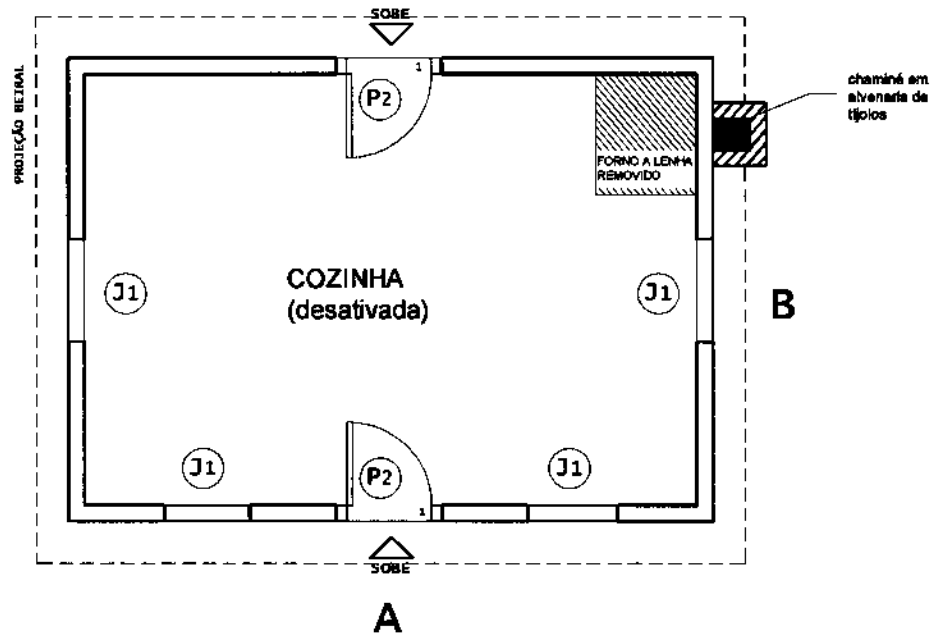
CASA HERZER

CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

FACHADA FUNDOS "C"
ELEVAÇÃO

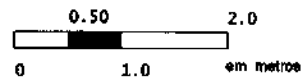


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

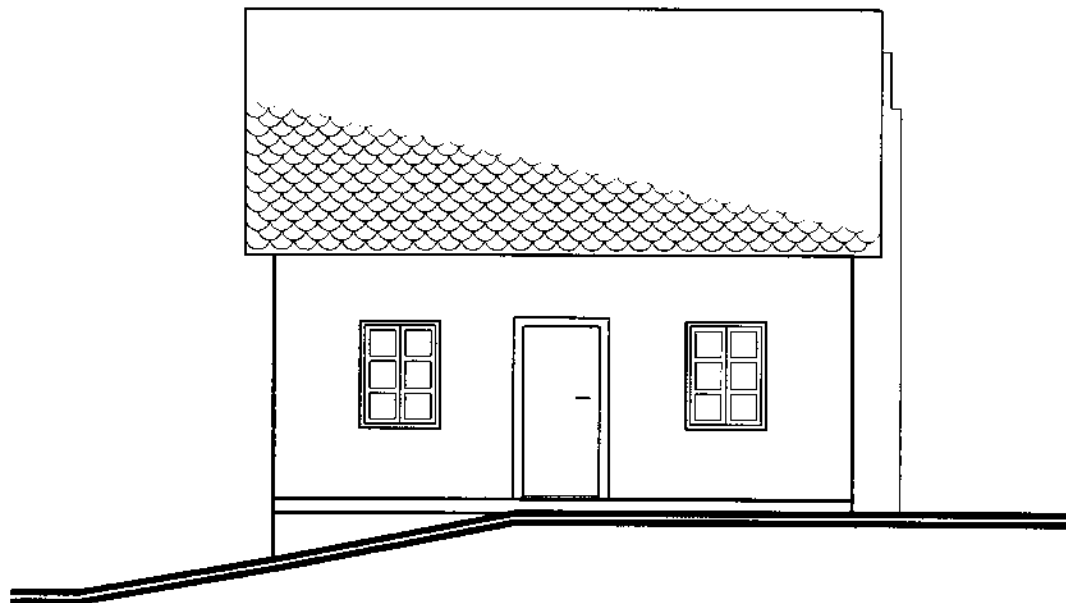


**CASA 2 - ANTIGA COZINHA
PLANTA BAIXA**

CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

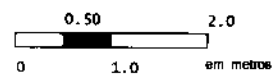


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

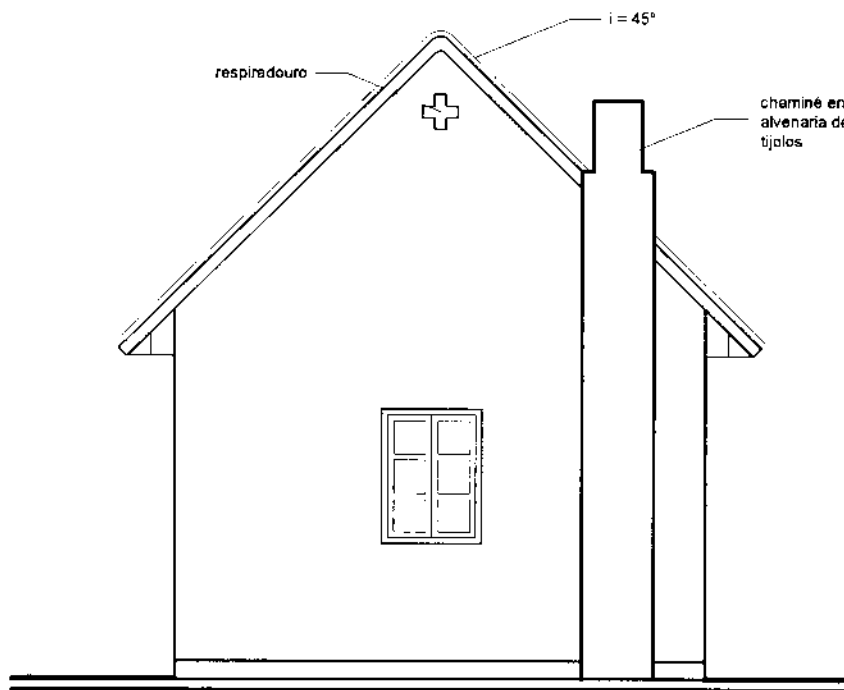


CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

FACHADA FRONTAL "A"
CASA 2 - COZINHA
ELEVAÇÃO

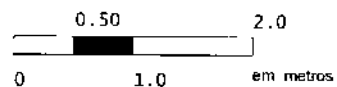


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

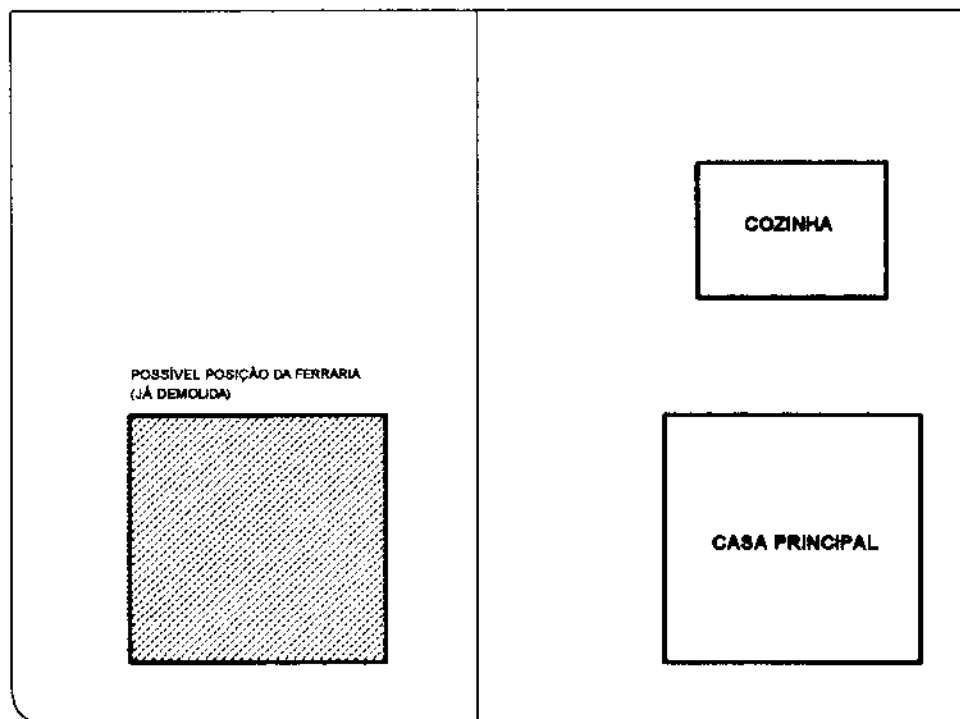


CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

VISTA LATERAL "B"
CASA 2 - COZINHA
ELEVAÇÃO

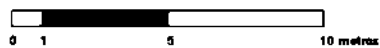


O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006



CASA HERZER
CAMPO DO GADO, RIO NEGRO - PR

DISPOSIÇÃO DOS VOLUMES
NO TERRENO
VISTA SUPERIOR



Estudo do posicionamento da casa principal em relação à cozinha.
Provável localização da ferraria, com base em marcas no terreno e fotografias.

O levantamento técnico realizado por:
PRISCILA HENNING
data: março de 2006

III.2.3. CASA SEIDL

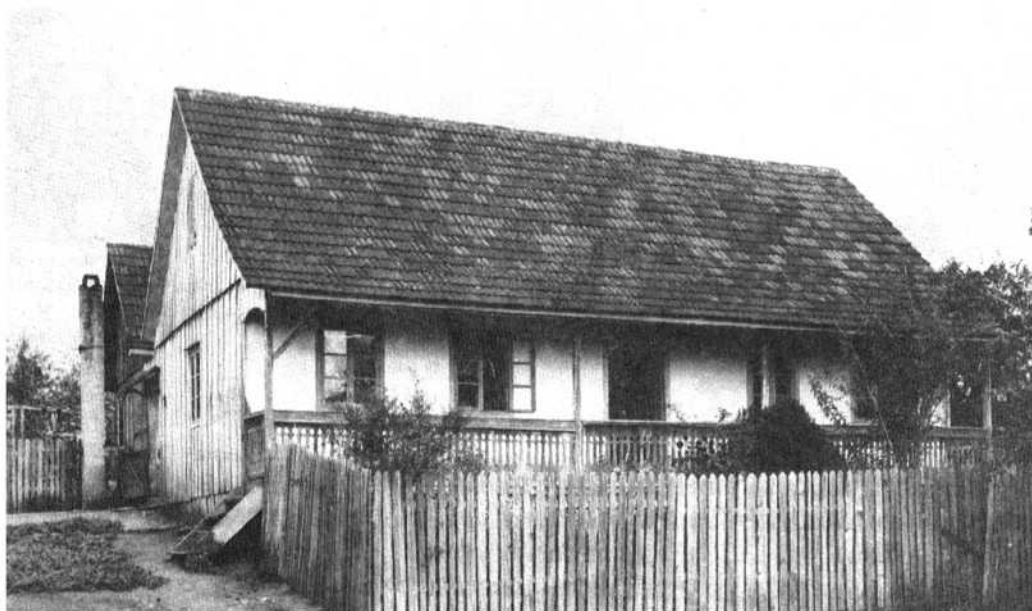


Fig. 101: A Casa Seidl, em foto sem data. Nesta foto ela ainda encontrava-se ocupada. Atualmente, a casa está abandonada e bastante deteriorada.

A casa Seidl, entre as casas levantadas, possui a técnica construtiva mais peculiar. De acordo com Ayrton Celestino, a Casa Seidl é construída à maneira dos habitantes na Bucovina:

“Eram edificações toscas, de troncos. Revestidas externa e internamente com uma argamassa feita de barro e palha de trigo misturadas, com calfino de acabamento. Este revestimento proporcionava aquecimento no inverno e segurança em dias de tempestade. Da mesma forma eram construídas as estrebarias e os depósitos de cereais, tudo interligado, com um telhado só (...) Esta casa tem valor histórico (...) autêntica casa bucovina, do fim do século 19, bairro Imbuial, Mafra SC. Pertence à família Carlos Seidl” (CELESTINO, 2002, p. 23).

A Casa Seidl é a única nas cidades de Rio Negro e Mafra feita desta maneira, ao menos, é a única que ainda permanece. Não foi encontrado nenhum registro nas bibliografias sobre arquitetura germânica e polonesa que fossem parecidas com esta técnica, como veremos adiante, o que aumenta ainda mais sua raridade e importância.

A Casa Seidl também é a que mais se aproxima, dentre as casas bucovinas, do modelo de construção que é normalmente atribuído aos poloneses no Paraná. Nesta casa, não há um sistema estrutural autônoma. Seu sistema construtivo é o encaixe de troncos falquejados, bastante abundante na região de Curitiba, conforme levantamento de Jussara Valentini. Além do mais, tem as paredes revestidas com o mesmo tipo de argamassa de barro, porém o modo com que ela é aplicada sobre a parede é completamente diferente do sistema de estuque utilizado pelos poloneses.

O encaixe de troncos falquejados não é exatamente uma característica unicamente polonesa. Günther Weimer, em seu levantamento das construções alemãs no Rio Grande do Sul, explica que este modo de construir foi bastante popular na região da Alemanha. Porém, esta técnica foi mais tarde substituída pelo uso da estrutura autônoma de madeira, que deu origem ao enxaimel.

O encaixe de troncos, conhecido como *blocausse* (*blockbau*, em alemão, “construção com troncos”)

“consistia na construção das paredes com troncos roliços, de diâmetros semelhantes e levemente falquejados em duas faces opostas. Assim preparados, os troncos eram sobrepostos e encaixados nas extremidades, no encontro das paredes. Esta construção pressupõe abundância de troncos retos e lisos. Por isso, as árvores indicadas são as coníferas e exatamente nos locais onde havia abundância de pinheiros eram encontradas estas construções, ou seja, desde os Cárpatos até o Jura alemão” (WEIMER, 1983, p. 44).

Ou seja, este modo construtivo foi utilizado por toda a região do Império Austro-Húngaro. Como o local onde estas construções surgiram fazem fronteira com culturas eslavas, esta técnica costuma ser relacionada com poloneses, por serem eles quem utilizaram esta técnica aqui no Brasil.

A razão pela qual esta técnica não foi utilizada da mesma maneira por outros povos se dá pela excessiva quantidade de madeira de que necessitava, sendo esta técnica abandonada em favor de outras, como o enxaimel.

O modo de construir dos poloneses não é muito diferente da casa Seidl. Os troncos de pinheiro foram cuidadosamente falquejados e o faceamento entre eles é exato.

A seguir, um esquema de Jussara Valentini dos encaixes dos troncos:

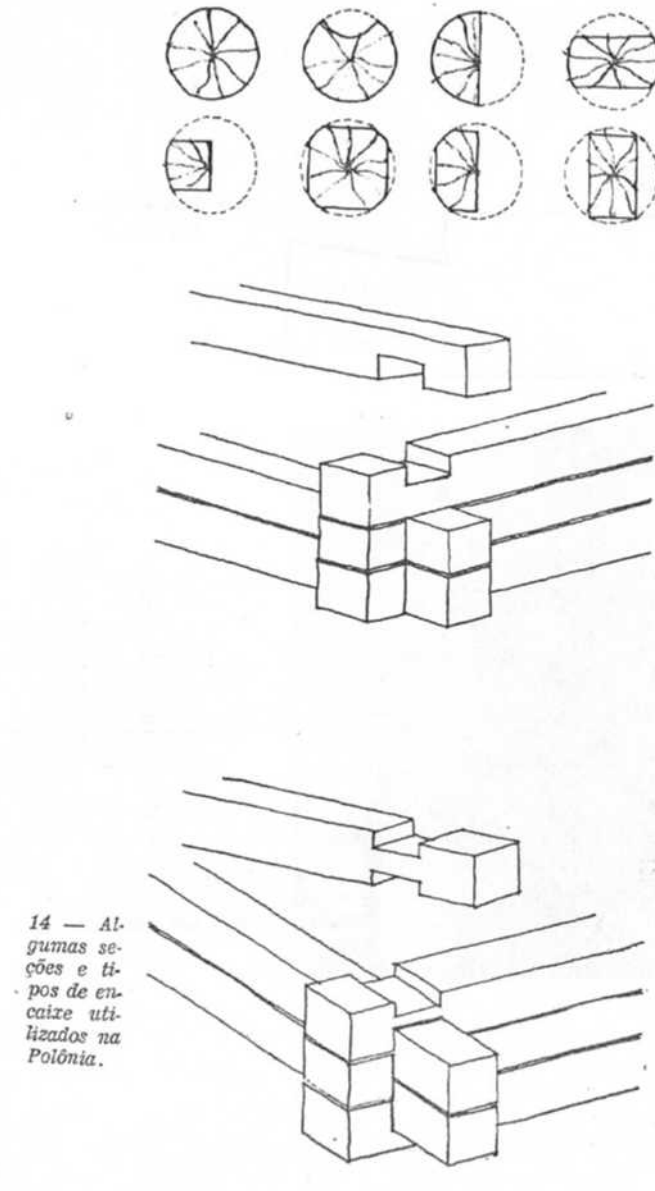


Fig.102



Fig. 103: Nesta foto, podemos ver um detalhe dos troncos encaixados e o revestimento de argamassa de argila com palha de trigo. Também é possível ver o acabamento liso, pintado com cal fina.

O principal diferencial da Casa Seidl em relação às casas de tronco polonesas está no seu revestimento. Os poloneses, no máximo, preenchiam as eventuais falhas dos encaixes entre os troncos da parede com barro. Já o construtor da Casa Seidl preferiu revestir todos os troncos com argamassa de barro, tanto no exterior quanto no interior da casa.

A argamassa era feita com uma mistura de argila e palha, que formava uma massa espessa e menos propensa a partir ou quebrar do que o barro puro, devido à resistência oferecida pela palha. Segundo Jussara Valentini, era feito de barro com palha de centeio, da seguinte maneira: “(...) o barro é misturado no ‘amassador’, onde um cavalo, andando em círculos, mistura a terra, a água e a palha de centeio que são jogadas em seu caminho. Quando a palha estiver bem amassada e picada, a mistura está pronta” (VALENTINI, 1982).

Os poloneses preenchiam uma armação feita de frechames e ripas, sendo os frechames verticais e as ripas, horizontais. O espaçamento entre elas era de 15 a 20 cm. Após o preenchimento desta trama pela taipa de mão, tudo era coberto por um emboço de argila pura, alisada com as mãos.

Os bucovinos, por sua vez, usavam de outros métodos. Na casa Seidl, a parede encaixada com pranchas de madeira tem espessura aproximada de 13 cm. Por si só, a parede de madeira já era sólida o suficiente, não sendo necessário revestimentos. No entanto, nesta casa, foi feito um revestimento de argmassa de barro. Naturalmente fazer com que o barro

aderisse a uma grade vazada (como os poloneses) era mais simples que tentar fazer com que aderisse a pranchas lisas de madeira.

A solução encontrada foi a utilização de pequenas cavilhas de madeira lascada que eram marteladas até penetrarem na sólida madeira dos troncos que compunham as paredes, como se fossem pequenos pregos, porém mais largos. Era importante que as cavilhas ficassem bastante inclinadas em relação à parede, formando pequenas garras. Assim, toda a parede era cravejada em intervalos de cerca de 30 centímetros de distância, no máximo, com estas cavilhas.



Fig. 104: Vista aproximada das paredes externas da casa. Nota-se que o barro vêm se descolando das pranchas maciças de madeira, que se conservam intactas. É possível observar as cavilhas cravadas na madeira.



Fig. 105: Vista mais aproximada da argamassa de barro, das pranchas de madeira e das cavilhas.

A partir daí, a argamassa de barro (preparada da mesma maneira que os poloneses, com barro e palha de centeio) era lançada contra a parede. Normalmente não aderiria às superfícies lisas, mas adere-se às cavilhas, e assim a parede toda é coberta por estuque.

Por fim, a parede é recoberta por um emboço de barro, alisado com as mãos, e pintado com cal. A casa tem mais de cem anos e, embora a argmassa se tenha soltado em grande parte da construção, as pranchas da madeira que foram recobertas pela argmassa se mostram intactas e em excelentes condições, o que não se verifica na parede dos fundos, onde a madeira encontrava-se exposta às intempéries. Além de pontos de apodrecimento, percebe-se também uma diferença na coloração da madeira.



Fig. 105: Casa de tronco polonesa.



Fig. 106: parede dos fundos da Casa Seidl.

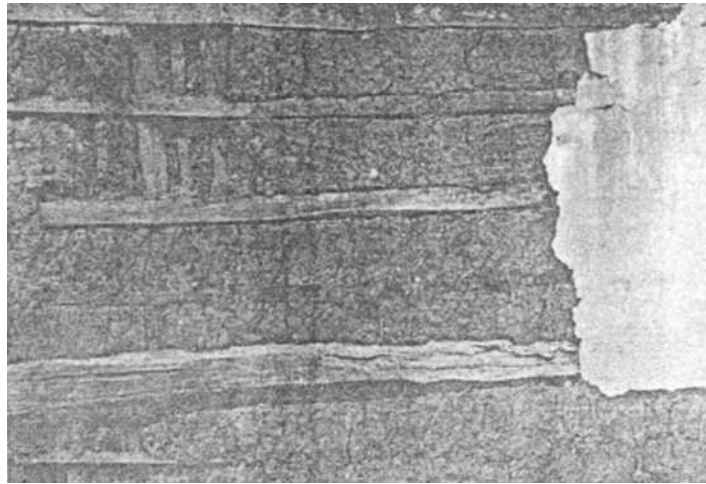
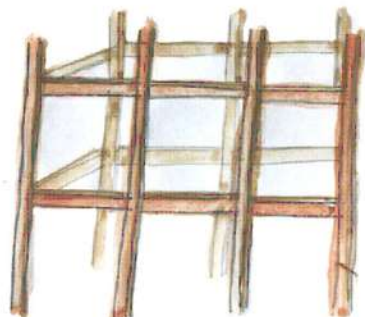


Fig. 107: Grelha polonesa preenchida com argamassa de barro.



Fig. 108: A argamassa na Casa Seidl.

VEDAÇÃO POR TAIPA DE MÃO - polonesa



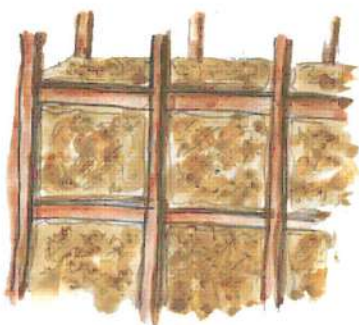
1

Construção de uma grelha composta por várias ripas horizontais e verticais, formando uma "caixa"



3

Acabamento por fora com argila alisada com as mãos, e pintadas com cal fino



2

Preenchimento da grelha com a pasta composta por barro (argila) misturado a palha de cereais. Esta pasta é prensada com as mãos ou com auxílio de um pilão

Fig. 109: A construção das casas de taipa de mão polonesa: método construtivo. Observar a concepção das grelhas preenchidas com argamassa de barro, para posterior acabamento com barro.

Fonte: VALENTINI, 1982.

REVESTIMENTO COM ARGAMASSA DE BARRO

-- Casa Seidl

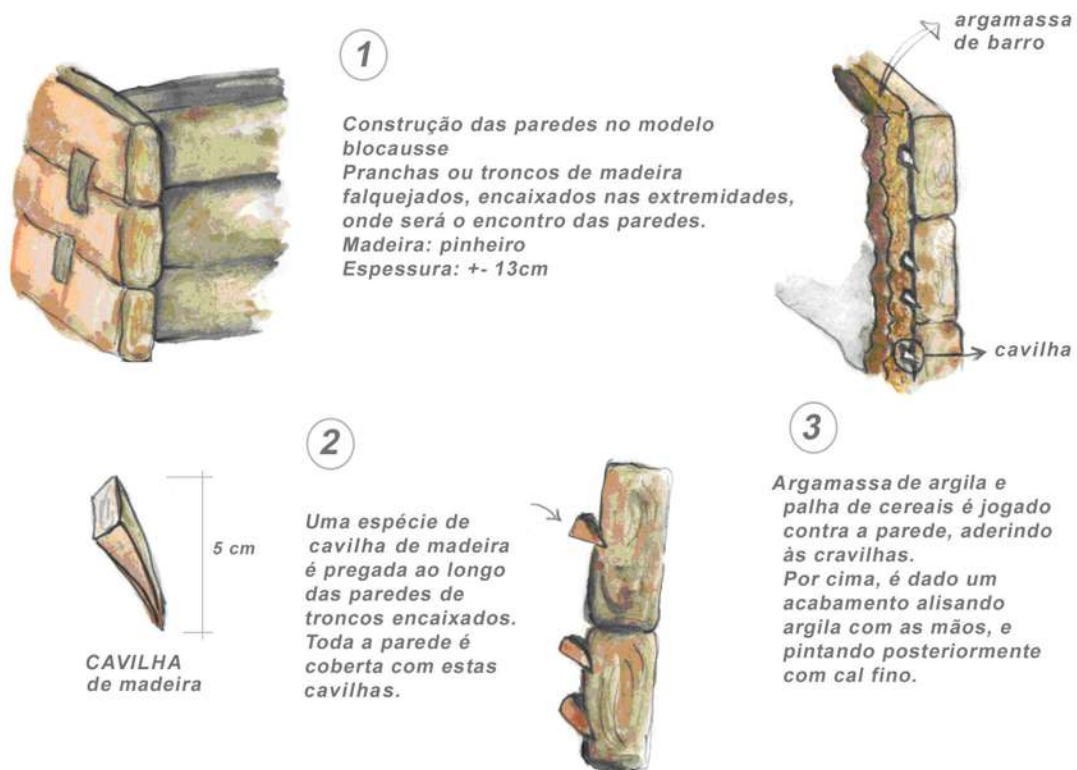


Fig. 110: O método construtivo da Casa Seidl.

Descrição:

A casa Seidl é construída no sistema blocausse no primeiro pavimento: troncos serrados a desdobro, encaixados nas extremidades. Como já descrevemos, estas superfícies de troncos encaixados são cravejadas com pequenas lascas de madeira, e assim revestidas com argamassa de barro, na fachada principal. O acabamento é argila alisada com a mão e pintada com cal fina.

A planta é retangular e simples, conforme veremos a seguir. Consiste em três espaços: dois dormitórios e um corredor no meio, por onde se tem acesso à casa. À frente, ao longo de todo o comprimento da fachada, há uma varanda. Aos fundos, uma porta simples, com os troncos diretamente apoiados no chão, leva ao poço, ao banheiro externo, ao paiol e estrebarias. Neste mesmo corredor, no meio do caminho, há uma escada (nos mesmos moldes das escadas descritas anteriormente), que leva ao sótão habitável, que não tem divisão alguma.

No sótão, e nas laterais, a vedação é feita com tábuas de madeira. O mesmo ocorre no piso inferior, nas fachadas laterais. As tábuas são pregadas sobre os troncos encaixados. Nos fundos da casa, não há qualquer revestimento, e os troncos encaixados estão à vista. Como o terreno é em declive, na frente da casa há o apoio sobre troncos cortados. Aos fundos, a madeira apóia-se diretamente no chão.

A casa possui ainda um banheiro externo, não utilizado, porque os descendentes construíram uma casa mais nova ao lado. Há também um poço em desuso.

A Casa Seidl original está desocupada e em avançado estado de deterioração. Porém, devido a sua importância e raridade, deve ser registrada e, se na medida do possível, em vista de sua ruína, restaurada.

Fotografias:

Figs. 111 e 112: Acima, a Casa Seidl atualmente, durante o pôr do sol. À direita, detalhe do revestimento em argamassa de barro.



Figs. 113 e 114: Detalhes do sótão, com o encaixe do madeiramento, e a casa tosca, artesanal, os fundos da casa.



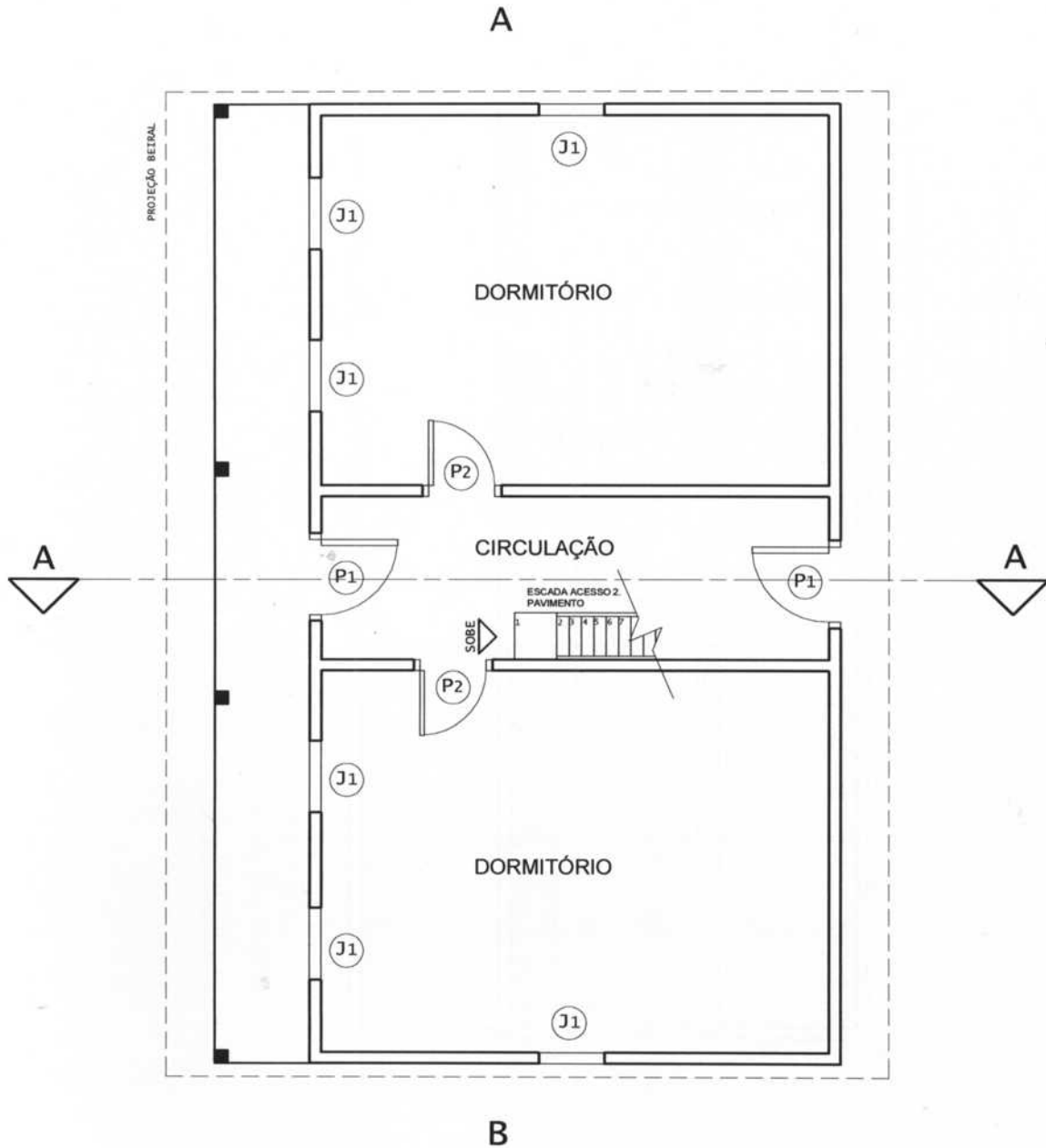
Fig. 115: À esquerda, detalhe do encaixe dos troncos em blocausse.

Figs. 116 e 117: Vista da lateral da casa, onde tábuas de madeira foram pregadas sobre os troncos encaixadas no piso inferior, e vedam o vão do telhado, nas laterais do sótão.



Fig. 118: Uma carroça armazenada no sótão da Casa.

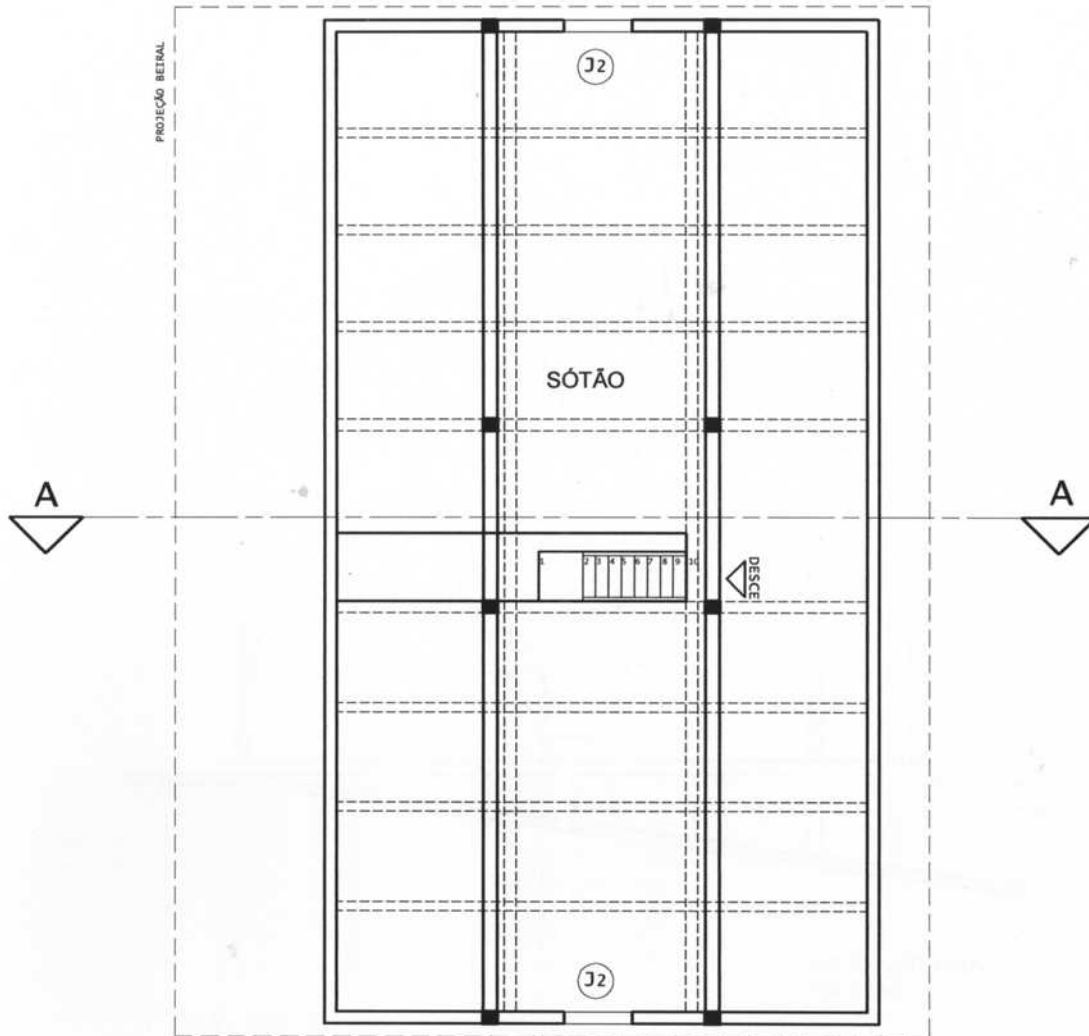
levantamento técnico da Casa Seidl realizado por:
PRISCILA HENNING
data: janeiro de 2002



CASA SEIDL
VILA NOVA, MAFRA - SC

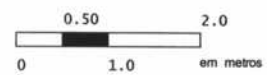
PRIMEIRO PAVIMENTO
PLANTA BAIXA





CASA SEIDL
VILA NOVA, MAFRA - SC

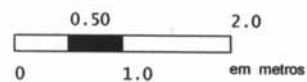
SEGUNDO PAVIMENTO
PLANTA BAIXA

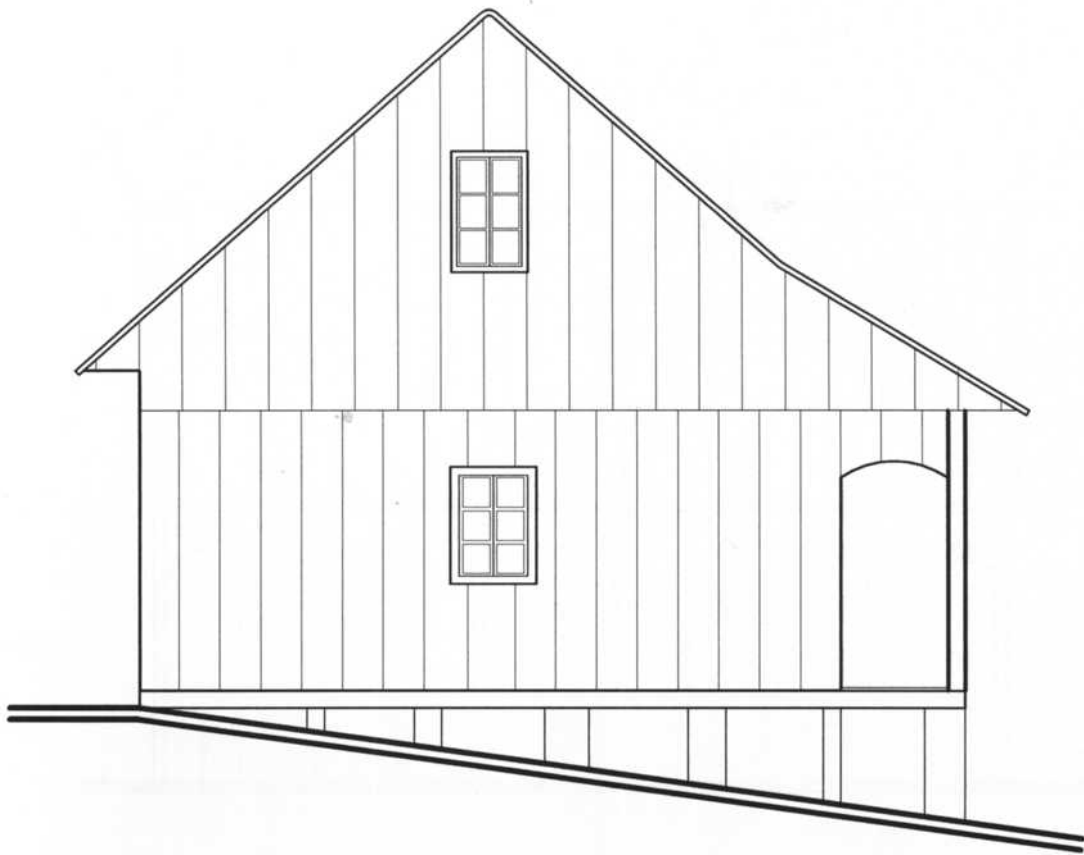




CASA SEIDL
VILA NOVA, MAFRA - SC

VISTA INTERNA
CORTE "AA"

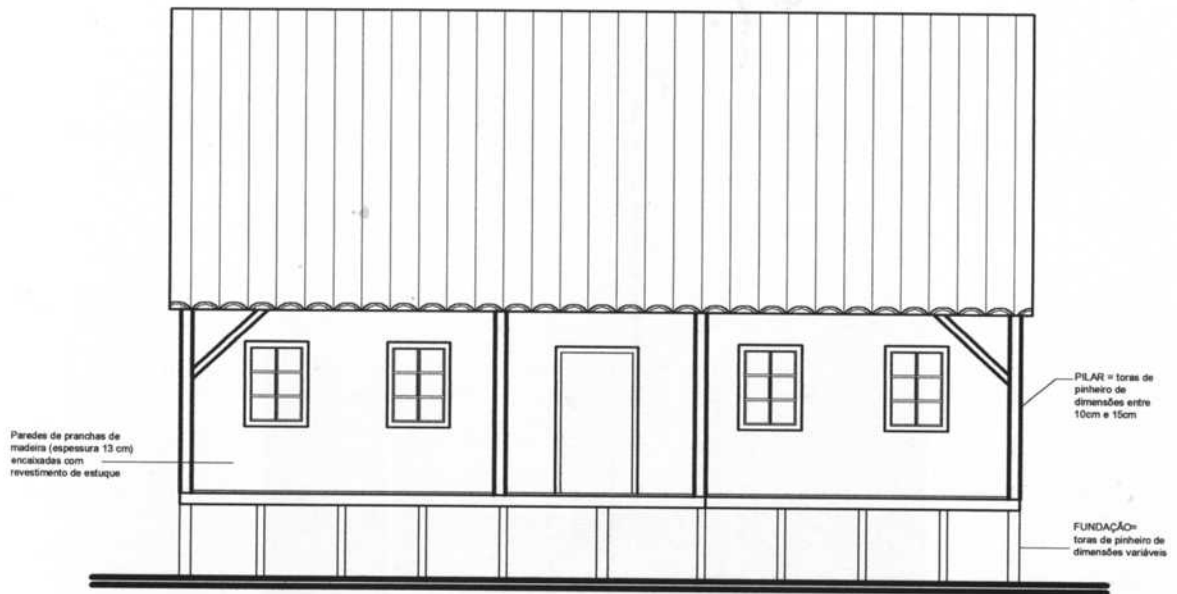




CASA SEIDL
VILA NOVA, MAFRA - SC

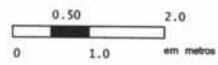
VISTA LATERAL A ou B
ELEVAÇÃO





CASA SEIDL
VILA NOVA, MAFRA - SC

FACHADA FRONTAL
ELEVAÇÃO



III. 2.4. CASA SCHAFFACHEK

A Casa Schaffachek era bastante simples em comparação com a Casa Sprotz e a Casa Seidl. Trazia, todavia, uma outra concepção de forma. Em vez de possuir um telhado de duas águas com a cumeeira paralela à fachada principal, esta casa possuía telhado com a cumeeira perpendicular à fachada principal. Na extremidade frontal da cumeeira, existe um “chanfro” sobre a janela do sótão, o chamado *küppelwandach*.

Nos fundos, havia uma pequena varanda adicionada, com telhado independente do telhado principal da casa. Na maior parte das casas cujo telhado tem a cumeeira paralela à fachada principal, o telhado estende-se, alterando sua inclinação, para abrigar ampliações além do corpo da casa, como varandas ou cozinhas e banheiros. No caso de casas como a Casa Schaffachek, constróem-se outros telhados, com estrutura independente da estrutura da casa.



Figs. 119 e 120: Casa Schaffachek, vista frontal (à esquerda) e vista dos fundos (à direita). Ambas as fotos foram tiradas em 2002.

Infelizmente, a Casa Schaffachek foi derrubada em algum momento entre 2002 e 2005. No levantamento anterior, o morador havia informado que a casa seria derrubada em breve por estar obstruindo uma rua projetada. Em julho de 2005, em visita de campo na cidade de Mafra, foi constatado que a casa não se encontra mais lá.

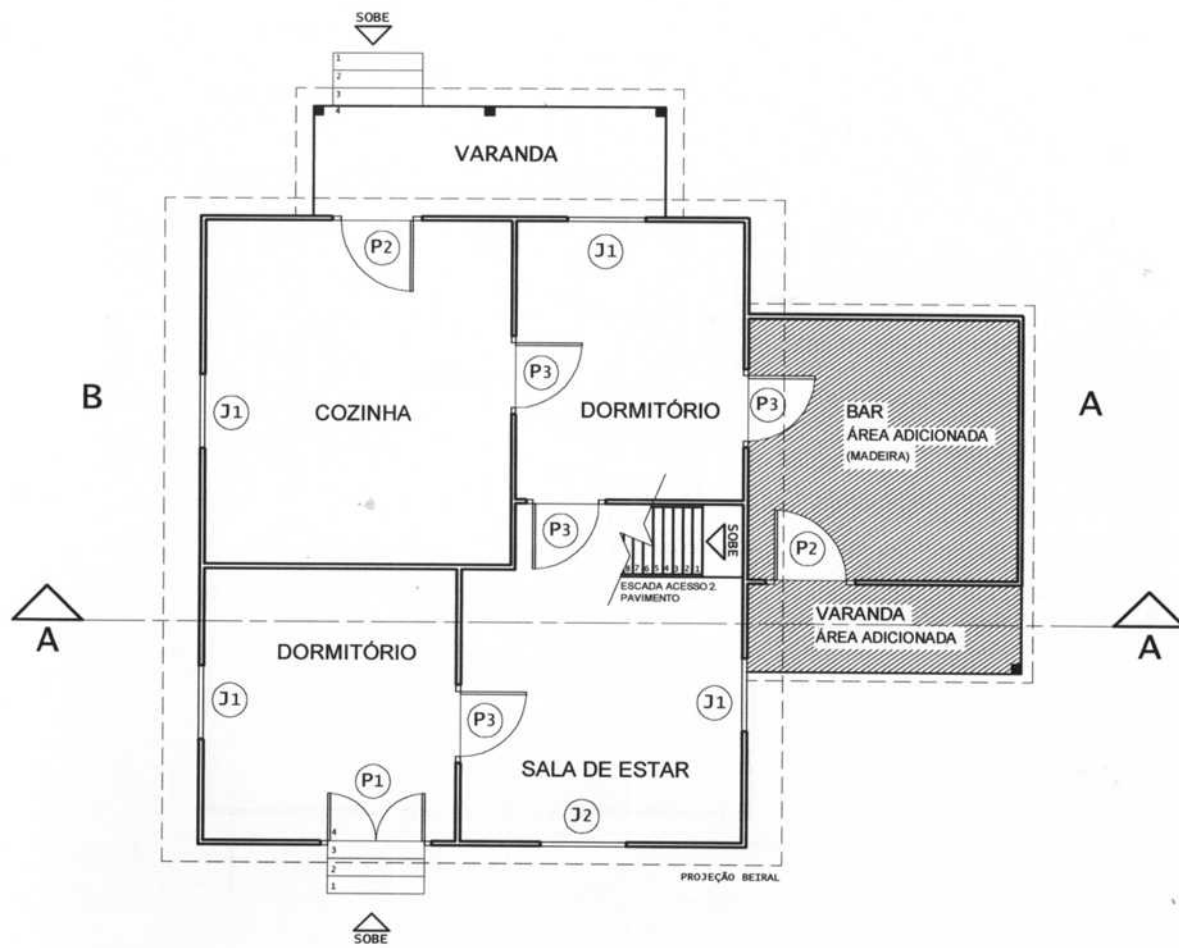


Fig. 121: Lote onde se encontrava a Casa Schaffachek, em 2005.



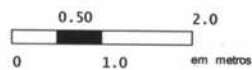
Fig. 122: Só o que restou da construção antiga foi um velho paiol, que ainda encontra-se aos fundos do terreno.

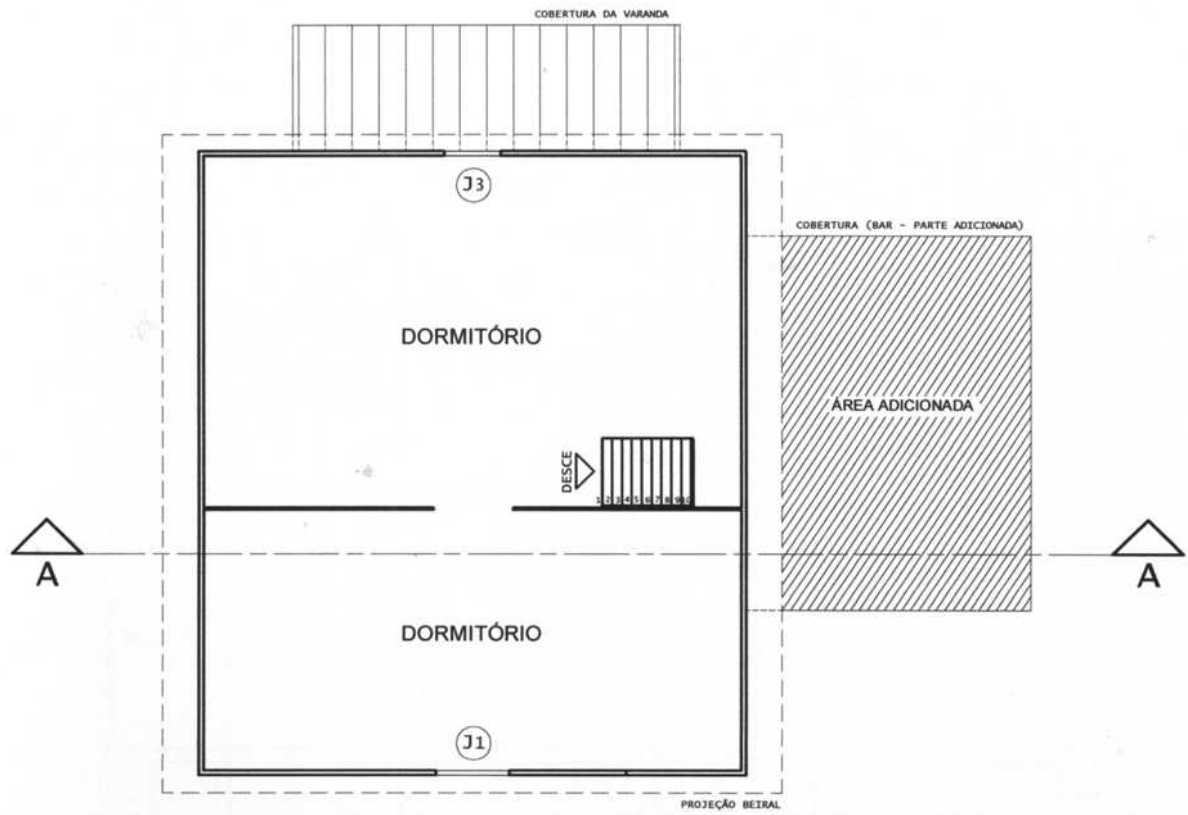
levantamento técnico da Casa Schaffachek realizado por:
PRISCILA HENNING
data: novembro de 2001



CASA SCHAFFACHEK
VILA NOVA, MAFRA - SC

PRIMEIRO PAVIMENTO
PLANTA BAIXA





CASA SCHAFFACHEK
VILA NOVA, MAFRA - SC

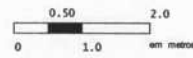
SEGUNDO PAVIMENTO
PLANTA BAIXA





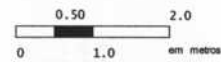
CASA SCHAFFACHEK
VILA NOVA, MAFRA - SC

VISTA INTERNA
CORTE "AA"



CASA SCHAFFACHEK
VILA NOVA, MAFRA - SC

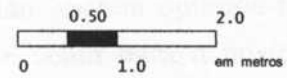
FACHADA FRONTAL
ELEVAÇÃO





CASA SCHAFFACHEK
VILA NOVA, MAFRA - SC

FACHADA FUNDOS
ELEVAÇÃO



III.2.5. CASA SPROTZ



Figs. 123 e 124:

Dois momentos da Casa Sprotz: à esquerda, fotografia da varanda tirada em 2001. À direita, a mesma varanda (porém de outra perspectiva) em 2005. Nota-se que esta casa é mantida conservada por seus ocupantes.

A casa Sprotz traz diversos elementos que normalmente são atribuídos os poloneses: os lambrequins e o trabalho de marcenaria elaborada no parapeito da varanda e nos pilares chanfrados; a composição da planta retangular e a disposição dos ambientes internos, a predominância das cores vermelha e branca (diz-se, popularmente, que estas cores foram utilizadas pelos poloneses em homenagem à sua bandeira); e telhado de duas águas com cumeeira paralela à fachada principal. No entanto, como observamos nas características construtivas da maioria das construções de Rio Negro, estes elementos se repetem pela cidade sem haver colônias de poloneses.

Ayrton Celestino, como porta-voz dos bucovinos, afirma categoricamente de que os lambrequins começaram a ser utilizados na região trazidos pelos bucovinos:

“uma técnica que ainda devemos lembrar é a do lambrequim, muito usada tanto na Bucovina quanto no Brasil. (...) Os bucovinos foram os primeiros a trazer este tipo de adorno e utilidade em suas residências, no Brasil. Depois deles, poloneses e ucranianos também usaram esta técnica em larga escala. Tanto em Rio Negro, como em Mafra, principalmente nas colônias, onde prevalece o elemento bucovino, a técnica do ‘lambrequim’ é muito encontrada” (CELESTINO, 2002, p. 382).



Figs: 125: Fotografia dos detalhes da casa Sprotz, como o lambrequim ornando o beiral, e o trabalho de marcenaria no recorte das tábuas das paredes.

Algumas destas características citadas são também típicas dos alemães, como o telhado de duas águas com cumeeira paralela à fachada principal e a varanda que abrange toda a largura da casa.

Segundo Oksana Boruszenko, em artigo publicado em 1998, os lambrequins seriam, de fato, atribuídos aos bucovinos; e a conseqüente abundância dos mesmos pelas colônias do Estado do Paraná se deve ao fato de que a maior parte da colônia que se diz polonesa de fato era bucovina de origem eslava. Esta afirmação não é comprovada, afinal os lambrequins foram muito difundidos pela Europa – e conseqüentemente pelo mundo – ao longo do século XIX. No caso dos lambrequins serem, de fato, características trazidas pelos bucovinos e que passaram a ser atribuídas aos poloneses, o que dizer de outras “características” polonesas que encontramos nas casas dos bucovinos?

A arquitetura bucovina, no entanto, não pode ser enquadrada como polonesa, pois existem muitas diferenças entre as duas. Os bucovinos não costumavam construir casas de taipa de mão da mesma maneira que os poloneses, preferindo um sistema completamente diferente.

Outra diferença muito importante é que os poloneses apenas usavam a estrutura de madeira autônoma nas construções de taipa de mão. Já os bucovinos utilizavam basicamente o mesmo sistema estrutural para as casas de madeira e de alvenaria, alterando apenas a vedação (nas casas de madeira, como a casa Sprotz, a vedação é feita por tábuas e mata-juntas na vertical, pregada sobre a estrutura).

A casa Sprotz tem como características básicas a intensa ornamentação, muito bem preservada pelos seus moradores, e mesmo recuperada quando a casa foi pintada novamente.



Figs. 126, 127 e 128: Imagens da intensa ornamentação da Casa Sprotz: as pinturas murais e o delicado trabalho de marcenaria.



Figs. 129 e 130: Na casa Sprotz o sótão é dividido em dois ambientes, com forro. Detalhe da escada inclinada.



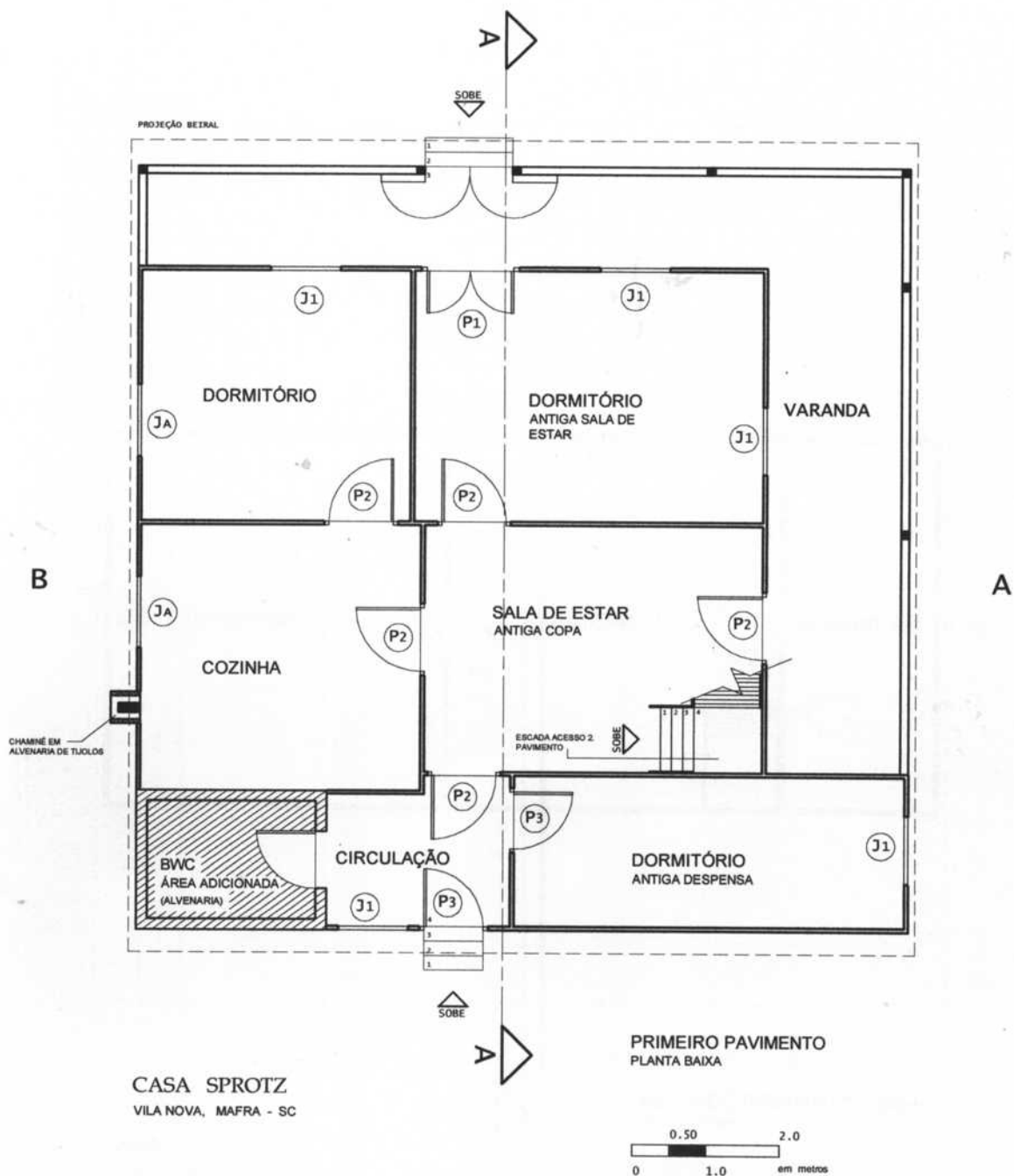
Figs: 131 e 132: Mais uma imagem da escada, vista lateral, de dentro da sala. No sótão, uma surpresa: um baú que pertenceu ao imigrante Sprotz, com o carimbo do porto de onde ele partiu: “Hamburgo”.

A Casa Sprotz apresenta uma planta mais elaborada, e provavelmente data do início do século XX. Os imigrantes, assim que chegavam à colônia, raramente construíam a sua primeira casa com tantos detalhes. Em alguns locais, como por exemplo, a Casa Seidl, vemos que ao lado da casa mais antiga e simples, foi construída uma outra casa, mais recente. Sua planta é mais complexa, como veremos a seguir: trata-se de uma grande sala com cozinha, e dois quartos, sendo que um pode ser uma pequena saleta, pois é o ambiente onde está a porta da frente da casa. Assim, subentende-se que há um quarto, provavelmente dos donos da casa, uma sala espaçosa onde ficava a copa (sala de jantar), e uma saleta na frente da casa. Aos fundos, uma modificação posterior: um banheiro e uma pequena varanda semi-aberta, provavelmente vedada parcialmente para acomodar a adaptação, como encontrada na Casa Herzer.

Na sala/cozinha há uma escada que leva ao piso superior, subdividido em dois ambientes, que eram os quartos das crianças. O acabamento da casa é cuidadoso: o sótão é todo forrado, e as paredes internas e externas apresentam pinturas decorativas, cuidadosamente mantidas pelos descendentes.

Não houve nenhum Sprotz bucovino. E o baú que demonstra a vinda do alemão ao Brasil traz o carimbo de Hamburgo, e não Bremen, de onde partiram os bucovinos. No entanto, por que um alemão teria uma casa num estilo tão bucovino, e tão pouco “alemão”? Há duas hipóteses: o Sr. Sprotz pode ter se casado com uma bucovina, ou, o que é mais provável, teve como construtor um bucovino. Não há dados que possam comprovar esta hipótese. No entanto, a casa segue o modelo de ornamentos utilizados pelos bucovinos e não pelos alemães.

levantamento técnico da Casa Sprotz realizado por:
PRISCILA HENNING
data: janeiro de 2002





CASA SPROTZ
VILA NOVA, MAFRA - SC

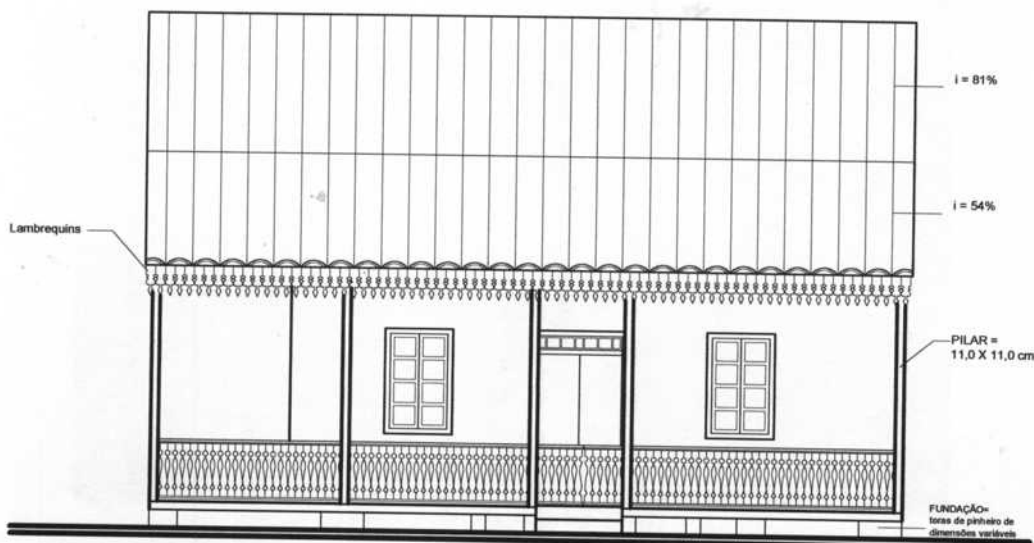
SEGUNDO PAVIMENTO - sótão
PLANTA BAIXA





CASA SPROTZ
VILA NOVA, MAFRA - SC

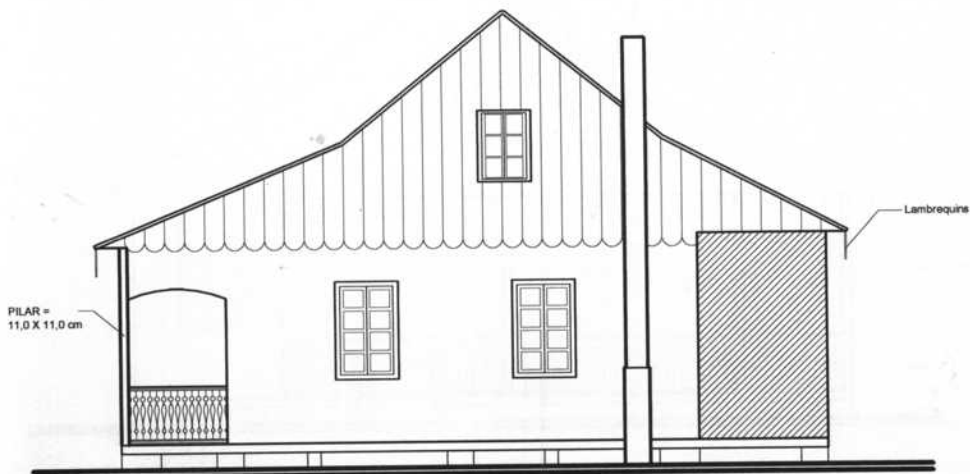
VISTA INTERNA
CORTE AA



CASA SPROTZ
VILA NOVA, MAFRA - SC

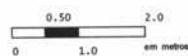
FACHADA FRONTAL
ELEVACÃO





CASA SPROTZ
VILA NOVA, MAFRA - SC

VISTA LATERAL "B"
ELEVACAO



CASA SPROTZ
VILA NOVA, MAFRA - SC

VISTA LATERAL "A"
ELEVACAO



III.3. Proteção legal existente

Rio Negro reconheceu a importância da Escola Bucovina como monumento histórico na cidade, através da tomada de medidas legais para a salvaguarda deste patrimônio. Atualmente, é a única construção bucovina que dispõe de proteção e de manutenções periódicas.

A Escola Bucovina é considerada símbolo da colônia bucovina, e atualmente atende a funções museológicas: a sala de aula foi conservada e restaurada. Na sala contígua, a morada do professor foi recriada com móveis e objetos decorativos doados pelas famílias descendentes. A Escola atende também às funções de acervo de documentos das famílias bucovinas, e sede da Associação Bucovina de Cultura.

Apesar da mobilização da Associação Bucovina de Cultura em prol da salvaguarda da Escola Bucovina, não existe atualmente qualquer proposta ou iniciativa de conservar os outros exemplares que persistem. Em parte, porque as casas ainda são utilizadas como moradias, e há na região uma grande resistência a qualquer tipo de tombamento de bens particulares, visto que a população e as autoridades locais dão primazia ao direito inalienável à propriedade particular sobre o direito público nesta região. Em consequência desta visão, poucos defendem o tombamento das casas bucovinas, visto que ainda não compreendem em que medida o tombamento poderá afetar ou limitar as ações sobre os bens, exemplificando um quadro bastante comum no Brasil, onde as leis de salvaguarda ainda são muito vagas e pouco eficazes.

III.3.1. Tombamentos

A Escola Bucovina foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Prefeitura de Rio Negro, através da Lei nº 654/93, de 1993, assinada pelo então prefeito Alceu Swarowski, e foi doada à Associação Bucovina de Cultura, que ali estabeleceu sua sede.

Antes disto, porém, a Escola foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Rio Negro em 25 de março de 1992, através da Lei nº 693/92. Mais tarde, a lei foi modificada em 19 de outubro do mesmo ano, justificando o tombamento da seguinte forma: “O imóvel, objeto do presente Tombamento, foi sede da extinta Sociedade Escolar Passa Três, arquitetura germânica (estrutura enxaimel) edificado pelos colonos Bucovinos,

chegados a Rio Negro nos anos de 1887 e 1888, razão de seu valor histórico e cultural” (Lei nº 707/92, artigo 2º)⁵¹.

Entre 2002 e 2003, a Escola do Passa Três passou por um processo de intervenção com fomento do Ministério da Cultura do Governo Federal Brasileiro, através da Lei do Mecenato (Lei 8313/91, de 1991), e também com recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, do Governo do Estado do Paraná.

O alcance da intervenção foi grande, atuando em toda a extensão do edifício, porém feito com relativo rigor e cuidado. Segundo o Memorial Descritivo anexado à solicitação de recursos, a restauração procurou se ater à troca de elementos danificados, como componentes de madeira deterioradas e tijolos trincados.

Houve a adequação das instalações elétricas e hidráulicas para o uso contemporâneo, inclusive atendendo às normas de segurança.

Quanto às esquadrias, optou-se por “reformular todas as esquadrias de madeira, portas e janelas, mantendo o padrão original”, e efetuando a troca de todas as fechaduras. Não está explícito o motivo desta abordagem, possivelmente é decorrente do mau estado das esquadrias. É questionável que todas as esquadrias e fechaduras, no entanto, tivessem que ser substituídas.

O acabamento dado aos elementos foi mínimo, reduzindo-se a lixamentos, aplicação de vernizes e impermeabilizantes, e tinta a óleo. Esta última opção é, também, discutível, visto que não tem relação com o original.

Apesar de alguns pontos discutíveis – cujas circunstâncias não são conhecidas –, pode-se afirmar que a restauração foi feita de forma moderada, deixando evidentes anexos e adições posteriores pela distinguibilidade, e procurando respeitar o material original.

⁵¹ Em anexo ao fim deste volume.

III.4. Propostas de preservação

Algumas considerações devem ser abordadas sobre a possível preservação de alguns dos exemplos mais significativos das construções bucovinas. Devido à sua importância como documentos históricos únicos, autênticos testemunhos do processo migratório no Sul do país e das características culturais desta população, é de extremo interesse que as construções sejam protegidas em alguma extensão.

Apesar desta importância, porém, as construções bucovinas encontram alguns impasses que podem dificultar sua preservação. Segundo os órgãos competentes no município, há pouco interesse em se conservar muitas das construções. É interessante observar que este posicionamento reflete a noção comumente difundida que um bem de importância patrimonial, quando passa a ser reconhecido e regido por instâncias legais, como o tombamento, o bem automaticamente deverá ser re-direcionado para alguma utilidade pública. Na concepção difundida inclusive dentro dos organismos competentes do município, a idéia de salvaguarda oficial passa a se tornar uma questão difícil, onde chocam-se os interesses da sociedade em geral com os do proprietário, que prefere dispor de sua propriedade conforme sua vontade e necessidade; e também onde entra em pauta a responsabilidade econômica pela possível intervenção e pelas manutenções periódicas que se fazem necessárias. Seriam da municipalidade, ou do órgão oficial que responsabilizou-se pelo tombamento? Ou seriam de responsabilidade do proprietário do imóvel?

As dificuldades não terminam aí. Como discutimos no Capítulo II, a intervenção em um monumento histórico deve ser pautada em conhecimento específico, fundamentada em reflexões teórico-críticas e preparo técnico adequado para atuar em diversos tipos de materialidades e métodos construtivos. Este tipo de mão-de-obra qualificada para executar estes serviços não são fáceis de encontrar, e muitas vezes o restauro é muito mais dispendioso, em casos de deterioração avançada, que uma simples reforma, substituição de elementos ou até mesmo a reconstrução de um imóvel novo.

Diante deste quadro, as propostas de preservação direcionadas a estas construções são mais comedidas. Por um lado, ambiciona-se que construções importantes como a Casa Seidl e a Casa Herzer sejam restauradas e protegidas legalmente, perpetuando sua existência como monumentos históricos. Ambas as edificações são exemplos significativos das construções bucovinas, devido às técnicas empregadas, à data de sua construção, e, no caso da Casa Herzer, à relativa conservação de sua autenticidade.

Vale chamar a atenção para o fato de que, como monumentos históricos, as Casas Herzer e Seidl têm sua importância primordial no seu valor de antigüidade, segundo a

acepção de Riegl. No caso da Casa Seidl, isto se torna mais evidente devido à extensão de sua degradação física e abandono, que a torna próxima de uma ruína, onde não há valor de uso. Os riscos de a Casa Seidl ser demolida são grandes. O terreno onde se localiza abriga outra casa, mais recente (embora também bastante antiga, construída nas primeiras décadas do séc. XX), e é amplamente utilizado, como pasto de ovelhas, produção de alimentos em pequena escala, dentre outras atividades rurais. O dono da construção já manifestou o desejo de retirar a casa deste local.

A idéia de transferir a casa para outro local é bastante delicada. Por um lado, há uma questão conceitual: “o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho” (LEMOS, 2004, p. 77). O monumento não é uma obra isolada no espaço, e relaciona-se em seu significado com o espaço envoltório, inclusive gerando paisagens pitorescas, como é o caso da Casa Seidl. No entanto, diante do risco de sua demolição, alguns defensores da região, entre eles Ayrton Celestino e Sandro Moreira, professor da Faculdade de História local (Universidade do Contestado), admitem que o desmonte e a transferência da Casa Seidl pode ser uma opção.

Esta opção é preocupante na medida em que afeta, essencialmente, a materialidade da construção, conseqüentemente sua autenticidade. O revestimento de argamassa é frágil e vem se descolando das superfícies de madeira, no caso de transferir a obra de local, ela seria necessariamente retirada construção. Provavelmente, o que se pretende com sua transferência de local é a reprodução de sua técnica construtiva, através da recriação.

Partindo de Riegl, uma abordagem plausível seria a conservação da ruína, ou seja, a adoção de medidas que possam garantir a máxima sobrevivência deste bem. No caso, a ação sobre o bem justificável é mínima, visto que o avançado estado de degradação física, principalmente em seu revestimento de argamassa e na deterioração da madeira exposta às intempéries, faz com que a Casa Seidl seja mais próxima de uma ruína do que de um bem de uso. Qualquer completamento ou adição seria pouco justificável, se formos pensar a partir da avaliação de suas instâncias históricas e artísticas – o valor primordial deste monumento reside em sua importância como documento histórico, importante para a História e para a Antropologia, visto que não se trata de arquitetura significativa para a História da Arte. Neste caso, justifica-se uma intervenção ostensiva? Em que medida não será mais viável que a Casa Seidl seja minuciosamente registrada e sujeita a ações de conservação e manutenção de seu estado atual, até que a natureza complete seu percurso, evocando Riegl?

No caso das outras construções, as questões são mais simples. As construções vêm sendo conservadas através da manutenção de seu uso original. Concebidas como residências, estas casas vêm sendo ocupadas por gerações da mesma família, sucessivamente. O que se vê

em construções de interesse como a Casa Herzer é uma degradação natural, devido à perecibilidade do material empregado: a madeira e a argamassa de barro. No caso da Casa Sprotz, os moradores vêm atuando na manutenção da casa de forma instintiva, procurando sanar problemas e mantendo características originais, como as pinturas murais, que são periodicamente refeitas com auxílio de fotografias e estênceis, segundo declaração do atual ocupante.

Riegl considerava que a preservação ideal de um monumento era através da conservação de seu uso original. Neste sentido, as casas bucovinas vêm sofrendo menos desfigurações do que outros exemplos de patrimônio, como casas que passam a ser convertidas em museus, órgãos público, construções de uso comercial, etc. Uma orientação para a preservação legal destas casas poderia se basear no incentivo da permanência do uso como moradia. Enquanto os atuais descendentes não se mostrarem dispostos a se mudarem ou demolirem as casas para construir novas residências, uma forma de proteger os monumentos é oferecer suporte técnico para a manutenção e conservação das construções, mantendo a integridade de sua materialidade. Ou seja, efetuando trocas de elementos deteriorados (madeiras apodrecidas ou sujeitas à ação de insetos xilófagos, argamassas que se desfazem, telhas partidas, infiltrações e goteiras, entre outras patologias encontradas nas edificações analisadas), e oferecendo suporte técnico para a adequação das instalações elétricas e hidráulicas, sem que para isto a integridade física do monumento seja desfigurado.

Enquanto a necessidade de direcionar a construção para novos usos não se apresenta, já que os atuais ocupantes não têm demonstrado planos de abandonar o uso da casa como residência, a conservação destes monumentos históricos poderá ser feita deste modo: com pouca intervenção na materialidade, respeitando as estratificações do monumento, sem romper com o processo identitário que o relaciona com seus habitantes.

CONCLUSÃO

Fig.133: Interior da Casa Seidl em 2006.

Ao longo desta dissertação, a preservação do patrimônio cultural foi discutida priorizando a problemática relativa a um conceito basilar do restauro – a autenticidade. Em restauro, a autenticidade é relativa diretamente à materialidade do monumento histórico, respeitando as suas diversas estratificações – por este motivo, é questão-chave de toda teoria e prática pertinentes ao longo de cinco séculos. Apesar de sua importância essencial para a preservação do patrimônio, tanto construído quanto intangível, a discussão sobre autenticidade vem sendo retomada nas últimas décadas com várias interpretações e ressalvas, dentro de um contexto cultural onde a indústria turística e o consumo de massa passaram, muitas vezes, a se tornar objetivo (e não consequência) de intervenções em monumentos, em que as réplicas, reconstruções, recriações e encenações vêm sendo cada vez mais aceitas pelo público em geral – embora ainda sejam predominantemente rejeitadas, senão vistas com reserva, pelos estudiosos do assunto. Soma-se a este quadro a inclusão de pontos de vista de culturas diversas, tais como alguns aspectos da cultura japonesa ou da americana, cujas interpretações de autenticidade divergem da interpretação dominante nas teorias de restauro, de linha européia.

Nas últimas décadas, o turismo vem se consolidando como uma das indústrias mais economicamente poderosas do mundo (inclusive sendo considerada, recentemente, mais lucrativa que a indústria automobilística e química, inclusive a petrolífera⁵²). Em função deste fator de impulsão do desenvolvimento, cada vez mais comunidades que até recentemente eram obscuras passaram a recuperar seu patrimônio cultural, trazendo à luz festividades, artesanato, costumes, construções históricas, dentre outras manifestações culturais, como forma de atraírem visitantes e se desenvolverem economicamente. Esta é, inclusive, a principal justificativa de muitos projetos de preservação do patrimônio, preterindo a função primordial do restauro, que passa a ser apenas um meio pelo qual se agrega valor econômico a um bem, transformando-o em mercadoria. Ou seja, prioriza-se a diversão em detrimento de sua importância cultural.

O progressivo avanço da indústria turística como fim em si da preservação do patrimônio cultural é preocupante, devido ao seu poder destrutivo de bens irrecuperáveis. Embora a defesa do turismo cultural como instrumento de promoção da diversidade cultural e meio sustentável de preservar o patrimônio seja comum⁵³, o que se verifica na prática é que os efeitos danosos da relação entre turismo e preservação têm sido preponderantes, quer pela frequência ou pela extensão de seus danos. É inegável que o turismo é componente definitivo desse quadro, inclusive trazendo benefícios pontuais, porém o que não se deve ignorar é que

⁵² Segundo site oficial da UNESCO, consultado em janeiro de 2006:

http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=11408&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

⁵³ A defesa é comum na bibliografia relativa a turismo, e mesmo na Carta do Turismo Cultural, do ICOMOS, citada no capítulo II.

a intervenção nos bens culturais tangíveis e intangíveis consiste em uma prática de extrema importância e responsabilidade, que dispõe de sustentação teórica consistente, diretrizes claras e princípios-chave para orientá-la.

Por um lado, temos o quadro descrito acima: o patrimônio convertido em mercadoria de consumo de massa, onde seus valores históricos e artísticos (e também o valor de antigüidade de Riegl) são distorcidos e manipulados, intencional ou não-intencionalmente. Por outro, temos o amadurecimento das teorias em restauro, que oferecem ampla sustentação para se pensar o monumento e o monumento histórico e guiar o processo interventivo. Ao longo das décadas, o monumento foi sendo descrito e abordado por diversas óticas, que tratam amplamente de sua importância histórica e artística, seus valores e significados para a sociedade, de sua constituição formal e simbólica. A partir destas teorias, há significativo volume de exemplos práticos, inclusive realizados pelos próprios autores: Cesare Brandi, por exemplo, foi diretor-fundador do Instituto Central de Restauração em Roma por duas décadas, e a experiência acabou por fomentar sua *Teoria da Restauração*, onde ele expõe a reflexão e a metodologia amadurecida pela prática. Alois Riegl, apesar de atuar em outra frente (por ser jurista e historiador da arte), aliou sua teoria com a prática através da elaboração de um projeto de lei que protegeria e orientaria a conservação dos bens patrimoniais.

O conhecimento das teorias de restauro pode auxiliar na saída do impasse em torno da autenticidade. Ao compreender que a autenticidade reside na conservação e manutenção da integridade física do material original, intervenções em que as diversas estratificações e transformação pelo tempo não são respeitadas passam a ser alvo de uma análise mais profunda; e réplicas e reconstruções não podem ser consideradas “autênticas”, de valor e significação equivalentes a monumentos históricos originais, que trazem o inegável peso de seu valor de antigüidade. Neste ponto, trata-se mesmo de uso de terminologia apropriada: nem todas as intervenções sobre uma dada construção histórica podem ser consideradas “restauração” ou “conservação”: muitas vezes tratam-se de reformas, reutilização, revitalização. Assim, uma das saídas para o impasse reside na adoção de nomenclatura condizente aos atos interventivos, para que não haja confusões deliberadas. Em muitos casos, o que se percebe em intervenções tidas como “restauração” ou “conservação” é o total desconhecimento ou mesmo descaso com o debate e as formulações teóricas da disciplina de restauração, na medida em que a iniciativa muitas vezes parte de profissionais com pouca ou nenhuma preparação para o trato com bens culturais. No caso do patrimônio construído, mesmo a formação dos arquitetos graduados pode ser insuficiente para compreender o monumento histórico em sua complexidade, o que tem gerado perdas incomensuráveis em suas intervenções – ações que remetem aos primórdios da restauração. Atualmente, a prática

da restauração, que mantém suas raízes nas idéias de Brandi, não pode ser separada da reflexão teórica e metodológica de cada caso, pautada em estudos aprofundados e multidisciplinares, e em concordância com as diversas ferramentas diretivas existentes (tais como recomendações e documentos de organismos internacionais e nacionais). A ação do restaurador requer um posicionamento crítico, porém sem deixar de respeitar os princípios básicos de respeito à matéria original, a mínima intervenção, e a reversibilidade e distinguibilidade de qualquer restauração. Ou seja, procedimentos específicos fundamentados em cinco séculos de experiência prática e formulações teóricas, que faz com que o restauro hoje seja um campo disciplinar específico, com uma metodologia própria que não deve ser ignorada ou menosprezada.

É evidente que a diferença entre a autenticidade de um momento construído é diferente da “autenticidade” do patrimônio intangível, como as festas e eventos. Neste caso é necessário compreender que a própria natureza da cultura é mutável e dificilmente será autêntica, no sentido compreendido em restauro do patrimônio tangível. No entanto, essa natureza “transitória” das “autenticidades encenadas” torna-se questionável quando se trata de manipulação consciente. Mais uma vez, o que se percebe nestes casos é a valorização da diversão em detrimento da cultura, onde processos identitários construídos e amadurecidos ao longo do tempo são rompidos por motivos externos à própria comunidade.

Estas questões podem ser todas relacionadas com o patrimônio dos imigrantes bucovinos em Rio Negro e Mafra. A Associação Bucovina de Cultura tem trazido benefícios inegáveis para a construção da identidade dos descendentes, contribuindo para o registro de suas memórias e para preservação de documentos, objetos antigos e fotografias das famílias, promovendo valores, significados identitários e descobrindo a sua historiografia e origem. As ações da Associação têm sido bastante ativas e abrangentes, auxiliando na construção de uma identidade coletiva e na recuperação de um vasto patrimônio, demonstrando que alguns dos valores tradicionais e o modo de vida das famílias dos descendentes mudaram pouco ao longo das gerações. Até o presente momento, muitas das casas bucovinas resistem ao tempo devido à relativa conservação pelo uso original, e a construção mais significativa – a Escola Bucovina – já teve seu valor reconhecido, sendo tombada pelo município e inteiramente restaurada. Até agora, o processo de retomada da cultura bucovina tem seguido um curso bastante natural, inclusive com as distorções e invenções que dificilmente deixam de acontecer nestas ocasiões, como a adoção arbitrária de símbolos tais como a Cruz bucovina, na entrada da cidade de Rio Negro, representando a colônia⁵⁴, ou eleição de danças, trajes e costumes “típicos”, com toda a controvérsia deste termo.

⁵⁴ Referência a este fato pode ser encontrada ao final do Capítulo I.

Com o crescimento das festas bucovinas anuais, já consideradas evento festivo importante para as cidades envolvidas, há um incipiente movimento em prol de estimular o turismo como forma de gerar renda para os municípios, e para gerar recursos para a própria manutenção da Associação e suas atividades. Estuda-se a construção de atrativos turísticos, como um “portal” bucovino, e a ampliação das festas, explorando sua unicidade como atrativo. É justamente nesta questão que a discussão da autenticidade no patrimônio se torna mais essencial, diante dos possíveis riscos decorrentes da prática conservativa orientada por interesses diversos da preservação cultural. As construções, algumas das quais relativamente conservadas até o presente momento, permanecem autênticos documentos históricos, testemunhos do processo de imigração para o Brasil no século XIX. Sua presença fornece dados riquíssimos sobre as condições de estabelecimento dos colonos estrangeiros, os materiais disponíveis para o uso da conservação, as técnicas construtivas empregadas (oriundas da Europa, porém freqüentemente com adaptações e alterações criativas), além de demonstrar um modo de vida rural que, de certa forma, persiste na região. Também não se pode menosprezar o valor estético das construções antigas, inseridas em paisagens pitorescas, onde é inevitável lembrar o efeito do *valor de antigüidade* de Riegl. As construções são indubitavelmente *monumentos históricos*, e, por este motivo, devem ser objeto de uma valorização e manutenção cuidadosa, procurando estender a sua sobrevivência. Este é, de fato, a verdadeira contribuição do restauro nos bens culturais: a preservação das edificações, suportes da memória e da cultura, para que o legado dos antepassados seja transmitido às gerações presentes e futuras, auxiliando na construção da identidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina.; CHAGAS, M. (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ANICO, Marta. *A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun 2005.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 1993.
- ARANTES, Aimoré I.B. e KLÜPPEL, Cristina C. *Histórico Ponte Metálica*. Original (texto impresso). Curitiba: SEEC/CPC, 2000. Disponível na Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Rio Negro (PR).
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense / Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlo. *A História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- BALHANA, Altiva P. *Política Imigratória no Paraná*. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, Nº 12, Maio - Junho de 1969. pp. 16.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1991.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- . *A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica* in: LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. pp. 221-257.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Ed. Colin, 2002.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOYER, M. *História do Turismo de Massa*. Bauru: Edusc, 2003.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê, 2004.
- BRUNHES, Jean e VALLAUX, Camille. *German Colonization in Eastern Europe*. In: Geographical Review. Vol. 06, nº 06 (Dezembro 1918). pp. 465-480.
- CAMPELLO, Glauco. *Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, nº 23, 1994, pp. 117-125.
- CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al Restauero. Teoria, Storia, Monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.
- CARTAS PATRIMONIAIS:** Os documentos e cartas internacionais citadas no texto estão todas disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/>, sob o link "Cartas Patrimoniais". Acesso em 27 março 2006.

- CASTELLAN, Georges. *The Germans of Rumania*. In: Journal of Contemporary History. Vol. 06, nº 01, 1971. pp. 62-75.
- CELESTINO, Ayrton Gonçalves. *Os Bucovinos do Brasil*. Curitiba: Torre de Papel, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.
- *Sept Propositions sur le Concept d'Authenticité et son Usage dans les Pratiques du Patrimoine Historique*. In: Nara Conference on Authenticity. Paris, UNESCO, 1995. pp. 101-120. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl.
- CHUVA, Márcia (org). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- COELHO, Teixeira. *O que é Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *O Direito à Memória*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.
- CRUZ, R. de C. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.
- D'ALMEIDA, Raul. *A Estrada da Mata – Origem de Rio Negro – Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- *História de Rio Negro – Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.
- DÉBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DROSTE, Bernd e BERTILSSON, Ulf. *Authenticity and World Heritage*. In: Nara Conference on Authenticity: proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995. pp. 3-16.
- DUROZOI, Gerard e ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Ed. Papyrus, 1993.
- FEILDING, Bernard M. *Conservation and Tourism*. In: Cultural Tourism – International Scientific Symposium, 10th General Assembly – Sri Lanka. Paris: ICOMOS, 1993. pp. 59-65.
- FERREIRA, Jurandyr P. (org). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- FONSECA, Maria Cecília F. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: UFRJ – MinC – IPHAN, 2005.
- FORJAZ, Djalma. *Centenario da Colonização Alemã – Rio Negro e Mafra (Paraná e Santa Catharina) 1829 * 19 de fevereiro * 1929*. Arquivo Público de São Paulo, 1929. Edição comemorativa. Disponível para consulta pública na Biblioteca Municipal de Rio Negro (PR).
- FROLICH, Martin. *Is there a tourist culture?* In: Cultural Tourism – International Scientific Symposium, 10th General Assembly – Sri Lanka. Paris: ICOMOS, 1993. pp. 66-69.
- FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (org.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GIOVANNONI, Gustavo. *Verbete: Restauro dei Monumenti* in: Enciclopédia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti, Roma, Instituto della Enciclopédia Italiana (Treccani), 1936, v. 18, pp. 127-130.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.
- *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: a cultura como patrimônios*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- GOULART, Maria do Carmo R. K. *A Imigração Polonesa nas Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro. Fundação*. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1984.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HELIN, Ronald A. *The Volatile Administrative Map of Rumania*. In: Annals of the Association of American Geographers. Vol. 57, nº 03 (Setembro, 1967). pp. 481-502.
- HITCHINS, Keith. *Romania*. In: The American Historical Review. Vol. 97, nº 04 (Outubro 1992). pp. 1064-1083.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.
- IRATI, Antônio. *Autoria e cultura na pós-modernidade*. In: Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998
- ITO, Nobuo. *"Authenticity" Inherent in Cultural Heritage in Asia and Japan*. In: Nara Conference on Authenticity: proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995. pp. 35-46.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- JOKILEHTO, Jukka. *Authenticity in Restoration Principles and Practices*. In: Bulletin of the Association for Preservation Technology (APT Bulletin), Vol. 17, No. 3/4, Principles in Practice. (1985), pp. 5-11.
- *Authenticity: a general framework for the concept*. In: Nara Conference on Authenticity: proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995. pp. 17-34.
- *International Trends in Historic Preservation: From Ancient Monuments to Living Cultures*. In: Bulletin of the Association for Preservation Technology (APT Bulletin), Vol. 29, No. 3/4, Thirtieth-Anniversary Issue (1998), pp. 17-19.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História – bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2000.
- KÜHL, Beatriz. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. In: Revista CPC (Centro de Preservação Cultural / USP), São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, pp. 423-484.
- LEMAIRE, Raymond. *Authenticité et Patrimoine Monumental*. In: Restauro, Nápoles, 1994, n. 129, pp. 7-24. *Tradução*: Beatriz Mugayar Kühl.
- LEMOS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.
- LOWENTHAL, David. *Changing Criteria of Authenticity*. In: Nara Conference on Authenticity: proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995. pp. 121-136.
- LUCHIARI, M.T.D.P. *Centros Históricos – mercantilização e territorialidade do patrimônio cultural*. In: Geografia. Rio de Janeiro: UFF, 2005.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente – Ensaios sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1989.
- MAYUMI, Lia. *Monumento e autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil no Japão*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de Mestrado, 1999.
- MEDEIROS, Claudete Souza *et al.* *Praça João Pessoa*. Universidade do Contestado – UnC – Unidade Universitária de Mafra. Trabalho de Conclusão de Curso de História. 1999.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. *A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. pp. 9 – 23, V. 34. São Paulo, 1992.

- , **A problemática do imaginário urbano: reflexões para um tempo de globalização**. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, 1997. vv.55, pp. 11-20.
- MONTANER, Josep. **A Modernidade Superada**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- MORIN, Edgar. **Para Sair do Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MUSULIN, Janko. **Austria Between East and West**. In: International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944). Vol. 30, nº 4 (Outubro 1954) pp. 425-433.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 1981, pp. 7-28.
- PETZET, Michael. **“In the full richness of their authenticity” – The Test of Authenticity and the New Cult of Monuments**. In: Nara Conference on Authenticity: proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995. pp. 85-100.
- REIS, Aparecido F. e MÜLLER, Rosângela C.O. **A retórica da perda da identidade cultural e a globalização**. In: Revista Agora. Campo Grande, v.1 n.4. 2005
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, nº 21, 1986.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, nº 22, 1987.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Cidadania**, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, nº 24, 1996.
- RIEGL, Alois. **Le Culte Moderne des Monuments**. Paris : Éditions du Seuil, 1984.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RUSKIN, John. **Las Siete Lámparas de la Arquitectura**. Buenos Aires: Ateneo, 1956.
- RZETELSKA-FELESZKO, Ewa. **Europe in Miniature**. In: Academia. Varsóvia, nº 9. 2006. pp.4-7.
- SANTOS, Julio Cesar. **As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira república (1889-1930) – O caso do Contestado**. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. X, núm. 218 (17), 1 de agosto de 2006. Universidade de Barcelona. |online|. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-17.htm>.
- SERRANO, C.; BRUHNS, H; LUCHIARI, M.T.D.P. (org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000.
- SETTE, Maria Piera. **Il restauro in architettura – quadro storico**. Torino, Utet, 2001.
- SITTE, Camillo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimentos/SAB, 1974.
- SIRIANI, Silvia C. L. **Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos**. In: Almanack Braziliense. Revista eletrônica.IEB – USP. São Paulo: Nº 2, novembro 2005. pp. 91-100. |online| Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/> Acesso em outubro 2006.
- STEPHANI, Claus. **The Golden Bistritz: the settlement of German population groups in Bukovina (I)**. In: Neuer Weg. Bucarest: Vol. 30, July 29,1978, p. 3. |online| Disponível no site da *Bukovina Society of the Americas*: <http://www.bukovinasociety.org/>.

TALSKY, Josef. **The Regional Distribution of the Germans in Bukovina**. In: *Bukovina: Heimat von Gestern*, 1959. |online| Disponível pelo site da *Bukovina Society of the Americas*: <http://www.bukovinasociety.org/>.

THEOBALD, William F. **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2001.

VALENTINI, Jussara. **A Arquitetura do Imigrante Polonês na Região de Curitiba**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.

VEIGA, Roberto de Magalhães. **A autenticidade e seus usos**. In: *ALCEU* - v.4 - n.7 - p. 115 a 140 - jul./dez. 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ed. Artes e Ofícios, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WEIMER, Günther. **Arquitetura da Imigração Alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e São Paulo: Editora Nobel, 1983.

WELISCH, Sophie. **The History of Bukovina**. <http://www.bukovinasociety.org/Welisch-2002-1.html>. 2002. |online|

YASIGI, E.; CARLOS, A.F.; CRUZ, R. de C.A.; **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SITES NA INTERNET:

KURZ, Robert. **O Homem Reduzido**. Tradução de José Marcos Macedo. |online|. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz9.htm> acesso em: 27 de agosto de 2004.

The Bukovina Society of the Americas. |online|. <http://www.bukovinasociety.org/>.

Disponibiliza históricos, bibliografia, mapas, fotografias, dentre outras informações sobre os bucovinos que se instalaram na América do Norte.

The Official Web Site of Colonial Williamsburg: the world's largest living history museum. |online|. Disponível em: <http://www.history.org>. Acesso em 24 de outubro de 2005.

Sites de Organismos Oficiais de Preservação:

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: <http://www.iphan.gov.br> |online| Acesso em março de 2006.

ICOMOS: International Council of Monuments and Sites. <http://www.international.icomos.org> |online| Acesso em maio de 2006.

ICCROM: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. <http://www.iccom.org/> |online| Acesso em maio de 2006.

ANEXOS

1. Lei nº 707/92 do Município de Rio Negro / PR, dispondo sobre o tombamento da Escola do Passa Três.
2. Relatório sobre estado de conservação do imóvel antes da restauração
3. Memorial Descritivo da intervenção no bem tombado
4. Formulário de solicitação de apoio a projetos enviado ao Ministério da Cultura do Governo Federal, através da Lei do Mecenato (Lei nº 8.313/91)
5. Formulário de inscrição de projetos culturais para o mecenato subsidiado, enviado ao Programa Estadual de Incentivo à Cultura do Governo do Estado do Paraná
6. Carta circular de aprovação de projetos do Ministério da Cultura do Governo Federal
7. Desenhos técnicos da Escola Bucovina, feito por ocasião da inscrição da Escola nos programas de apoio à cultura citados anteriormente.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)